

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH – CAMPUS V
SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BAHIA



PROJETO DE REDIMENSIONAMENTO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM
HISTÓRIA

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

RUI COSTA DOS SANTOS

Governador

JERONIMO RODRIGUES SOUZA

Secretário de Educação

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

JOSÉ BITES DE CARVALHO

Reitor

MARCELO D'AVILA

Vice-Reitor

JOÃO EVANGELISTA NASCIMENTO NETO

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V

EDINALDO ANTONIO OLIVEIRA SOUZA

Coordenador do Curso de Licenciatura em História

1. APRESENTAÇÃO DO CURSO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Campus V da UNEB vem buscando excelência na formação de profissionais egressos do Curso de Licenciatura em História para atuarem como professores em instituições de ensino público e privado ou assumindo posições nos diversos órgãos de serviço público, empresas de difusão cultural e artística, editoras, entre outras, e com isso, atende aos anseios e demandas da sociedade baiana e contribui para o desenvolvimento econômico e social do Município de Santo Antônio de Jesus e de outros municípios do Território de Identidade do Recôncavo.

O Curso de **Licenciatura em História** da UNEB/Campus V foi implantado em 1991 e aprovado através da Resolução UNEB nº 20/90, sendo reconhecido através do Decreto Estadual nº 7.406/98 publicado no Diário Oficial do Estado em 14.08.98.

No ano de 2003, em função das Diretrizes Curriculares emanadas do Conselho Nacional de Educação, sobretudo aquelas referentes aos cursos de formação de professores, a UNEB deu início a um processo de redimensionamento curricular, onde todos os cursos de licenciatura por ela oferecidos foram reformulados, originando novas matrizes curriculares e em alguns casos, novos cursos/habilitações. Nesse contexto, o Curso de Licenciatura em História assumiu uma nova configuração na sua organização curricular, cuja aprovação deu-se pelo CONSU através da Resolução nº 270/2004. O currículo anterior entrou em um processo gradativo de extinção e o novo currículo passou a ser oferecido regularmente a partir de 2004.1.

Após a implementação do currículo redimensionado, a PROGRAD, em atendimento aos Colegiados de Curso, propôs alterações no projeto de redimensionamento, o que foi aprovado pelo CONSU através da Resolução nº 339/2005, sem prejuízo da matriz curricular em que os alunos ingressantes em 2004 foram inseridos. Tais alterações eram referentes a pequenas correções no texto original, ao número de

vagas e à modificação da nomenclatura dos eixos. Estes eixos eram denominados de eixos temáticos, a partir das alterações passaram a denominar-se eixos de conhecimento na reformulação de 2013 e na atual proposta de redimensionamento denominamos de Núcleos.

Para uma melhor visualização das informações acima descritas, apresenta-se o quadro a seguir.

Demonstrativo dos currículos do curso

Curso	Ano de Implantação	Situação Legal	Alunos que dele fizeram/fazem parte	Observação
História	1991	Reconhecido Dec. Est. nº 7.406/1998	Ingressantes de 1991 a 2003	Currículo Extinto
	2004	Currículo redimensionado, aprovado pelo CONSU-Resolução 270/2004	Ingressantes a partir de 2004	Oferta regular em processo seletivo desde 2004. Objeto da renovação de reconhecimento pleiteado através deste projeto.
	2005	Currículo redimensionado com pequenas alterações, aprovado pelo CONSU-Resolução 339/2005	Ingressantes a partir de 2004	As alterações aprovadas não comprometeram os alunos que já se encontravam em curso.
	2013	Currículo renovado pelo decreto nº 16.818 de 04 de Julho de 2016 e aprovado do pelo Parecer CEE nº 107/2016(D.O.E de 19/05/2016	Ingressantes a partir de 2004	Currículo em curso

Fonte: Colegiado do Curso de História – Campus V

O atual redimensionamento passará a ser oferecido regularmente a partir de 2020.1, atendendo a Resolução CNE 02/2015; Resolução CEE 70/2019 , além da Resolução CONSEPE 2018/2019 que prevê natureza extensionista de no mínimo 10% da carga horária total do currículo. O currículo anterior entrará em um processo gradativo de extinção .

As readequações curriculares em curso assegura a profissionalização do profissional da área de História na construção de conhecimentos, habilidades e competências que lhe permitam uma inserção no mundo contemporâneo, nas instituições escolares e não escolares. Assim, como aliás indicam as Diretrizes Nacionais para o Curso de História (2001) a ênfase na construção de conhecimentos para:

A) Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;

B) Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;

C) Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação;

D) Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;

E) Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.

G) Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio e das técnicas pedagógicas que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

DECRETO Nº 16.818 DE 04 DE JULHO DE 2016

Renovação de Reconhecimento do Curso de

Licenciatura em História, na Universidade do

Estado da Bahia - UNEB, no Município de Santo Antônio de Jesus - BA, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e baseado no disposto do § 2º, do art. 3º da Lei nº 7.308, de 02 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo CEE nº 0051737-5/2013,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica Renovado pelo período de 05 (cinco) anos, o Reconhecimento do Curso de Licenciatura em História, Campus de Santo Antônio de Jesus, oferecido pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, com carga horária de 3.215 horas, 40 (quarenta) vagas anuais, oferta regular, modalidade presencial.

Art. 2º - Fica prorrogado, até 22 de agosto de 2013, em caráter de absoluta excepcionalidade, para fins exclusivos de validação da documentação escolar referente ao curso, emitida pela instituição entre agosto de 2003 e agosto de 2011, os efeitos do Parecer CEE-BA nº 080/1998, na forma do Parecer CEE nº 107/2016, publicado no Diário Oficial do Estado de 19.05.2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 04 de julho de 2016.

RUI COSTA

Governador

Bruno Dauster

Secretário da Casa Civil

Walter de Freitas Pinheiro

Secretário da Educação

1.2.RELEVÂNCIA SOCIAL

O curso de Licenciatura em História, do Campus V, está localizado na sede do município de Santo Antônio de Jesus, no Território de Identidade do Recôncavo, principal cidade da microrregião de Santo Antônio de Jesus, a 184 km de distância de Salvador. A população deste Território foi estimada em 2010, pelo IBGE, em 566.993 habitantes e congrega 20 municípios, com uma área total de 5.250,51 km².

As características especiais, locacionais e físicas de Santo Antônio de Jesus lhe atribuíram a condição de pólo comercial da região, que centraliza diversas cidades. O município de Santo Antônio de Jesus, com uma área de 261,740 km², abriga uma população estimada em 2019, pelo IBGE, de 101.512 habitantes. Segundo dados da SEI/IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município em 2010 foi de 988,32 milhões e a estrutura setorial está distribuída da seguinte forma: 1,12% para agropecuária, 14,67% para a indústria, 71,29% para serviços e com um PIB per capita de R\$10.886,74.

Santo Antônio de Jesus apresenta o mais intenso crescimento demográfico do Recôncavo. Tal aspecto resulta do dinamismo comercial e dos serviços polarizados pela sede municipal localizada em posição privilegiada, no eixo da BR 101, em posição estratégica de acesso a Feira de Santana, Jequié, Valença, Vale do Jequiriça e cidades do Sul da Bahia, através de rodovias como a BR 420, a BR 116 e outras vias secundárias de sentido Oeste-Leste. O sistema Ferry-boat, por sua vez, possibilita um vínculo comercial direto com Salvador, através da BA 001, de Itaparica a Nazaré e daí até Santo Antônio de Jesus.

Como Pólo Regional, a influência se dá quase de forma exclusiva sobre as sedes de Muritiba, Mutuípe, Governador Mangabeira, São Felipe, Brejões, São Miguel das Matas, Nova Itarana, Cruz das Almas, Sapeaçu, Varzedo, Amargosa, Elísio Medrado, Dom Macedo Costa, Cravolândia, Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição do Almeida, Ubaíra, Santa Inês, Laje, Jiquiriça. O município delimita-se pelos municípios de Varzedo, Conceição do Almeida, Aratuípe, Laje, Muniz Ferreira, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado e São Miguel das Matas.

Indicadores atestam a dimensão do município como significativa posição de potencializadora de desenvolvimento socioeconômico da região do Recôncavo, o que sustenta a demanda por políticas públicas, notadamente a aquelas voltadas para a qualificação de sua população.

Atentando-se para as demandas sinalizadas pelo seu ambiente, o curso de **Licenciatura em História**, desde sua criação, vem recebendo alunos de vários municípios do Recôncavo, franqueando oportunidades para uma qualificação que contribua para uma atuação profissional que gere valor e desenvolvimento para toda a Bahia.

No que se refere ao número de matrículas efetivadas no ensino médio, que abriga o público apto ao ingresso no ensino superior, foram efetuados, no ano de 2012, segundo dados do IBGE, 3.506 matrículas, o que corresponde a 19,35% do universo de matrículas efetuadas no município, conforme demonstrativo da tabela 20. Neste sentido, conforme dados da Secretaria de Educação divulgados no Anuário Estatístico da Educação (2012) referente 2010, pode-se inferir que considerando o percentual de 71,9% de aprovação, no ano de 2010, o município, apresenta uma demanda significativa por ensino superior.

Matrícula inicial do ensino médio e educação básica do município de Santo Antônio de Jesus.

Dependência Administrativa	Total geral de matrículas na educação e ensino médio	Ensino Médio	%
Estadual	5.780	2.906	50,28
Municipal	7.489	-	-
Particular	4.847	600	12,38
Total	18.116	3.506	19,35

Fonte: Adaptado do IBGE, 2012.

No ano de 2010, conforme dados da SEI, o município apresentava um total de sete estabelecimentos de ensino médio, o que corresponde a 9,7% do universo de estabelecimentos de ensino do Território Recôncavo, conforme apontado na tabela

Tabela 21 – Estabelecimentos educacionais de ensino médio por esfera administrativa – Santo Antônio de Jesus, Território do Recôncavo, Bahia, 2010.

Local	Total					Urbano					Rural				
	Total	Fed.	Est.	Mun.	Part.	Total	Fed.	Est.	Mun.	Part.	Total	Fed.	Est.	Mun.	Part.
Bahia	1.483	17	1.011	108	383	1.328	13	923	50	342	155	04	88	58	05
Recôncavo	72	1	45	05	21	59	01	37	02	19	13	-	08	03	02
Santo Antônio de Jesus	07	-	03	-	04	07	-	03	-	04	-	-	-	-	-

Fonte: Adaptado do Anuário Estatístico da Bahia - SEI (2011).

É fato que a Rede Estadual de ensino representa a maior oferta de postos de trabalho para os licenciados, visto que o sistema estadual é responsável pelo ensino médio, sendo ainda o gestor de boa parte das séries finais do ensino fundamental no interior do Estado. A área de abrangência do curso de História ultrapassa os 17 diferentes municípios do Território, segundo informações das Diretorias Regionais de Educação e Cultura (DIREC's) do Território do Recôncavo (DIREC 4 – Santo Antônio de Jesus, DIREC 29 – Amargosa, e DIREC 32 – Cruz das Almas).

Nesta perspectiva, o curso de História do Campus V é uma alternativa para o enfrentamento dos desafios da formação docente, além de representar uma oportunidade de democratização do ensino e melhoria da qualidade da Educação Básica na Bahia. Também se apresenta como oportunidade de preparar os professores para o enfrentamento das mudanças operadas na sociedade tecnológica e configura-se como um passo importante para o desenvolvimento da região.

Importante destacar que, muitos dos egressos retornam à Universidade para continuar seus estudos em nível de pós-graduação – como é o caso do Mestrado em História Regional e Local, isto revela a consciência da necessidade de formação continuada, bem como o estímulo à continuidade do percurso acadêmico.

2. BASE NORMATIVAS E INSTITUCIONAIS DO CURSO

2.1. CONCEPÇÃO E OBJETIVOS

O Curso de História - Licenciatura da Universidade do Estado da Bahia busca contemplar a flexibilidade no currículo, possibilitando adequações permanentes, com vistas à atualização, incorporando as novas tendências e abordagens na produção do conhecimento histórico. Esse novo currículo prevê a inexistência de pré-requisitos, por ter uma concepção de conhecimento não-linear, permitindo que o próprio discente construa o seu currículo a partir de suas áreas de interesse. Nesse aspecto buscamos romper a lógica disciplinar e fragmentada de acúmulo de disciplinas, como maneira de gestar uma profissionalidade satisfatória ao profissional de História.

Esse currículo enquanto dispositivo em construção, não deve trazer consigo a homogeneização de um saber e o entendimento do currículo estático, socializado a partir de uma ótica disciplinar, onde os problemas curriculares se resumem à lógica de um currículo pulverizado de disciplinas, mas dinamiza o processo formativo do licenciado em História, oportunizando uma lógica de saberes, partilha de experiências em contextos adversos e plurais em que deve atuar esse profissional.

Portanto, defende a interrelação entre ensino, pesquisa e extensão, privilegia a formação do professor-pesquisador como um caminho para a permanente construção do conhecimento e ressignificação de conteúdos a serem trabalhados nos currículos escolares e não escolares, além de espaços não formais, tais como museu, arquivo e instituições públicas.

Tal currículo, ao tratar da formação de licenciados em História, enraiza-se em princípios éticos e democráticos, necessariamente, e assim inclui a Pluralidade Cultural como um dos pressupostos imperativos a nortear a sua concepção geral. Assim, concebemos o homem como um ser histórico, imerso em certo espaço e tempo histórico. A visão do currículo está associada ao conjunto de atividades

intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo como um percurso que se entrecruza com o social e cultural, refletindo uma concepção de mundo, de sociedade e de educação, transversalizada nas relações de poder. O Currículo, não é imparcial.

Assim, a concepção de currículo que trazemos à luz nasce do pressuposto de que o currículo é um espaço de produção de saberes tecidos nas relações sociais estabelecidas entre os diversos atores sociais envolvidos no processo (estudantes, professores, instituição, família, regulamentações políticas e administrativas, organização pedagógica, etc) e nas condições concretas em que esses saberes são produzidos. Dentro da perspectiva caracterizada anteriormente, isto é, de que o Curso deverá ser pautado por uma sólida formação teórico-metodológica, tendo a pesquisa como base da formação, o currículo é, pois, expressão da organização acadêmica do Curso. Esse, deve considerar as culturas em convivência no espaço universitário e, a partir da resignificação das mesmas, construir possibilidades de inserção do graduando de licenciatura em História na realidade social, fomentando a abertura de espaços de criação e produção de saberes, de culturas, de subjetividades e de identidades sociais que compõe a sociedade brasileira.

Uma das principais características histórico-civilizatórias da sociedade brasileira é a diversidade de povos e grupos que a compõe. É sabido, entretanto, que mesmo sendo essa característica um traço distintivo da nossa riqueza cultural, historicamente as relações entre esses diferentes povos e grupos, têm se desenvolvido sob o signo da desigualdade econômico-social e discriminações, entre estas, principalmente as de caráter étnico-racial. A hegemonia, ainda hoje exercida com fundamento nos valores brancos eurocêntricos, provocou subordinação das culturas não-hegemônicas propiciando a emergência de ideologias anti-humanas, tais como as variadas espécies de racismo, xenofobia, intolerância fundadas no pensamento colonial.

Assim, calcado em uma lógica decolonial no campo da formação de professores, defendemos a perspectiva da interculturalidade como parte da diferença como riqueza. Ao longo do percurso formativo privilegiaremos na formação do licenciado em História processos sistemáticos de diálogo entre diversos sujeitos – individuais e

coletivos –, saberes e práticas na perspectiva da afirmação da justiça – social, econômica, cognitiva e cultural, assim como na construção de relações respeitadas entre grupos socioculturais presentes no universo escolar.

Estudos recentes demonstram na atualidade, a que distância estão os professores entre o conteúdo de sua formação e sua prática pedagógica profissional, elencando as fragilidades curriculares nos cursos de licenciatura no Brasil, evidenciando as lacunas em torno da escola como locus de formação profissional, a exacerbação dos conteúdos específicos em detrimento da dimensão pedagógica nas licenciaturas, a necessidade de uma formação em contextos plurais e diversificados de ensino, o entendimento do estágio como um percurso formativo e de aprendizagem a docência (TARDIF, 2002; D'AVILA, 2007; GATTI, 2009 e 2019).

Nesse cenário, a proposta curricular do curso de Licenciatura em História a partir da **Resolução CNE 02/2015 que Institui a Formação de Professores em âmbito Nacional** e a **Resolução Conselho Estadual de Educação 70/2019** que regulamenta a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação Inicial em Nível Superior, nos cursos de Graduação e Licenciatura, mantidos pelas instituições de ensino superior integrantes do Sistema de Ensino da Bahia, além de outros marcos legais, objetivando contemplar a garantia legal de alguns pressupostos formativos no âmbito das licenciaturas, a saber: a prática pedagógica como articuladora da aprendizagem a docência, o estágio como ponte que alicerça a relação teoria/prática no ensino de história, a interculturalidade e diversidade na formação do futuro professor e a curricularização da extensão como atividade que promove o efetivo diálogo entre sociedade e universidade.

O curso de Licenciatura em História do campus V é alicerçado em instrumentos legais que nortearam a organização e elaboração do currículo no âmbito das licenciaturas, estando de acordo com a incorporação das novas exigências legais, elaborado de acordo com a legislação abaixo especificada:

- Parecer CNE/CES nº 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia;
- Parecer CNE/CES nº 1.363/2001;

- Parecer CNE/CP 28/2001;
- Resolução CNE/CP nº 01 de 18.02.2002. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena;
- Resolução CNE/CP nº 02 de 19.02.2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de Professores da Educação Básica em nível superior;
- Resolução CNE/CES nº 13, de 13 de março de 2002. Diretrizes Curriculares para os cursos de História;
- Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"
- Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.
- Decreto nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- Resolução CNE nº 02 de 01.07.2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores do ensino inicial em nível superior e formação continuada “Resolução CNE nº 02 de 1º julho de 2015”.
- Lei Estadual da Bahia 13.559 de 11 de maio de 2016. Plano Estadual de Educação (PEE) 2016- 2026.
- Resolução CEE 70/2019. Regulamenta a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior, nos Cursos de Graduação de Licenciatura, mantidos pelas instituições de ensino superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino da Bahia.
- Resolução CONSEPE 2018/2019. Aprova o Regulamento das ações de curricularização da extensão nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação ofertados pela UNEB;
- Resolução CONSEPE nº 2.016/2019. Regulamento Geral de Estágio da UNEB.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS NUMERADOS

DECRETO Nº 7.406 DE 13 DE AGOSTO DE 1998

Reconhece o curso que indica, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso IV, do art. 10, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA

Art. 1º - Fica reconhecido o curso de Licenciatura Plena em História, no Departamento de Ciências Humanas dos Campus IV - Jacobina, V - Santo Antônio de Jesus e VI - Caetitê, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, na forma do Parecer CEE - 027/98, do Conselho Estadual de Educação, publicado no D.O.E. de 30 de julho de 1998.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 13 de agosto de 1998.

CÉSAR BORGES
Governador

Pedro Henrique Lizo de Souza
Secretário de Governo

Edilson Souto Freire
Secretário da Educação

RESOLUÇÃO nº 270/2004

Aprova e autoriza a implantação do redimensionamento do Currículo do Curso de Formação de Professores – Licenciatura Plena em História no âmbito dos Campi abaixo relacionados e dá outras providências:

- Campus II (DEDC) – Alagoinhas
- Campus IV – Jacobina
- Campus V – Santo Antônio de Jesus
- Campus VI – Caetité

A Presidente do Conselho Universitário – CONSU, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no uso de suas atribuições estatutárias, conferidas pelo art. 12, inciso VI do Regimento da UNEB, "ad referendum" do Conselho Pleno, considerando o constante no Processo nº 0603040041342,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar e autorizar a implantação do redimensionamento do Currículo do Curso de Formação de Professores – Licenciatura Plena em História, nos Campi II, IV, V e VI de acordo com o disposto nos artigos 44, inciso II e 53 da Lei nº 9.394/96-LDBEN, combinado com o que estabelecem as demais normas pertinentes, em especial as Resoluções CP 01 e 02 do Conselho Nacional de Educação – CNE/2002, publicadas no DOU de 04.03.2002.

Art. 2º - Determinar que o redimensionamento de que trata o artigo precedente passe a vigorar a partir do semestre letivo 2004.1, de acordo com o que estabelece o art. 15 da Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002, publicada no DOU de 04.03.2002.

Parágrafo Único - A implantação Curricular obedecerá ao que consta do Projeto de Redimensionamento do Curso.

Art. 3º - Caberá aos respectivos Colegiados de Curso a fiel observância dos princípios norteadores do redimensionamento referenciado, ficando a Assessoria Técnica para Assuntos de Implantação e Reconhecimento de Cursos de Graduação – ASTEP e a Gerência de Desenvolvimento de Ensino – GERDE, da PRÓGRAD, responsáveis pela prestação de assessoria, assistência na implantação, acompanhamento permanente e controle do redimensionamento curricular.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com vigência dos seus efeitos a partir do semestre letivo 2004.1.

Gabinete da Presidência do CONSU, 31 de maio de 2004.

Ivete Alves do Sacramento
Presidente do CONSU



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSU**

RESOLUÇÃO Nº 339 /2005

**Aprova as alterações curriculares do
Curso de Licenciatura Plena em
História autorizado pela Resolução nº
270/2004 no âmbito dos *Campi* que
indica.**

**A PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSU da
Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias
conferidas pelo art. 12, inciso VI do Estatuto da UNEB, *ad referendum* do Conselho Pleno,
considerando o constante no Processo nº 0603040041342,**

RESOLVE:

**Art. 1º - Aprovar as alterações curriculares do Curso de Licenciatura Plena
em História implantado em 2004.1 no âmbito dos *Campi*: DEDC/*Campus* II,
DCH/*Campus* IV, DCH/*Campus* V e DCH/*Campus* VI, apresentadas neste processo.**

**Art. 2º - Determinar que as alterações curriculares de que trata o artigo
precedente passem a vigorar a partir do semestre letivo de 2005.1.**

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência do CONSU, 28 de julho de 2005.

Ivete Alves do Sacramento
Presidente do CONSU

RESOLUÇÃO CEE N.º 70, de 16 de julho de 2019

Regulamenta a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior, nos Cursos de Graduação de Licenciatura, mantidos pelas instituições de ensino superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino da Bahia.

Secretário da Educação do Estado da Bahia

O **Conselho Estadual de Educação da Bahia** no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na LDB – Lei Nº 9.394/96 que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PNE-Plano Nacional de Educação- Lei Nº 13.005/2014; PEE- Plano Estadual de Educação-Lei Nº 13.559/2016 e Resolução CNE/CP Nº 02/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídas, por meio da presente Resolução, as orientações as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino da Bahia, para adequação de seus cursos de graduação de licenciatura às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica.

Art. 2º As Universidades Estaduais do Estado da Bahia deverão reformular improrrogavelmente, até 01 de dezembro de 2019, os Projetos Pedagógicos de seus cursos de graduação em licenciatura, na perspectiva de atender:

I – as normas estabelecidas na presente Resolução;

II – as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica;

III – as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para cada curso ou área de conhecimento.

§ 1º Os novos Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciatura, reformulados de acordo com o caput e incisos deste artigo, deverão atingir todos os discentes ingressantes nos cursos, a partir do semestre letivo 2020.1.

§ 2º A critério da instituição, e sem prejuízo para os estudantes, a matriz curricular reformulada poderá ser adaptada para atingir turmas em andamento com ingressantes anteriores ao período letivo definido no parágrafo anterior.

§ 3º Caso a instituição decida adaptar a matriz curricular para atingir turmas com ingresso anterior ao semestre letivo 2019.2, deverá permitir aos estudantes fazer opção entre a matriz e SEC/CEE Resolução CEE - 70/2019 Processo CEE Nº 0011872- 1/2019_____

o Projeto Pedagógico vigente e a nova matriz curricular e o novo Projeto Pedagógico, consoantes com a presente Resolução.

Art.3º Os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação de licenciatura deverão garantir mecanismos de articulação entre a instituição formadora e a educação básica e contemplar:

I – sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais;

II – a inserção assistida e amparada dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente; e em instituições privadas que compõem o Sistema Estadual de Ensino;

III – o contexto educacional da região onde o curso será desenvolvido;

IV – as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nesses contextos;

V – a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da competência discursiva no oral, verbal e verbo visual como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Portuguesa e da Língua Brasileira de Sinais;

VI – as questões socioambientais, éticas, estéticas e as relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

Art. 4º Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de licenciatura deverão observar, em sua organização curricular, a par de outras distinções passíveis de serem propostas pelas instituições ofertantes, a seguinte organização por núcleos:

I – núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias e das diversas realidades educacionais, conforme definido na legislação vigente;

II – núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos de áreas específicas e pedagógicas, priorizado pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, conforme definido na legislação vigente;

III – núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da universidade e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos; SEC/CEE Resolução CEE - 70/2019 Processo CEE Nº 0011872- 1/2019_____

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Art. 5º Os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação de licenciatura deverão garantir, em sua organização curricular, conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos seguintes temas:

I – fundamentos da educação;

II – formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias;

III – direitos humanos;

IV - diversidade etnicorracial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, povos e comunidades tradicionais;

V – Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);

VI – educação inclusiva;

VII - direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e privados de liberdade;

Parágrafo único. Os conteúdos de Língua Brasileira de Sinais (Libras) devem ser abordados em disciplina ou disciplinas específica(s), com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas.

Art. 6º A carga horária mínima dos cursos de graduação de licenciatura mantidos pelas universidades integrantes do sistema estadual de ensino é de 3.200 (três mil e duzentas) horas, assim distribuídas:

I – mínimo de 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do Art. 4º desta Resolução;

II – mínimo de 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do Art. 4º desta Resolução;

III – mínimo de 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

IV – mínimo de 400 (quatrocentas) horas de prática pedagógica como componente curricular, distribuídas ao longo do curso. SEC/CEE Resolução CEE - 70/2019 Processo CEE Nº 0011872- 1/2019_____

§ 1º Nos termos da legislação vigente, a carga horária estabelecida no caput e nos incisos deste artigo é mensurada em horas de 60 (sessenta) minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.

§ 2º A carga horária total dos cursos de licenciatura deverá ser distribuída em semestres ou anos letivos, respeitando-se a duração mínima de 08 (oito) semestres ou 04 (quatro) anos.

§ 3º Nos cursos de licenciatura, com exceção do curso de graduação em Pedagogia, o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior a 640 (seiscentos e quarenta) horas, nos casos de cursos com a carga horária mínima de 3.200 (três mil e duzentas) horas, ou de um quinto da carga horária total do curso, nos casos de cursos com carga horária superior ao mínimo exigido.

Art. 7º O estágio curricular supervisionado, cuja carga horária mínima é definida no inciso III do artigo anterior, é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática pedagógica profissional e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

§ 1º Entende-se estágio supervisionado como momento de formação profissional do licenciando seja pelo exercício direto *in loco*, ou pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado.

§ 2º Nos casos de cursos de licenciatura integrantes de programas especiais de formação de profissionais docentes em serviço realizados em caráter temporário, os estudantes que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter aproveitamento da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 8º A prática como componente curricular, cuja carga horária mínima é definida no inciso IV do artigo 6º, deve ser entendida como o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência.

Parágrafo único. Os Projetos Pedagógicos deverão informar, dentre os componentes curriculares oferecidos na primeira metade do curso, em conformidade com a definição explicitada no caput deste artigo.

Art. 9º Ficam prorrogados, até 31 de dezembro de 2019, os Atos de Reconhecimento e de Renovação de Reconhecimento dos cursos de licenciatura que tenham término de vigência estabelecido entre a data de publicação da presente Resolução e a data de prorrogação indicada neste parágrafo.

Art. 10. Pedidos de Renovação de Reconhecimento de cursos de licenciatura, encaminhados ao Conselho Estadual de Educação antes da publicação da presente Resolução e que ainda não tenham sido objeto de avaliação por parte de comissão instituída pelo CEE-BA, serão restituídos às instituições ofertantes dos cursos, para reformulação e atendimento, no prazo estabelecido nesta Resolução. SEC/CEE Resolução CEE - 70/2019 Processo CEE N° 0011872- 1/2019_____

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput deste artigo, o Conselho Estadual de Educação emitirá Ato concedendo, em caráter especial, a Renovação do Reconhecimento do Curso até o término do prazo fixado no artigo anterior.

Art. 11. Nos casos de cursos em funcionamento que ainda não contam com Ato de Reconhecimento, e que tenham turmas já concluídas ou com previsão de conclusão até o período letivo 2019.1, a instituição poderá requerer o referido Ato, com base na matriz curricular e Projeto Pedagógico vigente.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput deste artigo, o Conselho Estadual de Educação, com base no relatório da Comissão de Verificação a ser instituída, poderá emitir ato especial de Reconhecimento, com validade limitada até a data de 31 de dezembro de 2019.

Art. 12. As instituições de ensino superior do sistema estadual de ensino deverão, até 31 de dezembro de 2019, protocolar junto ao Conselho Estadual de Educação, pedido de renovação de Reconhecimento dos cursos de licenciatura que contem com Atos de Reconhecimento emitidos antes da publicação da Lei N.º 9.394/1996.

Parágrafo único. O pedido de renovação de Reconhecimento referido no caput deste artigo deverá ser devidamente acompanhado do Projeto Pedagógico do Curso no qual estará demonstrado o atendimento dos requisitos estabelecidos na Resolução CEE N.º 51/2010 e das diretrizes estabelecidas na presente Resolução.

Art. 13. As instituições de ensino superior do sistema estadual da Bahia deverão encaminhar a este Conselho, no prazo de 60 dias após a publicação desta Resolução, relação dos cursos de graduação por elas ofertados, discriminando:

I – cursos de graduação reconhecidos por tempo determinado, após a LDBEN/1996, especificando prazo de vigência do Ato de Reconhecimento;

II – cursos de graduação que aguardam Atos de Reconhecimento;

III – cursos de graduação reconhecidos antes da Lei N.º 9.394/1996, que até então não solicitaram ato normativo deste Conselho;

IV - as instituições deverão encaminhar ao Conselho as Portarias e Resoluções relativas às adequações adotadas nos cursos de graduação.

Art. 14. Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salvador, 16 de Junho de 2019

Anatércia Ramos Lopes Contreiras

Presidente do CEE-BA

Resolução homologada pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação da Bahia em 08/10/2019

Publicada no DOE em 10/10/2019 SEC/CEE Resolução CEE - 70/2019 Processo CEE N° 0011872- 1/2019_____

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Conselho Estadual de Educação

Criado em 1842

PARECER CEE Número: 164/2019

Interessada: Câmara de Educação Superior

Município: Salvador-BA

Assunto: Projeto de Resolução referente à resolução CNE/CP 02/2015, alterada pelas resoluções CNE/CP 1/2017; 3/2018

Relatora: Conselheira Ester Maria de Figueiredo Souza

Aprovado pelo Conselho Pleno

Câmara de Educação Superior

Processo CEE Nº 0011872-1/2019

Em 16/07/2019

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)

RESOLUÇÃO Nº 2.018/2019

(Publicada no D.O.E. de 02-10-2019, pág. 30)

Aprova o Regulamento das AÇÕES DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação ofertados pela UNEB, e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no uso de suas competências legais e regimentais, e de acordo com o que consta no Processo SEI nº 074.7040.2019.0006138-31, em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Regulamento das ações de Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação ofertados pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), conforme Anexo Único desta Resolução.

Parágrafo Único. Na Graduação, as ações de Curricularização da Extensão, obrigatoriamente serão creditadas para os estudantes, no mínimo 10% (dez por cento) da carga horária total do curso. Na Pós-Graduação, recomenda-se a inclusão das ações de curricularização da extensão.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de setembro de 2019.

José Bites de Carvalho

Presidente do CONSEPE

**OBSERVAÇÃO: O Anexo Único desta Resolução encontra-se disponível no site da UNEB.*

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 2.018/2019

Regulamento das ações de Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da UNEB

Bases legais: Art. 153 do Regimento Geral da UNEB, previsto no Art. 207 da Constituição Federal de 1988, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE BRASIL, Lei 13.005, 2014), com as diretrizes Curriculares Nacionais, Resolução nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, para formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) Resolução MEC nº 02/2015, Parecer CNE/CES nº 608/2018 de 27 de novembro de 2018 e o Plano Estadual de Educação da Bahia (PEE Bahia, Lei 13.559, 2016).

CAPÍTULO I

CONCEITO E DIRETRIZES DA EXTENSÃO

Art. 1º. A Extensão Universitária é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação entre a Universidade e outros setores da sociedade, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Ficam instituídas, por meio da presente Resolução, as Diretrizes para a Curricularização da Extensão na UNEB, definindo princípios, fundamentos e procedimentos que serão observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação da instituição.

Art. 2º. A Curricularização da Extensão parte do pressuposto de que as ações de extensão devem fazer parte do percurso acadêmico de discente, possibilitando-lhes autonomia e protagonismo para que experimentem uma formação acadêmica integral, interdisciplinar e indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 3º. O processo de Curricularização através da extensão visa oferecer ao discente a oportunidade de:

- I. Vivenciar situações reais de seu campo de formação, de modo a ampliar a os conhecimentos teórico-práticos construídos durante o curso;
- II. Analisar criticamente as condições observadas em espaços profissionais com base nos conhecimentos adquiridos, propondo soluções para os problemas levantados, por meio de projetos de intervenção social;
- III. Elaborar, executar e avaliar projetos na área específica da sua formação;
- IV. Flexibilizar a formação, reconhecendo-a como resultado de diferentes experiências curriculares acadêmicas; e,
- V. Discutir e participar de projetos que tratam de diversidade e diferença, abordando relações: étnico-raciais e culturais, identidade de gênero, condição de deficiência, pessoas em situação de risco e violências.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS NA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Art. 4º. Às Pró Reitorias de Extensão - PROEX, de Ensino de Graduação - PROGRAD e de Pesquisa e Ensino de Pós-graduação - PPG - competem:

- I. Assessorar os Colegiados de Cursos, Núcleos de Pesquisa e Extensão - NUPE e Núcleos Docentes Estruturantes - NDE no processo de Curricularização da Extensão; e,
- II. Criar, em articulação com a Secretaria Especial de Avaliação Institucional - SEAVI e demais órgãos de gestão administrativa e acadêmica, Sistemas de monitoramento das ações de extensão previstas no processo de Curricularização que gerem dados e informações para acompanhamento institucional.

Art. 5º. Aos Colegiados de Cursos, compete:

I. Identificar, dentre os componentes curriculares do curso, a dimensão da extensão, organizando sua oferta, de modo que os discentes neles se matriculem, participem de projetos e integralizem o seu curso atendendo a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação - PNE;

II. Mapear, junto com a PROEX e NUPE a prática extensionista desenvolvida nos cursos, associando-a com a demanda social existente do território no qual está inserido, a fim de definir as linhas de extensão e pesquisa mais demandadas em seu entorno social;

III. Associar as linhas de extensão dos cursos com áreas prioritárias definidas pelo Plano Nacional da Extensão Universitária e com a política das ações afirmativas da UNEB; e,

IV. Acompanhar, junto com o NUPE e o NDE o processo de Curricularização da Extensão dos discentes, nos cursos;

Art. 6º. Compete ao NDE, junto com Colegiados e NUPE, segundo orientações das Pró-Reitorias (PROEX e PROGRAD):

I. Planejar a Curricularização da Extensão nos Departamentos; e,

II. Elaborar instrumentos de acompanhamento e avaliação do processo de Curricularização da extensão nos Departamentos, conforme especificidades dos PPC's.

Art. 7º. Ao docente da UNEB, compete:

I. Apresentar, em seus planos de curso, segundo definição do PPC, planejamento para ações de extensão, tendo-a como dimensão estruturante para o ensino e para a pesquisa;

II. Propor projeto de extensão, articulado às demandas sociais políticas e econômicas da sociedade mais ampla; e,

III. Acompanhar a participação discente em projetos de extensão promovidos sob sua coordenação pelo Departamento no qual está lotado.

Art. 8º. Ao discente da UNEB compete:

I. Estar regularmente matriculado(a) em componentes curriculares que contemplem ações de extensão;

II. Participar de programas acadêmicos e de projetos de extensão desenvolvidos na UNEB, ou em outras instituições, desde que previamente regulamentados;

III. Integralizar o mínimo de 10% da carga horária do curso com ações de extensão.

Art. 9º. Caberá à Secretaria Geral de Cursos:

I. Atualizar o Sistema de Registro Acadêmico, de modo que o mesmo possa validar e reconhecer as ações de extensão com participação discente.

Art. 10. Caberá aos NUPES:

I. Registrar e divulgar para a comunidade acadêmica, informações sobre Programas e Projetos de Extensão, com respectiva carga horária, ofertados no âmbito do Departamento.

CAPÍTULO III

DA CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

Art. 11. Nos termos do Art. 153 do Regimento Geral UNEB, parágrafo 2º, as ações de Extensão são classificados em: Programa, projetos, curso, evento e prestação de serviço, sendo definidos para a Curricularização:

I. **PROGRAMAS:** conjunto articulado de dois ou mais projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviço), de caráter orgânico, institucional, transdisciplinar e integrado às atividades de ensino e pesquisa voltadas para um público específico, envolvendo as áreas temáticas de extensão que atendam à dimensão das necessidades do território envolvido;

II. **PROJETO:** conjunto de ações contínuas, de caráter educativo, cultural, artístico, científico e tecnológico que envolvam docentes, pesquisadores, discentes (bolsistas e voluntários), servidores técnicos – administrativas e pessoas da comunidade, com objetivo, carga horária e prazo determinado;

III. **CURSO:** Embasada pela normatização e sistematização da Extensão Universitária e, consoante com a Resolução CNE/CES nº 02, de 01 de julho de 2015, podem ser compreendidos como uma formação continuada, na forma do Art. 16, Resolução CNE/CES nº02, de 01 de julho de 2015, a qual sugere que a formação continuada deve se dar pela oferta de atividades formativas, cursos de extensão, atualização, aperfeiçoamento e especialização que agreguem novos saberes e práticas; e,

IV. **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:** trabalho oferecido pela Instituição de Ensino Superior, ou controlado por órgão público, empresas que se caracterizam por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto, sem resultar na posse de um bem. Quando a prestação de serviço é oferecida como curso ou projeto de extensão, deve ser registrada como tal (curso ou projeto).

Art. 12. Quanto às modalidades para o processo de Curricularização da Extensão, poderão ser realizadas:

I. Definição de carga horária dos componentes curriculares ofertados, podendo ser parcial ou total, previamente planejados, para cada semestre letivo com destinação específica para ações de extensão;

II. Matrícula e aproveitamento de ações de extensão ativas e devidamente cadastradas no Sistema da Pró-Reitoria de Extensão - SISPROEX cujas temáticas sejam articuladas com o currículo e coordenadas por um docente ou técnico da UNEB; e,

III. Criação de componente curricular específico que garanta a participação de discente de diferentes cursos para estudos articulados e realização de projeto extensionista.

Art. 13. O aproveitamento de carga horária das ações de Curricularização da Extensão, previstas no Projeto Pedagógico do Curso e/ou nos Planos de Curso de componentes previstos na matriz curricular e devidamente aprovados pelos órgãos competentes, será automaticamente registrado no histórico escolar.

Art. 14. O discente poderá realizar ações de Curricularização da Extensão, em Programas de Extensão ou em componentes curriculares previstos na matriz do curso, desde o 1º semestre até a sua conclusão. No entanto, para efeito de cômputo, no caso das ações em Programas de Extensão, o discente deverá formalizar os processos através da apresentação de certificados.

Art. 15. Cada Colegiado deverá instituir Comissão para analisar e emitir pareceres em processos de aproveitamento das ações de Curricularização da Extensão realizadas no âmbito de Programas de Extensão e nos planos de curso que tenham em seu escopo a perspectiva da extensionalização do currículo, previamente certificado pelos NUPES.

Art. 16. O Colegiado de Curso apreciará a pertinência, ou não, da solicitação e encaminhará ao Conselho de Departamento para deliberação.

Art. 17. Ao realizar e concluir uma atividade acadêmica não prevista nesta Resolução,

mas que tenha dimensão de extensão relacionada às competências e habilidades previstas no perfil do egresso, o discente poderá solicitar ao Colegiado de Curso a inclusão desta para seu aproveitamento no currículo, com prazo previsto no calendário acadêmico. O aproveitamento da carga horária deverá ser deferido pela Comissão criada pelo Departamento.

CAPÍTULO IV

CURRICULARIZAÇÃO NA MODALIDADE À DISTÂNCIA

Art. 18. Discentes da modalidade de Educação à Distância desenvolverão Atividades Curriculares de Extensão nos espaços de intervenção (comunidade/movimento social/instituição pública) do seu município de atuação. Estas deverão ser previamente cadastrados pela Coordenação do Curso e estar sob a orientação de docente ou de técnico/a com formação de nível superior através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) em uso pela instituição.

Art. 19. Cada atividade poderá ter, no máximo, até 20% (vinte por cento) da sua carga horária total na modalidade de Educação à Distância.

I. Havendo excedente de carga horária cursada, esta poderá ser aproveitada como carga horária complementar, respeitando as normatizações de cada curso; e,

II. Os cursos que já iniciaram o processo de inserção das ações de extensão como componente obrigatório do currículo deverão validar as suas ações de extensão.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Os Cursos terão o prazo de 01 (um) ano (ou dois semestres) para se adequarem ao estabelecido nesta Resolução, contados a partir de sua aprovação.

Art. 21. Os casos omissos deverão ser encaminhados à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UNEB) e avaliados pelo Comitê Assessor de implantação da Curricularização de Extensão ou pela câmara de extensão do CONSEPE.

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO**

RESOLUÇÃO CNE/CP 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002.⁽¹⁾

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 9º, § 2º, alínea "c" da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento nos Pareceres CNE/CP 9/2001 e 27/2001, peças indispensáveis do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologados pelo Senhor Ministro da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, constituem-se de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica.

Art. 2º A organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para:

- I - o ensino visando à aprendizagem do aluno;
- II - o acolhimento e o trato da diversidade;
- III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- IV - o aprimoramento em práticas investigativas;
- V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- VII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

Art. 3º A formação de professores que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da educação básica observará princípios norteadores desse preparo para o exercício profissional específico, que considerem:

- I - a competência como concepção nuclear na orientação do curso;
- II - a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, tendo em vista:
 - a) a simetria invertida, onde o preparo do professor, por ocorrer em lugar similar àquele em que vai atuar, demanda consistência entre o que faz na formação e o que dele se espera;
 - b) a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocados em uso capacidades pessoais;
 - c) os conteúdos, como meio e suporte para a constituição das competências;

⁽¹⁾ CNE. Resolução CNE/CP 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 8.

d) a avaliação como parte integrante do processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias.

III - a pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento.

Art. 4º Na concepção, no desenvolvimento e na abrangência dos cursos de formação é fundamental que se busque:

I - considerar o conjunto das competências necessárias à atuação profissional;

II - adotar essas competências como norteadoras, tanto da proposta pedagógica, em especial do currículo e da avaliação, quanto da organização institucional e da gestão da escola de formação.

Art. 5º O projeto pedagógico de cada curso, considerado o artigo anterior, levará em conta que:

I - a formação deverá garantir a constituição das competências objetivadas na educação básica;

II - o desenvolvimento das competências exige que a formação contemple diferentes âmbitos do conhecimento profissional do professor;

III - a seleção dos conteúdos das áreas de ensino da educação básica deve orientar-se por ir além daquilo que os professores irão ensinar nas diferentes etapas da escolaridade;

IV - os conteúdos a serem ensinados na escolaridade básica devem ser tratados de modo articulado com suas didáticas específicas;

V - a avaliação deve ter como finalidade a orientação do trabalho dos formadores, a autonomia dos futuros professores em relação ao seu processo de aprendizagem e a qualificação dos profissionais com condições de iniciar a carreira.

Parágrafo único. A aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas.

Art. 6º Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes, serão consideradas:

I - as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;

II - as competências referentes à compreensão do papel social da escola;

III - as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;

IV - as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;

V - as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;

VI - as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

§ 1º O conjunto das competências enumeradas neste artigo não esgota tudo que uma escola de formação possa oferecer aos seus alunos, mas pontua demandas importantes oriundas da análise da atuação profissional e assenta-se na legislação vigente e nas diretrizes curriculares nacionais para a educação básica.

§ 2º As referidas competências deverão ser contextualizadas e complementadas pelas competências específicas próprias de cada etapa e modalidade da educação básica e de cada área do conhecimento a ser contemplada na formação.

§ 3º A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

I - cultura geral e profissional;

II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas;

III - conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação;

IV - conteúdos das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino;

V - conhecimento pedagógico;

VI - conhecimento advindo da experiência.

Art. 7º A organização institucional da formação dos professores, a serviço do desenvolvimento de competências, levará em conta que:

I - a formação deverá ser realizada em processo autônomo, em curso de licenciatura plena, numa estrutura com identidade própria;

II - será mantida, quando couber, estreita articulação com institutos, departamentos e cursos de áreas específicas;

III - as instituições constituirão direção e colegiados próprios, que formulem seus próprios projetos pedagógicos, articulem as unidades acadêmicas envolvidas e, a partir do projeto, tomem as decisões sobre organização institucional e sobre as questões administrativas no âmbito de suas competências;

IV - as instituições de formação trabalharão em interação sistemática com as escolas de educação básica, desenvolvendo projetos de formação compartilhados;

V - a organização institucional preverá a formação dos formadores, incluindo na sua jornada de trabalho tempo e espaço para as atividades coletivas dos docentes do curso, estudos e investigações sobre as questões referentes ao aprendizado dos professores em formação;

VI - as escolas de formação garantirão, com qualidade e quantidade, recursos pedagógicos como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação;

VII - serão adotadas iniciativas que garantam parcerias para a promoção de atividades culturais destinadas aos formadores e futuros professores;

VIII - nas instituições de ensino superior não detentoras de autonomia universitária serão criados Institutos Superiores de Educação, para congregar os cursos de formação de professores que ofereçam licenciaturas em curso Normal Superior para docência multidisciplinar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental ou licenciaturas para docência nas etapas subseqüentes da educação básica.

Art. 8º As competências profissionais a serem constituídas pelos professores em formação, de acordo com as presentes Diretrizes, devem ser a referência para todas as formas de avaliação dos cursos, sendo estas:

I - periódicas e sistemáticas, com procedimentos e processos diversificados, incluindo conteúdos trabalhados, modelo de organização, desempenho do quadro de formadores e qualidade da vinculação com escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, conforme o caso;

II - feitas por procedimentos internos e externos, que permitam a identificação das diferentes dimensões daquilo que for avaliado;

III - incidentes sobre processos e resultados.

Art. 9º A autorização de funcionamento e o reconhecimento de cursos de formação e o credenciamento da instituição decorrerão de avaliação externa realizada no *locus* institucional, por corpo de especialistas direta ou indiretamente ligados à formação ou ao exercício profissional de professores para a educação básica, tomando como referência as competências profissionais de que trata esta Resolução e as normas aplicáveis à matéria.

Art. 10. A seleção e o ordenamento dos conteúdos dos diferentes âmbitos de conhecimento que comporão a matriz curricular para a formação de professores, de que trata esta Resolução, serão de competência da instituição de ensino, sendo o seu planejamento o primeiro passo para a transposição didática, que visa a transformar os conteúdos selecionados em objeto de ensino dos futuros professores.

Art. 11. Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, na forma a seguir indicada:

I - eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional;

II - eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;

III - eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade;

IV - eixo articulador da formação comum com a formação específica;

V - eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa;

VI - eixo articulador das dimensões teóricas e práticas.

Parágrafo único. Nas licenciaturas em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

Art. 12. Os cursos de formação de professores em nível superior terão a sua duração definida pelo Conselho Pleno, em parecer e resolução específica sobre sua carga horária.

§ 1º A prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso.

§ 2º A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor.

§ 3º No interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação, e não apenas nas disciplinas pedagógicas, todas terão a sua dimensão prática.

Art. 13. Em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar.

§ 1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

§ 2º A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos.

§ 3º O estágio obrigatório, a ser realizado em escola de educação básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ter início desde o primeiro ano e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.

Art. 14. Nestas Diretrizes, é enfatizada a flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados.

§ 1º A flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional.

§ 2º Na definição da estrutura institucional e curricular do curso, caberá a concepção de um sistema de oferta de formação continuada, que propicie oportunidade de retorno planejado e sistemático dos professores às agências formadoras.

Art. 15. Os cursos de formação de professores para a educação básica que se encontrarem em funcionamento deverão se adaptar a esta Resolução, no prazo de dois anos.

§ 1º Nenhum novo curso será autorizado, a partir da vigência destas normas, sem que o seu projeto seja organizado nos termos das mesmas.

§ 2º Os projetos em tramitação deverão ser restituídos aos requerentes para a devida adequação.

Art. 16. O Ministério da Educação, em conformidade com § 1º Art. 8º da Lei 9.394, coordenará e articulará em regime de colaboração com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e representantes de Conselhos Municipais de Educação e das associações profissionais e científicas, a formulação de proposta de diretrizes para a organização de um sistema federativo de certificação de competência dos professores de educação básica.

Art. 17. As dúvidas eventualmente surgidas, quanto a estas disposições, serão dirimidas pelo Conselho Nacional de Educação, nos termos do Art. 90 da Lei 9.394.

Art. 18. O parecer e a resolução referentes à carga horária, previstos no Artigo 12 desta resolução, serão elaborados por comissão bicameral, a qual terá cinquenta dias de prazo para submeter suas propostas ao Conselho Pleno.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET
Presidente do Conselho Nacional de Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO CNE/CP 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002.^(*)

Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 7º § 1º, alínea “f”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com fundamento no Art. 12 da Resolução CNE/CP 1/2002, e no Parecer CNE/CP 28/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;
- II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;
- III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;
- IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 2º A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o § 2º e o § 5º do Art. 6º, o § 2º do Art. 7º e o §2º do Art. 9º da Resolução CNE/CP 1/99.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET
Presidente do Conselho Nacional de Educação

^(*) CNE. Resolução CNE/CP 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

I – RELATÓRIO

Trata o presente de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CES/CNE.

A Comissão constituída pelas Conselheiras Eunice Ribeiro Durham, Vilma de Mendonça Figueiredo e Silke Weber analisou as propostas provindas da SESu referentes aos cursos mencionados e procedeu a algumas alterações com o objetivo de adequá-las ao Parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior, respeitando, no entanto, o formato adotado pelas respectivas Comissões de Especialistas que as elaboraram. A Comissão retirou, apenas de cada uma das propostas, o item relativo à duração do curso, considerando o entendimento de que o mesmo não constitui propriamente uma diretriz e será objeto de uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior, o que foi objeto do Parecer CNE/CES 583/2001.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Comissão recomenda a aprovação das propostas de diretrizes dos cursos mencionados na forma ora apresentada.

Brasília(DF), 03 de abril de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

Conselheiro(a) Eunice Ribeiro Durham

Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro Jose Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

DIRETRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE HISTÓRIA

Introdução

Este texto apresenta-se como proposta cuja finalidade é substituir o currículo mínimo dos cursos de Graduação em História, que fornecia os parâmetros básicos a sua organização curricular no contexto da antiga Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional.

Para os profissionais que integram a área de conhecimento da História, a substituição do currículo mínimo por instrumento diferente não é necessidade que decorra unicamente da aprovação de nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: ela se impunha, há já bastante tempo, pelas transformações ocorridas desde a década de 1960 na mencionada área de conhecimento, como configurada no Brasil. Com efeito, quando do estabelecimento do antigo currículo mínimo, na década de 1960, os cursos de Graduação em História apresentavam quase todos, neste país, baixo grau de profissionalização e uma presença muito limitada (quando não a simples ausência) de atividades de pesquisa desenvolvidas por docentes e, com maior razão, por estudantes. Os professores universitários trabalhavam em condições difíceis, marcadas quase sempre pela ausência do regime de dedicação exclusiva; inexistia um sistema de bolsas de pesquisa para docentes e discentes. A época inaugurada pela década seguinte, entretanto, em função de mudanças que se davam no seio da área de conhecimento e de transformações institucionais importantes - surgimento e expansão do regime de dedicação exclusiva, implantação progressiva de um sistema nacional de Pós-Graduação em História, aparecimento de um sistema consistente e permanente de bolsas de pesquisa para professores e alunos, mais tardiamente uma proliferação das revistas e outras publicações especializadas -, foi marcada por passos muito importantes no sentido da profissionalização dos historiadores e da consciência da necessária indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na Universidade, ponto posteriormente transformado em preceito constitucional. Eis aí algumas das razões que explicam ter-se transformado o antigo currículo mínimo em instrumento arcaico, acanhado e em descompasso com os progressos do setor.

Outrossim, as mudanças foram ainda mais gerais, no campo da História e para os historiadores. Com efeito, nos anos que vão de 1968 a 1980 apareceram, em diferentes cronologias segundo os países (por exemplo já claramente em 1974 no caso da França, em 1980 nos Estados Unidos, bem mais tarde entre nós, pelo menos como consciência de rupturas radicais), questões que levavam à nova e mais complexa configuração do quadro em que se desenvolviam os estudos históricos. Se houve querelas epistemológicas e teóricas às vezes acirradas, o que mais interessa a nosso assunto é a formidável ampliação ocorrida nos objetos e enfoques disponíveis para os historiadores. Diante dela, o currículo mínimo passou a ser mais do que nunca uma camisa de força; e a solução não seria a simples inclusão de novas áreas de conhecimento histórico e disciplinas afins em sua lista, já que a mencionada ampliação foi de tal ordem que, de fato, impunha a introdução de escolhas: não seria possível, obviamente, tentar esgotar a totalidade do campo percebido para os estudos da História no âmbito de um curso de Graduação, cuja duração deve obedecer a limites de ordem prática e relativos aos custos aceitáveis na formação de especialistas.

A mesma ampliação se dava quanto às ocupações funcionais dos profissionais formados em História no Brasil. Se a tradicional dicotomia entre Bacharelado e Licenciatura parecia bastar no começo da década de 1960, ela parece cada vez mais limitada ou acanhada numa época como a nossa, quando, além das tradicionais destinações (ensino de primeiro e segundo grau, por um lado; ensino universitário ao qual se vinculava a pesquisa, por outro), pessoas formadas em História atuam, crescentemente (e a lista a seguir é seletiva, incompleta): em institutos de pesquisa que não desenvolvem atividades de ensino; realizando pesquisas ligadas a questões vinculadas ao patrimônio artístico e cultural, à cultura material (associação Arqueologia/História, atuação em museus) ou a serviço dos meios de comunicação de massa (imprensa, televisão etc.); funcionando em assessorias culturais e políticas também; trabalhando na constituição e gestão de bancos de dados, na organização de arquivos e em outras áreas de um modo geral ligadas à reunião e preservação da informação.

Note-se que a esta ampliação das áreas de atuação corresponde outra, relativa às linguagens cujo manejo pelos profissionais formados em História tornou-se corrente. Se a forma discursiva continua sendo o meio mais usual de expressão entre historiadores, o domínio de técnicas de análise semântica ou semiótica aplicadas a diferentes linguagens (textual, iconográfica, audiovisual etc.), a

possibilidade de elaborar vídeos e CD-ROMs ao lado dos textos tradicionais, em certos casos (como por exemplo em História Econômica e em Demografia Histórica) o manejo da estatística e de simulações complexas utilizando o computador, vieram a ser corriqueiros. Tornava-se cada vez mais urgente, portanto, um aggiornamento na formação de Graduação em História.

Observe-se que, com todas estas novidades e em especial com sua busca de contatos interdisciplinares e transdisciplinares em proporções nunca vistas, a História sempre manteve a sua especificidade como área do conhecimento. Especificidade esta que não tem a ver tanto com o objeto - em termos gerais, comum a todas as ciências humanas e sociais - mas, sim, com uma forma particular de lidar com as temporalidades e com a exigência de uma formação específica que habilite o profissional de História a um trabalho com variadas fontes documentais, respeitando em cada caso os parâmetros sociais e culturais de seu contexto de formação época a época.

Ao mesmo tempo, não é possível deixar de considerar a enorme diversidade, sob vários pontos de vista, das regiões do Brasil e, mais especificamente, nelas (ou mesmo no interior de cada região), dos programas de História existentes. Se nos limitarmos exclusivamente ao que é específico, uma grande diferença existe, por exemplo, entre os programas de História que oferecem exclusivamente formação na Graduação e aqueles - em número muito minoritário ainda - que possuem a Pós-Graduação stricto sensu.

De início, nos tempos pioneiros da expansão do ensino de Pós-Graduação, mais de um quarto de século atrás, notava-se certa hostilidade, muitas vezes não de todo aberta ou explícita, entre uma Pós-Graduação ainda e docentes ainda não titulados como doutores (e que portanto não desempenhavam tarefas de ensino e orientação na Pós-Graduação) cujo trabalho se desenvolvia numa Graduação eivada de problemas, a começar pela matrícula de alunos cada vez mais numerosos. Com o tempo, entretanto, bem como com os progressos consideráveis ocorridos na titulação dos profissionais e a ampliação das atividades de pesquisa mesmo entre os estudantes da Graduação, tendeu-se, pelo contrário, a uma crescente integração entre Graduação e Pós-Graduação nos programas de História: a qual, não achando, nas estruturas derivadas do antigo currículo mínimo de Graduação e da legislação específica (pensamos nas leis nacionais mas também nas regras de organização interna das universidades) relativa à Pós-Graduação, bases institucionais suficientes, buscou soluções diversas, a exemplo dos laboratórios que integravam docentes e discentes do programa na sua totalidade (Graduação e Pós-Graduação). Tais soluções tinham a desvantagem de uma falta de sanção suficiente às suas atividades: em muitos casos, as atividades dos laboratórios ou das outras formas pensadas para promover a integração Graduação/Pós-Graduação não podiam, por exemplo, ser computadas no regime de horas de trabalho semanais dos docentes, ou como créditos para os discentes. Aos poucos surgiram tentativas mais ambiciosas no sentido da integração - o programa PROIN/CAPES, por exemplo, tem resultado por vezes em práticas e produtos de grande interesse - mas sem dúvida é necessário que a própria organização curricular contribua para tal integração e a favoreça.

É preciso reconhecer, entretanto, que numerosos programas de História no país, além de não disporem ainda de uma pós-graduação stricto sensu, estão longe de estabelecê-la. Por mais que tais programas, por vezes, criem cursos de Pós-Graduação lato sensu de enorme interesse e de maior importância, por exemplo, na formação continuada dos profissionais que atuam no ensino fundamental e no ensino médio e nas necessárias atividades de extensão que inserem as instituições de ensino superior em suas respectivas regiões e contextos sociais, continua sendo verdadeiro que grandes diferenças constata-se segundo esteja ausente ou presente a formação pós-graduada stricto sensu num dado programa.

Razões diversas podem, também, levar alguns programas a reforçar setores que, em outras instituições de ensino superior, encontram-se muito menos desenvolvidos. Assim, a História da África Negra, por exemplo, que sem dúvida deveria estar mais presente entre nós, em alguns casos de fato está, enquanto em outros não conseguiu ainda estabelecer-se minimamente por falta de meios suficientes para tal. Setores como a História Antiga e Medieval, de difícil desenvolvimento devido à necessidade de aprendizagem de línguas ditas "mortas" ou da associação Arqueologia/História, assumem dimensões e importância relativamente grandes em alguns programas, em que abrem opções específicas para os alunos já na Graduação, mas não em outros, onde existem só minimamente.

Muitos programas de formação em História manifestam preocupação especial com a História Regional, por exemplo em áreas do país em que a produção de obras históricas a elas relativa é ainda pequena, sendo desejável reforçar desde a Graduação o interesse pelos assuntos regionais numa perspectiva histórica. Por razões que são extremamente variáveis, certas especialidades em História do Brasil estão muito mais presentes em alguns programas de Graduação (e Pós-Graduação) do que em outros. E estes são somente uns poucos exemplos tomados ao acaso.

Estes e outros fatores de diversidade, bem como a vontade de abrir escolhas flexíveis numa época em que o campo possível de atuação dos profissionais formados em história se ampliou muito, conduzem à necessidade de diretrizes curriculares bem mais abertas do que as do antigo currículo mínimo.

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

O graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das IES, com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos etc.

2. Competências e Habilidades

A) Gerais

- a. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- b. Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- c. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação;
- d. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
- e. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.
- f. competência na utilização da informática.

B) Específicas para licenciatura

- a. Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino – aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- b. domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

3. Estruturação dos Cursos

Os colegiados das instituições deverão estruturar seus cursos, programas, disciplinas, áreas, setores ou outras modalidades, de acordo com seus objetivos específicos, assegurada a plena formação do historiador. Deverão incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas, das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado.

O curso de licenciatura deverá ser orientado também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

4. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos básicos e complementares da área de História se organizam em torno de:

1. Conteúdos histórico/historigráficos e práticas de pesquisa que, sob diferentes matizes e concepções teórico-metodológicas, definem e problematizam os grandes recortes espaço-temporais.

2. Conteúdos que permitam tratamento especializado e maior verticalidade na abordagem dos temas, resguardadas as especificidades de cada instituição e dos profissionais que nelas atuam. As instituições devem assegurar que o graduando possa realizar atividades acadêmicas optativas em áreas correlatas de modo a consolidar a interlocução com outras áreas de conhecimento.

3. Conteúdos complementares que forneçam instrumentação mínima, permitindo a diferenciação de profissionais da área, tais como: atividades pedagógicas, fundamentos de arquivologia, de museologia, gerenciamento de patrimônio histórico, necessariamente acompanhadas de estágio. No caso da licenciatura deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

5. Estágios e Atividades Complementares

1. As atividades de prática de ensino deverão ser desenvolvidas no interior dos cursos de História, e sob sua responsabilidade, tendo em vista a necessidade de associar prática pedagógica e conteúdo de forma sistemática e permanente.

2. As atividades acadêmicas complementares (estágios, iniciação científica, projetos de extensão, seminários extra-classe, participação em eventos científicos) poderão ocorrer fora do ambiente escolar, em várias modalidades que deverão ser reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelos Colegiados/Coordenações dos Cursos.

6. Conexão com a Avaliação Institucional

Os cursos deverão criar seus próprios critérios para avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertencem.

PARECER HOMOLOGADO(*)

(*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 29/1/2002



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.		
RELATOR(A): Silke Weber		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 1363/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 12/12/2001

I – RELATÓRIO E VOTO DO(A) RELATOR(A)

Com objetivo de cumprir o disposto no Inciso III do Art. 18 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação, que estabelece ser a Resolução ato decorrente de Parecer, destinado a estabelecer normas a serem observadas pelos sistemas de ensino, a Câmara de Educação Superior formulou projeto de Resolução específico para as Diretrizes Curriculares de cada um dos cursos de graduação a serem por elas regidas.

Brasília(DF), 12 de dezembro de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).
Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO CNE/CES 13, DE 13 DE MARÇO DE 2002.^(*)

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de História, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecido pelo curso de História deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- b) as competências e habilidades – gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) as competências e habilidades específicas a serem desenvolvidas na licenciatura
- d) a estrutura do curso, bem como os critérios para o estabelecimento de disciplinas obrigatórias e optativas do bacharelado e da licenciatura;
- e) os conteúdos curriculares básicos e conteúdos complementares;
- f) o formato dos estágios;
- g) as características das atividades complementares;
- h) as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de História, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP 2/2002, integrante do Parecer CNE/CP 28/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO
Presidente da Câmara de Educação Superior

^(*) CNE. Resolução CNE/CES 13/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181^o da Independência e 114^o da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

2.3. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Objetivando formar profissionais com perfil desejado, o Curso de História - Licenciatura do *Campus V* possibilita o desenvolvimento das seguintes habilidades e competências:

- ✓ dominar as diferentes concepções teórico/metodológicas que referenciam a investigação e a análise dos processos históricos;
- ✓ evidenciar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- ✓ discutir as problemáticas atuais, refletindo criticamente sobre a inserção dos indivíduos nos diferentes grupos sociais; e sua própria atuação enquanto sujeito histórico;
- ✓ estabelecer o diálogo entre a história e as outras áreas do conhecimento, identificando a construção de distâncias e aproximações entre as mesmas;
- ✓ desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão no âmbito acadêmico, e na prática docente em museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural;
- ✓ conhecer e saber utilizar recursos tecnológicos e de linguagens nas diferentes dimensões da sua prática profissional;
- ✓ dominar os conteúdos básicos que são objeto de ensino-aprendizagem em todos os níveis e nas diversas modalidades de ensino;
- ✓ comprometer-se coletiva e cooperativamente com a elaboração, gestão, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo e curricular da escola atuando em diferentes contextos da prática profissional além da sala de aula;
- ✓ potencializar o desenvolvimento dos alunos, considerando e respeitando suas características pessoais, bem como diferenças decorrentes de situação sócio-econômica, inserção cultural, origem étnica, gênero e religião, atuando contra qualquer tipo de discriminação ou exclusão.

2.4. PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Licenciatura em História da UNEB visa formar profissionais aptos para atuar no ensino de História em todos os níveis, a atuar na pesquisa e produção do conhecimento histórico; trabalhar na preservação do patrimônio histórico cultural, na preservação e produção de fontes históricas, na organização de bancos de dados e arquivos; no desenvolvimento de projetos e assessorias nos setores artísticos, culturais e turísticos.

2.5. CONDIÇÕES DE OFERTA DO CURSO

O Curso de História – Licenciatura é ofertado na modalidade de cursos de oferta contínua da UNEB, cujo acesso é possibilitado por meio de Processo Seletivo aberto ao público mediante Vestibular, realizado anualmente, através da Centro de Processos Seletivos - CPS, em parceria com a PROGRAD ou categorias especiais de matrícula conforme estabelecido no Regimento Geral da UNEB e pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) gerenciado pelo MEC.

Conforme a Resolução nº 2.017/2019 que aprova os quadros demonstrativos de Cursos/Vagas para acesso aos Cursos de Graduação, na modalidade presencial, por meio do Processo Seletivo Vestibular e do Sistema de Seleção Unificada (SISU), e na modalidade à distância, por meio do processo seletivo Vestibular – semestres letivos 2020. Para o vestibular são ofertadas 36 (trinta e seis) vagas e por meio do SISU são ofertadas 04 (quatro) vagas, funciona em alternância de turno entre o vespertino e noturno com observância do calendário acadêmico da Universidade do Estado da Bahia. Quanto ao regime acadêmico o Curso funciona em regime semestral de matrícula por componente curricular, com integralização em um tempo mínimo de 08 semestres e máximo de 14 semestres.

Os candidatos inscritos na condição de optantes, pleiteiam o ingresso na UNEB através do Sistema de Cotas para afrodescendente, implantado em 2003, pela Resolução CONSU nº 196/02, sendo esta revogada pela Resolução CONSU nº

468/07 que posteriormente foi alterada pelas Resoluções CONSU nº 710/2009 e nº 711/2009. Além disso, de acordo com a Resolução CONSU nº 847/2011, um percentual de 5% de sobrevagas serão reservadas a candidatos indígenas.

A seguir são apresentadas cópias das resoluções que estabelecem a atual oferta de vagas para o curso:



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSU

RESOLUÇÃO N.º 468/2007

Publicada no D.O.E. de 16-08-2007, pág. 14

Aprova a reformulação no sistema de reservas de vagas para negros e indígenas e dá outras providências.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO – CONSU da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do Processo nº 0603070067435 e a deliberação do Conselho Pleno, em reunião desta data,

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer reserva de vagas para populações histórica e socialmente discriminadas, no preenchimento das vagas relativas a todos os cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, seja na forma de vestibular ou de qualquer outro processo seletivo, com o objetivo de promover a diversidade e a igualdade étnico-racial no ensino superior baiano e brasileiro.

Art. 2º. Do total de vagas oferecidas em cada curso de graduação e de pós-graduação, reservar-se-ão vagas nas seguintes proporções:

- a) 40% para candidatos negros; e
- b) 5% para candidatos indígenas.

Art. 3º. No ato da inscrição no processo seletivo da graduação ou da pós – graduação, o candidato negro e o candidato indígena que desejar concorrer às vagas especificadas no Art.2 desta Resolução, deverá fazer a opção explícita constante no formulário de inscrição.

Art. 4º. Estão habilitados a concorrer às vagas reservadas candidatos negros e candidatos indígenas que preencham os seguintes requisitos:

- a) Tenham cursado todo o ensino médio em escola pública;
- b) tenha renda familiar mensal inferior ou igual a 10 (dez) salários mínimos; e
- c) sejam e declarem-se negro ou indígena, conforme quadro de auto-classificação étnico-racial constante da ficha de inscrição do respectivo processo seletivo.

§ 1º. Na Ficha de Inscrição do vestibular ou de qualquer outro processo seletivo constarão, explicitamente, os seguintes itens de classificação étnico-racial: Negro, branco, indígena, amarelo.

§ 2º. Os candidatos que fizerem opção expressa pelas vagas reservadas e não se enquadrarem nos requisitos expressos nos itens “a”, “b” e “c” deste artigo estarão sujeitos à eliminação do processo seletivo ou anulação de matrícula, podendo, tal ato, resultar em infração penal, configurada em lei.

Art. 5º. Todos os candidatos inscritos serão classificados pela ordem de pontuação resultante da média das provas e/ou outros instrumentos de avaliação dos processos seletivos respectivos.

Parágrafo Único. É expressamente proibido a diferenciação de provas e/ou outros instrumentos avaliativos, no interior do mesmo processo seletivo, independentemente da opção do candidato em concorrer ou não às vagas reservadas.

Art. 6º. A classificação dos candidatos às vagas nos respectivos cursos de graduação e de pós-graduação, seguida do cálculo da nota de corte para efeito de eliminação, dar-se-á no interior de cada grupo de vagas, separadamente, a saber:

- a) 40% das vagas reservadas aos candidatos negros optantes;
- b) 5% das vagas reservadas aos candidatos indígenas optantes; e
- c) 55% das vagas destinadas aos demais candidatos não optantes.

Parágrafo Único. As vagas não preenchidas poderão ser remanejadas obedecendo ao seguinte critério de preferência de recepção:

- a) 1º - grupo de vagas reservadas aos indígenas optantes;
- b) 2º - grupo de vagas reservadas aos negros optantes; e
- c) 3º - grupo de vagas destinadas aos não optantes.

Art. 7º. A Universidade do Estado da Bahia - UNEB deverá instituir e implementar, um Programa Permanente de Ações Afirmativas, com dotação orçamentária e financeira, estratégias de financiamento, bem como com coordenação própria e caráter institucional.

Art. 8º. O Programa Permanente de Ações Afirmativas da UNEB deverá organizar-se através de projetos e atividades que garantam a permanência e o sucesso dos estudantes ingressos através do sistema de reserva de vagas, e que promovam a diversidade e a igualdade étnico-racial em todas as ações desenvolvidas pela Universidade.

Parágrafo Único. Constará como atividade obrigatória deste Programa, o desenvolvimento e implantação de um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação da trajetória acadêmica dos estudantes ingressos através do sistema de reserva de vagas.

Art. 9º. Os órgãos internos, externos e comissões responsáveis pela organização do vestibular e de outros processos seletivos da UNEB deverão, imediatamente, ajustar às determinações expressas nesta Resolução, os seus documentos, formulários, fichas de inscrição, sistemas de cálculo e demais procedimentos pertinentes.

Art. 10. Todos os materiais de divulgação do vestibular ou de qualquer outro processo seletivo referentes aos cursos de graduação e de pós-graduação da UNEB deverão conter informações precisas, explícitas e diretas referentes às condições de seleção determinadas por esta Resolução.

Art. 11. O sistema de reserva de vagas, conforme especificado nesta Resolução, deverá ser submetido à avaliação durante o ano de 2008 quanto ao percentual de 5% para candidatos indígenas, sem prejuízo de novas disposições sobre a matéria.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições da Resolução nº 196/2002 – CONSU ou quaisquer outras disposições em contrário.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 2007.

Lourivaldo Valentim da Silva
PRESIDENTE DO CONSU



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU)

RESOLUÇÃO Nº. 847/2011
Publicada no D.O.E. de 19-08-2011, p. 33

Altera o artigo 2º da Resolução CONSU nº 468/2007 (D.O.E. de 16-08-2007), na forma em que indica.

O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no uso de suas atribuições legais estatutárias e regimentais, *ad referendum* do Conselho Pleno, com fundamento no Artigo 10, § 6º do Regimento Geral da UNEB, e tendo em vista o que consta no Processo nº. 0603110145906, após parecer favorável da relatora designada,

RESOLVE:

Art. 1º. Incluir os parágrafos 1º e 2º no artigo 2º da Resolução CONSU n.º 468/2007, passando a ter a seguinte redação:

Art. 2º.

a).....

b).....

§ 1º. Exclusivamente para os cursos de graduação, o percentual de 5% sobre as vagas reservadas aos indígenas, previsto na alínea b do caput do artigo 2º, terá o caráter de sobrevaga.

§ 2º. Entenda-se como sobrevaga o quantitativo de vagas resultante da aplicação do percentual de cota reservada aos indígenas (5%) sobre o número de vagas oferecido por turma/curso.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, mantidos todos os demais dispositivos da Resolução CONSU n.º 468/2007 e suas alterações.

Gabinete da Presidência do CONSU, 18 de agosto de 2011.

Lourivaldo Valentim da Silva
Presidente do CONSU



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA
BAHIA (UNEB)**
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E
EXTENSÃO (CONSEPE)

RESOLUÇÃO Nº 2.017/2019

(Republicada por ter
saído com
incorreções) (D.O.E.
01-10-2019, p. 28)

**Aprova os Quadros
Demonstrativos de
Cursos/Vagas para acesso
aos Cursos de Graduação, na
modalidade presencial, por
meio do Processo Seletivo
Vestibular e do Sistema de
Seleção Unificada (SISU), e na
modalidade à distância, por
meio do processo seletivo
Vestibular – semestres letivos
2020, e dá outras
providências.**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO,
PESQUISA E**

EXTENSÃO da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no uso de suas atribuições legais e regimentais, *ad referendum* do Conselho Pleno, com fundamento no artigo 12º,

§ 5º e artigo 14 - incisos VI e XI do Regimento Geral da UNEB e, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 074.7050.2019.0039204-21, após parecer favorável da relatora designada, e ainda a decisão da PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E SEQUENCIAL deste mesmo Conselho,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar os Quadros Demonstrativos de Cursos/Vagas para acesso aos Cursos de Graduação, na modalidade presencial, por meio do Processo Seletivo Vestibular e do Sistema de Seleção Unificada

(SISU), e na modalidade à distância, por meio do processo seletivo Vestibular – semestres letivos 2020, conforme Anexos I e II desta Resolução.

Art. 2º. Das vagas oferecidas por Curso, 40% (quarenta por cento) serão reservadas para candidatos negros, oriundos única e exclusivamente de Escola Pública, nos termos da Resolução CONSU nº 1.339/2018.

Art. 3º. Sobre o quantitativo de vagas ofertadas por curso, tanto para o Processo Seletivo Vestibular, quanto para o SISU, incidirá, nos termos da Resolução CONSU nº 1.339/2018, reserva de sobrevagas no percentual de 5% (cinco por cento) para cada grupo identitário: candidatos indígenas; candidatos(as) quilombolas; candidatos(as) ciganos(as); candidatos(as) com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades; e, candidatos(as) transexuais, travestis ou transgêneros.

Parágrafo Único. As vagas não preenchidas, esgotando-se os candidatos classificados por categoria, serão remanejadas obedecendo aos critérios de preferência de recepção e critérios de desempate, previstos na Resolução CONSU nº 1.339/2018.

Art. 4º. Os cursos de Graduação, na modalidade presencial, funcionarão nos respectivos turnos informados no Anexo I desta Resolução.

Art. 5º. O curso de Bacharelado em Agroecologia seguirá o Regime de Pedagogia da Alternância.

Parágrafo Único. Entende-se por Pedagogia da Alternância a realização do curso em dois tempos, o Tempo Escola (TE) e o Tempo Comunidade (TC), sendo:

I- Tempo Escola (TE) – período de oito horas de atividades acadêmicas diárias, nas quais são garantidas o ensino dos componentes curriculares constantes na matriz do curso.

II- Tempo Comunidade (TC) – período em que os estudantes, ao retornarem para suas respectivas

localidades, desenvolverão atividades orientadas pelos professores e fazem dialogar a vivência do seu cotidiano com os conteúdos ministrados, na perspectiva da práxis.

Art. 6º. Os cursos de Graduação na modalidade à distância, constantes do Anexo II desta Resolução, por suas especificidades, não possuem turno de funcionamento definido.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação. Gabinete da Presidência do CONSEPE,

30 de setembro de 2019.

Eliene Maria da Silva

Presidente
da Câmara
de Ensino de
Graduação e
Sequencial
do
CONSEPE

José Bites de Carvalho

Presidente do CONSEPE

**OBSERVAÇÃO: Os Anexos I e II desta Resolução encontram-se disponíveis no site da UNEB.*

**ANEXO I DA RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 2.017/2019
QUADRO DEMONSTRATIVO DE CURSOS E VAGAS
PARA 2020 MODALIDADE PRESENCIAL**

**PROCESSO SELETIVO VESTIBULAR E SISTEMA DE
SELEÇÃO UNIFICADA (SISU)**

CAMPUS I - SALVADOR							
Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Ciências Contábeis (Bacharelado)	Matutino	0	0	0	30	20	50
Ciências Contábeis (Bacharelado)	Noturno	30	20	50	0	0	0
Relações Públicas (Bacharelado)	Vespertino	0	0	0	30	20	50
Administração (Bacharelado)	Matutino	0	0	0	30	20	50
Administração (Bacharelado)	Noturno	30	20	50	0	0	0
Turismo e Hotelaria (Bacharelado)	Vespertino	0	0	0	25	25	50
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	0	0	20	10	30
Letras/Língua Inglesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	0	0	0	20	10	30
Letras/Língua Espanhola e Literaturas (Licenciatura)	Matutino	20	10	30	0	0	0
História (Licenciatura)	Diurno	30	20	50	0	0	0
Direito (Bacharelado)	Matutino	30	20	50	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		140	90	230	155	105	260
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Matutino	40	10	50	0	0	0
Pedagogia (Licenciatura)	Vespertino	0	0	0	40	10	50
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	50	0	50	0	0	0
Pedagogia (Licenciatura) - Fora de sede: Lauro de Freitas	Vespertino	40	10	50	0	0	0
Psicologia (Bacharelado)	Diurno	0	0	0	44	6	50
Ciências Sociais (Licenciatura)	Matutino	0	0	0	25	5	30
Ciências Sociais (Bacharelado)	Matutino	0	0	0	25	5	30
Filosofia (Licenciatura)	Noturno	0	0	0	40	10	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		130	20	150	174	36	210
Departamento de Ciências Exatas e da Terra	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Design (Bacharelado)	Matutino	32	8	40	0	0	0
Urbanismo (Bacharelado)	Diurno	40	10	50	0	0	0
Sistemas de Informação (Bacharelado)	Diurno	0	0	0	40	10	50
Química (Licenciatura)	Diurno	0	0	0	40	10	50
Engenharia de Produção Civil (Bacharelado)	Vesp./Not.	0	0	0	40	10	50
Física (Licenciatura)	Noturno	36	4	40	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		108	22	130	120	30	150
Departamento de Ciências da Vida	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Nutrição (Bacharelado)	Diurno	15	15	30	15	15	30
Enfermagem (Bacharelado)	Diurno	15	15	30	15	15	30
Fonoaudiologia (Bacharelado)	Diurno	15	15	30	15	15	30
Fisioterapia (Bacharelado)	Diurno	15	15	30	15	15	30
Farmácia (Bacharelado)	Diurno	15	15	30	15	15	30
Medicina (Bacharelado)	Diurno	15	15	30	15	15	30
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		90	90	180	90	90	180

CAMPUS II - ALAGOINHAS

Departamento de Ciências Exatas e da Terra	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Matutino	30	10	40	0	0	0
Matemática (Licenciatura)	Matutino	30	10	40	0	0	0
Sistemas de Informação (Bacharelado)	Diurno	30	10	40	0	0	0
Engenharia Sanitária e Ambiental (Bacharelado)	Noturno	30	10	40	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		120	40	160	0	0	0
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Educação Física (Licenciatura)	Diurno	30	10	40	0	0	0
História (Licenciatura)	Noturno	0	0	0	30	10	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		30	10	40	30	10	40
Departamento de Linguística, Literatura e Artes	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	0	0	25	15	40
Letras/Língua Inglesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	0	0	20	10	30
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	0	0	45	25	70

CAMPUS III - JUAZEIRO

Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Direito (Bacharelado)	Vespertino	0	0	0	45	5	50
Engenharia Agrônoma (Bacharelado)	Diurno	29	6	35	29	6	35
Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia (Bacharelado)	Diurno	10	25	35	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		39	31	70	74	11	85
Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Vespertino	30	10	40	0	0	0
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	30	10	40	0	0	0
Jornalismo em Múltiplos Meios (Bacharelado)	Vespertino	0	0	0	30	10	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		60	20	80	30	10	40

CAMPUS IV - JACOBINA

Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	25	5	30	0	0	0
Letras/Língua Inglesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	20	5	25	0	0	0
História (Licenciatura)	Noturno	35	5	40	0	0	0
Geografia (Licenciatura)	Vespertino	35	5	40	0	0	0
Educação Física (Licenciatura)	Diurno	35	5	40	0	0	0
Direito (Bacharelado)	Matutino	0	0	0	35	5	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		150	25	175	35	5	40

CAMPUS V - SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Matutino	28	2	30	0	0	0
Letras/Língua Inglesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	15	10	25	0	0	0
Letras/Língua Espanhola e Literaturas (Licenciatura)	Matutino	15	10	25	0	0	0
História (Licenciatura)	Noturno	36	4	40	0	0	0
Geografia (Licenciatura)	Vespertino	35	5	40	0	0	0
Administração (Bacharelado)	Noturno	40	10	50	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		169	41	210	0	0	0

CAMPUS VI - CAETITÉ

Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	25	15	40	0	0	0
Letras/Língua Inglesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	20	10	30	0	0	0
História (Licenciatura)	Noturno	25	15	40	0	0	0
Geografia (Licenciatura)	Vespertino	25	15	40	0	0	0
Matemática (Licenciatura)	Matutino	25	15	40	0	0	0
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Matutino	25	15	40	0	0	0
Engenharia de Minas (Bacharelado)	Diurno	25	15	40	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		170	100	270	0	0	0

CAMPUS VII - SENHOR DO BONFIM

Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Matemática (Licenciatura)	Noturno	0	0	0	32	8	40
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Matutino	0	0	0	24	6	30
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	0	0	0	40	10	50
Enfermagem (Bacharelado)	Diurno	24	6	30	0	0	0
Ciências Contábeis (Bacharelado)	Noturno	40	10	50	0	0	0
Teatro (Licenciatura)	Noturno	24	6	30	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		88	22	110	96	24	120

CAMPUS VIII - PAULO AFONSO

Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	0	0	0	30	10	40
Pedagogia (Licenciatura)	Diurno	30	10	40	0	0	0
Matemática (Licenciatura)	Noturno	0	0	0	35	10	45
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Diurno	0	0	0	30	10	40
Engenharia de Pesca (Bacharelado)	Vespertino	0	0	0	30	10	40
Direito (Bacharelado)	Noturno	25	20	45	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		55	30	85	125	40	165

CAMPUS IX - BARREIRAS							
Departamento de Ciências Humanas	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Vespertino	35	5	40	0	0	0
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	35	5	40	0	0	0
Engenharia Agrônômica (Bacharelado)	Diurno	35	5	40	0	0	0
Ciências Contábeis (Bacharelado)	Noturno	50	0	50	0	0	0
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	30	10	40	0	0	0
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Matutino	35	5	40	0	0	0
Medicina Veterinária (Bacharelado)	Diurno	0	0	0	35	5	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		220	30	250	35	5	40

CAMPUS X - TEIXEIRA DE FREITAS							
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Matutino	45	5	50	0	0	0
História (Licenciatura)	Vespertino	40	10	50	0	0	0
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	25	5	30	0	0	0
Letras/Língua Inglesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	20	5	25	0	0	0
Ciências Biológicas (Licenciatura)	Vespertino	30	10	40	0	0	0
Educação Física (Licenciatura)	Matutino	35	5	40	0	0	0
Matemática (Licenciatura)	Matutino	30	10	40	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		225	50	275	0	0	0

CAMPUS XI - SERRINHA							
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Matutino	30	10	40	0	0	0
Pedagogia (Licenciatura)	Vespertino	0	0	0	30	10	40
Administração (Bacharelado)	Noturno	0	0	0	40	10	50
Geografia (Licenciatura)	Noturno	32	8	40	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		62	18	80	70	20	90

CAMPUS XII - GUANAMBI							
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Pedagogia (Licenciatura)	Matutino	30	20	50	0	0	0
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	30	20	50	0	0	0
Administração (Bacharelado)	Noturno	30	20	50	0	0	0
Enfermagem (Bacharelado)	Diurno	20	10	30	0	0	0
Educação Física (Licenciatura)	Diurno	30	20	50	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		140	90	230	0	0	0

CAMPUS XIII - ITABERABA							
Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Direito (Bacharelado)	Vespertino	0	0	0	50	0	50
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	0	0	0	45	5	50
História (Licenciatura)	Noturno	0	0	0	45	5	50
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	0	0	0	45	5	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	0	0	185	15	200

CAMPUS XIV - CONCEIÇÃO DO COITÉ

Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	25	15	40	0	0	0
Letras/Língua Inglesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	0	0	0	25	5	30
História (Licenciatura)	Noturno	0	0	0	30	10	40
Agroecologia (Bacharelado)	Pedagogia da Alternância	40	0	40	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		65	15	80	55	15	70

CAMPUS XV - VALENÇA

Departamento de Educação	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Direito (Bacharelado)	Vesp./Not.	40	10	50	0	0	0
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	40	10	50	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		80	20	100	0	0	0

CAMPUS XVI - IRECÊ

Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	28	2	30	0	0	0
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	38	2	40	0	0	0
Agroecologia (Bacharelado)	Pedagogia da Alternância	40	0	40	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		106	4	110	0	0	0

CAMPUS XVII - BOM JESUS DA LAPA

Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Administração (Bacharelado)	Noturno	0	0	0	30	10	40
Pedagogia (Licenciatura)	Matutino	30	10	40	0	0	0
Pedagogia (Licenciatura)	Noturno	0	0	0	30	10	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		30	10	40	60	20	80

CAMPUS XVIII - EUNÁPOLIS

Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Vespertino	20	20	40	0	0	0
História (Licenciatura)	Noturno	20	20	40	0	0	0
Administração (Bacharelado)	Matutino	20	20	40	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		60	60	120	0	0	0

CAMPUS XIX - CAMAÇARI

Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Ciências Contábeis (Bacharelado)	Noturno	30	20	50	30	20	50
Direito (Bacharelado)	Matutino	0	0	0	40	10	50
Direito (Bacharelado)	Vespertino	40	10	50	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		70	30	100	70	30	100

CAMPUS XX - BRUMADO							
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	30	10	40	0	0	0
Direito (Bacharelado)	Vespertino	40	10	50	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		70	20	90	0	0	0

CAMPUS XXI - IPIAÚ							
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	20	20	40	0	0	0
Engenharia Agroindustrial (Bacharelado)	Diurno	30	10	40	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		50	30	80	0	0	0

CAMPUS XXII - EUCLIDES DA CUNHA							
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	0	0	0	30	10	40
Engenharia Agrônômica (Bacharelado)	Diurno	0	0	0	20	10	30
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	0	0	50	20	70

CAMPUS XXIII - SEABRA							
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Letras/Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura)	Noturno	0	0	0	30	10	40
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		0	0	0	30	10	40

CAMPUS XXIV - XIQUE-XIQUE							
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	Turno	1º Semestre			2º Semestre		
		VEST.	SISU	TOTAL	VEST.	SISU	TOTAL
Engenharia de Pesca (Bacharelado)	Noturno	25	25	50	0	0	0
Engenharia Sanitária e Ambiental (Bacharelado)	Diurno	20	20	40	0	0	0
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO		45	45	90	0	0	0

TOTAL DE VAGAS	2572	963	3535	1529	521	2050
-----------------------	-------------	------------	-------------	-------------	------------	-------------

VAGAS POR FORMA DE INGRESSO	
Vestibular	4101
SISU	1484
Total de Vagas	5585

VAGAS POR SEMESTRE DE INGRESSO	
1º SEMESTRE	3535
2º SEMESTRE	2050
Total de Vagas	5585

**ANEXO II DA RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 2.017/2019
 QUADRO DEMONSTRATIVO DE CURSOS E VAGAS
 PARA 2020 MODALIDADE À DISTÂNCIA
 PROCESSO SELETIVO VESTIBULAR**

CAMPUS III – POLO JUAZEIRO		
Departamento de Ciências Humanas	1º Semestre	2º Semestre
Educação Inclusiva (Licenciatura)	--	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO	--	50

CAMPUS IV – POLO JACOBINA		
Departamento de Ciências Humanas	1º Semestre	2º Semestre
Educação Inclusiva (Licenciatura)	--	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO	--	50

CAMPUS VIII – POLO PAULO AFONSO		
Departamento de Educação	1º Semestre	2º Semestre
Educação Inclusiva (Licenciatura)	--	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO	--	50

CAMPUS IX – POLO BARREIRAS		
Departamento de Ciências Humanas	1º Semestre	2º Semestre
Administração Pública (Bacharelado)	50	--
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO	50	--

CAMPUS X – POLO TEIXEIRA DE FREITAS		
Departamento de Educação	1º Semestre	2º Semestre
Administração Pública (Bacharelado)	50	--
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO	50	--

CAMPUS XIV – POLO CONCEIÇÃO DO COITÉ		
Departamento de Educação	1º Semestre	2º Semestre
Administração Pública (Bacharelado)	50	--
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO	50	--

CAMPUS XV – POLO VALENÇA		
Departamento de Educação	1º Semestre	2º Semestre
Educação Inclusiva (Licenciatura)	--	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO	--	50



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

CAMPUS XIX – POLO CAMAÇARI		
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	1º Semestre	2º Semestre
Administração Pública (Bacharelado)	50	--
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO	50	--

CAMPUS XX – POLO BRUMADO		
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	1º Semestre	2º Semestre
Administração Pública (Bacharelado)	50	--
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO	50	--

CAMPUS XXIV – POLO XIQUE-XIQUE		
Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias	1º Semestre	2º Semestre
Educação Inclusiva (Licenciatura)	--	50
TOTAL DE VAGAS DO DEPARTAMENTO	--	50

TOTAL DE VAGAS	250	250
-----------------------	------------	------------



3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1. CONCEPÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular tem como critério atender ao rol de competências e habilidades, que busca contemplar os diferentes âmbitos do conhecimento profissional e assegurar a formação inicial do profissional de história. A organização dos componentes curriculares em núcleos formativos visa contemplar as dimensões que articulam: disciplinaridade, interdisciplinaridade e transversalidade, formação comum e formação específica, conhecimentos da área de história e conhecimentos que fundamentam a ação educativa, teoria e prática, ensino, pesquisa e extensão, bem como o desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional.

Diante desse cenário, a concepção curricular em tela **direciona** o redimensionamento curricular do curso de Licenciatura em História a partir da **Resolução CNE 02/2015 que Institui a Formação de Professores em âmbito Nacional** e a **Resolução Conselho Estadual de Educação 70/2019** que regulamenta a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação Inicial em Nível Superior, nos cursos de Graduação e Licenciatura, mantidos pelas instituições de ensino superior integrantes do Sistema de Ensino da Bahia, além de outros marcos legais, objetivando contemplar a garantia de alguns pressupostos formativos no âmbito das licenciaturas, a saber:

- **Prática Pedagógica** - indissociação entre teoria e prática, sendo a prática de caráter interdisciplinar e constante durante todo o curso, atendendo a uma formação que permita uma inserção na realidade em que irá atuar, percebendo a prática como parte indispensável do processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, o atual currículo prevê o total de **400 horas** como prática pedagógica transversalizada ao longo dos oito semestres do curso, sendo institucionalizada a partir das disciplinas de **Laboratório do Ensino de História** que perpassa do 1º ao 8º semestre do



curso possibilitando ao discente a imersão no espaço escolar. Possui também 405 horas destinada a **Estágio Supervisionado** que ocorre do 5º ao 8º semestre no currículo. Ao longo do curso os discentes possuem também **Iniciação à pesquisa, iniciação a docência (PIBID e Residência Pedagógica)**, além de atividades de natureza extensionista que possibilita o contato do aluno com a prática pedagógica. Quando se fala em prática pedagógica, refere-se a algo além da prática didática, conceito de práticas pedagógicas se traduz a partir do entendimento de Franco (2012) que define as práticas pedagógicas como práticas sociais que se organizam para dar conta de determinadas expectativas educacionais de um grupo social. Duas questões são fundamentais: articulação com as expectativas do grupo e existência de um coletivo (p.62)

Há **três modalidades de prática pedagógica** que se complementam dentro do Curso:

- a) **Vivência da teoria-prática**, mediante atividades desenvolvidas de forma integrada com as disciplinas que compõem a organização curricular, a qual tem como objetivo aproximar o estudante da realidade social e o aprofundamento dos estudos;
 - b) **Intervenção e iniciação profissional** junto à escola, mediante atividades de observação, regência e participação em projetos;
 - c) **Iniciação à pesquisa e produção** do conhecimento, além de atividades de natureza extensionista.
- **A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS** como uma disciplina obrigatória e específica com carga horária de 60 horas no currículo. A incorporação dessa disciplina no âmbito formativo dos cursos de licenciatura busca construir e cultivar uma cultura de respeito a diversidade linguística dos sujeitos surdos, garantindo o Decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24



de abril de 2002 sobre a Língua Brasileira de Sinais nos cursos de licenciatura.

- A garantia na organização curricular de conteúdos específicos obrigatório na área de **direitos humanos; cultura Afro-brasileira, diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional; educação especial; direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas**. Dessa forma, toda e qualquer atividade configurada neste projeto educacional tem, por base, o respeito e valorização das características próprias de cada grupo social e étnico que compõe a sociedade brasileira, bem como empenha-se, no que lhe competir, para a promoção dos direitos humanos, oportunidade e representação entre as diferenças raciais, de gênero, etárias, de orientação sexual e de confissões religiosas.
- A obrigatoriedade **do Estágio Supervisionado** como espaço formativo e de aprendizagem à docência com a obrigatoriedade de **405 horas** de vivência e inserção no espaço escolar e não escolar da prática profissional, conforme prevê a Resolução do Conselho Nacional de Educação 02/2015 e a Resolução CONSEPE nº 2.016/2019 de Regulamento Geral de Estágio da UNEB.

O presente projeto prevê a oferta de disciplinas que utilizam em parte a modalidade de educação à distância EaD, em caráter opcional, incluindo métodos e práticas de ensino e aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, conforme a Resolução CONSEPE 1820/2015.

Os componentes curriculares assim definidos estão organizados em **três núcleos formativos**, estabelecendo o diálogo permanente com outras áreas do conhecimento das ciências humanas e a interação com a dimensão prática da



formação profissional do licenciado em História, promovendo a socialização de conteúdos curriculares indispensáveis à sua formação, no sentido de privilegiar temas que melhor contribuam para sua atuação profissional que deve ter foco no campo do futuro profissional (escolas e as redes da educação básica), aproximando a sua identidade profissional no âmbito do seu processo de profissionalização. Nesse contexto, será organizado da seguinte maneira:

NÚCLEO 1: NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL, DO CAMPO EDUCACIONAL E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Esse núcleo articula conhecimentos específicos da área de história que norteiam a formação profissional, oportunizando uma formação para o desenvolvimento da autonomia profissional e intelectual, propiciando um diálogo constante entre os conhecimentos da área de história, conhecimentos da educação, formação docente, teoria e prática, interdisciplinaridade e interculturalidade, aspectos no âmbito da inclusão e diversidade, contemplando ainda a relação entre escola e trabalho docente. Esse Núcleo busca superar a oposição de conteudismo e pedagogismo, contemplando o diálogo contante entre as áreas específicas e de formação docente ao instintuir uma relação dialógica entre da área de história, conhecimentos da ação educativa e da formação docente, para tanto é composto por dois eixos que se articulam entre si na formação do profissional de história com o intuito de romper a concepção epistemológica da racionalidade técnica em que as área pedagógica esteve subsumida às áreas teóricas.

EIXO A - CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAL, composto pelas as seguintes áreas:

- Fundamentação teórica metodológica (405 horas)
- Cultura patrimonial e documental (120 horas)
- Brasil (420 horas)



- América (180 horas)
- Europa (330 horas)
- África (195 horas)
- Ásia (60 horas)

O Eixo A deverá incorporar, em seus componentes curriculares, **1/5 de sua carga horária, definida a cada semestre** com atividades de dimensão pedagógica, propiciando ao discente a articulação dos conhecimentos específicos com o campo educacional, promovendo o diálogo com o ensino nas diferentes modalidades e níveis da educação básica.

EIXO B – FORMAÇÃO DOCENTE

O eixo B articula a relação entre conteúdo dos conhecimentos científicos, culturais, educacional e a prática pedagógica, contemplando espaços, tempo e atividades que facilitem aos discentes fazerem a transposição didática dos objetos de conhecimentos específicos em objetos de ensino. O objetivo é contribuir com a formação de uma profissional capaz de articular os conhecimentos específicos de sua área de formação e as diferentes realidades que permeiam o espaço escolar. Fazem parte deste Eixo as seguintes áreas:

- **Conhecimentos Pedagógicos (240 horas)**

Analisa as relações entre sociedade/educação/escola. Discute os fundamentos sócio-político-epistemológicos da educação na formação do profissional de história e na construção da identidade docente, bem como as relações fundamentais do processo de trabalho docente: pesquisa/produção do conhecimento; sujeito/objeto/construção de conhecimento; ensino/aprendizagem; teoria/prática; professor/aluno, aluno/aluno, considerando o processo de inclusão e as diferentes situações sócio-econômicas, de inserção cultural, de origem étnica, de gênero e de religião. Enfoca a prática pedagógica escolar e não escolar enquanto práxis social,



contemplando a perspectiva da pluralidade cultural a partir de atividades extensionistas.

- **Linguagens Docente (105h)**

Desenvolve conhecimentos em torno da Língua Portuguesa e da Língua Brasileira de Sinais. A leitura como vínculo leitor/texto, através da subjetividade contextual, de atividades de retextualização, e da integração com estudos lexicais e gramaticais inerentes às temáticas culturais da língua portuguesa. Realiza estudos teórico-práticos das características socioculturais e linguísticas presentes na educação do surdo, realizando análises sobre o seu desenvolvimento linguístico, reconhecendo a LIBRAS como a segunda língua oficial do Brasil. Identifica os processos teórico-metodológicos educacionais e educativos, na perspectiva da aquisição da LIBRAS como segunda língua para os sujeitos envolvidos no processo de inserção do surdo.

NÚCLEO 2: NÚCLEO DE ESTUDOS DE PESQUISA E DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Esse Núcleo possibilita ao estudante o caráter investigativo no campo dos conhecimentos da área de história, bem como um olhar crítico face as investigações no espaço educativo, propiciando a formação de um profissional que vivencia as problemáticas do espaço escolar, articulando os seus conhecimentos científicos, culturais, educacionais e de formação profissional com o seu campo de pesquisa e de atuação profissional.

Esse Núcleo é composto pelos seguintes eixos: Pesquisa e Formação profissional e o de Prática pedagógica: estágios e Laboratório de ensino



EIXO C - PESQUISA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (165 HORAS)

Esse Eixo Discute questões teóricas e metodológicas pertinentes à sistematização de um Projeto de Pesquisa no âmbito da História e ensino de História, objetivando a capacitação do discente para o exercício da pesquisa – sistematização de dados, interpretação, reflexão e construção de narrativas sobre temas variados e articulados às linhas de pesquisa do curso –, bem como para a prática da pesquisa histórica no âmbito das atividades de extensão e no exercício da docência do ensino fundamental e médio.

As atividades do componente curricular “Pesquisa Histórica”, articuladas com as atividades dos demais componentes curriculares, encaminham o aluno para a produção do TCC, não ficando esta formação restrita à orientação monográfica.

A execução do projeto de pesquisa, conta com a orientação de um professor com título de mestre, doutor ou especialista com experiência no ensino superior, e formação em área correlata ao tema que o aluno pretende desenvolver, sendo que cada professor não deverá ter a seu encargo mais do que cinco orientandos por semestre. A elaboração deste Projeto acontece nos três semestres finais do curso (6º, 7º e 8º). A carga horária de orientação do TCC conta como carga horária de ensino de graduação, pois o TCC é um elemento inerente à formação do aluno, e é registrada no Plano Individual de Trabalho (PIT).

Os alunos se matriculam em dois componentes de orientação monográfica de 60h horas cada, no 6º semestre e 7º semestre, já no 8º semestre realizam uma disciplina de 45 h, perfazendo um total de 165 horas de dedicação à elaboração e execução do projeto de pesquisa para elaboração do TCC. Todo o trabalho da área culmina com a realização e apresentação pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) nas modalidades de Monografia, Ensaio, Artigo, Documentário, Inventário de Fontes e Relato de Experiência.



Ao final dessa seção, apresenta-se a **Resolução nº 622/2004** do CONSEPE que regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso da UNEB e o **Projeto de TCC do Colegiado de História** (documento segue ao final dessa seção), Campus V aprovado no dia 17 de outubro de 2019 em reunião de Colegiado do Curso de História. O objetivo é sistematizar, organizar e regulamentar as atividades de TCC nesse curso.

Esse Eixo é composto pela área **de Pesquisa Histórica**, perfazendo o total de carga horária de **165 horas**, distribuídas da seguinte maneira:

- TCC I: VI semestre - (60 horas)
- TCC II : VII semestre – (60 horas)
- TCC III: VIII semestre – (45 horas)

EIXO D - PRÁTICA PEDAGÓGICA: ESTÁGIOS E LABORATÓRIO DE ENSINO

Esse eixo tem como objetivo promover o diálogo com os espaços de atuação profissional, caracterizando o contexto e as relações de trabalho nesses espaços, possibilitando o contato do graduando com o futuro campo de atuação profissional. Analisa e reflete a prática de ensino de história por meio de observação direta em salas de aula, bem como a inserção dos discentes mediante observação, olhar investigativo sobre a prática pedagógica e regência compartilhada. Dessa forma, tem a intenção de proporcionar momentos de aprendizagem a docência, fazendo uma articulação entre a teoria e a prática.

COMPÕEM ESSE EIXO AS SEGUINTEs ÁREAS:

- **ESTÁGIO SUPERVISIONADO (405 HORAS)**



O Estágio Curricular Supervisionado no curso de Licenciatura em História do Campus V é compreendido como momento de teoria-ação, de reflexão e aproximação com o campo de atuação, como forma de desenvolver uma atitude crítico-reflexivo da própria prática, condição necessária para que o discente possa construir sua identidade profissional.

Nesse sentido, o estágio assume a articulação com a extensão como momento formativo. Esta dimensão perpassa todos os estágios através de atividades diagnósticas e de intervenção e se aprofunda no Estágio Supervisionado II – Oficina, através de projetos de intervenção junto à comunidade. O estágio curricular supervisionado ocorre do 5º ao 8º semestre, totalizando o total de 405 horas de estágio, assim distribuídos: a) **V semestre (90 horas)** dedicadas ao contato inicial do discente com os espaços de atuação do profissional a partir de um primeiro levantamento diagnóstico, mediante elaboração de instrumentos de pesquisa e de categorias de análise das situações cotidianas, na escola, nas salas de aula de história, na educação básica em todas as modalidades, desenvolvendo metodologias e estratégias de escolha do material de apoio; b) **VI semestre (105 horas)** dedicadas à elaboração e execução de projetos de intervenção no ensino fundamental, em instituições escolares da rede pública, na área específica de formação, incluindo-se aí, obrigatoriamente, atividades de regência de classe; c) **VII semestre (105 horas)** dedicadas à elaboração e execução de projetos de intervenção pedagógica, na educação formal em séries regulares em diferentes modalidades e/ou projetos especiais (educação de jovens e adultos, educação rural, aceleração, regularização do fluxo, educação indígena, educação comunitária, educação profissional, educação inclusiva), ou em espaços pedagógicos extra-escolares (ONGs, museus, arquivos, etc.) em forma de mini-cursos, oficinas e projetos de extensão; a sua carga horária contempla **60 horas voltadas para as atividades de curricularização** da extensão, conforme a Resolução 2018/2019 da UNEB. d) **VIII semestre (105 horas)** dedicadas à elaboração e execução de projetos de intervenção pedagógica na educação básica em todas as modalidades, no ensino médio, incluindo-se, obrigatoriamente, atividades de regência de classe,



culminando com a socialização das experiências vividas durante a atuação na regência nos diversos contextos sócio-educacionais experimentados pelos alunos.

Assim, atende às prerrogativas legais da Resolução 02/2015 e do CONSEPE Resolução 2016/2019 no sentido de propiciar a sua profissionalização para atuar no mundo do trabalho, dando-se ênfase à integração dos saberes acadêmicos e das habilidades e competências adquiridas no decurso da formação universitária. Tal concepção se opõe àquela anteriormente vigente que concebia o estágio no último semestre do curso como fechamento e coroamento da formação na qual o estudante iria aplicar toda a teoria aprendida.

Quanto a natureza, os estágios podem ser caracterizados como obrigatórios ou não-obrigatórios. De acordo com a Resolução CONSEPE 2016/2019 os estágios na UNEB, podem assim ser definidos: I - **Estágio obrigatório** é aquele definido como tal no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma; II - **Estágio não-obrigatório** é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso conforme especificação de regulamento de cada curso.

A partir do Parecer CNE/CP nº 028/2001 e a Resolução nº 2016/2019 – CONSEPE são estabelecidos os seguintes critérios para redução da carga horária, previsto no Art. 35, “ Nos cursos de licenciatura será permitida a redução de até 100 (cem) horas dos componentes curriculares de estágio; obedecendo, no máximo, à redução de 1/3 (um terço) da carga horária, em cada componente. I – A redução de carga horária será permitida, para o discente que **comprovar a docência na educação básica, na área do curso, nos últimos 03 (três) anos**. Para maior esclarecimento sobre como é desenvolvida o Estágio Curricular Supervisionado, apresenta-se ao final a Res. CONSEPE nº 2016/2019.

Em relação ao **acompanhamento dos alunos nos espaços formais e não – formais**, onde acontecem as atividades de oficinas, minicursos e projetos de extensão e as regências de classe, as atividades estão sob a responsabilidade do professor supervisor do Estágio, que planeja e organiza as condições de viabilização



do estágio a partir dos encaminhamentos definidos na Comissão Setorial do Curso e na Comissão Departamental de Estágio. Essas comissões, a partir de suas coordenações, se responsabilizam por fazer os contatos com as instituições onde acontecerá o estágio, dirigindo-se aos coordenadores de projetos, de áreas de conhecimento, coordenação e direção dos estabelecimentos. Ao professor supervisor cabe acompanhar a preparação e execução do planejamento pelos estagiários através da elaboração do plano de trabalho e de visitas sistemáticas no decorrer da execução das atividades.

- **Laboratório do Ensino de História (405 horas)**

Problematiza, materializa e sistematiza o exercício da prática do ensino de História no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão, considerando os recursos e procedimentos do conhecimento histórico, tendo em vista a ação-reflexão-ação. Articula a curricularização da extensão contemplando os eixos temáticos definidos para cada semestre, a saber: direitos humanos, gênero e sexualidades, juventude, cidadania e cumprimento de medidas socioeducativas, diversidade religiosa e geracional, desenvolvendo a prática de reinterpretação dos conteúdos para os contextos escolares da educação básica, de produção e utilização de material didático, relacionados à área de conhecimento. Nessa perspectiva, o atual currículo prevê o total de **400 horas** como prática pedagógica que será transversalizada ao longo dos **oito semestres do curso**, sendo institucionalizada a partir dos componentes curriculares de **Laboratório do Ensino de História** que **perpassam do 1º ao 8º semestre do curso**. Assim a prática pedagógica no âmbito dos componentes de Laboratório se consagra com a carga horária total de 405 horas, distribuídas da seguinte maneira: **I semestre** transversaliza **com Educação e Direitos Humanos**, carga horária de 60 horas; **II semestre** transversaliza com **diversidade religiosa, étnico racial e geracional**, carga horária de 60 semestre; **III semestre** transversaliza **com gênero, raça e sexualidade**, carga horária de 45 horas, **IV semestre** transversaliza **com juventude, cidadania e medidas sócio educativas**, carga horária de 45 horas; **V semestre** transversaliza com **linguagens e tecnologias**, carga horária de 60 horas; **VI semestre** realiza **produção de material didático**, carga horária de 45 horas ; **VII semestre** transversaliza



educação de jovens e adultos, carga horária de 60 horas; **VIII semestre** seminário com carga horária de 30 horas.

As práticas pedagógicas, propostas desde o 1º semestre, têm o sentido de fazer concretizar um espaço real de diálogo/ação-reflexão dos processos de construção/reconstrução do conhecimento, enfim, um espaço de ressignificação dos estudos desenvolvidos no Curso. Através das práticas pedagógicas o estudante entrará em contato com as realidades educacionais que abrangem instituições escolares e não escolares, tais como: sindicatos, igrejas, associações, empresas, museus, arquivos ou ainda, clínicas e hospitais, onde o mesmo possa sentir-se acolhido para o desenvolvimento do seu trabalho numa perspectiva interativa.

NÚCLEO 3: NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES PARA ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

A COMPOSIÇÃO DESSE EIXO É CONSTITUÍDA DA SEGUINTE MANEIRA:

- **ACC – ATIVIDADES ACADEMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (200 HORAS)**

Faz parte desse Núcleo as atividades acadêmico-científico-culturais que possibilita a vivência de atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, contempladas sob a forma de iniciação científica, monitoria de ensino e extensão, participação em seminários, congressos e eventos, visitas temáticas ou excursão de estudos, participação em projetos de extensão comunitária ou outros projetos de alcance social relacionados à área do curso; apresentação de trabalhos em eventos de natureza acadêmica na área de formação ou áreas afins.

A Resolução CNE nº 02/2015 (segue abaixo), explicita também outras formas de atividades que podem ser acolhidas ao longo do percurso curricular, desse modo, o curso de História pode abranger:

a) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo



educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; (...).

B) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

No final de cada semestre, os alunos entregam o(os) certificado(s) ao Colegiado de Curso declarando a realização de atividade(s). O Secretário Acadêmico é responsável pela análise do(s) documento(s) entregue(s), tomando como referência os parâmetros estabelecidos pelo anexo único da Resolução, publicando semestralmente a situação de cada aluno quanto ao cômputo da carga horária de AACC. Os comprovantes entregues são colocados em pastas individualizadas, constituindo assim o dossiê do discente.

Por fim, semestralmente, o Colegiado oferta cursos de extensão, oficinas e atividades semipresenciais que podem ser computados como AACC. Além disso, também existem outras possibilidades de ofertas através dos demais Colegiados de Curso do Campus V.

- **Curricularização da Extensão na graduação (323 horas)**

Como atividade obrigatória, a ser creditadas para os estudantes, **no mínimo 10% (dez por cento) da carga horária total do curso**, conforme a Lei 13.005, de 25 de junho de 2014 que estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE e a Resolução CONSEPE 2018/2019 que regulamenta as ações de curricularização nos cursos de graduação ofertados pela UNEB. A atual proposta curricular, possui ao total do percurso formativo equivalente a 3.230 horas, instituindo a obrigatoriedade de 323 horas de **curricularização da extensão** que perpassará ao longo do curso com carga horária nas seguintes áreas:

- **No Eixo A**, teremos Brasil (30 horas); Cultura Documental e Patrimonial (40 horas); América (20 horas); Europa (25 horas); África (16 horas); FTM (5 horas). Assim, as áreas deverão se organizar para compor ações de forma interdisciplinar, priorizando o diálogo entre a sociedade e a universidade, a partir das áreas prioritárias, conforme prevê a legislação.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- **O Eixo B** possui atividades extensionistas na área de Conhecimentos Pedagógicos (20 horas).
- **O Eixo C** possui atividades de caráter extensionista na área de Pesquisa Histórica (20 horas) propiciando um olhar investigativo do graduando com as questões sociais.
- **O Eixo D** possui atividades nas áreas de Laboratório de Ensino (80 horas) e na área de Estágio Supervisionado (60 horas). Essas áreas possibilitarão a imersão do discente em comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas, terreiros de candomblés, organização governamental e outros espaços de diálogo que propicie o diálogo com a sociedade.
- Atuação em projetos de Extensão inscritos e acompanhados pelo NUPE, bem como atividades em ações dos programas de Residência Pedagógica e ou Projeto de Iniciação a Docência desenvolvidos e acompanhados pelos docentes. Cabe ressaltar que a legislação explicita **o mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária total do curso**, desse modo, os discentes poderão ao longo da sua trajetória acadêmica contar com atividades extensionistas no currículo da graduação e em projetos cadastrados no NUPE do Campus V.

Para acompanhar a contagem e integralização da carga horária de 323 horas da atividade extensionista será formada uma comissão permanente de Acompanhamento de Extensão no âmbito do Colegiado de História

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS
COLEGIADO DE HISTÓRIA

DCH - CAMPUS V
Departamento
de Ciências Humanas



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



REGULAMENTO E FUNCIONAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ CAMPUS V DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Artigo 1º - O presente regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso – TCC no Curso de Licenciatura em História, atividade indispensável à integralização curricular.

Artigo 2º - Entende-se por TCC um trabalho acadêmico de caráter obrigatório, sendo um instrumento de avaliação final do curso de ensino superior para a aquisição do diploma de Licenciatura em História. O objeto de estudo será definido pelo aluno a partir de sua experiência curricular e delineado no âmbito da área de Pesquisa Histórica, oportunizando um estudo sistemático.

Artigo 3º - As modalidades do TCC são: a) monografia; b) artigo científico; c) Produção audiovisual; d) organização de banco de dados; e) trabalho final de uma ação de pesquisa de extensão articulada, teorizada e que gere um produto científico social; f) organização de acervo documental com fontes orais, iconográficas, materiais, escritas, audiovisuais ou de outro tipo.

CAPÍTULO II DA DISCIPLINA E MATRÍCULA

Artigo 4º - Os componentes curriculares da área de Pesquisa Histórica (165 horas) integram o Currículo do Curso de Licenciatura em História.

§ 1º O componente curricular supracitado não se desdobra necessariamente em aulas expositivas em classe, constituindo-se em atividade acadêmica de pesquisa, em que cada discente deverá realizar um trabalho de conclusão de curso individual de tema escolhido pelo mesmo e sob o acompanhamento e a orientação permanente de um professor.

Artigo 5º - Os alunos deverão se matricular em três módulos de orientação monográfica, sendo os dois primeiros de 60 horas/aulas e o último de 45 horas/aulas, a partir do VI Semestre, nos quais se dedicarão especificamente à elaboração e execução do projeto de pesquisa.



§ 1º - O componente curricular TCC I ficará sob a responsabilidade de um professor, por turma, que acompanhará o discente na elaboração do projeto pesquisa.

§ 2º - Os componentes curriculares TCC II e TCC III ficarão sob a responsabilidade do professor(a) orientador(a), que acompanhará a realização da pesquisa e elaboração do trabalho final.

Artigo 6º - A matrícula nos componentes da área de Pesquisa Histórica deve obedecer à lógica de pré-requisito, nas respectivas disciplinas TCC I, TCC II e TCC III.

CAPÍTULO III DOS PROFESSORES DA DISCIPLINA

Artigo 7º - O Colegiado do Curso de História, obedecendo a indicação docente, no âmbito de sua competência, indicará os professores que ministrarão o componente curricular de TCC I da área de Pesquisa Histórica.

Artigo 8º - São atribuições dos professores da disciplina TCC I:

- a) Dar conhecimento aos discentes do presente regulamento no início do período letivo;
- b) Acompanhar e orientar o discente na construção do projeto de pesquisa;
- c) Encaminhar os alunos para a Linha de Pesquisa que compõe o curso de História, observando o tema de estudo.

Artigo 9º - Cada discente deverá se matricular nos componentes da área de Pesquisa Histórica obedecendo à ordem disposta nos itens seguintes, bem como observar os requisitos formativos neles dispostos:

- a) TCC I: Conjugação dos conhecimentos já obtidos nos componentes curriculares teóricos do curso, com os conteúdos metodológicos necessários ao desenvolvimento de um Projeto de Pesquisa em História com especial ênfase no processo de definição de tema, de objeto de pesquisa, de problemática e de seleção de fontes. Elaboração de um Projeto de Pesquisa em História com todos os requisitos mínimos exigidos pela disciplina, a saber: Tema, objeto, justificativa, problemática, fundamentos teórico-metodológicos e bibliográficos, fontes de pesquisa, referências. O discente nesse componente deverá ser encaminhado para as Linhas de Pesquisa que compõem o núcleo investigativo do curso.



- b) TCC II: Desenvolvimento da pesquisa, sistematização e análise dos dados, levantamento, leitura e fichamento bibliográfico e elaboração de uma versão preliminar do trabalho final.
- c) TCC III: Elaboração da redação final do Trabalho de Conclusão de Curso e preparação da apresentação do produto final para a banca examinadora.
- § 1º: O requisito único de conclusão do componente TCC I será a apresentação individual do Projeto de Pesquisa pelo(a) estudante. O referido projeto deverá ser avaliado pelo professor do componente juntamente com a respectiva linha de pesquisa. Estes deverão pronunciar-se por meio da elaboração de um parecer circunstanciado.

§ 3º: O estudante que decidir reformular ou refazer o seu projeto de pesquisa após cursado o componente TCC I, poderá fazê-lo mediante a indicação e aceitação de um orientador dentre os docentes da UNEB com a anuência do colegiado.

§ 3º: Durante o transcurso do componente TCC I, todos(as) os (as) estudantes deverão ser orientados pelos professores e pela Coordenação do Colegiado a definirem seus temas e objetos de pesquisa em conformidade com as Linhas de Pesquisa definidas no Artigo 10º deste Regulamento, mesmo que tal definição não seja obrigatória.

CAPÍTULO IV DAS LINHAS DE PESQUISA E PROFESSOR ORIENTADOR

Artigo 10º - O colegiado de História agregará as seguintes Linhas de Pesquisa:

- 1) Escravidão e Pós-abolição;
- 2) Cultura, Memória e identidade;
- 3) Educação, Ensino de História e Práxis Educativa;
- 4) Sociedade, relações de poder e cidadania.

Artigo 11º - Consideram-se habilitados para a função de professor Orientador todos os docentes do Colegiado do curso de Licenciatura em História no âmbito das respectivas Linhas de Pesquisa, independentemente da natureza do seu regime de trabalho.

Artigo 12º - São atribuições do professor Orientador:

- a) Orientar e assistir ao aluno em todas as etapas de desenvolvimento do trabalho de pesquisa;
- b) Organizar o cronograma e registrar as atividades desenvolvidas no semestre;
- c) Avaliar o trabalho de conclusão de curso elaborado pelo discente, sob sua orientação, e quando do término do prazo emitir parecer circunstanciado a coordenação da Linha de Pesquisa, indicando se o discente está apto ou não para a apresentação de TCC à banca examinadora;



- d) Informar oficialmente ao Colegiado do Curso Licenciatura em História a constituição da Banca Examinadora, quando julgar concluído o TCC.

Artigo 13º - Cada professor poderá orientar até 05 (cinco) discentes por semestre letivo.

Artigo 14º - A orientação do TCC contará como carga horária de ensino de Graduação, por serem os componentes TCC I, II e III integrantes do currículo do curso de licenciatura em História, devendo ser registrada no PIT.

CAPÍTULO V DA ELABORAÇÃO DO TCC

Artigo 15º - A elaboração do Trabalho de conclusão de Curso compreenderá etapas que correspondem à estrutura de um trabalho de natureza científica.

Artigo 16º - Compete ao aluno:

- a) Frequentar as reuniões convocadas por seu orientador/ou Coordenador do componente curricular;
- b) Participar de reunião de orientação para análise, discussão e aprimoramento de seu trabalho de pesquisa, conforme o cronograma elaborado junto ao/a orientador/a;
- c) Cumprir o calendário divulgado pela Coordenação do Curso para entrega do texto final e para apresentação do trabalho final.
- d) Elaborar a versão final do TCC de acordo com o presente regulamento e as instruções dadas na orientação;
- e) Comparecer em dia, hora e local definidos para entrega de versão final digitada e apresentação na banca de defesa do TCC.

CAPÍTULO VI DA BANCA EXAMINADORA

Artigo 17º - A Banca Examinadora será constituída mediante solicitação do professor orientador ao Colegiado de História, quando julgar estar concluído o TCC.

§ 1º – Para a solicitação de constituição da Banca Examinadora deverão ser observados os prazos estabelecidos pelo cronograma estipulado pelo colegiado;

§ 2º – Em anexo à solicitação de constituição da Banca, deverão ser encaminhadas 03 (três) cópias do trabalho final.

Artigo 18º - A composição da Banca Examinadora será integrada pelo/a professor/a orientador/a, na condição de presidente da mesa, e mais dois/duas docentes com



titulação de mestre e doutor/a, que prioritariamente tenham pesquisa na área ou afim.

CAPÍTULO VII DA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Artigo 19º - As apresentações dos trabalhos de conclusão de curso, obrigatoriamente deverão integrar as atividades do **Seminário Integrado de Apresentação de TCC** do Colegiado de História.

Artigo 20º - O **Seminário Integrado de Apresentação de TCC** tem o objetivo de fortalecer a aprendizagem dos processos formativos no âmbito da pesquisa de discentes ingressos/as e egressos/as do curso de História do Campus V.

Artigo 21º - O Colegiado de História deverá eleger anualmente uma comissão responsável pela organização do **Seminário**.

Artigo 22º - A duração total da apresentação pública do trabalho de conclusão de curso realizada pelo discente deverá ser de 15 minutos, ampliando se necessário para mais 5 minutos. Em seguida a Banca Examinadora deverá manifestar suas opiniões e questionamentos acerca do trabalho apresentado, cada membro tem, no máximo, 10 minutos de manifestação. O discente só poderá fazer considerações, após a fala da banca examinadora.

Artigo 23º - A carga horária desenvolvida nas atividades do Seminário Integrado de Apresentação de TCC servirá de carga horária de ACC – Atividade Complementar do Curso para os graduandos que frequentam o curso de História do Campus V.

CAPÍTULO VIII DA AVALIAÇÃO

Artigo 24º - Será considerado aprovado na disciplina TCC III o discente que obtiver conceito final igual ou superior a 7,0. A avaliação final será pautada obrigatoriamente em um trabalho acadêmico e na exposição oral na sessão pública que faz parte do Seminário Integrado de Apresentação de TCC.

Artigo 25º - A avaliação do discente matriculado na disciplina TCC III obedecerá a seguinte ponderação:

- a) 70% da nota final corresponderá a avaliação do trabalho monográfico, promovida pela Banca Examinadora, observados os critérios de capacidade de utilização do instrumental teórico-metodológico, síntese, criatividade, organização, coerência, clareza e objetividade;



- b) 30% da nota final corresponderá à avaliação da exposição oral do trabalho, considerando o desempenho do discente diante da arguição da Banca Examinadora.

Artigo 26° - A Comissão Avaliadora deverá dispor de orientação para aplicação uniforme dos critérios de avaliação dos TCCs, abordando dentre outros aspectos:

- a) Conteúdo, fidelidade ao objeto de estudo e metodologia adotada no desenvolvimento do trabalho;
- b) Coesão e coerência do texto e atendimento ao nível culto da língua portuguesa;
- c) Estrutura formal da monografia, quando for o caso, de acordo com as normas técnicas para o trabalho acadêmico.

Artigo 27°- O não comparecimento do discente à sessão pública de apresentação do trabalho monográfico a ser apreciado pela Banca Examinadora implicará na sua reprovação, salvo por motivo de força maior, mediante apreciação e deliberação do Colegiado.

Artigo 28° - A Banca Examinadora, tendo aprovado o TCC com recomendação de alteração de ordem teórico-metodológica, concederá um prazo de 10 (dez) dias para que o discente promova tais modificações. A conclusão do componente curricular ficará condicionada à entrega da versão definitiva do TCC junto com a anuência escrita do orientador, o qual encaminhará ao Colegiado de História a documentação necessária para homologação da aprovação ou manutenção da reprovação do discente.

§ único: A versão final do TCC deverá ser acompanhada de cópia em CD em formato PDF com as devidas correções sugeridas pela banca, no Colegiado de História para que seja encaminhada a Biblioteca do Campus V.

Artigo 29° - Caso a Banca Examinadora identifique plágio no trabalho do discente, este deverá ser sumariamente reprovado por infração à ética acadêmica; as provas devem ser anexadas ao trabalho de conclusão de curso para serem direcionadas e arquivadas pelo Colegiado de História. Deverá ser registrado no parecer o motivo de reprovação do discente e assinado pela Banca Examinadora.

Artigo 30° - O discente que não conseguir aprovação no TCC III deverá rematricular-se no semestre seguinte no componente correspondente.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 31° - Encerrados os trabalhos de avaliação da Banca Examinadora, esta encaminhará ao Colegiado de Curso parecer apresentando o resultado final com as assinaturas dos respectivos membros.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Artigo 32º - A colação de grau e o recebimento do respectivo diploma pelo discente ficam condicionados, irrevogavelmente, à entrega da versão final do TCC no prazo estipulado e à obtenção da nota mínima para aprovação.

Artigo 33º - Os casos omissos no presente regulamento serão decididos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em História, respeitando o Regimento Geral da Universidade e a Resolução nº 622/2004 que aprova o Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, nos Cursos de Graduação da UNEB.

Aprovada em Reunião do Colegiado de História no dia 17 de outubro de 2019.



RESOLUÇÃO N° 1.150/2010

Publicada no D.O.E. de 11-02-2010, p.22

Regulamenta as Atividades Acadêmico Científico Culturais – AACC para os Cursos de Licenciatura da UNEB e revoga a Resolução N° 792/2007 – CONSEPE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, conferidas pelo Art. 15, inciso VII, combinado com o Art. 13, § 4º do Regimento Geral da UNEB, *ad referendum* do Conselho Pleno, de acordo com as diretrizes da Lei n° 9.394/1996, o que estabelecem as Resoluções CNE/CP n° 01 e 02/2002 e o que consta do Processo N.º 0603090240923, após parecer da relatora designada com aprovação,

RESOLVE:

Art. 1º - Regular as Atividades Acadêmico Científico Culturais - AACC para os currículos dos Cursos de Licenciatura da UNEB.

§ 1º - As Atividades Acadêmico Científico Culturais - AACC serão obrigatórias na integralização dos cursos Licenciatura e têm por finalidade aprofundar, ampliar e consolidar a formação acadêmico cultural do discente.

§ 2º - O Colegiado, observando a carga horária total dos currículos dos Cursos de Licenciatura, destinará o mínimo de 200 (duzentas) horas para as Atividades Acadêmico Científico Culturais - AACC que serão validadas na quantidade limite de horas, para aproveitamento, conforme o estabelecido no Anexo Único que integra essa Resolução.

§ 3º - Serão consideradas Atividades Acadêmico Científico Culturais- AACC, aquelas realizadas pelo discente após o seu ingresso na UNEB.

§ 4º - Para os discentes ingressos via categorias especiais de matrícula ou vestibular que já cursaram outro curso de ensino superior (concluído ou não), só serão consideradas como atividades complementares aquelas realizadas no prazo máximo de 2 (dois) anos anteriores ao seu ingresso na UNEB, desde que estejam contempladas no Anexo Único desta resolução.

§ 5º - Poderão ser acrescentadas ao Anexo Único desta Resolução outras Atividades Acadêmico Científico Culturais - AACC, específicas da área, após analisadas pelo Colegiado de Curso e aprovadas pelo Conselho de Departamento.

§ 6º - O planejamento, acompanhamento e avaliação das Atividades Acadêmico Científico Culturais- AACC, realizadas pelos discentes, são da competência dos Colegiados de Curso, a serem registradas em formulário próprio, cuja elaboração será da responsabilidade dos respectivos Colegiados.

3.2. INICIAÇÃO À DOCÊNCIA



Dentro da organização curricular do curso de Licenciatura em História, os Estágios Supervisionados, Laboratórios de Ensino de História e a monitoria de ensino se constituem como atividades que favorecem o campo de exercício profissional dos discentes. As atividades/ações desenvolvidas nessas áreas visam aproximar os discentes do campo profissional, articulando os conteúdos específicos ao fazer-se pedagógico, instituindo espaços de aprendizagem à docência. Oportuniza investigações e diagnósticos do campo de atuação. Elabora e utiliza material didático para aprofundamento de questões que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade.

Além dos estágios e dos laboratórios, que são obrigatórios no currículo de História, os licenciandos podem contar com projetos de iniciação à docência que visam a vivência nas diferentes áreas do campo educacional. A Residência Pedagógica – RP e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, se constituem como uma das possibilidades para o enriquecimento curricular do licenciando ao aproximá-lo da realidade profissional.

Portanto, o estudante vivencia uma série de experiências de observação nos diferentes espaços pedagógicos onde o professor-pesquisador de história pode atuar, ainda na primeira metade do curso, tendo como “lócus” de coordenação dessas experiências, os Laboratórios de Ensino de História, que articulam Prática de Ensino e os demais componentes curriculares. É, também, nesta fase que os estudantes, a partir das situações de vida e de trabalho, são desafiados a refletir teoricamente sobre as mesmas, construindo assim um referencial teórico-metodológico de suporte as suas práticas na área de ensino de história.

Assim, ao longo da vivência curricular os discentes vivenciam ações formativas no seu campo profissional, a partir das seguintes atividades:

- **O Estágio Curricular Supervisionado no curso** de Licenciatura em História do Campus V é compreendido como momento de teoria-ação, de reflexão e aproximação com o campo de atuação, como forma de desenvolver uma atitude crítico-reflexivo da própria prática, condição necessária para que o discente possa construir sua identidade profissional. Nesse sentido, assume a



articulação do estágio com a extensão como momento formativo. Tal concepção se opõe a aquela anteriormente vigente que concebia o estágio no último semestre do curso como fechamento e coroamento da formação na qual o estudante iria aplicar toda a teoria aprendida.

- **A Prática Pedagógica** transversaliza o curso de História, através do componente curricular de Laboratório de Ensino de História, estruturados ao longo dos oitos semestres, a partir de discussões contemporâneas de conteúdos específicos, conforme prevê a Resolução 02/2015, obrigatório na área de direitos humanos; cultura Afro-brasileira, diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional; educação especial; direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.
- **A monitoria de ensino** é uma atividade presente no curso de História, podendo ser por modalidade de bolsa ou voluntária, conforme prevê a Resolução que 634/2004 (segue ao final dessa seção). Essa atividades se constitui como uma das funções acadêmicas que, no seu papel de atividade complementar nos cursos de graduação tem o objetivo de promover maior interação entre o corpo docente e o discente, proporcionando oportunidades para a integração da teoria com a prática na formação do futuro profissional.

Atualmente, portanto, o estudante vivencia uma série de experiências de observação nos diferentes espaços pedagógicos onde o professor-pesquisador de história pode atuar, ainda na primeira metade do curso, tendo como “locus” de coordenação dessas experiências, os Laboratórios de Ensino de História, que articulam Prática de Ensino e os demais componentes curriculares, além da monitoria de ensino. É, também, nesta fase que os estudantes, a partir das situações de vida e de trabalho, são desafiados a refletir teoricamente sobre as mesmas, construindo assim um referencial teórico-metodológico de suporte as suas práticas na área de ensino de história.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)

RESOLUÇÃO Nº 2.016/2019

(Publicada no D.O.E. de 21-09-2019, pág. 36)

Aprova o Regulamento Geral de Estágio da UNEB.

O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no uso de suas competências legais e regimentais, e de acordo com o que consta no Processo SEI nº 074.7040.2019.0007151-61, em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Regulamento Geral de Estágio da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), conforme Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CONSEPE nº 795/2007.

Sala das Sessões, 03 de setembro de 2019.

José Bites de Carvalho

Presidente do CONSEPE

**OBSERVAÇÃO: O Anexo Único desta Resolução encontra-se disponível no site da UNEB.*



ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 2.016/2019 REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO

Este Regulamento Geral de Estágio fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96; na Lei nº 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes, nas Resoluções do Conselho Nacional de Educação referentes as diretrizes para licenciaturas e bacharelados e no Decreto nº 10.181/2006 que dispõe sobre o Regimento Geral da Universidade do Estado da Bahia.

TÍTULO I - DOS ESTÁGIOS

CAPÍTULO I

OBJETIVOS, TIPOLOGIA, TEMPOS E ESPAÇOS DOS ESTÁGIOS

Art.1º - Os cursos, suas modalidades e tipos, doravante serão indicados neste Regulamento de forma abreviada, como se segue: Cursos de Oferta Contínua (COC); Cursos de Programas Especiais (CESP); Cursos Tecnológicos (CT); Cursos Sequenciais (CS); Modalidade Presencial (MP), Modalidade Semipresencial (MSP), Modalidade à Distância (EAD); Cursos de Bacharelado (BACH); Cursos de Licenciatura (LIC), além do Projeto Pedagógico do Curso que será indicado pela sigla (PPC), Coordenação Central de Estágio (CCE), Coordenação Departamental de Estágio (CDE) e Coordenação Setorial de Estágio (CSE).

Art. 2º - Estágio é uma atividade curricular formativa a ser integralizada por estudantes de todas as modalidades de cursos de graduação da UNEB, nos termos dos respectivos PPC, caracterizado como um ato educativo orientado e supervisionado.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os estágios deverão apresentar consonância com a Lei Federal de Estágio nº 11.788/2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso, com o perfil dos egressos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional da UNEB (PDI) e nos respectivos PPC, que indicam uma formação para o trabalho aliada ao compromisso com o exercício da cidadania e a garantia de justiça social.

Art. 3º - Os estágios serão desenvolvidos em espaços que possibilitem ao graduando, experiências crítico-reflexivas no campo profissional de sua área de formação, fundamentadas no perfil do egresso de cada curso, implicando uma permanente articulação entre as aprendizagens teórico-práticas.

§1º. Os estágios deverão articular-se prioritariamente com as políticas públicas e movimentos da sociedade civil que expressem os princípios indicados no artigo 2º deste regulamento;

§2º. Os estágios deverão realizar-se, prioritariamente, nas redes públicas e em instituições e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, observando as demandas e especificidades locais dos cursos e departamentos.

§3º. Os estágios deverão articular-se, prioritariamente, com programas ou projetos da UNEB e/ou das instituições parceiras, que promovam a interação entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 4º Considerando que os estágios envolvem outras instituições, organizações ou empresas e a necessidade da articulação prevista em parágrafos anteriores, os mesmos poderão ser planejados com cronogramas específicos, podendo ter periodicidades diferentes das demais atividades curriculares, devidamente aprovadas pelos órgãos colegiados departamentais, a partir de Plano de Trabalho apresentado pela CSE do Curso.

Art. 5º Considerando o caráter multicampi e multiregional da UNEB e as especificidades de algumas áreas de formação, os estágios poderão se realizar fora da sede do município onde estão localizados os Departamentos.



PARÁGRAFO ÚNICO: caberá à Coordenação Setorial de estágio de cada curso a prerrogativa de deliberar sobre a realização de estágios fora da sede do município dos departamentos.

Art. 6º Os estágios fora de sede se justificam nas seguintes situações:

I - Inserção no âmbito de uma ação universitária mais ampla de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, devidamente justificada;

II – Ausência ou insuficiência de campos de estágio no município sede, devidamente justificada;

III - Especificidades de campos de estágio devidamente justificado.

Art. 7º Os estágios poderão prever articulação intermodalidades de cursos (presenciais e EaD), bem como a utilização de mediação tecnológica como procedimento auxiliar que permita acompanhamento dos estágios, nos marcos da legislação existente e devidamente registrados no seu Plano de Trabalho, aprovado pela CSE e pelo Colegiado de Curso.

Art. 8º Considerando os estágios como atos curriculares que propiciam o permanente diálogo teoria/prática em interação com os campos de exercício profissional, recomenda-se que os PPC distribuam a carga horária total dos estágios ao longo do curso e não somente nos últimos períodos, adequando-os a cada momento do percurso formativo do graduando, de acordo com as DCNs de cada curso.

Art. 9º Os estágios realizados durante o período em que o estudante esteja matriculado em curso de graduação da Uneb, que digam respeito a sua área de formação, são atos curriculares e podem ser caracterizados como obrigatórios ou não-obrigatórios:

I - Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;

II - Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso conforme especificação de regulamento de cada curso.

PARÁGRAFO ÚNICO. Para ambos os tipos, aplica-se a definição constante do artigo 2º deste Regulamento, ressalvadas as especificidades nas formas de orientação e supervisão, quando couber.

Art. 10. A carga horária máxima de atividade de estágio, deve ser de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, compatível com as atividades acadêmicas, conforme estabelecido nos termos de compromisso de estágio.

§ 1º Os estágios de cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderão ter sua jornada programada para até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no PPC.

§ 2º Outras situações especiais deverão ser previstas nos Planos de Trabalho, aprovados pela CSE e Colegiados, desde que amparadas na Lei Federal de Estágio.

Art. 11. Os estágios deverão proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades individuais e grupais, devem contemplar oportunidades formativas no desenvolvimento de atividades, individualmente e em grupo, conforme as especificidades do PPC do curso.

Art. 12. Além deste Regulamento e da legislação que o ampara, os estágios obedecerão aos regulamentos próprios, elaborados pelas CSE e aprovados pelo respectivo Colegiado e Conselho Departamental.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os regulamentos dos CESP serão elaborados pela Coordenação de Estágio do Programa e submetidos aos Conselhos Superiores.

CAPÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES ENVOLVIDAS

Art. 13. São responsabilidades da Universidade do Estado da Bahia, em relação aos estágios de seus estudantes:



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

I – assegurar campos para os estágios obrigatórios, podendo recorrer a agências de intermediação, sendo facultado ao discente a indicação de espaços para tal finalidade, a serem referendados pela CSE;

II – celebrar convênio com a instituição concedente para realização dos estágios, quando couber, conforme descrito no Regulamento de cada curso;

III - celebrar obrigatoriamente, termo de compromisso com o estudante ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluto ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio ao PPC, à etapa e modalidade da formação escolar acadêmico do estudante, ao horário e calendário escolar acadêmico;

IV – garantir aos Departamentos, Pró-Reitoria de Graduação e Coordenações de Estágio, recursos financeiros específicos e suficientes para as atividades de estágio;

V – prever e garantir transporte para os professores orientadores em supervisão e materiais específicos para a realização dos estágios, considerando a natureza das atividades de estágio e o planejamento orçamentário anual da Universidade, a ser aprovado pelos Conselhos de Departamento.

VI – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação sócio- profissional do estudante;

VII – indicar professor orientador e tutores EAD da área do estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

VIII – solicitar do estudante a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de instrumentos de registro e avaliação das atividades de estágio, em conformidade com as especificidades de cada estágio;

IX – zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso, reorientando o estagiário para outro local, em caso de descumprimento de suas normas;

X - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus estudantes, quando necessárias;

XI – prover a apólice de seguro de vida e acidentes pessoais para o estagiário, docente orientador e tutor de EAD, bem como profissionais que assistem estagiários e/ou professores com necessidades especiais, nos estágios obrigatórios.

XII – prever e garantir recursos para diárias (alimentação e hospedagem) e transporte para deslocamento do docente e tutor de EAD para realizar acompanhamento do estagiário, quando o mesmo ocorrer fora da sede do município do Departamento.

XIII – garantir infraestrutura adequada e manutenção periódica dos equipamentos das clínicas-escola, laboratórios de ensino, núcleos de prática e demais espaços formativos da UNEB, nos quais se realizam parte dos estágios dos cursos de graduação.

XIV – emitir certificação aos supervisores/preceptores de estágio, mediante comprovada colaboração técnica/científica durante o período previsto no plano de trabalho de estágio, com definição de carga horária cumprida e de acordo com o Regulamento da cada curso.

XV – prover, através dos Departamentos, os materiais e equipamentos de proteção individual obrigatórios para que os estudantes realizem os estágios obrigatórios.

Art. 14. São responsabilidades das pessoas jurídicas de direito privado e dos órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das organizações da sociedade civil, bem como dos profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, ao oferecer campos de estágio para estudantes da UNEB:

I – estabelecer convênio com a UNEB para realização dos estágios, quando de interesse das partes;



- II – celebrar, obrigatoriamente, Termo de Compromisso com a UNEB e o estagiário, zelando por seu cumprimento;
- III – ofertar instalações e condições adequadas que proporcionem ao estudante atividades de aprendizagem sócio profissional;
- IV – indicar profissional de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento pertinente ao estágio, para supervisionar os estagiários.
- V – contratar em favor do estagiário, nos casos de estágios não-obrigatórios, seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no Termo de Compromisso;
- VI – entregar documento comprobatório de realização do estágio, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho, por ocasião do desligamento do estagiário;
- VII – manter à disposição da fiscalização dos órgãos competentes, documentos que comprovem a relação interinstitucional de estágio;
- VIII – enviar à Universidade do Estado da Bahia com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;
- IX – estabelecer a duração do estágio, na mesma parte concedente, que não exceda 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência.
- X – conceder bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório;
- XI - prover ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias acadêmicas, com garantia da remuneração, quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação;
- XII – garantir a redução de pelo menos à metade da carga horária do estágio, nos períodos de avaliação, de verificações de aprendizagem periódicas ou finais da Universidade do Estado da Bahia, segundo estipulado no Termo de Compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante;
- XIII – garantir o cumprimento da legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho para o estagiário;
- XIV - considerar a carga horária de atividade de estágio máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, compatíveis com as atividades acadêmicas, conforme estabelecido no Termo de Compromisso de estágio.

TÍTULO II – DAS INSTÂNCIAS DE COORDENAÇÃO

CAPÍTULO III – DA COORDENAÇÃO CENTRAL DE ESTÁGIO(CCE)

Art. 15. A Coordenação Central de Estágio da UNEB está vinculada à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD) e tem as seguintes atribuições:

- I. assessorar e orientar as coordenações departamentais e setoriais de estágio;
- II. acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelas coordenações departamentais e setoriais de estágio;
- III. promover reuniões para análise e discussão de temas relacionados a estágios;
- IV. reunir informações relativas a estágio e divulgá-las entre os campi;
- V. propor alterações e/ou atualizações ao regulamento geral de estágio, ouvidas as coordenações departamentais e setoriais de estágio e submetendo-as às instâncias pertinentes para deliberação;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

VI. organizar e atualizar arquivos sobre legislação e demais exigências referentes aos estágios obrigatórios e não-obrigatórios, às oportunidades de estágios em instituições públicas e particulares e aos convênios firmados entre estas e a UNEB;

VII. propor a celebração de convênios de estágio, quando couber, em colaboração com as coordenações departamentais e setoriais de estágio;

VIII. planejar e promover encontros, seminários, palestras e cursos para os coordenadores setoriais e departamentais de estágio, professores orientadores de estágio e demais envolvidos com os estágios;

IX. promover encontros acadêmicos bianuais voltados para a socialização e avaliação das experiências de estágios.

Art. 16. A Coordenação Central de Estágio será composta por titulares e suplentes:

I - Gerente da PROGRAD responsável pelo acompanhamento dos currículos de graduação;

II - Subgerente de Apoio Pedagógico da PROGRAD responsável pelo acompanhamento dos currículos de graduação;

III - 03 (três) docentes de cursos de Licenciatura de áreas de conhecimento distintas;

IV - 03 (três) discentes de cursos de Licenciatura de áreas de conhecimento distintas;

V - 03 (três) docentes de cursos de Bacharelado de áreas de conhecimento distintas;

VI - 03 (três) discentes de cursos de Bacharelado de áreas de conhecimento distintas;

VII - 01 (um) representante da coordenação dos programas especiais na modalidade presencial;

VIII - 01 (um) representante da coordenação dos programas especiais na modalidade a distância;

IX - 01 (um) representante da ADUNEB;

X - 01 (um) representante do DCE.

§ 1º Os representantes e seus respectivos suplentes da Coordenação Central de Estágio, com exceção dos constantes nos incisos I e II deste artigo, terão mandatos de 02 (dois) anos e serão eleitos no Encontro Bianual de Estágio.

§ 2º As áreas de conhecimento definidas pela PROGRAD para acompanhamento dos currículos são: Ciências da Vida, Humanidades, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e Letras, Linguística e Artes.

§ 3º O Coordenador será um docente, eleito pelos membros da Coordenação Central de Estágio, o qual deverá atribuir 20 (vinte) horas de sua carga horária semanal para as atividades de coordenação, registrando-as no Plano Individual de Trabalho (PIT).

§ 4º Os demais representantes docentes atribuirão 04 (quatro) horas de sua carga horária semanal para atividades da Coordenação Central de Estágio, as quais deverão ser registradas no Plano Individual de Trabalho (PIT).

§ 5º No caso de vacância de qualquer representação, a vaga deverá ser ocupada pelos respectivos suplentes, eleitos no encontro bianual de estágio. Em caso de inexistência de suplentes eleitos, a PROGRAD indicará os substitutos.

CAPÍTULO IV

DAS COORDENAÇÕES DEPARTAMENTAIS DE ESTÁGIO (CDE)

Art. 17. As Coordenações Departamentais e da UNEAD de Estágio da UNEB, terão as seguintes atribuições:

I. articular e assessorar as coordenações setoriais, a fim de promover o diálogo entre os diversos cursos, visando uma organização das ações relacionadas aos estágios nos departamentos;

II. cadastrar as instituições locais, regionais e estaduais que possam oferecer estágio;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- III. propor a formalização de parcerias/convênios/acordos/cooperação técnica com instituições públicas e particulares, visando a ampliação dos campos de estágios, em articulação com as CSE e CCE
- IV. elaborar, anualmente, o seu Plano de Trabalho, em articulação com a CCE e CSE;
- V. auxiliar na elaboração dos regulamentos de estágios dos cursos/programas em consonância com este Regulamento Geral;
- VI. elaborar e executar planos anuais para os estágios, buscando fortalecer os convênios estabelecidos para a sua realização, as suas contribuições institucionais e garantir espaços de reflexão visando a sua melhoria;
- VII. dar suporte às coordenações setoriais dos estágios nos diversos eventos acadêmicos;
- VIII. promover encontros periódicos com os professores de estágio de todos os colegiados de cursos, para planejar ações que alcancem e beneficiem a comunidade de um modo geral;
- IX. acompanhar e avaliar os trabalhos das coordenações setoriais dos estágios;
- X. articular-se com a Direção de Departamento/Campus e os Colegiados de Curso, tendo em vista fortalecer as ações de estágio;
- XI. receber e encaminhar as propostas referentes ao seguro de vida de estágio para discentes e docentes.

Art. 18. A Coordenação Departamental de Estágio será composta por:

I - coordenadores setoriais de estágio de cada curso/programa ou um professor membro da CSE indicado por ela, sendo um deles eleito como Coordenador para mandato de 02 (dois) anos;

II - 01 (um) representante do corpo discente, titular ou suplente, indicado por entidade representativa, para um mandato de um ano, dentre aqueles regularmente matriculados em componentes curriculares de estágios.

III - 01 (um) representante dos servidores técnicos administrativos.

§ 1º O Coordenador deverá atribuir 04 (quatro) horas de sua carga horária semanal para as atividades de Coordenação, registrando-as no Plano Individual de Trabalho (PIT).

§ 2º Os demais representantes docentes deverão atribuir 02 (duas) horas de sua carga horária semanal para as atividades de Coordenação, registrando-as no Plano Individual de Trabalho (PIT).

§ 3º A Coordenação Departamental de Estágio deve articular a participação frequente em suas atividades, de representantes das partes concedentes de estágios.

CAPÍTULO V

DAS COORDENAÇÕES SETORIAIS DE ESTÁGIO (CSE)

Art. 19 As Coordenações Setoriais de Estágio da UNEB serão organizadas por curso/programa, tendo as seguintes atribuições:

I. planejar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades relacionadas aos estágios obrigatórios e não-obrigatórios;

II. elaborar, anualmente, o seu Plano de Trabalho; em articulação com a CCE e CDE, e sempre que possível, com as partes concedentes;

III. elaborar o regulamento de estágio do curso/programa, em articulação com a CDE e em consonância com este Regulamento Geral, submetendo a sua aprovação ao Colegiado de Curso e ao Conselho de Departamento, responsabilizando-se por sua atualização;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- IV. propor ao Conselho de Departamento, de forma articulada com os colegiados de cursos, com as CDE e com os núcleos docentes estruturantes (NDE), medidas que visem à melhoria das ações vinculadas aos estágios obrigatórios e não-obrigatórios;
- V. articular-se com os colegiados de cursos, com as CDE de estágio e com os núcleos docentes estruturantes, visando garantir as condições favoráveis aos professores orientadores para o acompanhamento de estágio e a qualidade da participação de alunos nos estágios obrigatórios e não-obrigatórios;
- VI. subsidiar o colegiado de curso nas análises e decisões referentes aos estágios;
- VII. propor celebração de convênios e parcerias à CDE para a realização de estágios;
- VIII. submeter ao Colegiado de Curso a indicação dos docentes para acompanhamento dos estágios não-obrigatórios;
- IX. formalizar o encaminhamento dos estagiários aos locais de estágio;
- X. analisar e emitir pareceres sobre os pedidos de aproveitamento de carga horária para o estágio obrigatório;
- XI. realizar visitas presenciais às instituições parceiras;
- XII. coordenar e orientar a organização da documentação dos estágios obrigatórios, e orientar a organização dos estágios não obrigatórios;
- XIII. propor e promover eventos em articulação com a Coordenação Departamental que aproximem as instituições que são campos de estágio da Universidade;
- XIV. promover encontros locais em articulação com a Coordenação Departamental para a socialização de experiências de estágios;
- XV. promover anualmente, encontros de avaliação do Plano de Trabalho, com a participação de estagiários, supervisores/preceptores e representantes das partes concedentes.

Art. 20. As Coordenações Setoriais de Estágio, para os cursos de oferta contínua, terão a seguinte composição:

I - professores de estágio, sendo dois deles, eleito por seus pares, como Coordenador Setorial de Estágio e o outro suplente e/ou Coordenação Colegiada de Estágio.

II - 01 (um) representante do corpo discente, titular ou suplente, indicado por entidade representativa do curso para um mandato de um ano.

§ 1º O Coordenador deverá atribuir 04 (quatro) horas de sua carga horária semanal para as atividades de Coordenação, registrando-as no Plano Individual de Trabalho (PIT).

§ 2º Os representantes docentes atribuirão 02 (duas) horas de sua carga horária semanal para atividades da CSE, as quais deverão ser registradas no Plano Individual de Trabalho (PIT).

Art. 21. As coordenações setoriais de estágio, para os cursos integrantes dos programas especiais, terão a seguinte composição:

I- Até três professores orientadores de estágio do curso;

II- Coordenador Geral do curso;

III- 01 (um) professor articulador do curso;

IV- 01 (um) representante discente do curso;

V- 01 (um) representante de cada movimento social (quando couber);

VI- 01 (um) representante de cada movimento sindical (quando couber);

VII- 01 (um) representante de Organização Não Governamental (quando couber);

VIII- 01 (um) representante da tutoria para os cursos na modalidade à distância.



§ 1º O Coordenador será um docente, eleito pelos membros da Coordenação, o qual deverá atribuir 04 (quatro) horas de sua carga horária semanal para as atividades de Coordenação, registrando-as no Plano Individual de Trabalho (PIT), quando for docente da UNEB.

§ 2º Os representantes docentes atribuirão 02 (duas) horas de sua carga horária semanal para atividades da Coordenação Central de Estágio, as quais deverão ser registradas no Plano Individual de Trabalho (PIT), quando for docente da UNEB.

Art. 22. O mandato do Coordenador Setorial de Estágio será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Art. 23. A Coordenação Setorial de Estágio deverá articular a participação frequente de representantes das partes concedentes de estágios em suas atividades.

CAPÍTULO VI

DAS RESPONSABILIDADES DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS

Art. 24. São responsabilidades do Professor Orientador de estágio:

§ ÚNICO: Professor orientador de Estágio Supervisionado é o professor vinculado à Instituição formadora, responsável pelo desenvolvimento das atividades de estágio.

I – orientar e acompanhar os estagiários, bem como avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o supervisor/preceptor, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação, de modo a proporcionar ao estagiário o pleno desempenho de ações, princípios e valores inerentes a realidade da profissão em que se processa a vivência prática;

II – refletir com os supervisores/preceptores e estagiários sobre a regulamentação de estágio, o perfil profissiográfico esperado, as demandas provindas dos campos de estágios e seus desdobramentos no processo de formação profissional;

III - orientar os estagiários na elaboração do Projeto de Estágio, relatórios e outros documentos afins, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o PPC e com as demandas específicas do campo de estágio, em parceria com os supervisores / preceptores;

IV - acompanhar as atividades desenvolvidas pelos estagiários por meio de encontros sistemáticos, com horários previamente acordados, contribuindo na efetivação do acompanhamento de qualidade, em parceria com o supervisor/preceptor;

V – solicitar dos estagiários a entrega de documentações necessárias para realização dos estágios, em conformidade com a legislação vigente, bem como documentações específicas, demandadas pelos espaços de estágio e encaminhar para o setor responsável;

VI - avaliar o estagiário através dos instrumentos de acompanhamento/avaliação conforme previsto no PPC;

VII - encaminhar à CSE, demandas específicas ou irregularidades ocorridas nos espaços de estágio;

VIII- analisar as condições necessárias para o pleno desenvolvimento do estágio, em consonância com o PPC.

Art. 25. São responsabilidades do Supervisor/Preceptor de estágios:

I - promover a inserção, o acompanhamento, a orientação e a avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o PPC e com os programas institucionais vinculados aos espaços de estágio, garantindo diálogo permanente com o professor orientador, no processo de supervisão;

II - contribuir para o desenvolvimento das habilidades do estagiário, assumindo responsabilidade com as ações desenvolvidas pelo mesmo;



III - disponibilizar ao estagiário a documentação institucional e de temáticas específicas referentes ao campo de estágio;

IV - Colaborar, juntamente com o professor orientador, na orientação do estagiário durante a elaboração do Projeto de Estágio, relatórios e documentos afins, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

V - participar efetivamente do processo de avaliação continuada do estagiário, juntamente com o professor orientador; através de instrumento próprio, pactuado pelas partes envolvidas;

VI - participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação dos estágios e demais atividades que garantam o estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio;

VII - encaminhar sugestões e dificuldades ao professor orientador quando julgar necessário;

VIII - manter atualizada a folha de frequência do estagiário, observando a carga horária exigida no respectivo nível de estágio e atestando o número de horas realizado pelo estagiário;

Art. 26. São responsabilidades necessariamente compartilhadas entre Professor Orientador, Supervisor/Preceptor e tutor de estágio EAD:

§ ÚNICO: Supervisor/Preceptor é o profissional vinculado à parte concedente, correspondente ao campo de estágio do estudante.

I - avaliar a pertinência de inserção, manutenção, suspensão e encerramento do estágio;

II - acordar o início do estágio, a inserção do estudante no campo de estágio, bem como o número de estagiários por supervisor/preceptor de campo;

III - planejar as atividades inerentes ao estágio, estabelecer o cronograma de supervisão sistemática e presencial, que deverá constar no Projeto de Estágio;

IV - realizar reuniões para discutir e formular estratégias para resolver problemas e questões pertinentes ao estágio;

V - atestar/reconhecer as horas de estágio realizadas pelo estagiário, bem como realizar avaliação conjunta com o estudante relativo ao processo de estágio.

Art. 27. São responsabilidades dos estagiários:

I - regularizar, junto à Universidade, a documentação necessária para o início do estágio;

II - cumprir os preceitos ético-legais da profissão, das normas da instituição, espaço de estágio e da Universidade;

III - informar ao supervisor/preceptor, ao professor orientador e tutor de estágio EAD, qualquer situação, exigência e atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão;

IV - agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio;

V - comunicar e justificar via protocolo com antecedência de até quarenta e oito horas, para casos previstos, e em até quarenta e oito horas após, para os casos não previstos, ao professor orientador, ao supervisor/preceptor e ao tutor de estágio EAD, quaisquer alterações relativas à sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades;

VI - inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social, na hipótese do estágio não obrigatório;

VII - cumprir a carga horária exigida de estágio obrigatório, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso;

CAPÍTULO VII

DOS CRITÉRIOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO



Art. 28. O acompanhamento e avaliação sistemáticos e contínuos dos estagiários serão responsabilidade do professor orientador e tutor de estágio de EAD, mediante a colaboração dos supervisores/preceptores do campo de estágio e, quando for o caso, dos membros da comunidade envolvida no processo, de acordo os seguintes critérios e instrumentos:

I - articulação entre teoria e prática, nas produções e vivências dos alunos, durante o estágio;

II – assiduidade e pontualidade na realização da atividade do estágio, conforme previsão no PPC e/ou Regulamento;

III - trabalhos realizados durante o período de estágio e socialização dos mesmos, de acordo com o PPC e normatização do estágio de cada curso;

IV - participação dos discentes nos encontros de orientação de estágio, atendendo aos critérios mínimos de assiduidade na disciplina/componente curricular, conforme legislação vigente;

V - auto-avaliação do discente;

VI - outros critérios definidos pela Coordenação Departamental de Estágio, Coordenação Setorial de Estágio ou Coordenação Geral dos Programas Especiais.

§ 1º - Cabe à Coordenação Departamental e às Coordenações Gerais dos Programas Especiais, discutir e validar instrumentos de acompanhamento e avaliação do discente, conforme especificidades dos projetos pedagógicos e regulamentos de estágio dos Cursos.

§ 2º - O desenvolvimento dos estágios, nas suas diversas modalidades, será avaliado sistematicamente pelas CDE E CSE e pelas coordenações gerais dos programas especiais, conforme especificidades dos projetos pedagógicos e regulamentos de estágio dos Cursos.

§3º - A avaliação dos estágios é parte integrante da dinâmica de acompanhamento e avaliação institucional interna e externa, cabendo aos colegiados, às coordenações setoriais, departamentais e as coordenações gerais dos programas especiais, informarem dados sobre seus estágios nos prazos estabelecidos, quando solicitados pela Coordenação Central de Estágio.

§4º - A avaliação dos estágios deve prover informações e dados para realimentação dos currículos dos respectivos cursos, tendo como foco a busca de mecanismos e meios de aprimorar a qualidade do ensino ofertado pela UNEB.

Art. 29. O acompanhamento e avaliação dos estagiários pelo professor orientador, dar-se-á em conformidade com as seguintes modalidades:

I – direta: por meio da observação e orientação contínua e presencial das atividades dos estagiários ocorrentes nos respectivos espaços ao longo do processo;

II – semidireta: por meio de contatos periódicos com o supervisor/preceptor, tutor de estágio de EAD, estagiários e demais sujeitos envolvidos no processo, presencialmente e/ou com mediação tecnológica, respeitando-se os princípios éticos e dos direitos autorais e de imagem;

III - indireta: por meio de instrumentos de registros das atividades desenvolvidas pelos estagiários, incluindo-se aqueles com intermediação tecnológica;

PARÁGRAFO ÚNICO. O acompanhamento e a avaliação das atividades dos estagiários deverão contemplar, no mínimo, duas das modalidades previstas no caput deste artigo e será detalhada no plano de estágio elaborado pelo professor-orientador e pelo tutor de estágio de EAD e discutido com o discente e supervisor/preceptor, de modo a salvaguardar a especificidade do curso em cada situação de estágio, excetuando-se os estágios não-obrigatórios, nos quais a avaliação das atividades poderá ser feita por uma modalidade prevista.



Art. 30. Ao estabelecer a carga horária (CH) do professor orientador dedicada às atividades de estágio, deverão ser considerados para cada modalidade de acompanhamento, os seguintes critérios:

I – o número de estagiários a serem atendidos;

II – o número de visitas ao campo para acompanhamento direto dos estagiários e contatos com o supervisor/preceptor da instituição campo de estágio;

III – o número de aulas de planejamento e orientação com os estagiários;

IV – o número de campos de estágios envolvidos e a distância entre os mesmos e os *campi*.

§1º Os instrumentos eletrônicos de registros acadêmicos dos estágios deverão estar em conformidade com as modalidades de acompanhamento e com a carga horária (CH) do professor orientador, assegurando-se os registros de planejamento, orientação e acompanhamento nos estágios.

§2º Os órgãos responsáveis pelos instrumentos citados no parágrafo anterior terão o prazo de até cento e oitenta dias para a sua adequação.

§3º. No caso da modalidade de educação à distância, os critérios de definição da carga horária, deverão considerar as especificidades de Regulamento próprio.

Art. 31. Os estágios fora de sede só poderão realizar-se com a garantia dos recursos necessários ao cumprimento do que está previsto neste Regulamento em termos de execução, cronograma e acompanhamento, devendo estar assegurados previamente, pela UNEB ou seus parceiros, recursos para despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação dos professores orientadores e seguro de vida para professores, tutores de estágio de EAD e estagiários.

PARÁGRAFO ÚNICO: O acompanhamento do estágio dar-se-á fora da sede do município do Departamento sob condições específicas e em conformidade com os seguintes critérios:

I – constar no Projeto Pedagógico do Curso e na normatização do estágio do curso;

II – número mínimo de estagiários a serem atendidos;

III – escolha de município/polos onde possam ocorrer os estágios;

IV – anuência do Colegiado do Curso e/ou da Coordenação Departamental de Estágio;

Art. 32. O processo de avaliação dos estágios deverá considerar, pelo menos, os seguintes procedimentos:

I – avaliação do Professor Orientador de Estágio e do Tutor de Estágio na modalidade à distância;

II – avaliação do Supervisor/Preceptor de Estágio;

III – trabalho final de sistematização e reflexão das experiências dos estágios, em conformidade com o Projeto Pedagógico e a normatização de estágio de cada curso.

§ 1º Considerando as especificidades do componente curricular Estágio, o discente não terá direito à realização de prova final, devendo ser reorientado durante o desenvolvimento do estágio, com acompanhamento e avaliação processual, devidamente registrado em instrumentos próprios.

§ 2º A nota mínima para aprovação no componente curricular Estágio é 7,0 (sete).

CAPÍTULO VIII

DO RECONHECIMENTO E APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS E PROFISSIONAIS NA CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO

Art. 33. As atividades de extensão, de monitorias, de iniciação científica e iniciação à docência desenvolvida pelo graduando, poderão ser reconhecidas e aproveitadas como carga horária de estágio desde que estejam previstas no PPC;

PARÁGRAFO ÚNICO. Caberá a cada Colegiado de Curso, conjuntamente com a Comissão Setorial de Estágio, definir as normas internas sobre reconhecimento e



aproveitamento das atividades indicadas no caput deste artigo como carga horária de estágio obrigatório.

Art. 34. Poderá ser reconhecida e aproveitada carga horária de estágio não-obrigatório para a carga horária de estágio obrigatório, desde que devidamente comprovada e relacionada com o PPC;

PARÁGRAFO ÚNICO. Caberá a cada Colegiado de Curso, conjuntamente com a Comissão Setorial de Estágio, definir as normas internas sobre reconhecimento e aproveitamento de estágio não obrigatório como carga horária de estágio obrigatório.

Art. 35 Nos cursos de licenciatura será permitida a redução de até 100 (cem) horas dos componentes curriculares de estágio; obedecendo, no máximo, à redução de 1/3 (um terço) da carga horária, em cada componente.

I – A redução de carga horária será permitida, para o discente que comprovar a docência na educação básica, na área do curso, nos últimos 03 (três) anos.

§ 1º No ato da solicitação para a redução de carga horária dos componentes curriculares de estágio, o discente apresentará ao Colegiado do Curso a documentação comprobatória que será encaminhada à Coordenação Setorial de Estágio do Curso, para análise e parecer.

§ 2º - A documentação comprobatória, a que se refere o parágrafo anterior, diz respeito à declaração emitida pela instituição, bem como relatório/memorial circunstanciado elaborado pelo discente sobre as experiências vivenciadas.

§ 3º - Aprovado o parecer pela Coordenação Setorial do Estágio, o Colegiado de Curso encaminhará o processo à direção do Departamento para a homologação e encaminhamento à Coordenação Acadêmica.

Art. 36. Nos cursos de bacharelado, a prática do exercício profissional poderá ser reconhecida e aproveitada para carga horária de estágio, quando o discente exercer atividade de trabalho correlata com a área de sua formação, desde que consideradas as especificidades e determinações dos PPC.

CAPÍTULO IX

DO QUANTITATIVO DE ESTAGIÁRIOS A SEREM ACOMPANHADOS E DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 37. Considerando a diversidade dos estágios consoante as especificidades de cada área de formação e das modalidades de oferta dos cursos, o quantitativo de estudantes a serem acompanhados pelos professores orientadores bem como a sua respectiva carga horária de trabalho docente em cada modalidade de estágio, deverão ser regulamentados pelos Conselhos Superiores da Uneb, através de resoluções específicas para estas matérias, a partir de proposições a serem encaminhadas pelas Coordenações Setoriais e consolidadas pela Coordenação Central de Estágio, fundamentada em análise funcional das atividades de orientação do docente em cada modalidade de estágio.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. Este regulamento aplica-se a todos os cursos de graduação da UNEB, ressalvadas as especificidades de cada modalidade que terão regulamentação específica nos aspectos aqui indicados.

Art. 39. Caberá às agências de intermediação de estágio tão somente as funções administrativas e de oferta de estágios, com base nos seus cadastros.

Art. 40. O discente perderá o direito ao reconhecimento e aproveitamento de carga horária de estágio, a qualquer tempo, além de outras implicações legais, nos casos de fraude, falsidade ou omissão de informações.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Art. 41. A Universidade, através dos setores competentes, deverá desenvolver uma plataforma online para o registro e acompanhamento de todas as etapas e atividades dos estágios num prazo de cento e oitenta dias a partir da aprovação deste regulamento.

Art. 42. Os casos omissos serão resolvidos em primeira instância pela Comissão Setorial de Estágio do Curso/Programa Especial, e referendados pelo Conselho de Departamento/Coordenação Central de Estágio, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 43. O presente Regulamento de Estágio Supervisionado entra em vigor na data da sua publicação, revoga a Resolução nº. 795/2007 CONSEPE e amplia os artigos 187 a 209 do Regimento Geral da Uneb e demais disposições em contrário.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA -UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V
SANTO ANTONIO DE JESUS -BA
COLEGIADO DE HISTÓRIA

REGULAMENTO SETORIAL DE ESTÁGIO DO CURSO DE HISTÓRIA

LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Comissão Setorial de Estágio do Curso de HISTÓRIA

Cláudia Pons Cardoso
Cristiana Ferreira Lyrio Ximenes
Nora de Cássia Gomes de Oliveira
Vânia Nara Mascarenhas Vasconcelos
Virginia Queiroz Barreto

SANTO ANTONIO DE JESUS - BAHIA
2012



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

REGULAMENTO SETORIAL DE ESTÁGIO DO CURSO DE HISTÓRIA

Licenciatura Plena em História

Capítulo I- O Estágio Supervisionado do Curso de História

Art. 1. O Estágio Supervisionado constitui-se numa atividade curricular, pedagógica e acadêmica que tem como objetivo a prática pré-profissional do discente do curso de Licenciatura Plena em História, oportunizando-o vivenciar situações reais de seu campo de trabalho, bem como propiciar a articulação entre a teoria/prática, a pesquisa/ extensão e o ensino.

Capítulo II - O Regulamento de Estágio

Art. 2. De acordo com o Art. 5 do Regulamento Geral do Estágio da UNEB (Resolução CONSEPE nº 795/07), com o Projeto de Reforma Curricular do Curso de História (2004) e com a Lei de Estágio (11.788 de 25/09/2008), a Comissão Setorial de Estágio do Curso de História elaborou o referido Regulamento de Estágio que, após debates, foi submetido e aprovado pelos professores do Colegiado de História e ratificado pelo Conselho de Departamento de Ciências Humanas do Campus V.

Capítulo III – A Comissão de Estágio Supervisionado do Curso de História

Art. 3. A Comissão do Estágio de História é a instância deliberativa nas modalidades de Estágio que compõem o Estágio Supervisionado do curso de História.

Art. 4. A Comissão do Estágio do Curso de História é composta de:

- a) um(a) coordenador(a);
- b) todos os professores ativos das modalidades de Estágio do Curso de História;
- c) um representante discente de Curso de História que esteja matriculado numa das modalidades de estágio do curso;
- d) um(a) funcionário(a) de apoio administrativo.

§ 1. O(A) Coordenador(a) do Estágio deverá ser professor(a) de estágio e será eleito(a) com a maioria de votos entre os pares da Comissão, para o período de dois (2) anos letivos, reelegível para um período seguinte.

§ 2. Os representantes do corpo discente são indicados pelo diretório acadêmico de História do DCH — Campus V.

Art. 5. O(A) coordenador(a) da Comissão do Estágio deve articular-se com o Colegiado de História, a fim de fortalecer as ações conjuntas nas relações de interface entre o estágio, as escolas receptoras, a prática de ensino e os demais componentes curriculares do curso, objetivando melhorias



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

organizacionais e qualitativas, além da integração da teoria/prática, pesquisa/extensão e ensino nas modalidades do estágio supervisionado do curso de História.

Art. 6. As atribuições da Comissão do Estágio do Curso de História, são:

- I. realizar reuniões quinzenais da Comissão de Estágio ou quando houver necessidade;
- II. promover a articulação dos professores de estágio, acompanhando o desenvolvimento das modalidades de estágio do curso;
- III. elaborar semestralmente o plano de atividades da Comissão do Estágio do Curso de História;
- IV. elaborar e atualizar o Regulamento do Estágio, a ser aprovado, em conjunto, com o Colegiado do Curso de História;
- V. comunicar formalmente o (a) aluno (a) estagiário (a) sobre as disposições do Regulamento do Estágio;
- VI. planejar, acompanhar e avaliar os processos dos estágios;
- VII. montar, manter e atualizar o cadastro das escolas que possam oferecer as condições adequadas para o Estágio;
- VIII. providenciar a carta de apresentação do aluno e do professor do Estágio à escola receptora dos estagiários;
- IX. manter a memória de atas das reuniões da Comissão do Estágio e a frequência dos presentes;
- X. elaborar o Documento Síntese de conclusões e recomendações documentadas e disponibilizá-lo ao Colegiado de História;
- XI. precisar as condições, contatos, procedimentos e avaliação entre a UNEB e as escolas receptoras para uma realização satisfatória e eficaz do Estágio;
- XII. acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos e dos Estágios;
- XIII. identificar e/ou encaminhar para discussão e deliberação/resolução os eventuais problemas que possam ocorrer no desenvolvimento dos estágios.

Capítulo IV – Os Professores do Estágio

Art. 7. Os professores do estágio serão docentes da UNEB e terão a formação acadêmica de licenciatura em História. Estima-se que os docentes devem ter experiência significativa em sala de aula de nível superior nas áreas correspondentes às suas licenciaturas e significativa em sala de aula no nível do Ensino Fundamental e Médio.

Art. 8. Considerar-se-á, como importante para o Estágio, que os Professores de Estágio se apropriem de conhecimentos teóricos na área, permitindo dessa forma que a integração da teoria/prática e a contextualização de tais conhecimentos nas aulas de Estágio, a fim de subsidiar os alunos na efetiva prática da regência e na construção de um ensino de qualidade.

Art. 9. Compete aos Professores do Estágio do Curso de História:

- a) participar das reuniões quinzenais da Comissão do Estágio para tratar de assuntos do Estágio e/ou quando convocado;
- b) comunicar formalmente ao estagiário sobre as disposições do Regulamento do Estágio, solicitando sua adesão e cumprimento;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- c) articular-se com os demais componentes do curso, a fim de obter o contínuo aperfeiçoamento das modalidades de estágio;
- d) orientar os estagiários ministrando as "aulas coletivas e individuais de orientação" para confecção do projeto de estágio, plano de aula, atividades da regência, elaboração do relatório e socialização das atividades de estágio. As aulas de orientação coletiva devem ser concluídas antes do início das atividades práticas do Estágio nas escolas;
- e) manter organizadas e atualizadas na caderneta as principais atividades do Estágio;
- f) avaliar o plano/projeto de atividades do Estágio elaborado pelos alunos, sugerindo as melhorias e adequações;
- g) estabelecer, após consulta ao cadastro das escolas, o contato com a Direção da escola escolhida como receptora de estagiários, negociar as condições de entrada, das atividades e da conclusão do estágio que assegurem um bom andamento das atividades e da relação comunicativa como participar da negociação e indicação da/o regente da escola que será responsável pelo acompanhamento do estagiário;
- h) apresentar aos discentes o quadro de horários disponibilizados pelas escolas receptoras, destacando os dias/turnos/horários mais propícios à realização do estágio de regência. Mesmo o curso de História acontecendo nos turnos vespertino e noturno, o estágio poderá ocorrer em qualquer turno do diurno e no noturno. As demandas e contingências surgidas deverão ser avaliadas pela Comissão de Estágio;
- i) encaminhar o aluno-estagiário através de carta de apresentação para a escola receptora;
- j) acompanhar *in loco* as atividades de campo do estagiário e avaliá-lo. No caso de Estágio Supervisionado, serão, no mínimo, duas (2) visitas de supervisão por aluno, ampliando-se tal número quando necessário;
- k) avaliar o desenvolvimento das(os) alunas(os) nas aulas (regência, oficinas, mini-cursos, etc), destacando suas potencialidades e limites, além de reorientá-lo, quando necessário;
- l) interromper o estágio quando o (a) aluno (a) não estiver desempenhando satisfatoriamente as atividades de estágio;
- m) Os professores do Estágio I – Observação - orientam, encaminham e avaliam os estagiários ao longo das atividades destes estágios na UNEB e em campo;
- n) Os professores das modalidades de Estágio de Oficina ou mini-curso orientam, acompanham e avaliam os estagiários ao longo das atividades destes estágios em sala de aula e/ou em espaços não-formais;
- o) os professores do Estágio Supervisionado (Regência no Ensino Fundamental e Ensino Médio) orientarão os alunos individualmente ("orientações individuais") ao longo das atividades do Estágio e orientarão os alunos na elaboração do Relatório do Estágio/artigo/memorial até a data determinada da entrega dos trabalhos. As orientações individuais serão perante as consultas marcadas e poderão ser feitas de modo individual, em duplas, ou em grupos, caso se trate de estagiários-regentes da mesma série, da mesma seqüência didática da série e da mesma escola;
- p) avaliar e pontuar os Relatórios do Estágio/memorial/artigo produzidos pelos alunos;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- q) fornecer dados solicitados pelo(a) Coordenador(a) da Comissão do Estágio para fins de análise e/ou documental;
- r) responsabilizar-se para manter a comunicação aberta com os envolvidos do Estágio, para informar e manter-se informado;
- s) identificar e logo informar sobre os eventuais problemas que possam ocorrer ao(à) Coordenador(a) da Comissão para um encaminhamento da sua efetiva resolução;

Capítulo V - A Estrutura o Estágio Supervisionado em História:

Art. 10. As atividades que compõem o Estágio Supervisionado em História deverão ser iniciadas a partir do quinto semestre, distribuídos em três modalidades e quatro componentes curriculares, somando um total de 405 horas. A saber:

- a) Modalidade I: Estágio I - de Observação (90h).
- b) Modalidade II: Estágio de Oficina ou Mini-curso em Espaços Não-Formais ou Escolas (105h).
- c) Modalidade III: Estágio de Regência: a) Ensino Fundamental II (105h).
b) Ensino Médio (105h).

Parágrafo Único: As modalidades de Estágio do curso de História não possuem uma seqüência fixa, podendo ser oferecidas a cada semestre de acordo com as necessidades do curso e das escolas parceiras.

Art. 11 - O Estágio Supervisionado deverá ocorrer no Município Sede do Campus V.

Capítulo VI - As Modalidades de Estágio e suas Especificidades:

Art. 12. O Curso de História possui três modalidades de estágio e quatro componentes curriculares com as seguintes especificidades:

- a) **Modalidade I - Estágio de Observação I (90h): prossegue a discussão sobre a atuação do profissional** desenvolvendo instrumentos de pesquisa e de categorias de análises das situações cotidianas, nas salas de aula de história, da educação básica em todas as modalidades. Analisa e reflete sobre a prática do ensino de história por meio da observação direta em salas de aula, bem como através da utilização de vídeos, narrativas orais e escrita de alunos e professores. Aperfeiçoa metodologias e estratégias de organização, através da construção e utilização de material didático a ser trabalhado na sala de aula em parceria com o professor regente; planeja micro-aulas para serem **desenvolvidas** na sala de aula.
- b) **Modalidade II - Estágio de Oficina ou Mini-curso em Espaços Não-Formais ou Escolas (105h).** Momento de desenvolvimento de projeto de



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

intervenção pedagógica na educação formal de séries regulares em diferentes modalidades e/ou projetos especiais (educação de jovens e adultos, educação rural, aceleração, regularização de fluxo, educação indígena, educação comunitária, educação profissional, educação inclusiva), ou em espaços pedagógicos extra-escolares (ong's, museus, arquivos, etc.) em forma de mini-cursos, oficinas e projetos de extensão. As oficinas e/ou mini-curso terão carga horária máxima de 20 horas/aula, com uma média de 15 participantes.

c) Modalidade III – Estágio de Regência:

I - Regência no Ensino Fundamental II (105h): Momento de regência de classe na disciplina de História no Ensino Fundamental – do 6º ao 9º anos. Tal estágio ocorrerá em instituições escolares da rede pública de ensino no município sede do Campus, em área específica da formação. Nesta etapa, o discente também fará visitas prévias às escolas antes da regência, a fim de colher dados para o desenvolvimento do projeto de estágio, recebendo orientações coletivas e individuais do seu corpo docente. O seminário de socialização das experiências de estágio encerra tal componente curricular.

II - Regência no Ensino Médio (105h): Momento de regência de classe na disciplina de História no Ensino Médio. Tal estágio ocorrerá em instituições escolares da rede pública de ensino no município sede do Campus em área específica da formação. Nesta etapa, o discente também fará visitas prévias às escolas antes da regência, a fim de colher dados para o desenvolvimento do projeto de estágio, recebendo orientações coletivas e individuais do seu corpo docente. O seminário de socialização das experiências de estágio encerra tal componente curricular.

Parágrafo Único: O Estágio de Regência no Ensino Fundamental e Médio ocorrerá nas escolas da Rede Pública Municipal e Estadual da sede do Campus da UNEB (Santo Antonio de Jesus/BA).

Capítulo VII – Os Discentes do Curso de História

Art. 12. Ao aluno da UNEB, regularmente matriculado no Curso de História do DCH Campus V, compete:

I - matricular-se em uma das Modalidades de Estágio Supervisionado oferecidas pelo Curso de História a partir do 5º semestre letivo do seu curso/turma;

Parágrafo Único: No projeto de reforma curricular do curso de História não há pré-requisitos para matrícula nos componentes oferecidos, porém, apreciar-se-á para a melhor formação da sua prática pedagógica que o(a) discente quando matricular-se nas modalidades de estágio já tenha cumprido a carga horária de



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Conhecimentos Pedagógicos e dos Laboratórios de Ensino de História oferecidos até o quarto semestre do curso. Do mesmo modo, para a matrícula e realização dos Estágios na modalidade II, III e IV do estágio (Oficina e Regência), recomenda-se, já ter cursado e sido aprovado no Estágio I - Observação, a fim de que esteja instrumentalmente (teoria/prática, ensino/pesquisa) preparado para a efetiva regência em sala de aula.

Art. 13. As obrigações dos alunos matriculados nas modalidades de Estágio Supervisionado de História são:

- I. ler o Regulamento do Estágio do Curso de História, compreender e manifestar a sua adesão às normas/orientações aqui apresentadas;
- II. participar, sem atrasos, das aulas Coletivas da Orientação do Estágio Supervisionado de História para avaliação processual das atividades de estágio, bem como para sua readequação, obtendo frequência total não menos do que 75% das aulas disponibilizadas no semestre;
- III. na Modalidade III e IV (Regência), marcar as consultas de Orientação Individual com o Professor do Estágio Supervisionado, sempre que necessite, sem faltar e considerando seriamente o aproveitamento da orientação disponibilizada;
- IV. na Modalidade II (Oficina, Mini curso) se responsabilizar pela divulgação e garantia de público até o fim da atividade, sendo esta uma das exigências para sua aprovação;
- V. apresentar-se à Direção da escola com a carta de apresentação recebida e cumprir as exigências processuais e administrativas da escola/instituição receptora;
- VI. respeitar as normas regimentais e disciplinares do estabelecimento onde se realiza o Estágio e manter a comunicação adequada com a Direção, corpo docente e, particularmente, com a/o coordenadora/r e a/o regente da escola receptora e os outros atores envolvidos;
- VII. informar imediatamente a/o Professora/r do Estágio Supervisionado sobre os eventuais problemas ou dificuldades que possam ocorrer ao longo das atividades do Estágio;
- VIII. na modalidade III e IV (Regência), obter, durante as atividades iniciais da observação e co-participação, as informações da/o Professora/r Regente da escola sobre: o Projeto Pedagógico da Escola, conteúdo programático a ser trabalhado, o(s) livro(s) didático(s) utilizado(s) etc. Conseguir informações também sobre: o período da observação das aulas ministradas pelo professor regente, o período estipulado para a sua regência, os objetivos globais da escola atribuídos a unidade letiva da sua regência, o número de alunos matriculados na classe e o número estimado de alunos efetivamente presentes para a sua regência;
- IX. selecionar, a partir do quadro de horários/turnos/turmas disponibilizado pelo Professor de Estágio a escola/turma/turno e o horário para o seu estágio/regência, observando Capítulo IV, artigo 9º, item "H";
- X. realizar anotações ao longo das aulas (mini-cursos, oficinas, aulas simuladas, observação, co-participação e regência) sobre as atividades desenvolvidas e fatos relevantes para o seu aperfeiçoamento pedagógico e profissional, a fim de compartilhar tais experiências com os demais colegas durante o Seminário de Socialização, bem como para



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- a elaboração do Artigo/Relatório de Regência/memorial (Modalidade III e IV);
- XI. apresentar, no prazo determinado pela/o Professora/r, o Projeto de Estágio (Oficinas/Mini-cursos e Regência), construído de acordo com as orientações disponibilizadas nas aulas de orientação coletiva;
 - XII. na modalidade III e IV (Regência), elaborar o Programa da Progressão das Aulas para a unidade letiva da sua regência e apresentá-lo a/ao Professora/r do Estágio Supervisionado, a/ao Professor Regente antes de iniciar a sua regência. Uma cópia será guardada para anexá-la ao Relatório do Estágio;
 - XIII. na modalidade III e IV (Regência), manter o “Registro de Comparecimento” — nas observações e na sua regência de aulas — assinadas pelo Professor Regente de modo corrente e assinadas pela Direção/Coordenação da escola receptora. Estes, “Registro de Comparecimento” serão anexos ao Relatório do Estágio;
 - XIV. na modalidade III e IV (Regência), definir as seqüências didáticas das aulas para uma unidade letiva e executá-las dentro do calendário escolar da escola. As seqüências didáticas serão ajustadas às condições identificadas na classe (a reação e a disposição de alunos, e o nível de aprendizagem, etc.) e executadas como recortes seqüenciais nomeadas “aulas didáticas” (2 aulas/3 aulas) que serão transcritas após cada aula e, acrescentando a anotação do número de alunos efetivamente presentes, guardadas para compor o anexo do Relatório do Estágio;
 - XV. na modalidade III e IV (Regência), considerar que as seqüências didáticas integrarão o tempo necessário para: a avaliação inicial do nível da aprendizagem adquirida dos alunos da classe, a avaliação no final de cada seqüência e a avaliação final da unidade letiva;
 - XVI. manter a freqüência integral na sua regência de aulas e a carga horária plena de cada aula para o período assumido (Oficina, mini-curso e regência de classe);
 - XVII. na modalidade III e IV (Regência), elaborar o instrumento de avaliação e entregá-lo completo na data determinada pelo Professor do Estágio Supervisionado;
 - XVIII. manter uma postura profissional, ética e comportamental adequadas de relacionamento, ao longo das suas atividades do Estágio, tanto no âmbito da Universidade quanto da Escola/Instituição Receptoras, seja no que esteja realizando o estágio.

Parágrafo Único: Nas etapas do Estágio de Regência (Modalidade III e IV), os discentes não poderão determinar aleatoriamente as escolas, horários/turnos/turmas onde desejam estagiar, devendo, em consenso com o professor de estágio e os demais colegas do curso, selecionar o local/turma/horário e turno, a partir do quadro de informações disponibilizado pelo professor e pelas escolas credenciadas.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Capítulo XVIII – A Avaliação do Estágio Supervisionado

Art. 14. Tal como previsto no projeto do curso, o Estágio Supervisionado constitui-se numa Atividade Prática e Essencial de Formação Profissional do(a) discente, possuindo critérios diferenciados de avaliação, sendo assim o(a) discente poderá ser desligado(a) em qualquer uma das etapas de avaliação previstas, não possuindo, inclusive, a possibilidade de realização de prova final nas modalidades de estágio. A avaliação do Estágio Supervisionado em História, nas suas modalidades, será processual, diagnóstica e qualitativa, tendo início com a avaliação do grau da participação e da aprendizagem dos conteúdos trabalhados nas aulas teóricas e de orientação coletiva e individual, passando pelas observações das atividades desenvolvidas durante o estágio, sendo concluída com a avaliação qualitativa/quantitativa do Relatório do Estágio/Artigo/Memorial e Seminário de Socialização. Essa avaliação incidirá sobre a produção de documentos principais do Estágio Supervisionado, a saber:

1. o Projeto de Estágio elaborado pelo aluno para execução do seu estágio (Modalidade II, III e IV);
2. o Programa da Progressão das Aulas (Modalidade III e IV) elaborado pelo aluno para a unidade letiva da sua regência;
3. o projeto de Oficina/Mini curso e cronograma de Trabalho;
4. a participação efetiva nas etapas de orientação individual e coletiva;
5. a socialização das experiências do estágio, onde constarão a descrição de fatos evidenciados, as reflexões e análises, comentários e sugestões, realizadas pelos alunos/estagiários;
6. o Relatório do Estágio/memorial/artigo, apresentado no prazo determinado e com a estrutura determinada pelo professor de estágio;
7. o documento produzido pelo Professora do Estágio Supervisionado e pela Professora Regente sobre as Observações *in loco* das aulas ministradas pelas/os alunas/os na escola e/ou oficina/mini-curso ministrado;

Art. 15. O descumprimento de qualquer norma do Art. 13 (Capítulo VII) é avaliado como insuficiente para obter a aprovação e o fato comprovado resultará em reprovação do aluno;

Art. 16. O estudante reprovado não perde o direito de cursar o estágio no semestre seguinte, porém continuará sujeito as mesmas obrigações do Art. 13.

Art. 17. Não há aproveitamento formal do trabalho parcial eventualmente executado em um Estágio Reprovado.

Parágrafo Único: O professor de estágio, na etapa de observação *in loco* das atividades do estágio (classe e/ou mini-curso/oficinas), quando detectar desempenho insatisfatório do estagiário, deverá orientá-lo para a melhoria da sua prática docente, porém, permanecendo os problemas detectados, o estágio poderá ser interrompido pela professora, ocasionando a reprovação do (a) discente.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Capítulo IX – Aproveitamento da Prática Profissional dos Discentes para Redução da Carga Horária do Estágio Supervisionado.

Art. 18. Nos componentes curriculares do Estágio de História será permitida a redução de até 200 (duzentas) horas no total, de toda a carga horária contabilizada para os componentes curriculares de estágio supervisionado (CH 405); obedecendo, no máximo, à redução de até 50% da carga horária, em cada componente, mediante a comprovação da efetiva docência.

I - a redução de 50% de carga horária nas modalidades I e II (Observação e Oficinas) será permitida para o discente que comprovar a docência na sala de aula nos últimos três (3) anos em qualquer área de conhecimento no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio;

II - a redução de carga horária de 50% será permitida nas demais modalidades de estágio supervisionado (Regência no Ensino Fundamental e no Ensino Médio) para o discente que comprovar o exercício da docência, área específica do respectivo estágio, a partir dos últimos 03 (três) anos, antes de seu ingresso na Universidade.

§ 1º - No ato da solicitação para a redução de carga horária, de até 200 horas, dos componentes de estágio supervisionado, o discente apresentará ao Colegiado do Curso a documentação comprobatória que será encaminhada à Coordenação de Estágio de História, para análise e parecer.

§ 2º - A redução se dará obedecendo a seguinte proporcionalidade:

- I Comprovação de (1) um ano de docência → redução de 10% da carga horária prática e/ou de regência;
- II Comprovação de (2) dois anos de docência → redução de 25% da carga horária prática e/ou de regência;
- III Comprovação de (3) três anos ou mais de docência → redução de 50% da carga horária prática e/ou de regência;

§ 3º - A redução de até 50% em cada uma das modalidades de estágio incidirá sobre a parte prática do componente curricular (regência de classe e/ou oficina/mini-curso). Não há redução em aulas teóricas, de orientação coletiva e individual, e de socialização das experiências de estágio.

Art. 19. Para a redução da carga horária das modalidades de Estágio Supervisionado, os discentes deverão instruir processo com documentos comprobatórios no semestre anterior ao Estágio que pleiteiam a redução da carga horária, de acordo com o calendário acadêmico da UNEB.

Parágrafo Único: A comprovação no exercício da docência, a fim de redução da carga horária de estágio, só será aproveitada uma única vez, não sendo cumulativa e não podendo ser aproveitada também para AACC (Atividades Acadêmico Científico Culturais).



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Capítulo X - Disposições Gerais

Art. 20. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos nas seguintes instâncias do Departamento: 1- Comissão Setorial de Estágio do Colegiado de História; 2- Comissão Geral de Estágio do DCH Campus V; 3- Colegiado de História; 4- Conselho do Departamento;

Art. 21. O Regulamento do Estágio do Curso de História do DCH Campus V, elaborado pela Comissão de Estágio, deverá ser aprovado pelo Colegiado de História e pelo Conselho do Departamento, possuindo uma vigência de dois anos a partir da data de sua aprovação. Após tal prazo, deverá ser avaliado, revisado e modificado pela Comissão de Estágio, de acordo com as impressões e as conclusões colhidas nas reuniões semestrais de avaliação do Estágio Supervisionado.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

RESOLUÇÃO Nº 622/2004

Aprova o Regulamento Geral do Trabalho
de Conclusão de Curso -TCC, nos Cursos
de Graduação da UNEB.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E
EXTENSÃO – CONSEPE da Universidade do Estado da Bahia – UNEB no uso de suas
atribuições, *ad referendum* do Conselho Pleno, tendo em vista o que consta do processo nº
0603040027161,

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar o “Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso” – TCC, nos
Cursos de Graduação da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, cujos objetivos e definição
constam do EXTRATO anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência do CONSEPE, 11 de agosto de 2004.

Ivete Alves do Sacramento
Presidente do CONSEPE

PUBLICADA EM
13 / 08 / 2004
D.O. – Pág. 26



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO N.º 622/2004-CONSEPE

**EXTRATO DO REGULAMENTO GERAL
DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC**

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, como atividade acadêmica, constitui requisito parcial para a obtenção do grau referente aos cursos de graduação, nos níveis de licenciatura e de bacharelado oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, nos diversos *campi*, através dos seus Departamentos.

O Trabalho de Conclusão de Curso tendo como finalidade primeira estabelecer a articulação entre o ensino e a pesquisa, ao tempo em que estimula a atividade de produção científica e técnica, tem por objetivos proporcionar ao discente oportunidades para:

- aprimorar a capacidade de analisar e interpretar criticamente fatos e ocorrências da realidade, na sua área de conhecimento;
- desenvolver as habilidades de expressão escrita na produção de texto científico de cunho monográfico;
- desenvolver habilidades para a utilização de outras formas de expressão através do uso das diversas linguagens traduzidas, dentre os vários trabalhos acadêmicos, em produtos da comunicação multimídia, projetos urbanísticos, produtos turísticos, experiências laboratoriais e/ou projetos educacionais.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

**REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO -TCC NA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA UNEB**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, como atividade acadêmica, constitui requisito parcial para a obtenção do grau referente aos cursos de graduação, nos níveis de licenciatura e de bacharelado oferecidos pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, nos diversos *campi*, através dos seus Departamentos.

Art. 2º - Para efeito deste Regulamento, o Trabalho de Conclusão de Curso, corresponde aos produtos finais dos componentes curriculares Projeto Experimental, Seminário Monográfico, Monografia, Estágio Curricular Supervisionado e denominações assemelhadas, de acordo com a grade curricular dos cursos oferecidos pela Universidade.

**CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES E OBJETIVOS**

Art. 3º - O Trabalho de Conclusão de Curso, tendo como finalidade primeira estabelecer a articulação entre o ensino e a pesquisa, ao tempo em que estimula a atividade de produção científica e técnica, tem por objetivos proporcionar ao discente oportunidades para:

- I - aprimorar a capacidade de analisar e interpretar criticamente fatos e ocorrências da realidade, na sua área de conhecimento;
- II - desenvolver as habilidades de expressão escrita na produção de texto científico de cunho monográfico;
- III - desenvolver habilidades para a utilização de outras formas de expressão através do uso das diversas linguagens traduzidas, dentre os vários trabalhos acadêmicos, em produtos da comunicação multimídia, projetos urbanísticos, produtos turísticos, experiências laboratoriais e/ou projetos educacionais.

Art. 4º - Inicia-se o processo de produção do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, com o planejamento e a execução pelo discente de um Projeto de Pesquisa, de preferência elaborado como produto final dos componentes curriculares de orientação metodológica para a pesquisa, voltado, portanto, para a área de conhecimento para a qual se direcionam os objetivos de cada Curso.

Parágrafo Único – O TCC apresentado sob a forma de texto monográfico deve caracterizar-se como produção individual do discente, ressaltando-se a autoria desse trabalho acadêmico por dois ou, no máximo, três discentes, desde que, enquadrando-se no que estabelece o item III do Art. 3º deste Regulamento, derive o TCC de propostas de trabalhos interdisciplinares, com o devido aceite do professor-orientador e da Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso no Departamento.

Art. 5º - O TCC deve estar inserido no contexto das propostas curriculares dos cursos de graduação, cabendo aos respectivos Colegiados indicar para a Coordenação do TCC as linhas temáticas prioritárias para a pesquisa, cujo trabalho final, atendendo as disposições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este Regulamento e as normas internas de cada Curso, deverá ser apresentado à Comissão Avaliadora para:

- a) - análise e avaliação, conforme se estabelece no Capítulo VII deste Regulamento;
- b) - defesa do tema pelo(a) autor(a) perante a referida Comissão, em sessão pública, condição esta que deverá ser expressa nas normas internas de cada Departamento ou de cada Curso.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Art. 6º - O discente deverá contar, em todas as etapas de realização do TCC, com o regular acompanhamento por um professor-orientador indicado preferencialmente, entre os docentes do respectivo Curso, na forma do disposto no Capítulo VIII deste Regulamento.

Parágrafo Único – A indicação do professor-orientador deverá ser aprovada pela Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso no Departamento, quando instituída, ou por outro setor responsável por esta coordenação, de acordo com as disposições internas da unidade de ensino ou do(s) seu curso(s).

CAPÍTULO III
DA SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 7º - A supervisão e o acompanhamento das atividades relacionadas ao TCC, em cada Departamento, são de responsabilidade, da Coordenação de Trabalhos de Conclusão de Curso, ou outro órgão com estas finalidades por instituição das normas internas de funcionamento do Departamento, cabendo a essa coordenação:

- I** - o estabelecimento das instruções para a elaboração e avaliação do TCC, as quais, atendendo as normas deste Regulamento, devem detalhar as particularidades para o trabalho final do discente, conforme a área de conhecimento enfatizada e a especificidade de cada Curso;
- II** - o acompanhamento, junto aos professores-orientadores, do andamento das atividades de orientação do TCC, quanto aos prazos para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa e entrega da versão final, buscando evitar qualquer prejuízo quanto às datas de diplomação dos concluintes dos Cursos;
- III** - a identificação de instituições públicas ou da iniciativa privada para a celebração de parcerias, convênios e/ou autorização que permitam o desenvolvimento de projetos de pesquisa pelos discentes inscritos na atividade Trabalho de Conclusão de Curso ou componente curricular similar;
- IV** - a realização de atividades abertas à comunidade acadêmica (reuniões, encontros, palestras, seminários, entre outros), envolvendo os professores-orientadores e seus orientandos para, num processo de socialização, promover a troca de experiências, divulgação dos temas trabalhados e das fases de desenvolvimento dos projetos no decorrer do processo de elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

CAPÍTULO IV
DO PROFESSOR-ORIENTADOR

Art. 8º - O professor-orientador do Trabalho de Conclusão de Curso, nos termos previstos no Art. 6º, deverá ter formação acadêmica na área do projeto de pesquisa do discente-orientando, titulação mínima em nível de especialização e com reconhecida experiência profissional no campo temático em que se enquadra o referido projeto.

Parágrafo Único - A orientação do TCC, de acordo com a especificidade do trabalho e a linha temática à qual se agrega o projeto de pesquisa do discente, com o aceite da Coordenação do TCC referendado pelo Colegiado de Curso, poderá ser feita por professor de diferente Curso do próprio Departamento, lotado em outras Unidades da UNEB, ou mesmo, em outras Instituições de Ensino Superior, nestes casos, sem ônus para o Departamento de origem do referido projeto.

Art. 9º - Na elaboração do TCC, desde que com a anuência do professor-orientador, da Coordenação do TCC e do Colegiado de Curso, o discente poderá contar com:

- I** - um co-orientador, docente com reconhecida experiência na área específica do projeto de pesquisa, pertencente ou não ao quadro de professores da Instituição;
- II** - um cooperador técnico que, poderá ser indicado para o fim especial de prestar informações específicas necessárias para o desenvolvimento do trabalho acadêmico, no caso de Cursos da área de Administração, Ciências Contábeis ou outras áreas técnicas,



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

cujo profissional, mesmo não tendo titulação acadêmica apropriada, detenha experiência profissional ou administrativa não-acadêmica, mas relevante, na área objeto da pesquisa.

Parágrafo Único - Para as funções de co-orientador e de cooperador técnico do trabalho acadêmico, cuja inserção se dará por indicação do discente e a convite de representante da Unidade de Ensino, não se depende qualquer compensação financeira ou vínculo por parte da UNEB ou dos seus Departamentos.

Art. 10 - A distribuição de encargos de orientação de cada discente, de acordo com as normas internas do Departamento e dos respectivos Cursos, deverá ser feita, preferencialmente, por área temática dentre os docentes qualificados para tal função, devendo observar, caso não haja determinações específicas do Curso sobre o assunto, respeitando-se a carga horária do docente, a seguinte distribuição por semestre letivo:

- a) trabalhos individuais – no máximo 8 (oito) discentes-orientandos;
- b) trabalhos por dupla de discentes – no máximo, 12 (doze) discentes-orientandos;
- c) trabalhos realizados por três discentes – no máximo, 12 (doze) discentes-orientandos.

Art. 11 - O professor-orientador terá sob sua responsabilidade:

- I – definir junto com o orientando, quando necessário, o tema do Trabalho de Conclusão de Curso, acompanhando-o até a etapa final do estudo;
- II - manter contatos com a Coordenação do TCC para esclarecimentos e orientações relativas ao seu trabalho, quando necessário;
- III –prestar atendimento ao(s) discente(s)-orientando(s), distribuindo as horas-aula/semestre, na forma do Art. 10, conforme cronograma de orientação, observando o prazo para o desenvolvimento dos projetos e respectiva data final para a entrega e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso;
- IV – encaminhar à Coordenação do TCC, nos prazos determinados, devidamente preenchidos e assinados os documentos referentes ao controle de frequência e avaliações do discente-orientando, conforme as normas internas de cada Curso para esta etapa do trabalho acadêmico;
- V – participar, obrigatoriamente, das Comissões Avaliadoras quando seu(s) orientando(s) tenha(m) sido o(s) autor(es) do TCC sujeito à avaliação;
- VI – cumprir e fazer cumprir este Regulamento e outras normas específicas do Departamento ou do Colegiado do Curso sobre o assunto.

Art. 12 - A substituição do professor-orientador, em qualquer etapa da elaboração do TCC, poderá ser permitida, por motivo de força maior e sob o aval da Coordenação do TCC, referendado pelo Colegiado de Curso, observando-se, rigorosamente, a coincidência de datas do afastamento do então titular e do compromisso formal de assunção como orientador por outro docente.

CAPÍTULO V DOS DISCENTES-ORIENTANDOS

Art. 13 - O discente, no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, deverá:

- I – submeter ao professor-orientador o Projeto de Pesquisa, na forma do Capítulo V deste Regulamento e o conseqüente plano para execução do TCC;
- II – atender ao cronograma elaborado em conjunto com o seu orientador para discussão, análise e adoção de medidas, se necessárias, visando o aprimoramento do trabalho;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- III – comparecer às reuniões por convocação do professor-orientador, da Coordenação do TCC ou da Coordenação do Colegiado do Curso;
- IV – elaborar a versão final do TCC para fins de avaliação, de acordo com as normas internas do seu Curso e/ou do Departamento, atendendo as instruções específicas e correlatas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT para a apresentação de trabalhos acadêmicos;
- V - comparecer em data e local determinados, desde que previsto nas normas internas do seu Curso e/ou do Departamento, para a apresentação oral do trabalho, de acordo com o calendário estabelecido pelo coordenador da disciplina, ou pela Coordenação do Colegiado do respectivo Curso.

**CAPÍTULO VI
DO PROJETO DE PESQUISA**

Art. 14 - O projeto de pesquisa, de plena responsabilidade do discente, para o seu desenvolvimento, está sujeito à aprovação pelo professor-orientador, desde que atendidos os critérios estabelecidos pelo Colegiado de Curso, inclusive o cronograma definido e aprovado para o semestre acadêmico.

Art. 15 - A fim de garantir o ineditismo da pesquisa, a aprovação do projeto está condicionada à inexistência de trabalho já apresentado com uma abordagem similar, ressalvando-se o caso, quando, com o aval do professor-orientador, se caracterize um tratamento diferenciado para o mesmo tema.

Art. 16 - A alteração da proposta inicial poderá ser acatada, desde que a(s) mudança(s) solicitada(s) pelo discente e aceita(s) pelo seu professor-orientador, permita(m) a finalização do TCC e/ou produção da monografia no prazo estabelecido.

**CAPÍTULO VII
DA COMISSÃO AVALIADORA**

Art. 17 - A Comissão Avaliadora do TCC, mediante indicação do Colegiado do Curso, ouvida a Coordenação do TCC, deverá ser composta pelo professor-orientador e por dois outros docentes em exercício, com titulação mínima em especialização, reconhecida experiência como professor e/ou como pesquisador na área em foco.

§ 1º - Na composição da Comissão Avaliadora, de acordo com as normas internas de cada curso, poderá ser incluído um membro escolhido entre os professores de outros Colegiados do próprio Departamento, ou de outra Unidade de Ensino da Universidade.

§ 2º - A indicação da Comissão Avaliadora, poderá, ainda, incluir docentes de instituição congênera, vinculados à área de abrangência da pesquisa, cabendo ao Departamento, quando previsto nas suas normas internas, a previsão de desembolso para a remuneração destes professores.

§ 3º - O Coordenador do Colegiado de Curso, ao indicar os professores para a composição da Comissão Avaliadora, excetuando-se os casos dos professores-orientadores, cuja presença é obrigatória, deve buscar manter a equidade no número de indicações, limitando a participação de cada docente em, no máximo, 05(cinco) comissões por semestre acadêmico.

**CAPÍTULO VIII
DA APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO TCC**

Art. 18 - O produto final do TCC a ser apresentado para avaliação, seja na sua composição como texto monográfico ou sob outra modalidade conforme previsto no Art. 2º deste Regulamento, deverá ser elaborado, expressamente de acordo com estas disposições, com as normas internas do Colegiado de Curso e instruções correlatas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, em vigor.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Art. 19 - De acordo com a especificidade do projeto de pesquisa e respectiva abordagem do tema/problema, o produto final do TCC pode resultar em:

- I – teorização sobre o tema pesquisado nas diversas fontes de referência bibliográfica e/ou eletrônica;
- II – base teórica e aplicação prática em trabalho de campo ou de laboratório, desde que atendidas a abrangência e compatibilidade do trabalho quanto à área de estudo e tempo destinado à realização do TCC;
- III – análise de situação caracterizada como estudo de caso;
- IV – desenvolvimento de teoria ou de doutrina referente a determinado objeto de estudo.

Art. 20 - O Coordenador do TCC no Departamento deverá elaborar calendário, fixando os prazos para a entrega do trabalho final para avaliação e/ou apresentação e defesa oral do TCC, quando previsto este evento nas normas internas de cada Curso.

Parágrafo Único - As datas de que trata o *caput* deste artigo deverão ser comunicadas à Direção do Departamento e, por extensão, aos órgãos competentes para inserção no calendário da Universidade, sem prejuízo de outras atividades ou eventos já programados.

Art. 21 – A versão final do TCC, atendendo data fixada em cronograma específico deverá ser entregue à Coordenação do TCC, em três vias impressas, até 30 (trinta) dias que antecedem a data do final do semestre letivo para encaminhamento aos membros da Comissão Avaliadora que, de acordo com as normas de cada Curso, emitirão parecer conclusivo e nota final.

Parágrafo Único - Compete à Coordenação do TCC estabelecer cronograma para:

- a) devolução do TCC pela Comissão Avaliadora à Coordenação do Colegiado e, por esta, conseqüentemente encaminhado ao discente para acréscimos ou alterações ao texto, se necessários;
- b) cumprimento pelo discente das recomendações da Comissão Avaliadora e apresentação do TCC, sem prejuízo da data de encerramento do semestre letivo.

Art. 22 - A Comissão Avaliadora deverá dispor de orientação para aplicação uniforme dos critérios de avaliação dos TCCs, abordando entre outros aspectos:

- I - conteúdo, fidelidade ao tema e metodologia adotada no desenvolvimento do trabalho;
- II - coesão e coerência do texto e atendimento ao nível culto da língua portuguesa;
- III - estrutura formal da monografia, quando for o caso, de acordo com as normas técnicas para o trabalho acadêmico.
- IV - estruturação dos trabalhos produzidos na forma do item III do Art. 3º deste Regulamento.

Art. 23 - Será aprovado o discente que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) valor obtido pela aplicação da média aritmética das notas individuais atribuídas ao seu trabalho pelos membros da Comissão Avaliadora, para cujo resultado, não será permitido qualquer recurso para a revisão e/ou alteração das notas consignadas.

Art. 24 - O resultado da avaliação do TCC, de acordo com as normas específicas do curso, deverá ser registrado:

- I - em ata especialmente destinada para tal fim, na qual se explicitem os pareceres da Comissão Avaliadora e a média final alcançada pelo discente;
- II - diretamente no Diário de Classe pelo Coordenador da disciplina com base nos pareceres dos examinadores, arquivando-se aqueles pareceres como prova documental da avaliação efetuada.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

 Não é possível exibir esta imagem no momento.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 - Compete aos Departamentos, através dos Colegiados de Cursos, sem prejuízo deste Regulamento, como forma de normalizar a produção do TCC no âmbito da UNEB, a elaboração de normas internas para aquele trabalho acadêmico, de acordo com a especificidade de cada Curso, cujas normas deverão ser homologadas pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

Parágrafo Único - O ajuste nas normas internas de cada Curso, na forma do *caput* deste artigo, deverá ser efetuado no prazo máximo de 60(sessenta) dias contados da data em que entrar em vigor o presente Regulamento, conforme o estabelecido no Art. 33 deste documento.

Art. 30 - Na forma da Lei nº 9.610/98, são reservados à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, todos os direitos referentes à produção científica dos discentes, decorrentes da execução do Trabalho de Conclusão de Curso, nas suas diversas modalidades conforme previsto no Art. 3º deste Regulamento.

Parágrafo Único - Ressalvando-se aspectos do direito autoral, excetua-se das recomendações inscritas no *caput* deste artigo, os trabalhos desenvolvidos pelo discente com total independência em relação ao suporte da Universidade.

Art. 31 - O discente deve ter conhecimento das normas que regem a propriedade intelectual, assumindo a responsabilidade civil e criminal decorrente, por qualquer ato ilícito praticado quando da elaboração do trabalho acadêmico em suas fases de fundamentação teórica e/ou de execução prática.

Art. 32 – A solução de casos especiais ou considerados em regime de exceção, por solicitação do discente, sem exclusão das demais instâncias da Universidade, em princípio, é de competência da Coordenação do TCC no Departamento, juntamente com o respectivo Colegiado de Curso, para análise e parecer sobre o requerido, desde que comprove o peticionário que:

I - o disposto neste Regulamento e nas normas específicas do Departamento e/ou do Curso e demais aspectos legais foram atendidos;

II - o fato gerador da solicitação seja caracterizado como de força maior;

III - as requisições que demandem ajustes ou prorrogação de prazo na condução do processo de produção do TCC sejam devidamente justificadas pelo discente e/ou pelo seu professor-orientador.

Art. 33 - O presente Regulamento deverá entrar em vigor na data inicial do período acadêmico seguinte ao semestre em que for publicado o ato no Diário Oficial do Estado.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE
RESOLUÇÃO N.º 634/2004

Publicada no DOE de 12-11-2004, pág. 35

**Aprova o Regulamento de
Monitorias de Ensino e
Extensão na UNEB.**

**O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO -
CONSEPE** da Universidade do Estado da Bahia - UNEB no uso de suas atribuições, e
tendo em vista o que consta no Processo nº 0603040035555,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regulamento de Monitorias de Ensino e Extensão,
como uma das funções acadêmicas dos Cursos de Graduação, no âmbito da
Universidade do Estado da Bahia.

Parágrafo Único - O Regulamento de que trata o artigo é parte integrante
desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação ficando
revogada a Resolução nº 026/91-CONSEPE e as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2004.

Ivete Alves do Sacramento

Presidente do CONSEPE



REGULAMENTO GERAL DOS PROGRAMAS DE MONITORIA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A monitoria é uma das funções acadêmicas que, no seu papel de atividade complementar nos cursos de graduação, conforme a definem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação (CNE), além de promover maior interação entre o corpo docente e o discente, deve proporcionar oportunidades para a integração da teoria com a prática na formação do futuro profissional.

Art. 2º - As atividades de monitoria, no âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tem sua regulamentação também embasada no Regimento Geral da Universidade no que dispõem os artigos 122 a 124, em referência àquelas atividades na área de ensino e nos artigos 176 a 178 para as ações desenvolvidas junto à comunidade, na área de extensão.

Art. 3º - As propostas de atividades de monitoria devem ter sua origem nas solicitações dos professores, cujas propostas, submetidas inicialmente à análise e parecer do Colegiado de Curso ou do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE), são encaminhadas à Direção do Departamento para definição e aprovação junto ao Conselho do Departamento, sob critérios previamente estabelecidos.

Art. 4º - Na proposta de trabalho para a monitoria, deverão sobressair:

I - a área/disciplina objeto da monitoria;

II - a justificativa do pedido;

III – O período do exercício da monitoria, conforme datas estabelecidas no Calendário Acadêmico.

Art. 5º - A indicação dos alunos para o exercício da monitoria, vinculada a uma disciplina ou a projeto de extensão, far-se-á mediante seleção a cargo do Departamento, atendido o Regimento Geral da UNEB sobre o assunto e o disposto nos Capítulos IV e V deste Regulamento.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DA MONITORIA

Art. 6º - Constituem objetivos da monitoria:

I - promover ações cooperativas entre estudantes e professores, favorecendo a participação dos alunos nas atividades de docência ou no desenvolvimento de atividades extensionistas;

II - disponibilizar oportunidades para o aprofundamento dos conhecimentos do aluno na área da monitoria;

III - contribuir para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino de graduação na Universidade.



CAPÍTULO III DAS FUNÇÕES DE MONITORIA

Art. 7º - No desenvolvimento das atividades de monitoria, são funções do monitor:

I - elaborar, em conjunto com o professor da disciplina, o plano semestral de trabalho;

II - planejar e executar, sob a orientação do professor titular da disciplina; **as atividades de monitoria;**

III - auxiliar professores e alunos no desenvolvimento de atividades teóricas e/ou práticas de acordo com o seu nível de conhecimento na disciplina ou no objeto do programa/projeto de extensão; orientando estudos e a realização de trabalhos acadêmicos tais como pesquisas, atividades práticas e de laboratório;

IV - participar de projetos em andamento nos respectivos Departamentos sob a orientação do professor responsável pela coordenação desses projetos e/ou programas;

V - participar de eventos direcionados para a iniciação à docência promovidos pelo Colegiado de Curso, Departamento(s) ou pela própria Universidade;

VI - apresentar, com a devida aprovação do professor-orientador, trabalhos em congressos e/ou outros eventos que tratem de temas de sua área de estudo;

VII - comparecer, quando convocado, para reuniões ou encontros que envolvam assuntos referentes à monitoria, observando data(s) e horário(s) previamente estabelecido(s).

Parágrafo Único – É vedado ao Monitor, sob qualquer pretexto:

a) assumir e/ou responsabilizar-se por tarefas e obrigações próprias de funcionários;

b) substituir o Professor no exercício da docência no Magistério Superior, no que se incluem: ministrar aulas teóricas e práticas; elaborar, aplicar e corrigir provas ou outros instrumentos de avaliação.

CAPÍTULO IV DA INSCRIÇÃO PARA A MONITORIA

Art. 8º - A inscrição dos candidatos às atividades de monitoria, observado o Calendário Acadêmico, far-se-á de acordo com as seguintes normas, exigindo-se do aluno:

I – estar regularmente matriculado nos cursos de graduação da UNEB.

II - ter sido aprovado no componente curricular objeto de **Monitoria de Ensino** com conceito mínimo de valor 7,0 (sete) e sem registro de reprovação anterior, trancamento de matrícula ou abandono de estudos;

III - apresentar no ato da inscrição:

a) declaração por escrito (Termo de Compromisso) no qual se registre, sem prejuízo da carga horária prevista para as atividades curriculares obrigatórias, a disponibilidade de tempo para a monitoria;

b) declaração de que não usufrui de outras modalidades de bolsa ou auxílio financeiro;

c) comprovante de matrícula;

d) histórico escolar e *curriculum vitae*: devidamente comprovados;

e) números de Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

f) comprovantes de residência e de conta bancária.



Art. 9º - Na análise do Histórico Escolar o aluno deverá apresentar média de valor mínimo igual a 7,0 (sete) na disciplina objeto da monitoria e média de igual valor no cômputo geral das disciplinas cursadas, correspondente à média de Curso.

CAPÍTULO V DO PROCESSO SELETIVO

Art.10 - O processo seletivo para as atividades de monitoria, devidamente inserido no Calendário Acadêmico, na forma do Art. 3º deste Regulamento; realizar-se-á no semestre anterior ao período no qual serão desenvolvidas aquelas atividades.

Art. 11 - Na seleção de que trata o artigo anterior, sob a responsabilidade do Departamento onde se insere(m) a(s) disciplina(s)/área(s) da monitoria, competindo à Direção:

I - a divulgação, por meio de edital, das disciplinas aprovadas e abertura das respectivas vagas para a monitoria e conseqüente convocação dos alunos inscritos para a seleção;

II - a Comissão de seleção de Monitores de Ensino será constituída pelo professor que solicitou a Monitoria e mais dois professores indicados pelo Colegiado.

III – a Comissão de Seleção de Monitoria de Extensão será constituída pelo professor que solicitou a Monitoria e mais dois professores indicados pelo NUPE.

Art. 12 - Na seleção dos alunos para a monitoria, deverão constar do referido processo:

I - uma prova específica referente aos conteúdos da disciplina objeto da monitoria, com peso 5,0 (cinco);

II - análise do *currículum vitae*, com peso igual a 3,0 (três);

III - entrevista, com peso igual a 2,0 (dois).

Art. 13 - Os candidatos à monitoria serão selecionados e classificados em ordem decrescente de acordo com a média aritmética obtida no cômputo geral de pontos alcançados nos itens I, II e III do artigo anterior, sendo exigida a nota final de valor mínimo equivalente a 7,0 (sete) como condição para participar do processo seletivo.

§1º- Em caso de empate entre candidatos, deverá prevalecer, seqüencialmente, a maior pontuação obtida na prova escrita; seguindo-se a nota do *currículum vitae* e, em terceiro lugar, a nota da entrevista.

§ 2º - No caso de substituição de monitor, deverá ser convocado o aluno habilitado em seleção efetuada no mesmo período, obedecida a ordem de classificação.

§ 3º - Não havendo candidato habilitado para a substituição na forma do parágrafo anterior, será feita uma nova seleção de acordo com as normas vigentes.

Art. 14 - O resultado da seleção, devidamente homologado pelo titular da Direção do Departamento, será amplamente divulgado no âmbito da unidade de ensino.



CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO DA MONITORIA

Art. 15 - O exercício da monitoria será formalizado com a assinatura pelo aluno selecionado do Contrato de Monitoria, com duração e vigência conforme estabelecido no documento, o qual deve atender as normas legais emanadas do Ministério de Educação, aos princípios deste Regulamento e atos afins da Universidade.

§ 1º - A assinatura do documento citado no artigo anterior, não implica qualquer vínculo de caráter empregatício entre o aluno-monitor e a Universidade.

§ 2º - O horário de trabalho do monitor não poderá coincidir com o das atividades discentes no mesmo período acadêmico.

Art. 16 – Para a efetividade do exercício da monitoria, são da competência do professor-orientador:

I - registrar a freqüência do aluno, acompanhando o desenvolvimento das atividades de monitoria, cujo documento deverá ser encaminhado, mensalmente, através do Departamento às Pró-Reitorias competentes, para as providências cabíveis; nas quais se inclui a manutenção do nome dos alunos bolsistas na folha de pagamento;

II - avaliar as atividades de monitoria nas áreas de ensino ou de extensão;

III -encaminhar os relatórios de avaliação do monitor à Direção do Departamento, para posterior remessa às Pró-Reitorias competentes para avaliação global dos programas de monitoria em nível institucional.

Art. 17 - O aluno-monitor no exercício da monitoria, a título de subsídio financeiro, faz jus a uma “Bolsa de Monitoria”, de acordo com o que se determina no Capítulo VII deste Regulamento.

CAPÍTULO VII DAS BOLSAS DE MONITORIA

Art. 18 - As Bolsas de Monitoria, cujo valor deve ser estipulado pelo Conselho Universitário - CONSU, devem ter vigência por um semestre letivo.

Art. 19 - As bolsas de monitoria, distribuídas aos Departamentos com base nos seus programas, propostas de trabalho e projetos, serão concedidas, tomando por base os resultados do processo seletivo na forma do disposto no Capítulo V deste Regulamento.

Art. 20 - As bolsas de monitoria, pela sua especificidade, são distribuídas de acordo com as áreas onde se desenvolvem as atividades:

I - na área de ENSINO, as bolsas serão disponibilizadas para alunos dos cursos de graduação, selecionados para o desenvolvimento de atividades auxiliares no trabalho docente em uma disciplina, em um dos componentes curriculares de uma mesma área ou em disciplina afim ao curso;

II - na área de EXTENSÃO, as bolsas de monitoria serão concedidas a alunos dos cursos de graduação selecionados para o desenvolvimento de atividades inseridas em programas e projetos de extensão, aprovados de acordo com a política de extensão do



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Departamento, este devidamente sintonizado com a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade.

Art. 21 - A concessão da “Bolsa Monitoria” efetuar-se-á em caráter pessoal e intransferível, sendo terminantemente proibida a vinculação ou a acumulação com qualquer outro tipo de bolsa ou auxílio financeiro.

Art. 22 - O período de vigência da bolsa de monitoria é de um semestre letivo, podendo ser renovado por igual prazo, mediante parecer do professor responsável pela disciplina/atividade objeto da monitoria e aceite da Direção do respectivo Departamento.

Art. 23 - O aluno contemplado com a renovação do período de vigência da bolsa de monitoria, será desligado do sistema de bolsas e só poderá pleitear nova concessão após o interstício de dois semestres letivos, dando oportunidade para usufruir do benefício a outro aluno de graduação.

Parágrafo Único - Excetuam-se das medidas do parágrafo anterior, sob a aprovação do professor-orientador, os casos em que não haja candidato inscrito para o programa de monitoria disponibilizado para a seleção.

Art. 24 - Para a certificação das atividades de monitoria, manutenção e/ou renovação da bolsa de monitoria, devem ser atendidas as seguintes exigências pelo aluno-monitor:

I - apresentar ao professor-orientador, de acordo com o planejamento do programa de monitoria, relatórios regulares, ou quando solicitados, sobre as atividades desenvolvidas;

II - ter frequência equivalente, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total destinada às atividades de monitoria/extensão;

III - demonstrar desempenho significativo no exercício da monitoria, sendo de valor igual a 7,0 (sete) a nota mínima alcançada na avaliação final.

Art. 25 - O desligamento do aluno do programa de monitoria e conseqüente cancelamento da bolsa de monitoria poderão ocorrer nos seguintes casos:

I - por desistência do aluno-bolsista, por seu próprio interesse, devendo solicitar o cancelamento da bolsa por escrito ao professor-orientador, respeitado o prazo para afastamento conforme as normas internas do Departamento sobre o assunto;

II - por solicitação do professor-orientador, devidamente justificada e fundamentada por força de insuficiente desempenho do monitor ou pelo não atendimento às exigências do programa de monitoria para o qual foi selecionado, ocorrência que deverá, de imediato, ser comunicada, através do Departamento, às Pró-Reitorias competentes.

Art. 26 - Caberá à Direção do Departamento comunicar, de imediato, às Pró-Reitorias às quais estão afeitos os programas de monitoria, qualquer alteração no quadro dos bolsistas sob sua responsabilidade, esclarecendo os motivos que respaldem a dispensa ou cancelamento da Bolsa de Monitoria concedida.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27 - Os recursos para atender aos programas de bolsas destinadas às atividades de monitoria serão alocados no orçamento geral da UNEB, para o exercício fiscal



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

subseqüente, podendo ser agregados, para tais fins, outros valores originários de convênios ou de outras fontes financiadoras.

Art. 28 - Ao aluno bolsista que atender aos critérios explicitados no Art. 24 e seus incisos, neste Regulamento, será concedido um Certificado de Monitoria, cujo documento deverá:

I - comprovar carga horária aplicada em atividade acadêmica complementar a ser registrada ano seu Histórico Escolar;

II - ser contado como título para posterior ingresso na carreira de magistério superior.

Art. 29 - As Pró-Reitorias de Ensino e Graduação e de Extensão, sempre que necessário, expedirão normas administrativas e instruções, visando à operacionalização dos programas de monitoria e à uniformização de procedimentos.

Art. 30 - Este Regulamento, extensivo a todas as unidades da UNEB, entra em vigor na data de sua publicação, considerando-se revogado o Regulamento Geral para o Exercício da Monitoria na UNEB, aprovado pela Resolução Nº 026/91-CONSEPE, publicada em 13.06.91.



3.2. METODOLOGIA

A formação do professor-pesquisador de História deve promover o contato do estudante da área com componentes básicos e específicos de formação num processo contínuo ao longo do curso, auxiliando na compreensão das relações que estruturam o saber histórico, pois permite apropriações que fundamentam a História não como ciência voltada exclusivamente ao passado, mas conhecimento que interessa ao presente porque se configura a partir das condições contemporâneas.

A concepção metodológica do curso segue 4 princípios básicos:

- a) Pautada na articulação **entre teoria e prática** presente nas várias dimensões do campo de profissionalização do profissional de Licenciatura em História através dos componentes de Laboratórios do Ensino de História e Estágios que articulam a prática pedagógica enquanto *locus* de atividade profissional.
- b) A **interdisciplinaridade** baseada na interdependência entre as diferentes áreas de conhecimento, propiciando o diálogo entre os conhecimentos profissionais e os Núcleos de formação do currículo. O Laboratório do ensino de História como componente curricular é um dos pressupostos interdisciplinar que dialoga com as disciplinas em cada semestre. A Resolução do CNE 02/2015 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica prevê: “o (A) egresso(a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética
- c) Quanto à **flexibilidade curricular**, cabe destacar que o currículo em tela, possui a autonomia de definir a sequencialidade do próprio percurso formativo



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

a partir de suas áreas de conhecimento, consolidando à ausência de pré-requisitos para a matrícula na maior parte das unidades curriculares (exceto para Pesquisa Histórica). Permite a organização curricular em forma de componentes curriculares, através de Seminário temático com carga horária de 15h e 30h, além de componentes curriculares em forma semipresencial com parte da carga horária em EAD.

- d) Diálogo entre **ensino/pesquisa/extensão** extrapolando a dimensão do pensar e executar, elegendo uma perspectiva crítica de formação que acolhe essa tríade como uma dimensão formativa no currículo as ações de ensino, pesquisa e extensão articuladas com o compromisso social da educação superior e com a sociedade. O curso proporciona uma boa formação de licenciados em História, ao articular com os estudos de pós graduação, potencializando a participação dos graduandos como ouvintes nas disciplinas do curso de Mestrado de História Regional e Local do Campus V.

O presente projeto prevê a oferta de disciplinas que utilizam em parte a modalidade de educação à distância EaD, em caráter opcional, incluindo métodos e práticas de ensino e aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, conforme a Resolução CONSEPE 1820/2015.

A articulação de etapas formativas do profissional com Licenciatura em História é permeada pelas práticas de leitura e escrita, debates, reflexões, sistematizações de fontes e informações, pesquisas e elaboração de mecanismos que possibilitem a socialização e mediação do conhecimento em seu amplo espaço de atuação, tais como escolas públicas e privadas, museus, arquivos, Ong's, educação de jovens e adultos, educação em espaços não formais e outros.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)
RESOLUÇÃO Nº 1.820/2015

Publicada no D.O.E. de 15-10-2015, p. 21

Aprova as alterações no Anexo Único da Resolução CONSEPE nº 1.508/2012, referente às condições e procedimentos para oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial nos cursos presenciais de graduação, até o limite de 20% da carga horária total do curso, no âmbito da UNEB.

O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) da Universidade do Estado da Bahia, no uso de suas competências legais e regimentais, com fundamento no Artigo 5º, Inciso I, Alínea “f” do Regimento Interno deste mesmo Conselho, e ainda o quanto deliberado pela sua Câmara de Ensino de Graduação e Sequencial, em reunião ordinária realizada no dia 01-09-2015 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 0603140175737, em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar as alterações no Anexo Único da Resolução CONSEPE nº 1.508/2012, referente às condições e procedimentos para oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial nos cursos presenciais de graduação, até o limite de 20% da carga horária total do curso, no âmbito da UNEB.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 02 de setembro de 2015.

José Bites de Carvalho

Presidente do CONSEPE

*OBSERVAÇÃO: O Anexo Único desta Resolução – Condições e procedimentos para oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial nos cursos presenciais de graduação, até o limite de 20% da carga horária total do curso, encontra-se disponível no site da UNEB <www.uneb.br>, para conhecimento de todos.



ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 1.820/2015
CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA OFERTA DE COMPONENTES
CURRICULARES NA MODALIDADE SEMIPRESENCIAL NOS CURSOS
PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO, ATÉ O LIMITE DE 20% DA CARGA HORÁRIA
TOTAL DO CURSO

I- Quanto à caracterização da modalidade

(...) caracteriza-se a modalidade semi-presencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota. (Portaria MEC nº 4.059/2004).

II- Quanto às condições para oferta

Art. 1º. Pode oferecer componentes curriculares na modalidade semipresencial qualquer curso de graduação presencial reconhecido, desde que integrando formalmente o Projeto de Oferta Semipresencial sob a coordenação da Unidade Acadêmica de Educação a Distância (UNEAD)/Coordenação da Oferta Semipresencial e acompanhamento da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD)/Gerência de Gestão de Currículo Acadêmico (GGCA).

Art. 2º. Semestralmente, no período previsto no calendário acadêmico, o Colegiado de Curso/Departamento deve formalizar solicitação de adesão ao Projeto de Oferta Semipresencial, atendendo às orientações contidas nesta Resolução e observado o perfil docente exigido para cada subprojeto:

Parágrafo Único. Serão autorizadas as ofertas cujos docentes estejam devidamente credenciados para a oferta na modalidade a distância, através de uma das modalidades de vinculação docente especificadas no Projeto de Implantação da UNEAD1.

I. Para acompanhamento presencial na oferta do componente curricular Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), inserido ao Projeto de oferta semipresencial com docência compartilhada, coordenado pela UNEAD/Coordenação da Oferta Semipresencial: docente com formação ou experiência de ensino/pesquisa/extensão em educação especial, preferencialmente educação dos surdos ou LIBRAS;



II. Para a oferta dos demais componentes curriculares: docente com indicação para o componente em oferta e formação ou experiência de ensino/pesquisa/extensão em educação a distância ou educação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); e,

1 Unidade Acadêmica de Educação a Distância, criada por meio da Resolução CONSU nº 1.051/2014.

III. O perfil docente para futuros projetos será definido e divulgado pela UNEAD/Coordenação da Oferta Semipresencial oportunamente.

III- Quanto às competências da Unidade Acadêmica de Educação a Distância (UNEAD) e da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD)

Art. 3º. Compete à UNEAD:

I. coordenar a oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial no limite de até 20% da carga horária total do curso, mediante a solicitação dos Departamentos;

II. coordenar e gerenciar abertura das salas virtuais no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) como suporte aos componentes curriculares dos cursos presenciais da graduação;

III. orientar os docentes no planejamento e execução dos componentes curriculares nesta modalidade;

IV. orientar os coordenadores de colegiados e secretários acadêmicos quanto à execução da oferta;

V. acompanhar o desenvolvimento da oferta conjuntamente com a PROGRAD e as coordenações de colegiados; e,

VI. regulamentar a oferta, através de atualizações de sua Resolução específica, juntamente com a PROGRAD/GGCA.

Art. 4º. Compete à PROGRAD:

I. acompanhar as ofertas curriculares na modalidade semipresencial no limite de até 20% da carga horária total do curso nos Departamentos/Colegiados, a cada semestre;

II. acompanhar o registro no sistema acadêmico no sentido de garantir as especificidades da “oferta a distância” para os cursos presenciais;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

III. orientar os Colegiados de cursos e secretarias acadêmicas quanto a esta modalidade de oferta para os cursos presenciais de graduação;

IV. fornecer à UNEAD/Coordenação do Projeto da Oferta semipresencial, a cada semestre, a lista dos discentes matriculados nos componentes que serão ofertados dentro do projeto da oferta semipresencial (LIBRAS e componentes diversos); e,

V. regulamentar a oferta, através de atualizações de sua Resolução específica, juntamente com a UNEAD/Coordenação do Projeto da Oferta Semipresencial.

IV- Quanto às atribuições do Colegiado de Curso e Departamentos

Art. 5º. Os colegiados de curso de graduação presencial e Departamentos decidem semestralmente pela adesão ao Projeto de oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial até o limite de 20% da carga horária total do curso, devendo proceder à orientação e acompanhamento desta oferta de modo a que não ultrapasse o limite máximo permitido.

Art. 6º. A adesão ao Projeto e consequente regularização desta modalidade de oferta no âmbito da graduação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) dar-se-á semestralmente mediante:

I- Envio à UNEAD/Coordenação da Oferta Semipresencial de solicitação formal do Colegiado de curso, com anuência da Direção do Departamento, dentro do prazo estabelecido no calendário acadêmico, indicando: a) curso, b) componente curricular, c) código do componente curricular no Sistema Acadêmico, d) docente responsável, e) quantidade de turmas; e,

II- Cadastramento do referido componente curricular no Sistema Acadêmico SAGRES, com indicação da modalidade de oferta.

Art. 7º. É atribuição dos colegiados de curso de graduação presencial e Departamentos:

I- discutir e aprovar a oferta no Departamento e encaminhar a solicitação de adesão ao Projeto à UNEAD/Coordenação da Oferta Semipresencial;

II- indicar para a regência dos referidos componentes curriculares professores com as condições e o perfil definidos nesta Resolução;

III- registrar no Sistema Acadêmico – SAGRES – a modalidade de “oferta a distância” para cada componente curricular solicitado;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

IV- disponibilizar a infraestrutura necessária para a realização das atividades presenciais (sala de aula, auditório, equipamento de videoconferência, biblioteca, laboratórios, etc.), bem como as condições para acesso dos discentes à web;

V- participar das atividades de acompanhamento e avaliação do processo, desenvolvidas pela UNEAD e PROGRAD; e,

VI- comunicar à UNEAD/Coordenação da Oferta Semipresencial e adotar providências cabíveis quando identifique ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das atividades.

V- Quanto à carga horária e local de lotação do Docente

Art. 8º. A carga horária docente será prevista no PIT do professor:

- I. dentro de sua carga horária normal de trabalho no Departamento;
- II. complementando a carga horária mínima em outro Departamento;
- III. na condição de professor cooperador.

Art. 9º. O professor pode atuar em seu próprio Departamento ou em outros Departamentos da Universidade:

- I. na condição de professor único responsável pela turma;
- II. com responsabilidade compartilhada quando em Projeto com planejamento único para mais de uma turma; e,
- III. na condição de professor coordenador quando atuando em projetos que prevejam um planejamento único para mais de uma turma a exemplo de LIBRAS.

Art. 10. Os professores envolvidos na oferta de componentes semipresenciais terão computadas em sua carga horária o mesmo número de horas da disciplina que está sendo ofertada, no mesmo padrão do presencial.

VI- Quanto aos Registros Acadêmicos

Art. 11. A matrícula dos discentes, geração de diário de classe e todas as demais formas de registro acadêmico devem ser feitos via sistema SAGRES, vinculado ao Departamento de oferta da disciplina, sendo os registros de frequência, de conteúdo e de avaliação feitos no diário de classe padrão, com observações específicas referentes à modalidade semipresencial, a saber:

- I. Os conteúdos devem ser registrados por período e não por hora/aula; e,



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

II. É considerado frequente o discente que cumprir no mínimo 75% das atividades obrigatórias realizadas à distância e estiver presente a no mínimo 75% das atividades presenciais desenvolvidas no componente curricular.

Art. 12. Os registros acadêmicos devem ser feitos pelo professor do próprio Departamento ou cooperador, na condição de professor único ou compartilhando a docência.

VII- Quanto ao desenvolvimento das atividades

Art. 13. Os componentes curriculares semipresenciais terão início e término consoante aos prazos estabelecidos no calendário geral da UNEB.

Art. 14. Considera-se encontro presencial o momento pedagógico de desenvolvimento de atividades e orientação de conteúdos, realizado nas dependências da Universidade.

I- São encontros presenciais obrigatórios:

- a) Um encontro presencial de abertura; e,
- b) Um encontro presencial de encerramento.

II- É facultada ao docente, sob a aprovação do Colegiado de curso, a decisão de programar outros encontros presenciais, consoante o plano de curso, sem relação proporcional com a carga horária da disciplina.

III- Além da presencialidade física, videoconferências também configuram encontros presenciais para os fins desta Resolução.

Art. 15. Independente do total de horas de atividades presenciais, o componente curricular que se caracteriza na modalidade semipresencial terá o total da sua carga horária computada dentro dos 20% da carga horária total do curso, permitidos para esta modalidade.

Art. 16. Todas as atividades realizadas nos componentes curriculares ofertados na modalidade semipresencial serão objeto do registro de atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem, através do Plano de Curso, do Cronograma de Atividades e outras formas de registro.

Art. 17. Independente do sistema de avaliação, deverá ser feito o registro de atividades online e presenciais programadas pelo professor, indicando nos instrumentos de registro seu cumprimento ou não cumprimento para fins do que trata o item VI desta Resolução.



Art. 18. Consideram-se atividades todas as ações ou interações propostas pelo docente no ambiente virtual, nos encontros presenciais ou atividades de estudo, tais como fórum, bate-papo/chat, wiki, leitura de textos (digital, impresso e online), tarefas de envio de arquivo, questionário online, enquete, vídeos, entre outros.

Art. 19. O primeiro componente curricular do fluxograma do curso de graduação presencial a ser ofertado na modalidade semipresencial conterà obrigatoriamente uma oficina de ambientação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) compondo a carga horária regular da disciplina ofertada.

VIII- Quanto ao processo de Avaliação da Aprendizagem

Art. 20. O regime de avaliação dos componentes ofertados na modalidade semipresencial dar-se-á consoante ao Regimento Geral da UNEB, observando as especificidades postas nesta Resolução.

Art. 21. Os componentes curriculares ofertados na modalidade semipresencial realizarão atividades presenciais e a distância consoante o plano de curso.

Art. 22. Em consonância com a determinação da Portaria MEC nº. 4.059/2004, as atividades avaliativas devem ser presenciais. Metodologicamente, recomenda-se a orientação de atividades à distância, em especial no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), de discussão e elaboração dos produtos presencialmente apresentados.

Art. 23. Será reprovado, independente do mérito, o aluno que não cumprir pelo menos 75% das atividades propostas para o componente curricular.

Art. 24. A prova final deverá ser feita presencialmente de acordo com o calendário da UNEB.

IX- Quanto à utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Art. 25. Os componentes curriculares oferecidos na modalidade semipresencial, independente da utilização de outros espaços virtuais disponíveis na web, obrigatoriamente deverão utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) especificamente indicado pela UNEAD/Coordenação da Oferta Semipresencial para esta finalidade, constituindo este um espaço formal de acompanhamento e registro das atividades à distância.



Art. 26. Respeitada a autonomia didática e tecnológica do docente na organização do espaço virtual de sua disciplina, esta organização deve obrigatoriamente contemplar:

I- Um tópico de abertura contendo:

- a) Apresentação da disciplina;
- b) plano de curso;
- c) cronograma de atividades;
- d) fórum de notícias e avisos; e,
- e) fórum de questões acadêmico-pedagógicas (de ordem burocrática/administrativa).

II- Tópicos de desenvolvimento de conteúdos equivalentes às Unidades que estruturam o Plano de curso, contendo:

- a) período;
- b) orientações de estudo e atividades para o tópico;
- c) atividades a serem desenvolvidas; e,
- d) ferramenta tira-dúvidas para o tópico;

III- Um tópico para disponibilização de material de estudo/referências para o desenvolvimento do componente curricular, podendo conter:

- a) textos;
- b) midiateca;
- c) vídeos; e, d) áudio.

IV- Calendário:

- a) encontros presenciais; e,
- b) avaliações online.

Art. 27. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.



3.2. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

No curso de História há uma prática pedagógica dialógica, apoiada na formação de sujeitos críticos e autônomos, uma vez que prioriza pressupostos teóricos e práticos voltados para a aprendizagem significativa dos conhecimentos sociais, históricos, culturais e científicos, possibilitando ao aluno, agente ativo na relação ensino-aprendizagem, a mobilização de habilidades e competências à resolução de problemas.

Compreende-se que a intenção da avaliação é abrir espaço para debates e conquistas coletivas, ressaltando que no decorrer dessa caminhada surgem muitas possibilidades e dificuldades. Ou seja, é a reflexão transformada em ação que impulsiona alunos e professores a novas reflexões, conforme previsto nas concepções metodológicas do curso.

A avaliação da aprendizagem do aluno está alicerçada na autoavaliação e avaliação pelo professor, tendo com objetivo principal incrementar, criar e reformar comportamentos, atitudes e práticas. Neste sentido, em lugar de fiscalização, busca-se fazer com que a análise seja centrada na problematização das posturas e ações dos alunos com relação às temáticas e conteúdos abordados no curso.

Os instrumentos de avaliação da aprendizagem utilizados no Curso são diversificados e caracterizados pela necessidade de transformar formas convencionais e criar instrumentos eficazes para atender à concepção pedagógica vigente. Sendo assim, considera-se que o processo avaliativo do ensino e aprendizagem é diagnóstico, processual, mutável e continuado. Os instrumentos utilizados pelos professores nesse processo podem ser os mais diversos, dependendo das especificidades dos componentes: produção de textos; discussão, em sala, dos assuntos apresentados; trabalhos em grupo; trabalho interdisciplinar; discussão de filmes; seminários; produção de painéis entre outros.



Os procedimentos de avaliação são condizentes com o processo pedagógico do curso e eles próprios, inclusive, estão em constante avaliação e reformulação. Há diversidade nos tipos e formas de avaliação (trabalhos dissertativos, avaliações individuais, avaliações orais, provas, portfólios, relatórios, defesas e apresentações, dentre outras). Os alunos são incentivados a fazer apresentação pública das suas produções (por meio de jornadas e em eventos, como congressos e seminários).

Tomando-se como princípio o desenvolvimento de competências profissionais, o foco da avaliação está centrado na capacidade de acionar conhecimentos necessários à atuação profissional do Historiador/Educador e na busca contínua por novos conhecimentos que venham contribuir com a formação continuada dos discentes.

Por fim, a avaliação é concebida como parte integrante do processo de formação, uma vez que possibilita diagnosticar lacunas a serem superadas, aferir os resultados alcançados, considerando as competências a serem constituídas, e identificar mudanças de percurso eventualmente necessárias. Assim, sejam avaliações escritas ou orais, deve-se seguir em consideração a qualidade e comprometimento discente com o processo avaliativo; a demonstração da aprendizagem justificada pela fundamentação teórica associada às experiências e práticas do aluno, desenvolvimento de reflexão e posicionamentos; a organização, encadeamento de ideias (clareza) e capacidade de síntese (objetividade).

3.5.MATRIZ CURRICULAR

Tempo Mínimo: 08 semestres		Carga Horária Total:
Tempo Máximo: 14 semestres		3.230 h

Apresentamos a seguir a matriz curricular dos componentes do curso cadastrados no sistema Sagres Acadêmico.

Além das cargas horárias referentes aos conteúdos propostos para os componentes acima apresentados, serão acrescidas 200 horas de Atividades Acadêmico-Científico-



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Culturais AACC, a serem realizadas livremente pelos alunos, de acordo com a regulamentação da UNEB.

3.9.5. Matriz Curricular

3.9.5. Matriz Curricular

TEMPO MÍNIMO: 08 (oito) semestres		CARGA HORÁRIA TOTAL: 3.230 (três mil, duzentas e trinta) horas
TEMPO MÁXIMO: 14 (quatorze) semestres		

COMPONENTE CURRICULAR	SEMESTRE	ÁREA/ NUCLEO	CARGA HORÁRIA TOTAL
Teoria da História	1º	FTM /NEFG	45
Técnica do Trabalho Científico	1º	FTM / NEFG	45
Gênero e História	1º	FTM/NEFG	45
Laboratório de Identidade e Formação Docente	1º	LEH / NEPAP	60
BRASIL Colônia I	1º	BRA/NEFG	45
EUROPA: Grécia e Roma	1º	EU/NEFG	60
Aprendizagem e Conhecimentos	1º	CP/NADP	45
Leitura e Produção Textual	1º	FTM / NEFG	45
Seminário Temático ¹	1º	-	-
História Cultural e Antropologia	2º	FTM/NEFG	45
Sociologia e Educação	2º	FTM / NEFG	45
Epistemologia e Didática	2º	CP / NAFG	45
Laboratório de História e Cultura Africana e Afro brasileira e Indígena	2º	LEH/NEPAP	60
EUROPA: Formação do Ocidente Medieval	2º	EU/NEFG	60
BRASIL Colônia II	2º	BRA /NEFG	60
América I - Trabalho compulsório, rebeliões indígenas e escravas nas américas	2º	AME/ NEFG	60
Seminário Temático	2º		
Teoria e História social	3º	FTM / NEFG	45
Teoria e Historiografia Teoria e Historiografia da África	3º	FTM / NEFG	45
Laboratório de fontes históricas para o ensino de História	3º	LEH/NEPAP	45
Políticas Públicas e Gestão da Educação	3º	CP / NEFG	60
Libras	3º	LPD/NEFG	60
BRASIL Extensão	3º	BRA/NEFG	30

¹ Os seminários temáticos devem integrar a carga horária da área correspondente e devem acompanhar as demandas do semestre.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

América II - Colonialismo, resistência escrava, levantes indígenas e independência nas Américas.	3º	AME/NEFG	60
EUROPA: Cultura, imaginário e transformações políticas na modernidade	3º	EU / NEFG	60
Historiografia Brasileira	4º	FTM / NEFG	45
Filosofia, História e Educação	4º	FTM / NEFG	45
Laboratório de Produção de Textos historiográficos	4º	LEH/ NEPAP	45
Educação Inclusiva	4º	CP/ NEFG	45
Brasil Império	4º	BRA/ NEFG	45
EUROPA: Expansão e Consolidação do Capitalismo	4º	BRA / NEFG	60
América III	4º	AME / NEFG	60
ÁFRICA: Relações de Gênero na África e Diáspora	4º	AFR/ NEFG	45
Seminário Temático	4º		
Brasil Império II	5º	BRA / NEFG	60
África e conexões com a diáspora	5º	AFR/ NEFG	45
Tópicos da Ásia I: a questão palestina	5º	Ásia/ NEFG	30
Cultura Documental e Patrimonial	5º	CPD /NEFG	60
Avaliação e Planejamento	5º	CP / NEFG	45
Estágio Supervisionado I – Observação	5º	EST.SUP /NEPAP	90
Laboratório de Ensino de História, Linguagens e Tecnologias	5º	LEH / NEPAP	60
Seminário Temático	5º		
Europa Contemporânea I	6º	EU/NEFG	45
Brasil República I	6º	BR / NEFG	60
TCC I	6º	PH/ NEPAP	60
Cultura Documental e Patrimonial	6º	CPD / NEFG	60
Laboratório de Ensino de História e produção de material didático	6º	LEH / NEPAP	45
Estágio Supervisionado II – Oficina	6º	EST.SUP / NEPAP	105
Seminário Temático	6º		
EUROPA – Europa Contemporânea II	7º	EU/NEFG	45
BRASIL: República II	7º	BRA / NEFG	60
África:Colonialismo e Movimentos de Independência	7º	AFR / NEFG	60
TCC II	7º	PH / NEPAP	60
Laboratório de Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos e produção de material didático.	7º	LEH / NEPAP	60
Estágio Supervisionado III – Regência I	7º	EST. SUP/ NEPAP	105
BRASIL: República III	8º	BRA / NEFG	60
ÁFRICA: Tópicos Especiais/ História e Literatura Africana	8º	AFR/ NEFG	45
Tópicos de História da Ásia II: a revolução chinesa	8º	ASIA / NEFG	30
TCC III	8º	PH/ NEPAP	45



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Laboratório de Ensino de História: Seminário	8º	LEH/ NEPAP	30
Estágio Supervisionado IV – Regência II	8º	EST.SUP / NEPAP	105
Seminário Temático	8º		

3.6.FLUXOGRAMA

O fluxograma do Curso de História – Licenciatura do *Campus I* foi elaborado a partir das determinações contidas no Projeto de Criação do Curso. A composição desse gráfico curricular tem como objetivo demonstrar como são ofertados os componentes curriculares ao longo dos semestres do curso, identificando sua carga horária e seus vínculos com as áreas curriculares e eixos de conhecimentos. Nesse sentido, há uma apresentação das áreas de conhecimento que compõe cada semestre, sabendo-se que a melhor definição dos conteúdos deve ser resultado de um processo constante de discussão e amadurecimento, sobretudo por meio das reflexões emanadas do desenvolvimento dos semestres iniciais e da realidade social, cultural e histórica da Bahia.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Núcleos	Eixos	ÁREA CURRICULAR	SEMESTRE										
			1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º			
Curricularização da extensão ²	Núcleo de estudos de formação geral, do campo educacional e desenvolvimento profissional	Conhecimentos científicos, culturais e educacional	Fundamentação Teórico-Metodológica em História (405h)	135	90	90	90						
			Europa (330h)	60	60	60	60		45	45			
			Brasil (420h)	45	60	30	45	60	60	60	60	60	
			América (180h)		60	60	60						
			África (195h)				45	45		60	45		
			Ásia (60h)					30				30	
			Cultura Documental e Patrimonial (120h)					60	60				
	Formação docente	Conhecimentos Pedagógicos (240h)	45	45	60	45	45						
		Linguagens para a docência (105h)	45		60								
	Núcleo de estudos de pesquisa e atuação profissional	Prática pedagógica	Laboratório de Ensino de História (405h)	60	60	45	45	60	45	60	30		
Estágio Curricular Supervisionado (405h)							90	105	105	105			
Pesquisa Histórica (165h)								60	60	45			
NIEC ³		Atividades Acadêmicas-Científicas-Culturais (AACC)	200										
		Horas semestrais	390	375	405	390	390	375	390	315			
		Carga horária total do curso	3.230h										

² Atividade perpassa ao longo do currículo no total de 323 horas.

³ Núcleo de Integração e Enriquecimento Curricular



3.7.EMENTÁRIO

1º semestre

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA
LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	45h
EMENTA			
Estuda objetos, métodos e fontes de pesquisa histórica, articulando com os diferentes aspectos socioculturais, filosóficos e educacionais inerentes ao espaço escolar. Analisa os fundamentos teóricos e metodológicos da historiografia nos séculos XIX, XX e XXI. Identifica o papel do historiador e os fundamentos da disciplina História. Discute a interlocução da História com outras áreas do conhecimento. Aborda o percurso da historiografia brasileira e internacional. Articula os conhecimentos teóricos com as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, considerando as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual.			
EMENTA DA DISCIPLINA			
Ocupa-se das estratégias de leitura e produção de textos orais e escritos, considerando os aspectos formal e estilístico e sua relação contextual e situacional. Sistematiza conhecimento em torno da Língua Portuguesa e da Língua Brasileira de Sinais. Aborda a leitura como vínculo leitor/texto, através da subjetividade contextual, de atividades de retextualização, e da integração com estudos lexicais e gramaticais inerentes às temáticas culturais da língua portuguesa. Realiza estudos teórico-práticos das características socioculturais e linguísticas presentes na educação do surdo, realizando análises sobre o seu desenvolvimento linguístico, reconhecendo a LIBRAS como a segunda língua oficial do Brasil. Identifica os processos teórico-metodológicos educacionais e educativos, na perspectiva da aquisição da LIBRAS como segunda língua para os sujeitos envolvidos no processo de inserção do surdo.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
1. Leitura 1.1. O processo de leitura: uma perspectiva interativa; 1.2. A leitura na escola: um objeto de conhecimento. 2. Tipologia Textual 2.1. Tipos de textos e expectativas do leitor.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

FARACO, Carlos A; TEZZA, Cristóvão. *Prática de texto: Língua portuguesa para nossos Estudantes*. Petrópolis: Vozes, 1992.

GERALDI, João Wanderlei. *O Texto na Sala de Aula*. São Paulo: Ática, 1997.

JOLIBERT, Josette e Colaboradores. *Formando Crianças Leitoras*. Porto Alegre: Artmed, 1994.

KATO, M. *O aprendizado de leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

KLEIMAN, A. *Oficina de leitura: teoria e prática*. Campinas: Pontes; UNICAMP, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KAUFMAN, Ana Maria; RODRIGUEZ, Maria Helena. *Escola, Leitura e Produção de Textos*. Porto Alegre: Artmed, 1995.

KLEIMAN, Ângela. *Texto e Leitor: aspectos cognitivos de leitura*. São Paulo: Pontes, 1995.

PIZANI, Alicia Palácios; PIMENTEL, Magaly Munõz; ZUNINO, Delia Larner. *Compreensão da Leitura e Expressão Escrita*, 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOLÉ, Izabel. *Estratégia de Leitura*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
GÊNERO E HISTÓRIA	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	45h	5h
Ementa da área				
Estuda objetos, métodos e fontes de pesquisa histórica, articulando com os diferentes aspectos socioculturais, filosóficos e educacionais inerentes ao espaço escolar. Analisa os fundamentos teóricos e metodológicos da historiografia nos séculos XIX, XX e XXI. Identifica o papel do historiador e os fundamentos da disciplina História. Discute a interlocução da História com outras áreas do conhecimento. Aborda o percurso da historiografia brasileira e internacional. Articula os conhecimentos teóricos com as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, considerando as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual.				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
Analisa o conceito de Gênero como categoria de análise das diferenças sociais, histórica e culturalmente construídas a partir de uma perspectiva feminista. Questiona a produção do conhecimento histórico androcêntrico, com vistas a problematizar uma história pretensamente neutra e universal. Discute a construção social das feminilidades e das masculinidades, considerando as relações de gênero a partir de suas intersecções com raça/etnia, classe, sexualidade, entre outras. Aborda elementos das teorias feministas frente ao debate contemporâneo. Problematisa práticas pedagógicas de educação em gênero e sexualidade. Articula os conhecimentos teóricos com as dimensões do ensino da pesquisa e da extensão.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. Gênero e Relações de Gênero: conceitos, debates, perspectivas2. Gênero e Feminismos:3. Interseccionalidades: gênero, raça, classe, sexualidade.4. Masculinidades;5. Gênero, espaços públicos e instituições - política, religião, casamento.6. Gênero e ciência.7. Maternidades.8. Identidade de gênero e diversidade sexual9. Violências de gênero10. Gênero e Educação				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DUBY, Georges; PERROT, Michelle. <i>História das mulheres no Ocidente</i> . Porto, Portugal: Afrontamento, 1990. 5 v.				
LOURO, Guacira Lopes. <i>Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista</i> . 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.				
PERROT, Michelle. <i>As mulheres ou os silêncios da história</i> . Bauru, SP: EDUSC, 2005.				
RIAL, Carmen Sílvia Moraes; PEDRO, Joana Maria; AREND, Sílvia Maria Fávero. <i>Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade</i> . Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.				
SCOTT, Joan. História das Mulheres, In: Burke, Peter (org.). <i>A Escrita da História: novas</i>				



perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Rio de Janeiro: Letramento, 2018.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino*. Maceió: Catavento, 2003.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAIROS, Luiza. “Nossos Feminismos Revisitados”. *Estudos Feministas*, Vol. 3, No.2, 1995, p. 544-552.

BENTO, Berenice. “Transexuais, corpos e próteses”. Disponível em: <<https://gedsfdusp.files.wordpress.com/2015/08/06-bento-berenice-transexuais-corpos-e-prc3b3teses.pdf>>

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-degenero/>>

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. São Paulo: UNICAMP; Centro de Pesquisas em História da Cultura, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 31, nº 1, Janeiro/Abril 2016. p. 99-127.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Revista Estudos Feministas*, 10. 2002.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, classe e raça*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. 2. ed. São Paulo: EdUNESP, 2009.

DESPENTES, Virginie. *Teoria King Kong*. São Paulo: n-1 edições, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance!* Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940. Salvador: CEB; UFBA, 2003. [Centro de Estudos Baianos, 152].

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 11. ed Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. *Revista Isis International*, Vol. IX, junho, 1988, p. 133-141.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018,

KIMMEL, Michael S. “A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas.” In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- MAIA, Cláudia. *A invenção da solteirona*. Conjugalidade moderna e terror moral. Minas Gerais (1890-1948). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.
- MARTINS. Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- PEDRO, Joana Maria. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. *Projeto História*. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. “A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, dez. 2007, p. 281-300.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 2. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PINO. Nádia Perez. “A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos.” *Cadernos Pagu*. n. 28. Campinas Jan./Jun 2007.
- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- RAGO, Margareth. “Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil”. *Cadernos AEL*. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/about>> Acesso set./2017.
- RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SARDENBERG, Cecília M. B; VANIN, Iole M.; ARAS, Lina Maria Brandão de. *Fazendo gênero na historiografia baiana*. Salvador: NEIM; UFBA, 2001.
- SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil na Pesquisa Histórica”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16 (2): jul./dez., 1990.
- SCOTT, Joan. “Prefácio a Gender and Politics of history”. *Cadernos Pagu*, nº 3. Campinas, SP: 1994.
- SOIHET, Rachel. “Violência simbólica, saberes masculinos e representações femininas”. *Revista Estudos Feministas*. Vol. 5, nº 1. Rio de Janeiro: IFCS; UFRJ, 1997.
- SOUZA. Sandra Duarte de. ““Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira”. *Estudos de Religião*. v. 28, n. 2 • 188-204 • jul.-dez. 2014
- VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. “A perspectiva de gênero redimensionando a disciplina história.” In: *Revista Ártemis*, nº 3, dezembro de 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2208/1947>>
- VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. *Sertanejas “defloradas” e “Dom Juans” julgados: relações sexoafetivas de mulheres pobres em processos de crimes contra os costumes em Jacobina – Bahia (1942-1959)*. Niterói, RJ: Universidade Federal da Bahia, 2018. [Tese de doutorado em História].
- VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira “É um romance minha vida”: *Dona Farailda uma 'casamenteira' no sertão baiano*. Salvador: EDUFBA, 2017.
- VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. *Evas e Marias em Serrolândia: práticas e representações acerca das mulheres em uma cidade do interior (1960 - 1990)*. Salvador: EGBA, 2007.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
APRENDIZAGEM E CONHECIMENTOS	FORMAÇÃO DOCENTE	CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS	45h	10h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Analisa as relações entre sociedade/educação/escola. Discute os fundamentos sócio-político-epistemológicos da educação na formação do profissional de história e na construção da identidade docente, bem como as relações fundamentais do processo de trabalho docente: pesquisa/produção do conhecimento; sujeito/objeto/construção de conhecimento; ensino/aprendizagem; teoria/prática; professor/aluno, aluno/aluno. Compreensão da função da Didática como elemento organizador de fatores que influem no processo de ensino e aprendizagem. O planejamento do ensino e a organização do trabalho pedagógico numa perspectiva intercultural crítica. Reflete sobre a formação do indivíduo e sua aprendizagem privilegiando a ludicidade, inteligência, considerando o processo de inclusão e as diferentes situações sócio-econômicas, de inserção cultural, de origem étnica, de gênero e de religião. Discute a dimensão avaliativa do ensino e da aprendizagem. Enfoca a prática pedagógica escolar e não escolar enquanto <i>práxis</i> social, contemplando a perspectiva da pluralidade cultural a partir de atividades extensionistas.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>A Epistemologia como o estudo racional, metódico, reflexivo do conhecimento, de sua organização, formação, desenvolvimento, contemplando outros conhecimentos baseados na epistemologia do Sul. Desenvolvimento e aprendizagem: conceitos e teorias. Fatores fundamentais do desenvolvimento nas diferentes dimensões da vida escolar, biológica, cognitiva, emocional, social e física. Estuda as dificuldades de aprendizagem, tipos, diagnóstico e encaminhamentos necessários. Enfoca a prática pedagógica escolar formal e não formal enquanto <i>práxis</i> social, contemplando a perspectiva da pluralidade cultural a partir de saberes na tradição oral. Organiza e sistematiza ações extensionistas no âmbito dos processos educativos.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. Estudo do objeto de estudo da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem;2. Análise das teorias da aprendizagem: inatista e ambientalista.3. Desenvolvimento psicológico humano e aprendizagem escolar: a teoria Behaviorista/Comportamentalista de B. F. Skinner; S-R;4. A teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget; Epistemologia Genética;5. A teoria histórico-cultural de Lev S. Vygotsky;6. A teoria psicanalítica de Sigmund Freud;7. A afetividade no campo dos estudos de Henri Wallon;8. Teorias da Aprendizagem- Ausubel e Brunner;9. As inteligências Múltiplas10. Dificuldades de Aprendizagem: dislexia, dislalia e discalculia;11. A natureza da aprendizagem a partir de saberes da tradição oral;12. Conhecimento e informação: do campo epistemológico a epistemologia do Sul;13. Temas contemporâneos em educação: ética e educação; alteridade, gênero e raça; inclusão social e educação; afetividade e educação; relações família-escola-aluno.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>CARRARA, K. (org.). <i>Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens</i>. São Paulo: Avercamp, 2004.</p> <p>COLL, C.(org). <i>Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da Educação</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.</p>				



- GOULART, I.B. *Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- KUPFER, M.C. *Freud e a Educação: o mestre do impossível*. São Paulo: Scipione, 1989.
- PULASKI, La TAILLE, Y. et alii. *Piaget, Vygotsky e Wallon. Teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus, 16ª ed, 1992.
- M.A.S. *Compreendendo Piaget: uma introdução ao desenvolvimento cognitivo da criança*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MOREIRA, M.A (org). *Aprendizagem: perspectivas teóricas*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRS), 1987.
- RAPPAPORT, C.R. *Psicologia do desenvolvimento*. São Paulo: EPU, 1981.
- SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994
- SKINNER, B. F. *Sobre o behaviorismo*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- VARMA, V.P.& WILLIAMS, P. (orgs). *Piaget, Psicologia e Educação*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- VIGOTSKII, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 5. ed. São Paulo: Icone, 1994.
- VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BAUM, W.M. *Compreender o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.L.T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BOCK, A.M.B.; GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. (orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.
- CARRAHER, T.; CARRAHER, D.; SCHLIEMANN, A. *Na vida dez, na escola zero*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- CASTORINA, J.A. et alii. *Piaget – Vygotsky: novas contribuições para o debate*. São Paulo: Ática, 1998.
- CHIAROTTINO, Z.R. *Psicologia e Epistemologia Genética de Jean Piaget*. São Paulo: EPU, 1988.
- CORIA-SABINI, M. A. *Psicologia do desenvolvimento*. São Paulo: Atica, 2ª ed, 1998.
- DÍAZ, F. *O processo de aprendizagem e seus transtornos*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- DOLLE, J.M. *Para compreender Jean Piaget: uma iniciação à psicologia genética piagetiana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FRANCISCO FILHO, G. *A Psicologia no Contexto Educacional*. Campinas: Átomo, 2005.
- MARTINS, J.B. (org.). *Na perspectiva de Vygotsky*. São Paulo: Quebra Nozes/Londrina: CEFIL, 1999.
- MILHOLLAN, F.; FORISHA, B.E. *Skinner x Rogers: maneiras contrastantes de encarar a educação*. São Paulo: Summus, 1978.
- MOREIRA, M.A. *Teorias de Aprendizagem*. São Paulo: EPU, 1999.
- OLIVEIRA, M.K. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio-histórico*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1995.
- PIAGET, J. *Para onde vai a Educação*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

SANTOS, B.S. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a Educação*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.

VANSINA, Jan. “A tradição oral e sua metodologia”. In KIZERBO, J (Org.) *História geral da África I, Metodologia e pré-história da África*, São Paulo: Ática, Paris: Unesco, 1968.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
TÉCNICA DO TRABALHO CIENTÍFICO	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	45h	-
EMENTA DA ÁREA				
Estuda objetos, métodos e fontes de pesquisa histórica, articulando com os diferentes aspectos socioculturais, filosóficos e educacionais inerentes ao espaço escolar. Analisa os fundamentos teóricos e metodológicos da historiografia nos séculos XIX, XX e XXI. Identifica o papel do historiador e os fundamentos da disciplina História. Discute a interlocução da História com outras áreas do conhecimento. Aborda o percurso da historiografia brasileira e internacional. Articula os conhecimentos teóricos com as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, considerando as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual.				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
Conhece a importância da construção do conhecimento e as implicações da prática do plágio. Estuda, distingue e operacionaliza as Normas da ABNT, bem como a construção de fichamento, resumo e resenha como ferramentas essenciais para a elaboração de trabalhos acadêmicos ao longo do curso, bem como na organização de trabalhos de pesquisa no ensino básico.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. Plágio na produção de trabalhos acadêmicos no Ensino Superior.2. Revisão das Normas da ABNT: NBR6022/2018 (Artigo), NBR6023/2018 (Referências), NBR6024/2012 (Seções), NBR6027/2012 (Sumário), NBR6028/2003 (Resumo), NBR10520/2002 (Citações) e NBR14724/2011 (Trabalhos acadêmicos).3. Fichamento, resumo e resenha.4. Memorial e artigo científico.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. <i>Metodologia Científica</i> . 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. GIL, Antônio Carlos. <i>Métodos e Técnicas de Pesquisa Social</i> . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <i>Fundamentos de Metodologia Científica</i> . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. MEDEIROS, João Bosco. <i>Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas</i> . São Paulo: Atlas, 2003. SANTOS, Angela Cristina Guimarães; OLIVEIRA, Antônio Pedro; ARAÚJO, James Amorim. <i>Manual de orientação de trabalhos acadêmicos</i> . Santo Antônio de Jesus: Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Campus V. Departamento de Ciências Humanas, 2006. 50 p.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <i>NBR 10520</i> : Informação e documentação: Citações em documentos: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 7 p. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <i>NBR 14724</i> : Informação e documentação: Trabalhos acadêmicos: Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. 11 p. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <i>NBR 6022</i> : Informação e Documentação – Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. 08				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: Informação e Documentação – Referências – Elaboração*. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. 68 p.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THÉOPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
TEORIA DA HISTÓRIA	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	45h	–
EMENTA DA ÁREA				
Estuda objetos, métodos e fontes de pesquisa histórica, articulando com os diferentes aspectos socioculturais, filosóficos e educacionais inerentes ao espaço escolar. Analisa os fundamentos teóricos e metodológicos da historiografia nos séculos XIX, XX e XXI. Identifica o papel do historiador e os fundamentos da disciplina História. Discute a interlocução da História com outras áreas do conhecimento. Aborda o percurso da historiografia brasileira e internacional. Articula os conhecimentos teóricos com as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, considerando as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual.				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
Estuda os fundamentos teóricos e metodológicos da História. Discute o ofício do historiador, a produção do conhecimento histórico e o lugar da disciplina História no campo das ciências sociais. Conceitua e exemplifica fonte, método e objeto na pesquisa histórica. Apresenta matrizes teóricas e metodológicas da “história-ciência”: séculos XVIII e XIX. Analisa a relação da História com a Filosofia no século XIX: Liberalismo, Positivismo, Marxismo e Historicismo. Apresenta os principais historiadores, correntes e fundamentos historiográficos dos oitocentos. Aborda a institucionalização dos estudos históricos nas universidades e institutos de pesquisa. Discute a ciência histórica no século XIX e início do século XX, distinguindo as principais escolas e concepções historiográficas do século XX. Analisa a apropriação da teoria da história na prática pedagógica do ensino básico.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. Fundamentação conceitual: as dimensões da Teoria da História;2. Da erudição à história como disciplina – Século XVIII – XIX;3. Teorias de História e estudos históricos dos séculos XIX e XX;4. A escola metódica: historicismo e positivismo; Do “problema” da História à história-problema: as gerações dos Annales; O marxismo ocidental, cultura popular e a consciência de classe: a história social inglesa;5. A história como ficção documentada: da micro-história italiana à guinada linguística e outros temas do debate contemporâneo na historiografia;6. Teoria, ensino e pesquisa histórica.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BARROS, José d'Assunção. <i>Teoria da História</i> . 5 volumes. Petrópolis: Vozes, 2011. CARDOSO, Ciro Flamarion S. <i>Uma introdução à história</i> . 5. ed São Paulo: Brasiliense, 1986 GARDINIER, Patrick. <i>Teorias da História</i> . Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1984. GINZBURG, Carlo. <i>Relações de força: história, retórica, prova</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2002. HOBBSAWM, Eric. <i>Sobre História: ensaio</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. <i>História: novos problemas</i> . 4. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. REIS, José Carlos. <i>História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade</i> . 3. ed Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BENJAMIN, W. “Sobre o conceito da História”. In: <i>Obras Escolhidas</i> . v. I S. Paulo: Civilização Brasileira,				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

1985

BURGUIÈRE, A. (org.) *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993.

FONTANA, J. *A História dos Homens*. Bauru-SP, EDUSC, 2004.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. 2. ed. ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

MALERBA, Jurandir (org.). *História & Narrativa: A ciência e a arte da escrita da história*. Petrópolis: Vozes, 2016.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ / Mauad, 2005.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
EUROPA I: GRÉCIA E ROMA NO MUNDO ANTIGO	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	EUROPA	60h	-
EMENTA DA ÁREA				
<p>Analisa aspectos relevantes da formação política, socioeconômica e cultural do continente europeu priorizando sua relação com a história do Brasil, a partir de diferentes vertentes historiográficas e categorias analíticas. Estuda a antiguidade greco-romana, a formação do ocidente medieval e a construção da sociedade capitalista europeia, atentando para as diferentes formas e dinâmicas de exploração do trabalho (escravista, servil, capitalista) e para as lutas protagonizadas por grupos politicamente minoritários, articulando as dimensões de gênero, classe e raça. Trata da diversidade cultural, étnica e religiosa dos povos que constituíram a história europeia, focalizando especialmente a importância da ocupação islâmica na península ibérica para a formação da sociedade portuguesa. Aborda a expansão marítima europeia, a formação dos Estados nacionais e a exploração colonial, ancorada no tráfico escravista, como elementos intrinsecamente vinculados à emergência e consolidação do capitalismo, legitimado a partir das revoluções burguesas e da divulgação de ideais universalistas e eurocêntricos. Discute a constituição da ciência moderna europeia como parte integrante de um projeto de modernidade, que elegeu o homem branco europeu como norma e medida do desenvolvimento humano, legitimando o colonialismo a partir de uma lógica racionalista de base racista e patriarcal. Destaca os movimentos sociais, as revoluções e os conflitos internacionais protagonizados pelos Estados europeus, bem como suas relações imperialistas com os outros Estados e nações. Analisa a configuração histórica do poder no contexto do sistema-mundo capitalista na contemporaneidade, com destaque para o avanço do neoliberalismo e dos neofascismos e a resistência de diferentes grupos perante a ofensiva dos movimentos conservadores. Articula os conhecimentos teóricos com as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual, desenvolvendo reflexões sobre as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação profissional de História.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Estuda a História e historiografia do mundo mediterrâneo, enfatizando a sociedade grega e romana. Apresenta os principais debates teórico-metodológicos que envolvem o estudo de fontes históricas da Antiguidade Ocidental. Discute as contribuições da Arqueologia para o estudo da História Antiga. Aborda aspectos político-culturais e econômicos do mediterrâneo, ampliando a noção de diálogo com outras diferentes civilizações. Procura refletir os conteúdos e temáticas abordados, a partir das diretrizes e perspectivas apresentadas pela BNCC e pelo Currículo Bahia. Nesse sentido, também é importante realçar o fortalecimento da autonomia dos estudantes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>Grécia Antiga: o espaço geográfico e a ocupação humana: o conhecimento histórico e o ensino de história. <i>Ilíada</i> <i>Odisséia</i> Campo e cidade na Grécia Arcaica Hesíodo, <i>Os trabalhos e os dias</i> A cidade antiga como problema historiográfico: o nascimento da <i>polis</i> e as estruturas fundamentais da sociedade póliade; O mundo das polis e a democracia ateniense;</p>				



Introdução à História de Roma: o conhecimento histórico e o ensino de história.
Roma e a 'res publica', os mecanismos de expansão territorial e a conquista do Mediterrâneo
O principado romano: modelo romano de poder pessoal;

Os cristãos no Império Romano e a construção de identidades cristãs nos primeiros séculos do Império;

Pesquisa e História Antiga no livro didático.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ANNEQUIN, J. et al. *Formas de Exploração do Trabalho e Relações Sociais na Antigüidade Clássica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
- AUSTIN, Michel & VIDAL NAQUET, Pierre. *Economia e Sociedade na Grécia Antiga*. Lisboa: Edições 70, s/d.
- BLOCH, Leon. *Lutas Sociais na Roma Antiga*. 2ª edição. Lisboa: publicações Europa-América, 1991.
- BLOCH, Raymond & COUSIN, Jean. *Roma e o seu Destino*. Lisboa: Cosmos (Col. Rumos do Mundo), 1964.
- BOWDER, Diana. *Quem foi quem na Rama Antiga*. São Paulo: Art Editora/Círculo do Livro, 1980.
- Boletim Historiar*, n. 23, abr./jun. 2018, p. 85-106. | <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>
- Ensino Em Re-Vista* | Uberlândia, MG | v.25 | n. Especial | p. 1016-1035 | 2018 ISSN: 1983-1730

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- Anais do V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos: *Fronteiras e etnicidade no Mundo Antigo*. Pelotas: 15 a 19 de setembro de 2003.
- BURKERT, Walter. *Mito e Mitologia*. Lisboa: Edições 70 (Col. Perspectiva do Homem), 1991.
- CANFORA, Luciano. *A Biblioteca Desaparecida: História da Biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CARCOPINO, Jérôme. *Roma no Apogeu do Império*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *A Cidade-Estado Antiga*. 4ª edição São Paulo: Ática, 1993.
- _____. *Trabalho Compulsório na Antigüidade*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- _____. *Sete Olhares Sobre a Antigüidade*. 2ª edição. Brasília: UnB, 1998.
- CÍCERO. *Da República*. Tradução de Amador Cineiros. RJ: Tecnoprint, s.d.
- CHEVITARESE, A. L.; CORNELLI, G.; SELVATICI, M. (Org.). *Jesus de Nazaré: uma outra história*. SP: Annablume, 2006.
- CORNELLI, G.; COSTA, G. G. (Org.). *Estudos Clássicos I: origem do pensamento ocidental*. Brasília: Cátedra UNESCO Archai, 2013. p. 37-54.
- ELIADE, MIRCEA. *História das crenças e das ideias religiosas I e II*. SP: Zahar, 2011
- FARIAS JUNIOR, José Petrúcio de. "Reflexões em torno do ensino de história antiga na graduação: relato de experiência a partir da Universidade Federal do Piauí." *Revista Sobre ontens*, p. 01-13, 2016.
- FERREIRA, J. R. *A Grécia antiga*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- FINLEY, M. I. *Os gregos antigos*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- _____. *Democracia antiga e moderna*. RJ: Graal, 1988.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

_____. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. SP: Martins Fontes, 1989.

FINKELSTEIN, I; SILBERMAN, N. A. *A Bíblia não tinha razão*. SP: A Girafa editora, 2003.

FLORENZANO, M. B. B. *O mundo antigo: economia e sociedade*. SP: Brasiliense, 1982.

FRIGHETTO, R. *Cultura e poder na Antiguidade tardia ocidental*. Curitiba: Juruá, 2000.

FUNARI, P. P. A. *Antiguidade Clássica: a História e a Cultura a partir dos documentos*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. *Grécia e Roma*. SP: Contexto, 2012.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
LABORATÓRIO DE IDENTIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE (transversalizando com juventude, cidadania e cumprimento de medidas socioeducativas)	PRÁTICA PEDAGÓGICA	LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA	60h	20h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Sistematiza, problematiza e materializa o exercício da prática da História no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão, considerando os recursos e procedimentos do conhecimento histórico, tendo em vista a ação-reflexão-ação. Articula a curricularização da extensão contemplando os eixos temáticos definidos para cada semestre, a saber: direitos humanos, gênero e sexualidades, juventude, cidadania e cumprimento de medidas socioeducativas, diversidade religiosa e geracional, desenvolvendo a prática de reinterpretação dos conteúdos para os contextos escolares da educação básica, de produção e utilização de material didático, relacionados à área de conhecimento.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Analisa a construção da História como saber escolar e os diferentes âmbitos e contextos das instituições escolares, no que diz respeito ao ensino de História. Bem como, aprofunda a leitura sobre o papel/ função na sociedade. A partir desse debate pensa o processo de formação profissional dos docentes/pesquisadores; em uma perspectiva que dialogue com a ideia de escola enquanto espaço socioeducativo que leve em consideração o contexto da juventude e da construção cidadã. Desenvolve projeto de intervenção junto à comunidade.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1.O que é o Ensino de História?2.A função social do Ensino de História.3.Formação inicial e continuada do professor de História4.Ensino de História e a construção das identidades.5. O Ensino de História e as questões contemporâneas: movimentos da juventude, cidadania, medidas socioeducativas e outras.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). <i>Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia</i>. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.</p> <p>BITENCOURT, Circe. <i>Ensino de história: fundamentos e métodos</i>. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>BITENCOURT, Circe (org) <i>O saber histórico na sala de aula</i>. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.</p> <p>DAYRELL, J. "A escola como espaço sócio-cultural". In: DAYRELL, J. (Org.) <i>Múltiplos olhares sobre educação e cultura</i>. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 136-161.</p> <p>FONSECA, Selva Guimarães. <i>Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados</i>. Campinas, SP: Papirus, 2003.</p>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

NIKITIUK, Sônia (org.) *Repensando o ensino de história*. São Paulo: Cortez, 2012.

PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2009.

SCHMIDT. M^a Auxiliadora. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERRI, Luiz Fernando. “Recortes e organização de conteúdos históricos para a educação básica”. *Revista Antítese*. V. 2. n 3 jan- jun de 2009.

FONSECA, S. G., COUTO, R. C. do. “A formação de professores de História no Brasil: perspectivas desafiadoras do nosso tempo”. In: ZAMBONI, Ernesta; FONSECA, Selva G. (Org.). *Espaços de formação do professor de História*. Campinas: Papyrus, 2008, p. 101-130.

KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

NODA, Marisa. *Avaliação e novas perspectivas de aprendizagem em História e Ensino*. Londrina, v.11, jul, 2005.

PEREIRA, Nilton Multet; SEFFNER, Fernando. “O que pode o Ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula”. *Anos 90*, Porto Alegre. V.15, n.28. p 113-128, dez. 2008.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRI A	NATUREZA EXTENSIONISTA
BRASIL I: COLÔNIA	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	BRASIL	45h	-
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda o processo de formação socioeconômica, política e cultural do Brasil nos contextos dos períodos colonial, imperial, republicano e tempo presente, com ênfase nas questões da identidade nacional, da cidadania, democracia e direitos humanos, destacando os mundos do trabalho, os movimentos sociais e as diversidades regionais e socioculturais (étnicas, de raça, gênero e classe), a partir de diferentes enfoques historiográficos. Aborda dimensões múltiplas da historicidade das populações indígenas, africanas, afro-brasileiras e europeias na formação da sociedade nacional, focalizando a colonização, a escravidão, o processo de emancipação política e formação do Estado Nacional, o patriarcalismo e o regime monárquico. Discute a crise do sistema escravista, o pós-abolição e a implantação e organização do regime republicano e seus impactos no tempo presente. Analisa o processo de industrialização e urbanização, os percalços da construção da cidadania e da democracia e as contradições, tensões e acomodações políticas, socioeconômicas e culturais nas diferentes conjunturas do período republicano. Articula os conhecimentos teóricos com as diretrizes legais que orientam a educação básica nas instâncias nacional, estadual e municipal (BNCC, Currículo Bahia e Planos Municipais de Educação), desenvolvendo reflexões sobre as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação profissional de História.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Na abordagem da História Atlântica, analisa os processos de construção da América Portuguesa a partir dos quais o “Velho Mundo” nomeia e constitui o “Novo Mundo” no contexto do chamado império colonial, destacando as implicações políticas, econômicas, administrativas e socioculturais presentes nas tensões entre a metrópole portuguesa e os Estados do Brasil e Maranhão-Grão Pará, comparativamente a outras conquistas lusas, trabalhando na perspectiva da formação docente, considerando as diretrizes do BNCC e do Currículo Bahia.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>1 – A expansão ultramarina e o sentido da colonização: discutindo as interpretações historiográficas para o ensino de história</p> <p>2 – Poder e administração: capitânicas hereditárias, governo geral a vice-reino, instituições político-administrativas e judiciais; os donos do poder. O ensino de história identificando permanências e rupturas</p> <p>3 – A economia colonial e as dimensões do escravismo: uma história de longa duração?</p> <p>4 – A sociedade colonial: abordagens para o ensino de história</p> <p style="padding-left: 20px;">4.1. A religião e a vida cotidiana.</p> <p style="padding-left: 20px;">4.2. Mulher, famílias e sociedade patriarcal.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>FRAGOSO, João [et al.] (Orgs.). <i>O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVIII)</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.</p> <p>GRUZINSKI, Serge. <i>A passagem do século: 1480-1520 – as origens da globalização</i>. São Paulo: Cia das Letras, 1999.</p> <p>KARNAL, Leandro. <i>História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas</i>. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008</p>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1997.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, K. (dir.) *História da Expansão Portuguesa*. v. 1-3. Lisboa: Círculo do Livro, 1998.

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (dir.). *A expansão marítima portuguesa: 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOSI, Alfredo. *A Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

BOXER, Charles. *O Império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. "Ensino de História e a Incorporação das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação: uma reflexão". *Revista de História Regional*. v. 4, n. 2, 1999. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2087/1569>.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *Arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1790-1840. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

HERMANN, Jacqueline. *1580-1600. O sonho da salvação*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: Época Colonial*. Do descobrimento à expansão territorial. v.1: 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: Época Colonial*. Administração, economia e sociedade. v. 2: 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993

NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Orgs). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Editora Arcádia, 2007.

NOVAIS, Fernando A. *Aproximações*. Estudos de História e Historiografia. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: 1777-1808*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1997.

PARAÍSO, Ma. Hilda B. "Índios, náufragos, moradores, missionários e colonos em Kirimurê no século XVI: embates e negociações". In: CARUSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Claudio (org) *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: Edufba, 2011. p. 69-100.

PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. "Por que ficamos diferentes? O ensino do Brasil Colonial nos livros didáticos". *Revista Espaço Acadêmico*. nº 157, junho 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/index>>

PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo, brasiliense, 1994.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 16. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Edusp; Hucitec, 2002. [Número de Chamada: 981.04 P984]

PUNTONI, Pedro. *Guerras do Brasil (1504-1654): ataques e invasões durante o Brasil colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1992. [981.03 P984g]

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: São Paulo: Zahar; EDUSP, 1996.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial*. Brasil, c. 1500-c. 1630. São Paulo: Alameda, 2009.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador*. Estudo de Geografia Urbana. São Paulo: Edusp, 2012

SCHWARTZ, Stuart B. Bahia: *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1580- 1835*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Obra de Referência

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial. 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

2º Semestre

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
EUROPA II: FORMAÇÃO DO OCIDENTE MEDIÉVAL	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	EUROPA	60h	10h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Analisa aspectos relevantes da formação política, socioeconômica e cultural do continente europeu priorizando sua relação com a história do Brasil, a partir de diferentes vertentes historiográficas e categorias analíticas. Estuda a antiguidade greco-romana, a formação do ocidente medieval e a construção da sociedade capitalista europeia, atentando para as diferentes formas e dinâmicas de exploração do trabalho (escravista, servil, capitalista) e para as lutas protagonizadas por grupos politicamente minoritários, articulando as dimensões de gênero, classe e raça. Trata da diversidade cultural, étnica e religiosa dos povos que constituíram a história europeia, focalizando especialmente a importância da ocupação islâmica na península ibérica para a formação da sociedade portuguesa. Aborda a expansão marítima europeia, a formação dos Estados nacionais e a exploração colonial, ancorada no tráfico escravista, como elementos intrinsecamente vinculados à emergência e consolidação do capitalismo, legitimado a partir das revoluções burguesas e da divulgação de ideais universalistas e eurocêntricos. Discute a constituição da ciência moderna europeia como parte integrante de um projeto de modernidade, que elegeu o homem branco europeu como norma e medida do desenvolvimento humano, legitimando o colonialismo a partir de uma lógica racionalista de base racista e patriarcal. Destaca os movimentos sociais, as revoluções e os conflitos internacionais protagonizados pelos Estados europeus, bem como suas relações imperialistas com os outros Estados e nações. Analisa a configuração histórica do poder no contexto do sistema-mundo capitalista na contemporaneidade, com destaque para o avanço do neoliberalismo e dos neofascismos e a resistência de diferentes grupos perante a ofensiva dos movimentos conservadores. Articula os conhecimentos teóricos com as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual, desenvolvendo reflexões sobre as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação profissional de História.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Estuda aspectos do mundo medieval, o processo de formação do Ocidente. Aborda a cisão entre Ocidente e Oriente e possíveis diferenças entre as concepções civilizatórias. Enfatiza as diversidades. Articula as abordagens historiográficas e conhecimentos históricos com as diretrizes legais que orientam a educação básica (BNCC e Currículo Bahia) e suas perspectivas para o ensino e a pesquisa em sala de aula. Discute temáticas consideradas de grande relevância social em diálogo com a comunidade local, desenvolvendo modalidades didáticas como oficinas, cursos e exposições de filmes de diferentes gêneros sobre o período, direcionados aos estudantes da rede pública do ensino, bem como para públicos de outros setores da sociedade local. Nesse sentido, também é importante realçar o fortalecimento e a autonomia dos estudantes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>O Império Romano e a ética do cristianismo: o conhecimento histórico e a abordagem didática. Sociedade Bizantina Império Carolíngio O mundo ibérico Movimentos sociais e o questionamento da hegemonia da igreja: o conhecimento histórico, o ensino e a pesquisa.</p>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Documentários

Series: Grandes civilizações

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTI, Verena. *O riso e o risível: na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edit., 2002.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, Brasília: Edit. da Universidade de Brasília, 1999.

Boletim historiar, n. 23, abr./jun. 2018, p. 85-106. | <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>

Ensino Em Re-Vista, Uberlândia, MG, v.25, n. Especial, p. 1016-1035, 2018.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel. *História Artística da Europa. A Idade Média. Tomo I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DUBY, Georges. *A Europa na Idade Média*. SP: Edit. Martins Fontes, 1988.

DUBY, Georges. *Heloísa, Isolda e outras damas no século XII: uma investigação*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DUBY, Georges. *O tempo das catedrais: arte e sociedade 980-1420*. Lisboa: Estampa, 1993.

FORTES, Mário Jorge da Motta et alli. (Orgs.) *Idade Média: abordagens interdisciplinares*. Rio de Janeiro: PEM, 2009.

FRANCO JÚNIOR, Hilário *O Feudalismo*. 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1986

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Eva Barbada: Ensaio de Mitologia Medieval*. São Paulo: Editora da USP, 1996.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do ocidente*. SP: Brasiliense, 2001.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *O ano 1000*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ZUMTHOR, Paul (aprs.) *Correspondência de Abelardo e Heloísa*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

BOLTON, B. *A reforma na Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1989.

BRAUDEL, Fernand. *A Identidade da França. Os homens e as coisas e Espaço e História. Volume I e II*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

CHAUNNU, Pierre. *Expansão européia do século XIII ao XV*. São Paulo: Pioneira, 1978.

CROUZET, Maurice. *História Geral das Civilizações*. São Paulo, Difusão Européia do livro. 15 volumes.

DALARUN, Jacques. *Amor e Celibato na Igreja Medieval*. São Paulo. Martins Fontes, 1990.

DELUMEAL, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300 – 1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUBY, Georges. *A Bolsa e a Vida. A usura na Idade Média*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1989.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

DUBY, Georges. *A Idade Média, Idade dos Homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
DUBY, Georges. *As 3 ordens ou o imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
DUBY, Georges. *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1987.

BIBLIOGRAFIA SUPLEMENTAR

DOBB, Maurice. *Do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 1979.
DONINI, Ambrogio. *História do Cristianismo*. Das origens a Justiniano. Lisboa: edições 70 [s.d.]
DUBY, Georges(org.). *História da Vida Privada: da Europa Feudal à Renascença*. Cia das Letras, 1990.
DUBY, Georges. *Guerreiros e Camponeses*. Os primórdios do crescimento econômico europeu (sécs. VII-XII).
FALBEI, Nachman. *Heresias medievais*. Coleção Kronos 9. São Paulo, Editora Perspectiva, 1977.
FOURQUIN, Guy. *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*. Lisboa, Edições 70.
FRANCO JÚNIOR, Hilário. *O Império Bizantino*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985
GANSSHOF, F. L. *Que é Feudalismo*. Lisboa: Publicações Europa-América. 4ª edição, 1976. (Coleção Saber)
GINSBERG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras. 5 edição, 1987.
GUERREAU, Alain. *O Feudalismo: um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, 1980.
HADAD, Jamil. Almansur. *O que é Islamismo*. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1982.
HAUSER, Arnold. *História Social da Literatura e da Arte*. São Paulo: Mestre Jou, 1982 (vol. 1).
HEERS, Jacques. *Escravos e Domésticos na Idade Média*. São Paulo: Difel, 1983.
HEERS, Jacques. *História Medieval*. São Paulo: Difel, 1981.
HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do homem*. 21. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
HUTZINGA, Johan. *O Declínio da Idade Média*. São Paulo: Verbo-Edusp.
INÁCIO, Inês C.; DELUCA, Tânia Regina. *O Pensamento Medieval*. São Paulo: Ática, 1988
KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O Martelo das Feiticeiras: Malleus Maleficarum*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.
KULA, Wetold. *Teoria econômica do Sistema Feudal*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.
LE GOFF, Jacques *Para um Novo Conceito da Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1980.
LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente Medieval*. 2. Ed. Lisboa: Estampa, 1995. (2 volumes).
LE GOFF, Jacques. *História Econômica do Ocidente Medieval*. Lisboa, Edições 70.
LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais da Idade Média*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.
LEON, Abraham. *Concepcion Materialista de la cuestion judia*. Buenos Aires: El Yunque, 1975.
LEWIS, Bernard. *Os Árabes na História*. Lisboa: Editora Estampa; Imprensa Universitária
LOPEZ, Robert S.^a *A Revolução Comercial na Idade Média*.
LOT, Ferdinand. *O Fim do Mundo Antigo e o Princípio da Idade Média*. Lisboa, 1985.
LOYN, H. R (org.). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1990.
MANTRAN, R. *A Expansão Muçulmana (séc. VII-XI)*. São Paulo: EDUSP, 1986.
MELLO, José Roberto. *O Império de Carlos Magno*. São Paulo: Ática, 1990. (Coleção Princípios, nº183).
MENDONÇA, Sônia R. de. *O mundo Carolíngio*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Tudo é História, nº99)
MOLLAT, M. *Os pobres na Idade Média*. São Paulo: Campus, 1992.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- MORTON, A L. *A História do Povo Inglês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- NOVINSKY, Anita. *A Inquisição*, 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- NOVINSKY, Anita; CARNEIRO, Ma. Luiza Tucci. *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. Rio de Janeiro: Expressão e cultura; São Paulo: EDUSP, 1992.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. *Os Primeiros Tempos Medievais*. Os reinos Germanos. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1980.
- OLIVEIRA, Waldir F. *A antiguidade tardia e o fim do Império Romano do Ocidente*. Salvador: UFBA, 1983
- PERNOUI, Régine. *O Mito da Idade Média*. Publicações Europa-América, s/d.
- PINSKY, Jaime (org). *Modo de Produção Feudal*. Textos 1. São Paulo: Global Editora, 4ª ed, 1986.
- PIRENNE, Henri. *As cidades na Idade Média*. Publicações Europa-América, S/A
- RUNCIMAN, Esteven. *A Civilização Bizantina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961
- SANTIAGO, Theo (org.). *Do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo: Contexto, 3ª ed, 1988.
- SILVA, Francisco C. Teixeira. *Sociedade feudal: Guerreiros, sacerdotes e trabalhadores*. São Paulo: Editora Brasiliense, 4ª ed, 1988.
- SWEESY, Paul. *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed, 1989.
- VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão*. São Paulo: Editora Ática, 1986. (Coleção Princípios nº69)
- WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos tempos modernos*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1988.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
SOCIOLOGIA E EDUCAÇÃO	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	45h	-
EMENTA DA ÁREA				
Estuda objetos, métodos e fontes de pesquisa histórica, articulando com os diferentes aspectos socioculturais, filosóficos e educacionais inerentes ao espaço escolar. Analisa os fundamentos teóricos e metodológicos da historiografia nos séculos XIX, XX e XXI. Identifica o papel do historiador e os fundamentos da disciplina História. Discute a interlocução da História com outras áreas do conhecimento. Aborda o percurso da historiografia brasileira e internacional. Articula os conhecimentos teóricos com as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, considerando as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual.				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
Estuda o surgimento, formação e desenvolvimento do pensamento sociológico. Aborda a Sociologia como ciência e a articula com a área da Educação. Compreende os paradigmas teóricos na sociologia a partir dos contextos histórico-sociais que os suscitaram. Analisa as instituições educacionais a partir das perspectivas relacionadas com a família, os meios de comunicação e o controle social, dialogando com o papel da educação nas formações sociais contemporâneas.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
1 Surgimento da Sociologia 1.1 Contexto histórico 1.2 Clássicos: Comte, Marx, Durkheim e Weber. 2 Teorias sociológicas e educação: teoria funcionalista, teoria conflitualista e teoria da resistência. 3 Conceitos e temas sociológicos 3.1 Estratificação Social 3.2 Família: conceitos e aspectos históricos 3.3 Violência na escola 3.4 Racismo, etnicidade e migração 3.5 Sexualidade e gênero				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CASTRO, Celso Antônio Pinheiro de. <i>Sociologia Geral</i> . São Paulo: Atlas, 2000. COSTA, Cristina. <i>Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade</i> . 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2005. GIROUX, Henry A. <i>Os professores como intelectuais: Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. MARTINS, Carlos Benedito. <i>O que é Sociologia</i> . 38. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos – 57). TOSCANO, Moema. <i>Introdução à Sociologia Educacional</i> . 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. <i>A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema</i>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

de ensino. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DIAS, Reinaldo. *Introdução à Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

NORONHA, Ceci *et al.* (Orgs). *Escolas em tempo de crise: estudos e pesquisas sobre conflitos e violências interpessoais*. Salvador: EDUFBA, 2017.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho do docente: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	PRÁTICA PEDAGÓGICA	LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA	60h	20h
EMENTA DA ÁREA				
Sistematiza, problematiza e materializa o exercício da prática da História no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão, considerando os recursos e procedimentos do conhecimento histórico, tendo em vista a ação-reflexão-ação. Articula a curricularização da extensão contemplando os eixos temáticos definidos para cada semestre, a saber: direitos humanos, gênero e sexualidades, juventude, cidadania e cumprimento de medidas socioeducativas, diversidade religiosa e geracional, desenvolvendo a prática de reinterpretação dos conteúdos para os contextos escolares da educação básica, de produção e utilização de material didático, relacionados à área de conhecimento.				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
Analisa representações da África, povos africanos, afro-brasileiros e indígenas do Brasil através da literatura, arte, meios de comunicação, cotidiano e livros didáticos, bem como, a etiologia dos termos África, Negro, Indígena (Índio), tradição, tribo, discriminação, preconceito e etnocentrismo de modo a identificar e desconstruir estereótipos e racializações atribuído a populações negras e indígenas. Estuda educação das relações étnico-raciais, políticas de ação afirmativa, o ensino de história da África e indígena, revisando e problematizando conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio. Elabora metodologias e material didático. Desenvolve oficinas nas escolas.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. A obrigatoriedade do Ensino de História da África e o lugar da África na escola e nos livros didáticos;2. Conceitos Básicos: Raça, Racismo, Etnia, Etnocentrismo, África, negro, Indígena, tradição, tribo e etc.3. O Ensino de História da África: Tendências, perspectivas, impressões, sugestões;4. Fontes e Método para o Ensino da História da África;5. Quilombos, quilombos urbanos e remanescentes de quilombos;6. Religiões Afro-brasileira e Indígena: Conhecer e respeitar7. Políticas de Ações afirmativas8. Juventude negra9. Saúde da população negra5. Produção de material didático para o Ensino da África, cultura afro-brasileira e indígena.6- Desenvolvimento de Oficinas nas escolas.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
HALL, Stuart. <i>Da Diáspora. Identidades e Mediações culturais</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2005. HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. <i>A África na Sala de Aula: visita à História contemporânea</i> . São Paulo: Selo Negro, 2005. KIZERBO, Joseph. (Coord). <i>História Geral da África. Metodologia e pré-história da África</i> . Vol I. São Paulo: Ática, 1982. MOORE, Carlos. <i>A África que incomoda</i> . Sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2008. MUNANGA, Kabengele. <i>Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional x Identidade negra</i> . 5ª ed.rev.amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019 (Coleção Cultura negra e Identidade). SILVA, Alberto da Costa. <i>Imagens da África: da antiguidade ao século XIX</i> . São Paulo: Penguin, 2012				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

OLIVA, Anderson Ribeiro. *A história da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática*. Disponível em <www.scielo.com.br>. Acessado em 21/03/2015. P. 421-461.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTANA, Jacimara Souza. “Reflexões sobre a implementação da lei 10.639/03: educação das relações étnico-raciais nas áreas de Ciências Humanas”. *Revista Sankofa*, Ano V, nº 09, julh/2012, p 28-41.

SANTOS, Muniz. *Claros e Escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

RIBEIRO, Álvaro Sebastião Teixeira (org). *História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Escola*. Brasília: Ágere Coperação em Advocacy, 2008.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
HISTÓRIA CULTURAL E ANTROPOLOGIA	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	45h	-
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda objetos, métodos e fontes de pesquisa histórica, articulando com os diferentes aspectos socioculturais, filosóficos e educacionais inerentes ao espaço escolar. Analisa os fundamentos teóricos e metodológicos da historiografia nos séculos XIX, XX e XXI. Identifica o papel do historiador e os fundamentos da disciplina História. Discute a interlocução da História com outras áreas do conhecimento. Aborda o percurso da historiografia brasileira e internacional. Articula os conhecimentos teóricos com as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, considerando as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Analisa a relação entre as disciplinas História e Antropologia na perspectiva de diferentes abordagens teóricas e na abordagem de diferentes temáticas. Discute a noção de cultura em antropologia e sua influência na emergência da história cultural. Estuda aspectos teóricos e metodológicos da história cultural e seus desdobramentos historiográficos, destacando suas dimensões, abordagens e domínios. Discute as possíveis intersecções entre o campo da história cultural com epistemologias não eurocentradas/patriarcais. Analisa a influência da História Cultural na abordagem do ensino básico, tomando como parâmetro a BNCC e o Currículo Bahia.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. Delimitação das disciplinas antropologia e história, considerando suas similaridades e diferenças em termos de objeto de estudo, métodos, fontes e propósitos2. Cultura: um conceito antropológico3. A Escola dos Annales e a guinada cultural (cultural turn)4. Os usos da antropologia na história e os principais temas da história cultural: cotidiano, mentalidades, práticas e representações culturais5. Modelos e abordagens de História Cultural6. Possíveis intersecções entre os campos da História Cultural com os Estudos Pós-coloniais, Decoloniais, Diaspóricos e Feministas: identidades, raça, racismo, gênero e colonialidade do poder.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>BURKE, Peter; PAULA, Sergio Goes de. <i>O que é história cultural?</i> Rio de Janeiro: Zahar, 2005.</p> <p>HALL, Stuart; SOVIK, Liv. <i>Da Diáspora: identidades e mediações culturais</i>. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Brasília: Unesco, 2003.</p> <p>LARAIA, Roque de Barros. <i>Cultura: um conceito antropológico</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.</p> <p>LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. <i>História: novos problemas</i>. 4. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.</p> <p>LYNN, Hunt. <i>A nova história cultural</i>. São Paulo: Martins Fontes, 1992.</p> <p>PESAVENTO, Sandra Jatthy. <i>História & história cultural</i>. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.</p> <p>SAID, Edward W. <i>Cultura e imperialismo</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. S. Paulo: Cia de Bolso, 2010.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 - 1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1991.
- BENATTE, Antônio Paulo. "História e antropologia no campo da Nova História". *História em Reflexão*: Vol. 1 n. 1 – UFGD - Dourados Jan/Jun 2007.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S; VAINFAS, Ronaldo (Org). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier Campus: Campus, 2012.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. "A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais". *Perspectivas latino-americanas*. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624102434/9_CastroGomez>.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia de bolso, 2006.
- GONZALEZ, Lélia. "A categoria político-cultural de amefricanidade". *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.).
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História: ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- RIAL, Carmen Sílvia Moraes; PEDRO, Joana Maria; AREND, Sílvia Maria Fávero. *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SEGATO, Rita Laura. "Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial". *E-cadernos CES* [Online], 18 | 2012, colocado online no dia 01 dezembro 2012, consultado a 04 dezembro 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/1533>>; DOI : 10.4000/eces.1533
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. S.P: Cia das Letras, 1998.
- _____. "Folclore, antropologia e história social". In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- WARE, Vron. UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES Centro de Estudos Afro-Brasileiros. *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Afro: Garamond, 2004.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
AMÉRICA I: Trabalho compulsório, rebeliões indígenas e escravas nas Américas	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	AMÉRICA	60h	10h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda o processo de formação territorial, política e cultural dos períodos pré-colonial, colonial, imperial e republicano, tomando como cerne discursivo as problemáticas que envolvem a diversidade étnico-racial, de sexo e gênero, ontológica e epistêmica, a partir de distintas abordagens historiográficas que vislumbrem os estudos de área e os estudos étnicos e africanos para a América Latina. Aborda as sociedades andinas, mesoamericanas, da bacia amazônica e da costa atlântica. Perpassa as dinâmicas do trabalho compulsório, escravista e liberal, atentando para as revoltas coloniais, o instrumental político cultural da colonização e os movimentos de independência no século XVIII e XIX. Discute as consequências do colonialismo e dos epistemicídios na configuração do tempo presente com o objetivo de problematizar estratégias teórico-metodológicas na escrita e leitura da História a partir da perspectiva indígena, africana e diaspórica para a constituição do Novo Mundo. Discute sobre o fim do Colonialismo, os processos de emancipação da América inglesa, francesa e espanhola, explorando os conflitos sociais, políticos e econômicos internos, associados às transformações conjunturais do mundo. Estuda as particularidades dos processos de formação dos Estados Nacionais. Análise das relações entre a América Latina e os Estados Unidos a partir da metade do século XIX e até a Segunda Guerra Mundial. Discute as consequências do colonialismo e dos epistemicídios na configuração do passado contemporâneo e do tempo presente. Projeta-se o intercâmbio extensionista de saberes, modos de fazer e práticas narrativas científicas e tradicionais entre discentes e comunidades. Desenvolve reflexões e práticas didáticas a partir dos conhecimentos históricos trabalhados e sua transposição para o ensino fundamental e médio, com base nas diretrizes legais que orientam a educação básica nas instâncias nacional, estadual e municipal (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino), articulando as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação profissional de História.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Estuda o processo de formação territorial, política e cultural dos períodos pré-colonial e colonial, tomando como cerne discursivo as problemáticas que envolvem a diversidade étnico-racial, de sexo e gênero, ontológica e epistêmica, a partir de distintas abordagens historiográficas que enfocam os estudos de área, os estudos étnicos e africanos para a América Latina. Aborda as sociedades andinas, mesoamericanas, da bacia amazônica e da costa atlântica. Perpassa as dinâmicas do trabalho compulsório e escravista, atentando para as revoltas coloniais, o instrumental político cultural da colonização e os movimentos de independência no século XVIII. Desenvolve reflexões e práticas didáticas a partir dos conhecimentos históricos que abarcam o período pré-colonial americano, o trabalho compulsório e as rebeliões afro-indígenas na América e sua transposição para o ensino fundamental e médio, com base na BNCC e no Currículo Bahia, tomando como estudo de caso o Período Pré-Histórico e o Mundo Colonial. Discute as consequências do contato, do colonialismo e dos epistemicídios na configuração do passado e do tempo presente, em longa duração, com o objetivo de problematizar estratégias teórico-metodológicas para a escrita e leitura da História da América a partir de conteúdos, formas e perspectivas indígenas e afrodiáspóricas. Capacita o graduando na produção de material didático e/ou outras proposições pedagógicas, com o objetivo de ampliar o binômio pesquisa-ensino de História. Projeta-se o intercâmbio extensionista de saberes, modos de fazer e práticas narrativas científicas e tradicionais entre discentes e comunidades quilombolas circunscritas em Santo Antônio de Jesus e no Recôncavo Baiano.</p>				



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I

1. Introdução aos estudos históricos na América: a historiografia e o ensino da história.
 - 1.1. Estudos Étnicos, Arqueologia e História: ciências em interface
 - 1.2. Fontes históricas e abordagens analíticas
 - 1.3. História Pré-Colonial: povoamento da América
 - 1.4. Relações étnico-raciais e a Diáspora Africana
 - 1.5. Nova História Indígena e Afrodiaspórica

Unidade II

1. Sociedades pré-coloniais: o conhecimento histórico e o ensino de história.
 - 1.1. Mesoamérica
 - 1.2. Sociedades Andinas
 - 1.3. Bacia Amazônica
 - 1.4. Nordeste brasileiro
 - 1.5. Instrumental didático: pesquisa e ensino

Unidade III

1. Dinâmicas coloniais e a produção do Novo Mundo: a pesquisa histórica e o ensino da história.
 - 1.1. Trabalho compulsório e a escravidão moderna
 - 1.2. Revoltas indígenas
 - 1.3. Revoltas negras
 - 1.4. Mentalidade e imaginário colonial
 - 1.5. Religião e Política na América Hispânica e Portuguesa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Fernando Ozorio de. "A arqueologia dos fermentados: a etílica história dos Tupi-Guarani", *Estudos Avançados*, vol.29, n.83, São Paulo, Jan./Apr. 2015.

BONIN, Iara Tatiana. "Problematizando narrativas sobre os povos indígenas: um olhar sobre o "descobrimento", a nação e outras histórias que contamos nas escolas". *Ciências Humanas em Revista (UFMA)*, v. 4, p. 61-72, 2006.

BRUIT, H. "O visível e o invisível na conquista hispânica da América". In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *América em tempo de conquistas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 1992.

ELLIOT, J. H. "A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII". In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: América Latina Colonial*, v. 1 / tradução Maria Clara Cescato. - 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

GROSGOUEL, Ramón. "A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI". *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, Janeiro/Abril 2016.

FERNANDES, Luiz Estevam & MORAIS, Marcus Vinícius. "Renovação da História da América". KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 2ª Ed., São Paulo: Contexto, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

REIS, João José. "Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia". *Topoi*, Rio de Janeiro, v.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

15, n. 28, p. 68-115, jan./jun. 2014.

MIGUEL LEÓN-PORTILLA, Miguel. “A Mesoamérica antes de 1519”. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: América Latina Colonial*, v. 1 / tradução Maria Clara Cescato. - 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

MURRA, John. “As sociedades andinas anteriores a 1532”. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: América Latina Colonial*, v. 1; tradução Maria Clara Cescato. - 2. ed. 1. reimpr. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros*. A pré-história do nosso país. 2ª edição revista. ZAHAR. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2007.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
EPISTEMOLOGIA E DIDÁTICA	FORMAÇÃO DOCENTE	CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS	45h	
EMENTA DA ÁREA				
<p>Analisa as relações entre sociedade/educação/escola. Discute os fundamentos sócio-político-epistemológicos da educação na formação do profissional de história e na construção da identidade docente, bem como as relações fundamentais do processo de trabalho docente: pesquisa/produção do conhecimento; sujeito/objeto/construção de conhecimento; ensino/aprendizagem; teoria/prática; professor/aluno, aluno/aluno. Compreensão do campo da Didática como elemento organizador de fatores que influem no processo de ensino e aprendizagem. Reflete sobre a formação do indivíduo e sua aprendizagem privilegiando a ludicidade, inteligência, considerando o processo de inclusão e as diferentes situações sócio-econômicas, de inserção cultural, de origem étnica, de gênero e de religião. Discute a dimensão avaliativa do ensino e da aprendizagem. Enfoca a prática pedagógica escolar e não escolar enquanto <i>práxis</i> social, contemplando a perspectiva da interculturalidade a partir de atividades extensionistas.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Compreensão do campo da Didática como elemento organizador de fatores que influem no processo de ensino e aprendizagem a partir dos fundamentos sócio-político-epistemológicos da educação na formação do profissional de História. A construção da identidade docente, bem como as relações fundamentais do processo de trabalho docente: pesquisa/produção do conhecimento; sujeito/objeto/construção de conhecimento; ensino/aprendizagem; teoria/prática; professor/aluno, aluno/aluno. A função social da escola e a organização do trabalho docente a partir da tipologia de conteúdo e mediação crítica. Compreensão da função da Didática como elemento organizador que influencia no processo de ensino e aprendizagem. Organização e dinâmica da prática pedagógica no planejamento educacional: aspectos conceituais, modalidades e relações. Teorias pedagógicas no campo da educação brasileira. A relação teoria e prática e a construção dos saberes docente para o professor de história numa perspectiva intercultural.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. Os pressupostos da Didática / Histórico da Didática como campo de estudos / A gênese da Didática, diferentes concepções, objeto e objetivos;2. Construção da identidade e profissionalização do professor de História;3. O planejamento didático no contexto escolar e as inovações teórico-metodológicas educacionais: aspectos conceituais, modalidades e relações;4. Função social da escola e a organização do trabalho docente;5. Tipologias de conteúdo e mediação didática;6. Tendências pedagógicas e concepções de ensino e aprendizagem;7. Projeto político pedagógico da escola e a <i>práxis</i> didática.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>CANDAU, Vera Maria. (Org). <i>A Didática em questão</i>. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes,1999.</p> <p>FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</i>. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia do oprimido</i>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. <i>Didática</i>. São Paulo: Cortez.1994.</p>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: EPU, 1986.
VEIGA, I. P. A. (Org.). *Projeto político da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1995.
VEIGA, I. P. A. (Org.). *Técnica de Ensino: Por que não?* Campinas: Papirus, 1995.
VEIGA, I. P.; RESENDE, L. M. G. de (Orgs.). *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. Campinas, SP: 1998.
ZABALA, Antoni. *A Prática Educativa: Como ensinar*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
CANDAU, Vera Maria. (Org). *Rumo a uma nova Didática*. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003
CANDAU, Vera Maria. “Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos”. *Educação e Sociedade*. [On-line]. 2012, vol.33, n.118, p.235-250.
CANDAU, Vera Maria. “Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença”. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.
FARIAS, I. M. S. *Didática e docência: aprendendo a profissão*. Brasília: Liber, 2011.
FAZENDA, I.C.A. *Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. 5. Ed São Paulo: Loyola, 2002.
FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Pedagogia e prática docente*. São Paulo: Cortez, 2012.
GANDIN, D. & CRUZ, C.H.C. *Planejamento na Sala de Aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
GANDIN, D. *A Prática do Planejamento Participativo*. 8.Ed. Petrópolis, RJ.: Vozes, 2000
GANDIN, D. *Planejamento como Prática Educativa*. 11.Ed. São Paulo: Loyola, 2000.
GARDNER, H. *Inteligências múltiplas: a teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
LÜCK, H. *Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos*. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
VEIGA, I. P. A. *Técnicas de ensino: por que não?* Campinas, SP: Papirus, 1991.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
BRASIL II: COLÔNIA	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	BRASIL	60h	-
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda o processo de formação socioeconômica, política e cultural do Brasil nos contextos dos períodos colonial, imperial, republicano e tempo presente, com ênfase nas questões da identidade nacional, da cidadania, democracia e direitos humanos, destacando os mundos do trabalho, os movimentos sociais e as diversidades regionais e socioculturais (étnicas, de raça, gênero e classe), a partir de diferentes enfoques historiográficos. Aborda dimensões múltiplas da historicidade das populações indígenas, africanas, afro-brasileiras e europeias na formação da sociedade nacional, focalizando a colonização, a escravidão, o processo de emancipação política e formação do Estado Nacional, o patriarcalismo e o regime monárquico. Discute a crise do sistema escravista, o pós-abolição e a implantação e organização do regime republicano e seus impactos no tempo presente. Analisa o processo de industrialização e urbanização, os percalços da construção da cidadania e da democracia e as contradições, tensões e acomodações políticas, socioeconômicas e culturais nas diferentes conjunturas do período republicano. Articula os conhecimentos teóricos com as diretrizes legais que orientam a educação básica nas instâncias nacional, estadual e municipal (BNCC, Currículo Bahia e Planos Municipais de Educação), desenvolvendo reflexões sobre as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação profissional de História.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Estuda o processo de colonização na Capitania da Bahia a partir da análise de seus aspectos socioeconômicos, políticos e culturais e caracteriza os organismos administrativos, jurídicos, eclesiásticos e a sociedade soteropolitana colonial. Analisa a formação econômica e social do Recôncavo, os processos de interiorização da colonização. Analisa o lugar da Capitania no interior do Império Colonial português, introduzindo a mudança de paradigma político com a família real no Rio de Janeiro. Política de expansão territorial da América portuguesa. Fomenta o desenvolvimento de habilidades que favoreçam à apropriação do conhecimento histórico como forma de ler o mundo em sua diversidade e pluralidade ao longo do tempo. Desenvolve reflexões e experimentações pedagógicas a partir dos conhecimentos históricos abordados, com base na BNCC e no Currículo Bahia, com foco na prática do ensino e na pesquisa histórica.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>1. A capitania da Bahia na História Atlântica: por uma abordagem didática;</p> <p>1.1 Governo ultramarino português: ideias, instituições, autoridades, hierarquias e especificidades locais;</p> <p>1.2 Circulação econômica e cultural entre a Bahia, África, Europa e Ásia;</p> <p>1.3 Economia e a interiorização da colonização;</p> <p>2. A especificidade da escravização no mundo atlântico e o lugar da Bahia: a pesquisa e o ensino;</p> <p>3. A fé ultramarina e o controle social: a abordagem da missão e Inquisição na sala de aula.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>BOXER, Charles. <i>O Império marítimo português 1415-1825</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.</p> <p>HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) <i>História Geral da Civilização Brasileira: Época Colonial</i>. Do descobrimento à expansão territorial. v.1: 1 Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993</p> <p>HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) <i>História Geral da Civilização Brasileira: Época Colonial</i>. Administração, economia e sociedade. v. 2: 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993</p> <p>VAINFAS, Ronaldo et al. <i>Raízes do privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do antigo regime</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.</p> <p>SILVA, Maria Beatriz Nizza da. <i>Bahia, a corte da América</i>. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2010. [col. Brasileira].</p>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- ARAUJO, Emanuel. *O Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- ARMITAGE, David. “3 conceitos de História Atlântica”. *História Unisinos*. 18(2): 206-217, Maio/Agosto 2014. [pdf]
- AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade do Salvador*. Salvador, Ba: Ed. Itapuã, 1969.
- BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano*. Açúcar, Fumo Mandioca e Escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, K. (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. v. 1-3. Lisboa: Círculo do Livro, 1998.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.
- BORGES, Eduardo J. S. *O Antigo Regime o Brasil Colonial*. Elites e poder na Bahia do século XVIII. São Paulo: Alameda, 2017.
- BORGES, Eduardo José Santos. *O antigo regime no cinema: um diálogo com a história na sala de aula*. Salvador: UNIJORGE, 2010.
- BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (orgs). *Um lugar na história: a capitania e a comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. *Aprendendo História: reflexão e ensino*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil colonial*. 3v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- IVO, Isnara Pereira. *Homens de Caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa*. Século XVIII. Vitória da Conquista, Ba: UESB, 2012.
- KARNAL, Leandro. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008
- MACEDO, Janete Ruiz de. “Digressões da Capitania de São Jorge de Ilhéus na Inquisição do Santo Ofício: 1591/1620”. In: LEAL, Maria das Graças de Andrade [et. all.] (Orgs). *Capítulos da História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens*. São Paulo: Annablume, 2009.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José*. Lisboa, Portugal: Círculo de Leitores, 2006 (Coleção Temas e Debates. Reis de Portugal).
- NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Orgs). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Editora Arcádia, 2007.
- NOVINSKY, Anita. *Cristãos novos na Bahia*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972
- PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil*. Poder e política na Bahia colonial 1548-1700. São Paulo: Alameda, 2013.
- REIS, Adriana Dantas; ADAN, Caio F. F. (org.). *Estudos em História colonial*. A Baía de Todos os Santos e outros espaços luso americanos. Feira de Santana, Ba.: UEFS, 2018



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das minas*. Ideias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2008.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: UNESP, 2014

SCHWARTZ, Stuart B. Bahia: o meio social. In: *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 77-97.

SEVERS, Suzana M. de S. S.; BORGES, Eduardo J. S.; FLEXOR, Maria Helena O.(org). *Poderes, identidades e sociedade na América Portuguesa* (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Alameda, 2017

SEVERS, Suzana Maria de Sousa Santos. *Além da exclusão: a convivência entre cristãos-novos e cristãos-velhos na Bahia setecentista*. Salvador: EDUNEB, 2016.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *D. Joao V*. Lisboa, Portugal: Círculo de Leitores, 2009 (Coleção Temas e Debates. Reis de Portugal).

SOUSA, Avanete Pereira. “A cidade de Salvador, o Senado da Câmara e a regulamentação do mercado local”. In: LEAL, Maria das Graças de Andrade [et. all.], (Orgs). *Capítulos da História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens*. São Paulo: Annablume, 2009.

SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII*. Poder político local e atividades econômicas. São Paulo: Alameda, 2012.

VILHENA, Luis Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador, Ba: Itapuã, 1969.

Obra de Referência:

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial*. 1500-1808. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

3º Semestre

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
LABORATÓRIO DE FONTES HISTÓRICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA (transversalizando com gênero, raça, classe e sexualidades);	PRÁTICA PEDAGÓGICA	LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA	45h	20h
EMENTA DA ÁREA				
Sistematiza, problematiza e materializa o exercício da prática da História no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão, considerando os recursos e procedimentos do conhecimento histórico, tendo em vista a ação-reflexão-ação. Articula a curricularização da extensão contemplando os eixos temáticos definidos para cada semestre, a saber: direitos humanos, gênero e sexualidades, juventude, cidadania e cumprimento de medidas socioeducativas, diversidade religiosa e geracional, desenvolvendo a prática de reinterpretação dos conteúdos para os contextos escolares da educação básica, de produção e utilização de material didático, relacionados à área de conhecimento.				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
As relações de gênero e suas intersecções com raça/etnia, classe, sexualidade no campo da história a partir do estudo de aspectos teórico-metodológicos e da prática em trabalho de campo com fontes de pesquisa variadas tais como arquivos, periódicos, história oral, literatura e iconografia e sua aplicação no ensino de História.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. As relações de gênero e suas intersecções: raça/etnia; classe, sexualidade, religiosidades;2. Gênero e educação: Fontes históricas para o ensino na sala de aula3. O trabalho de campo com fontes de pesquisas variadas e a prática na sala de aula4. Oficinas em sala de aula da educação básica				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
DAYRELL, J. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, J. (Org.). <i>Múltiplos olhares sobre educação e cultura</i> . Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 136-161.				
FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho; PASSOS, Elizete Silva [et.al.]. <i>Ensaio sobre gênero e educação</i> . Salvador: UFBA; Pró-reitoria de extensão, 2001.				
MEYER, Dagmar Estermann. "Gênero e educação: teoria e política". In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs). <i>Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação</i> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.				
MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M; MAGALHÃES, Marcelo (orgs.). <i>Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas</i> . Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad X, 2007.				
PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). <i>Fontes Históricas</i> . 2 ed., 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.				
SILVA, Marcos, GUIMARÃES, Selva. <i>Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido</i> . 4ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MACHADO, Charlton Jose dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NUNES, Maria Lúcia da Sílvia. *Gênero e Práticas Culturais*. Campina Grande: Eduepb, 2010.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Identidades Fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e raça em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

XAVIER, Giovana. *Você pode substituir mulheres negras como objeto por mulheres negras contando sua própria história*. Rio de Janeiro: Malê, 2019.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
AMÉRICA II: Colonialismo, resistência escrava, levantes indígenas e independências nas Américas.	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	AMÉRICA	60h	10h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda o processo de formação territorial, política e cultural dos períodos pré-colonial, colonial, imperial e republicano, tomando como cerne discursivo as problemáticas que envolvem a diversidade étnico-racial, de sexo e gênero, ontológica e epistêmica, a partir de distintas abordagens historiográficas que vislumbrem os estudos de área e os estudos étnicos e africanos para a América Latina. Aborda as sociedades andinas, mesoamericanas, da bacia amazônica e da costa atlântica. Perpassa as dinâmicas do trabalho compulsório, escravista e liberal, atentando para as revoltas coloniais, o instrumental político cultural da colonização e os movimentos de independência no século XVIII e XIX. Discute as consequências do colonialismo e dos epistemicídios na configuração do tempo presente com o objetivo de problematizar estratégias teórico-metodológicas na escrita e leitura da História a partir da perspectiva indígena, africana e diaspórica para a constituição do Novo Mundo. Discute sobre o fim do Colonialismo, os processos de emancipação da América inglesa, francesa e espanhola, explorando os conflitos sociais, políticos e econômicos internos, associados às transformações conjunturais do mundo. Estuda as particularidades dos processos de formação dos Estados Nacionais. Análise das relações entre a América Latina e os Estados Unidos a partir da metade do século XIX e até a Segunda Guerra Mundial. Discute as consequências do colonialismo e dos epistemicídios na configuração do passado contemporâneo e do tempo presente. Projeta-se o intercâmbio extensionista de saberes, modos de fazer e práticas narrativas científicas e tradicionais entre discentes e comunidades. Desenvolve reflexões e práticas didáticas a partir dos conhecimentos históricos trabalhados e sua transposição para o ensino fundamental e médio, com base nas diretrizes legais que orientam a educação básica nas instâncias nacional, estadual e municipal (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino), articulando as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação profissional de História.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Discussão sobre o fim do Colonialismo, os processos de emancipação da América inglesa, francesa e espanhola, explorando os conflitos sociais, políticos e econômicos internos, associados às transformações conjunturais do mundo. Estuda as particularidades dos processos de formação dos Estados Nacionais. Análise das relações entre a América Latina e os Estados Unidos a partir da metade do século XIX e até a Segunda Guerra Mundial. Desenvolve reflexões e práticas pedagógicas a partir dos conhecimentos históricos que envolvem o colonialismo, a resistência e os levantamentos negros e indígenas na América, tendo em vista a prática didática no ensino fundamental e médio, tomando como estudo de caso a Revolução Americana e a Independência da América Espanhola. Discute as consequências do colonialismo e dos epistemicídios na configuração do passado contemporâneo e do tempo presente, com o objetivo de problematizar estratégias teórico-metodológicas para a escrita e leitura da História da América a partir de conteúdos, formas e perspectivas indígenas e afrodiáspóricas. Para tanto, projeta-se o intercâmbio de saberes, modos de fazer e práticas narrativas científicas e tradicionais entre discentes e comunidades indígenas em diálogo extensionista no território baiano.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				



Unidade I

1. Análise crítica da historiografia latino-americana sobre os processos de Independência e sua transposição didática.

- 1.1. As reformas dos Bourbon na América Espanhola e a expulsão dos jesuítas.
- 1.2. A revolta de Tupac Amaru II.
- 1.3. A Revolução Americana e os impérios europeus.
- 1.3. A Revolução Francesa e as Américas.
- 1.4. A Independência de Haiti.
- 1.5. A Independência da América Espanhola: debate historiográfico.
- 1.6. Conjuntura internacional e a independência da América Latina.
- 1.7. A complexa sociedade colonial: liberais e conservadores, *caudillos* e *pueblo*.

Unidade II

1. Síntese da conjuntura geopolítica (séculos XVIII e XIX): o discurso e a transposição Didática.

- 1.1. Os Estados Unidos da independência à Guerra Civil.
- 1.2. A Doutrina Monroe e a política externa estadunidense.
- 1.3. Canadá e Caribe: a América dos Europeus.
- 1.4. México: do Império de Iturbide até Porfírio Díaz.
- 1.5. A fragmentação da América Central: os estados fruticultores.
- 1.6. O sonho bolivariano da Grande Colômbia.
- 1.7. O Peru, da Confederação com a Bolívia até a crise do guano.
- 1.8. O Atlântico Austral e suas relações com a Grã-Bretanha.
- 1.9. A Guerra do Paraguai.
- 2.0. A República do Chile até a Guerra do Pacífico.

Unidade III

3. O século XX até a Crise de 1929: o discurso historiográfico e a transposição didática.

- 1.1. O desenvolvimento industrial dos Estados Unidos.
- 1.2. A guerra Hispano-Americana no Caribe e o Canal de Panamá.
- 1.3. O domínio estadunidense na América Central.
- 1.4. A Revolução Mexicana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BETHELL, Leslie. *História da América Latina. Volume III: da independência até 1870*. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

BITTENCOURT JR., Iosvaldyr Carvalho; SABALLA, Viviane (orgs). *Procedimentos didáticos aplicáveis ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2012.

DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros. Toussaint L´Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2000.

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos da colônia à independência*. São Paulo: Contexto, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KLEIN, Herbert S. *Bolívia: do período pré-incaico à independência*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Pensamento crítico desde a subalternidade: os Estudos Étnicos*



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI. Salvador, Afro-Ásia, 34 (2006), 105-129.

MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. 2000.

PIMENTA, João Paulo G.; PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa. *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

POMER, Leon. *As independências na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, REZNIK, Luís, MAGALHÃES, Marcelo de Souza(orgs.). *A história na escola: autores, livros e leituras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos*. São Paulo: Martins Fontes, 2000

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
TEORIA E HISTÓRIA SOCIAL	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	45h	-
EMENTA DA ÁREA				
Estuda objetos, métodos e fontes de pesquisa histórica, articulando com os diferentes aspectos socioculturais, filosóficos e educacionais inerentes ao espaço escolar. Analisa os fundamentos teóricos e metodológicos da historiografia nos séculos XIX, XX e XXI. Identifica o papel do historiador e os fundamentos da disciplina História. Discute a interlocução da História com outras áreas do conhecimento. Aborda o percurso da historiografia brasileira e internacional. Articula os conhecimentos teóricos com as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, considerando as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual.				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
Estuda a História Social e seus desdobramentos historiográficos, com ênfase no campo teórico-metodológico e temático, bem como sua aplicabilidade no ensino de História. Discute a História Social na Europa e no Brasil, destacando os vários campos historiográficos, as diferenças e afinidades e as contribuições da História Social inglesa para o campo da História da Educação.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. A concepção de história social e as possibilidades interpretativas2. História Social britânica e francesa3. A história Social no Brasil4. História e ciências sociais: uma perspectiva transdisciplinar5. Conceitos e Métodos da história social6. A História Social e a educação básica.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BLOCH, Marc. <i>Apologia da História ou o ofício de historiador</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001 BURKE, Peter (Org.). <i>A Escrita da História: novas perspectivas</i> . São Paulo, Editora Universidade Estadual Paulista, 1992. HOBSBAWM, Eric. <i>Sobre História</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. LE GOFF, Jacques [et all]. <i>História: novos problemas; História: novas abordagens; História: novos métodos</i> . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1961. REIS, José Carlos. <i>História e Teoria</i> . Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges. <i>História da Vida Privada</i> . São Paulo: Schwacz, 1992. BENJAMIN, Walter. <i>Magia e Técnica, Arte e Política</i> . São Paulo: Brasiliense, 1995. (Obras Escolhidas, vols. I, II e III). BURKE, Peter. <i>A Escola dos Annales (1929-1989) – A Revolução Francesa da historiografia</i> . São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. BURKE, Peter. <i>A cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800</i> . São Paulo: Cia das Letras, 1978. BURKE, Peter. <i>História e teoria social</i> . São Paulo: Unesp, 2002. CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronald (orgs.). <i>Domínios da História</i> . Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. CARDOSO, Ciro. <i>Os métodos da história</i> . Rio de Janeiro: Graal, 5ª ed., 1990.				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, Papirus Editora, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 6ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1994.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo – sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DARTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos*. Rio de Janeiro: 1988.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- DOSSE, François. *A história em migalhas*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- DUBY, Georges. *O Cavaleiro, a Mulher e o Padre*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- FENELON, Déa Ribeiro. “O Historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo?” In: *História e Perspectiva*, Revista do Curso de História da Universidade de Uberlândia, n.º 6, jan/jun de 1992, p. 5-24.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 3ª edição, 1996.
- GARDINIER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1984.
- GUINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1985.
- HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 2ª ed., 1988.
- HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura*. Presença, 1973.
- HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- LE GOFF, Jacques [et. all.]. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LE GOFF, Jacques [et all]. *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LE GOFF, Jacques [et all]. *História e Memória*. 3ª ed., Campinas, Editora da UNICAMP, 1994.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana – escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e o Departamento de História – PUC/SP*, Projeto História n.º 10, 1993.
- NUNES, Benedito. *O Tempo na Narrativa*. São Paulo: Ática, 1995.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- REIS, José Carlos. *A História: entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales. A inovação em História*. São Paulo: Pz e Terra, 2000.
- SHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- SILVIA, Maria Beatriz N. da (org.). *Teoria da História*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1976.
- SILVA, Zélia Lopes. (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Unesp, 1995
- Artigos de jornais e revistas especializadas.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
TEORIA E HISTORIOGRAFIA	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	45h	-
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda objetos, métodos e fontes de pesquisa histórica, articulando com os diferentes aspectos socioculturais, filosóficos e educacionais inerentes ao espaço escolar. Analisa os fundamentos teóricos e metodológicos da historiografia nos séculos XIX, XX e XXI. Identifica o papel do historiador e os fundamentos da disciplina História. Discute a interlocução da História com outras áreas do conhecimento. Aborda o percurso da historiografia brasileira e internacional. Articula os conhecimentos teóricos com as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, considerando as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Estuda a Historiografia, seus conceitos e campo de conhecimento: uma história da escrita da história. Contextualiza o percurso da historiografia internacional. Discute a pesquisa historiográfica e o papel do historiador: lugar social, práticas, texto e ensino. Identifica o texto do historiador como documento histórico-historiográfico, inclusive com abordagem no âmbito da Educação. Analisa os pressupostos metodológicos na historiografia dos Séculos XIX, XX e XXI. Discute a importância da historiografia no desenvolvimento do conhecimento histórico: perspectivas teórico-metodológicas, temas e interpretações e avalia sua apropriação nas dimensões do ensino e da pesquisa histórica.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>1 - História e Historiografia: análise conceitual, temas, narrativas e abordagens, prática do ensino; 2 - Teoria, metodologia e historiografia: das interfaces e distinções à construção do conhecimento histórico e sua abordagem na sala de aula; 3 – A escrita da história: escolas e tradições historiográficas e suas reverberações no ensino da história. 4 - A natureza da história e a atividade do historiador; 5 - Principais escolas historiográficas da contemporaneidade. 6 - Novas fontes e perspectivas historiográficas: a revolução cultural 7 - Métodos, procedimentos e escrita historiográfica. 8 – A historiografia e a prática pedagógica.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. <i>Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história</i>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. BLOCH, Marc. <i>Apologia da História ou o ofício de historiador</i>. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. CERTEAU, Michel. <i>A escrita da história</i>. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. REIS, José Carlos. <i>O Desafio Historiográfico</i>. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. VEYNE, Paul. <i>Como se escreve a História</i>. 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. <i>História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história</i>. Bauru, SP: EDUSC, 2007. ARÓSTEGUI, Julio. <i>A pesquisa Histórica: teoria e método</i>. Bauru, SP: Edusc, 2006. BERNARDET, Jean-Claude. <i>Historiografia clássica do cinema brasileiro: metodologia e pedagogia</i>. São Paulo: Annablume, 1995. BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. <i>As escolas históricas</i>. Mem Martins: Europa-América, 1990. CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. <i>Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia</i>. Rio de</p>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2012.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. *Pensar a história repensar o seu ensino*. A disciplina de História no 3º Ciclo do Ensino Básico: alguns princípios orientadores da metodologia de ensino. Porto, Portugal: Porto, 1994.

FENELON, Déa Ribeiro. *50 textos de história do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1974.

FREITAS, Marcos César de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3 ed São Paulo: Contexto, 2000.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1991.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006

MALERBA, Jurandir (org.). *A História escrita*. São Paulo: Contexto, 2006.

MALERBA, Jurandir (org.). *História & Narrativa: A ciência e a arte da escrita da história*. Petrópolis: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV Ed; 2009.

PESAVENTO, Sandra (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História & documento e metodologia de pesquisa*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima; FAPERJ. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad 2005



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
EUROPA III: Cultura, imaginário e transformações políticas na modernidade	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	EUROPA	60h	5 h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Analisa aspectos relevantes da formação política, socioeconômica e cultural do continente europeu priorizando sua relação com a história do Brasil, a partir de diferentes vertentes historiográficas e categorias analíticas. Estuda a antiguidade greco-romana, a formação do ocidente medieval e a construção da sociedade capitalista europeia, atentando para as diferentes formas e dinâmicas de exploração do trabalho (escravista, servil, capitalista) e para as lutas protagonizadas por grupos politicamente minoritários, articulando as dimensões de gênero, classe e raça. Trata da diversidade cultural, étnica e religiosa dos povos que constituíram a história europeia, focalizando especialmente a importância da ocupação islâmica na península ibérica para a formação da sociedade portuguesa. Aborda a expansão marítima europeia, a formação dos Estados nacionais e a exploração colonial, ancorada no tráfico escravista, como elementos intrinsecamente vinculados à emergência e consolidação do capitalismo, legitimado a partir das revoluções burguesas e da divulgação de ideais universalistas e eurocêntricos. Discute a constituição da ciência moderna europeia como parte integrante de um projeto de modernidade, que elegeu o homem branco europeu como norma e medida do desenvolvimento humano, legitimando o colonialismo a partir de uma lógica racionalista de base racista e patriarcal. Destaca os movimentos sociais, as revoluções e os conflitos internacionais protagonizados pelos Estados europeus, bem como suas relações imperialistas com os outros Estados e nações. Analisa a configuração histórica do poder no contexto do sistema-mundo capitalista na contemporaneidade, com destaque para o avanço do neoliberalismo e dos neofascismos e a resistência de diferentes grupos perante a ofensiva dos movimentos conservadores. Articula os conhecimentos teóricos com as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual, desenvolvendo reflexões sobre as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação profissional de História.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Analisa o processo histórico conhecido como transição do feudalismo para o capitalismo focalizando transformações ocorridas na Europa nos séculos XVI e XVII em diversos níveis: atividades econômicas, estruturas e relações sociais, manifestações culturais, visões de mundo e relações de gênero. Estuda as grandes navegações, a formação dos Estados nacionais e a exploração colonial, ancorada no tráfico escravista, como elementos intrinsecamente vinculados ao nascimento do capitalismo. Analisa o movimento renascentista, a revolução científica, a reforma protestante e a contrarreforma católica, destacando a grande caça às bruxas e os cercamentos, como parte de um processo de disciplinarização dos corpos e imposição de um projeto de governamentalidade burguesa, que legitimou discriminações e exclusões. Estuda ainda as revoluções inglesas e suas consequências para a formação do chamado “mundo moderno”. Articula os conhecimentos teóricos com as dimensões de ensino e extensão, desenvolvendo reflexões e experimentações pedagógicas a partir dos conteúdos abordados e tendo como base a BNCC e o Currículo Bahia.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1.“Tempos modernos”: a construção da ideia de modernidade europeia e sua abordagem no ensino de história.2.As formas políticas do Antigo Regime3.A Expansão Marítima Europeia, o tráfico escravista e a acumulação de capital na Europa moderna4.O Renascimento e as transformações no campo da arte				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- 5.O Movimento Renascentista a partir do estudo de obras literárias Clássicas.
- 6.As Reformas Religiosas
- 7.A “Santa Inquisição”, a grande caça às bruxas e suas consequências
- 8.A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI
- 9.Uma história dos medos
- 10.Os cercamentos e a resistência popular na “Europa Moderna”
- 11.A Revolução Inglesa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CHARTIER, Roger. (org.) *História da vida privada* 3: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- CROUZET, Maurice. (dir.). *História Geral das Civilizações*. (Vols. VIII e IX). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- LUIZETTO, Flavio. *Reformas religiosas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991. (Col. Repensando a história).
- RODRIGUES, Antônio Edmilson e FALCON, Francisco José Calazans. *Tempos Modernos: ensaios de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ARIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de Rabelais*. São Paulo: Hucitec, Brasília, Universidade de Brasília, 1987.
- BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália, Séculos XV-XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento* (Vol. I e II). Lisboa: Estampa, 1983.
- DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da reforma*. (Série: Nova Clio). São Paulo: Pioneira, 1989.
- DUBY, Georges & PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Do Renascimento à Idade Moderna. Porto: Afrontamento, 1995.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. (2 v.)
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERRO, Marc. *História das Colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- GARIN, Eugenio (dir.). *O homem renascentista*. Lisboa: Presença 1991.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- HAUSER, Arnold. *História Social da Literatura e da Arte*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *A Mandrágora; Belfagor, o arquidiabo*. São Paulo: Martin Claret, 2003. (Col. A obra



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

prima de cada autor).

MARTINS, Michele Borges, MATOS, Júlia Silveira. “Representações dos gêneros: o ensino de história moderna no livro didático”. *Momento*, v. 25, n. 2, p. 269-283, jul./dez. 2016.

MORE, Thomas. *A Utopia*. São Paulo: Martin Claret, 2006. (Col. A obra prima de cada autor)

REMOND, René. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: Cultrix, 1976.

SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo: Atual, 1988.

SHAKESPEARE, William. *Rei Lear*. (Col. A obra prima de cada autor) São Paulo: Martin Claret, 2003.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
BRASIL: EXTENSÃO CURRICULAR	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	BRASIL	30h	30h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda o processo de formação socioeconômica, política e cultural do Brasil nos contextos dos períodos colonial, imperial, republicano e tempo presente, com ênfase nas questões da identidade nacional, da cidadania, democracia e direitos humanos, destacando os mundos do trabalho, os movimentos sociais e as diversidades regionais e socioculturais (étnicas, de raça, gênero e classe), a partir de diferentes enfoques historiográficos. Aborda dimensões múltiplas da historicidade das populações indígenas, africanas, afro-brasileiras e europeias na formação da sociedade nacional, focalizando a colonização, a escravidão, o processo de emancipação política e formação do Estado Nacional, o patriarcalismo e o regime monárquico. Discute a crise do sistema escravista, o pós-abolição e a implantação e organização do regime republicano e seus impactos no tempo presente. Analisa o processo de industrialização e urbanização, os percalços da construção da cidadania e da democracia e as contradições, tensões e acomodações políticas, socioeconômicas e culturais nas diferentes conjunturas do período republicano. Articula os conhecimentos teóricos com as diretrizes legais que orientam a educação básica nas instâncias nacional, estadual e municipal (BNCC, Currículo Bahia e Planos Municipais de Educação), desenvolvendo reflexões sobre as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação profissional de História.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Desenvolve ações de extensão (programas, projetos, cursos, eventos ou prestação de serviço à comunidade), com o fim de promover a interação entre a Universidade e outros setores da sociedade, a partir da articulação entre a área de Brasil e outras áreas do conhecimento histórico, possibilitando ao discente uma formação integral, interdisciplinar e indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. Identidades e relações étnico-raciais, culturais, de gênero e classe;2. Democracia e cidadania e direitos humanos;3. História, memória e fontes históricas;4. Trabalho, associativismo, legislação trabalhista e luta por direitos;5. Manifestações culturais e movimentos sociais				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ALBUQUERQUE, Wlamyra. R. de. <i>O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. <i>Cidadania no Brasil. O longo Caminho</i>. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>FRENCH, John. “As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno”. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). <i>Trabalho livre, trabalho escravo</i>. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 75-96.</p> <p>LARA, Sílvia Hunold. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. <i>Revista Projeto História</i>, 16, 1998.</p> <p>SADER, Eder. <i>Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80</i>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>BATALHA, Cláudio. “Limites da liberdade: trabalhadores, relações de trabalho e cidadania durante a primeira República”. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). <i>Trabalho livre</i>,</p>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- trabalho escravo. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.*
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. “Historiografia, Trabalho e Cidadania no Brasil”. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo. O Brasil Republicano. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.*
- GARCIA, Miliandre. “A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE)”. *Revista Brasileira de História. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). São Paulo: ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004.*
- GOMES, Ângela C. *Cidadania e direitos do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.*
- LEITE LOPES, José Sérgio. “Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro”. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (Orgs.) *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004.*
- PEREIRA, Cristiana S. *Que tenhas teu corpo. Uma História Social da prostituição no Rio de Janeiro nas primeiras décadas republicanas. RJ: Arquivo Nacional, 2006.*
- REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia”. *Revista USP, São Paulo, n. 18, p.8-9, 1993.*
- RESENDE, Maria Efigênia Lage. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (O Brasil Republicano, v. 1)*
- RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já. O grito preso na garganta. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.*
- SANTANA, Marco Aurélio. “Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v. 4)*
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1990.*
- SOIHET, Rachel. O povo na rua: manifestações culturais como expressão de cidadania. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v. 2).*
- SOUZA, Edinaldo A. Oliveira. *Lei e Costume: experiências de trabalhadores na justiça do trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960). Salvador: Edufba, 2012.*
- STOLKE, Verena. “Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade?”. *Estudos Afro-Asiáticos, Salvador, v. 20, p. 101-117, jun. 1991.*
- TRINDADE, Sérgio L. Bezerra. “Constituição de 1891: as limitações da cidadania na República Velha”. *Revista UNI-RN, Natal, v. 3, 2004. Disponível em: <<http://www.revistaunirn.inf.br/revistaunirn/index.php/revistaunirn/article/view/98>>*



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
TEORIA E HISTORIOGRAFIA DA ÁFRICA	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	45h	-
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda objetos, métodos e fontes de pesquisa histórica, articulando com os diferentes aspectos socioculturais, filosóficos e educacionais inerentes ao espaço escolar. Analisa os fundamentos teóricos e metodológicos da historiografia nos séculos XIX, XX e XXI. Identifica o papel do historiador e os fundamentos da disciplina História. Discute a interlocução da História com outras áreas do conhecimento. Aborda o percurso da historiografia brasileira e internacional. Articula os conhecimentos teóricos com as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, considerando as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Estuda relações sociais, povos, culturas, política, religiosidades, pensamento e economia das sociedades africanas no continente e sua diáspora, com destaque as suas características histórico-civilizatórias próprias e dinâmicas migratórias. Aborda a expansão islâmica e colonial europeia, bem como a relação existente entre escravismo, colonialismo, racismo e patriarcalismo na África. Analisa o papel e os impactos do colonialismo na África, sobretudo a partir do processo de “roedura”, partilha e conquista do continente africano pelos europeus. Também estuda movimentos anti-coloniais como a negritude e o pan-africanismo, inclusive processos de descolonização e a formação de novos estados nacionais. Analisa conexões histórico-culturais e experiências dos povos africanos na diáspora, partindo do fluxo e refluxo de seus povos em consequência do avanço do comércio escravo. Reflete acerca da relação entre racismo, escravidão e direitos humanos. Analisa a contribuição intelectual africana, africanista e indiana à historiografia da África em termos teóricos e metodológicos e a produção historiográfica do campo desde as obras de referência internacional àquelas que vêm sendo produzida no Brasil. Analisa representações do continente africano e seus povos na literatura, arte, meios de comunicação, cotidiano e livros didáticos, bem como, a etimologia de termos como: África, Negro, Indígena (Índio), tradição, tribo, etnia de modo a identificar e desconstruir estereótipos e racializações construídas ao longo do tempo. Reflete acerca do ensino e história da África no Brasil, relações raciais e de gênero. Desenvolve atividades de caráter interdisciplinar e em íntima relação com a extensão. Trabalha com fontes documentais para a produção da pesquisa e o seu uso no ensino de história da África. Estuda temas e fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos próprios da história do tempo presente das sociedades africanas. Estuda a contribuição de intelectuais africanos e africanistas na construção e consolidação da historiografia da África nos termos dos seus fundamentos filosóficos e concepções teóricas e metodológicas. Analisa as diversas abordagens historiográficas e fontes documentais reativas à História da África. Interpreta o debate político e acadêmico contemporâneo sobre História da África a partir dos pressupostos epistemológicos críticos, descolonizadores. Discute o uso das fontes para o ensino e a pesquisa em história da África.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. História e historiografia da África: percursos e avanços;2. Intelectuais africanos e africanistas e historiografia da África;3. Teoria e métodos para a pesquisa histórica das sociedades africanas;4. Fontes históricas e pesquisa da História da África;5. Historiografia africana contemporânea e os estudos africanos: perspectivas e debates interdisciplinares e descoloniais;6. Temas, problemas e abordagens historiográficas da História da África;				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

7. Fontes para o ensino da História da África;
8. A abordagem didático-pedagógica da história da África.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

APPIAH, Kwame Antony. *Na casa de Meu Pai. A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HOUTONDJ, Paulin J. “Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre estudos africanos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março, 2008, pp. 149-160.

JOSÉ, Alexandrino; MENESES, Paula Maria. *Moçambique-16 anos de historiografia: focos, problemas, metodologias, desafios para a década de 90*. Maputo: CEGRAF, 1991.

Ki-ZERBO, Joseph. *História Geral da África. Metodologia e pré-história da África*. Vol I. São Paulo: Ática, 1982.

MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.

NEPOMUCENO, Bebel; MARTINS, Victor. *Brasil-África. História, Historiografia e Produção de Saberes na África e na Diáspora*. Brasília: UNESCO, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUESSY, Honorat. Visões e percepções tradicionais. In: SOW, Alfa. *Introdução à Cultura Africana*. Lisboa: Edições 70, 1980.

DIOP, Cheikh Anta *A origem africana da civilização: mito ou realidade*. (Tradução) Disponível em: <<https://www2.unifap.br/neab/files/2018/05/Dr.-Cheikh-Anta-Diop-A-Origem-Africana-da-Civiliza%C3%A7%C3%A3o-ptbr-completo.pdf>> Acesso em: 8/11/2019)

DIOP, Cheikh Anta. *A unidade cultural da África Negra*. Lisboa: Pedagogo, 2015.

FOE. Nkolo. “África em diálogo, África em autoquestionamento: universalismo ou provincialismo? “Acomodação de Atlanta” ou iniciativa histórica?”. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 175-228, jan./mar. 2013. Editora UFPR

M'BOKOLO. Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa das Africas, 2009.

OBENGA, Théophile. Egypt: Ancient History of African Philosophy. In: KWASI, Wiredu (ed.). *A Companion to African Philosophy*. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2004, p.31-49. Tradução para uso didático, para o projeto de pesquisa Dissecando o racismo epistêmico: a urgência de outra perspectiva no ensino de filosofia, por Vinícius da Silva (viniciuxcostasilva@gmail.com).

SOW, Alfa. *Introdução à Cultura Africana*. Lisboa: Edições 70, 1980.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	FORMAÇÃO DOCENTE	CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS	60h	-
EMENTA DA ÁREA				
Analisa as relações entre sociedade/educação/escola. Discute os fundamentos sócio-político-epistemológicos da educação na formação do profissional de história e na construção da identidade docente, bem como as relações fundamentais do processo de trabalho docente: pesquisa/produção do conhecimento; sujeito/objeto/construção de conhecimento; ensino/aprendizagem; teoria/prática; professor/aluno, aluno/aluno. Compreensão da função da Didática como elemento organizador de fatores que influem no processo de ensino e aprendizagem. O planejamento do ensino e a organização do trabalho pedagógico numa perspectiva intercultural crítica. Reflete sobre a formação do indivíduo e sua aprendizagem privilegiando a ludicidade, inteligência, considerando o processo de inclusão e as diferentes situações sócio-econômicas, de inserção cultural, de origem étnica, de gênero e de religião. Discute a dimensão avaliativa do ensino e da aprendizagem. Enfoca a prática pedagógica escolar e não escolar enquanto <i>práxis</i> social, contemplando a perspectiva da pluralidade cultural a partir de atividades extensionistas.				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
Analisa as relações entre sociedade/educação/escola, enfocando a organização dos sistemas educacionais e a gestão dos espaços formais de aprendizagem. Apropriar-se criticamente dos Fundamentos da Educação Brasileira, seus aspectos históricos, legais e organizacionais, bem como das especificidades da gestão educacional, identificando as relações entre a reforma do Estado brasileiro e a gestão escolar. Aborda as políticas públicas educacionais vigentes, seus avanços e desafios. Estuda os marcos legais da Educação Nacional: Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diretrizes Curriculares Nacionais, Referenciais Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais em sua correlação com o ensino de História, refletindo sobre o contexto histórico/político/social em que foram produzidos a Gestão Escolar.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

1. Estado e as Políticas Educacionais.
 - 1.1. Política e Estado.
 - 1.2. Educação como política pública.
 - 1.3 As políticas educacionais no cenário brasileiro
2. Organização do Sistema Educacional Brasileiro
 - 2.1. A estrutura do Sistema Educacional: competências e atribuições da União, dos Estados e Municípios.
 - 2.2. Princípios organizacionais da educação conforme a LDB 9.394/96:
 - Níveis e modalidades do ensino;
 - Indicadores da Educação Básica. (Avaliação Unificada (Prova Brasil, Provinha Brasil, ENEM, ENADE).
 - Financiamento da Educação
- 3.Plano Nacional de Educação (2014 -2024)
4. O sistema de organização e gestão da escola:
 - Função social da escola;
 - Princípios e características da gestão escolar;
 - O planejamento da escola
- 5.. Políticas contemporâneas para a educação;
 - 3.1. Ensino fundamental de nove anos
 - 3.2 Reforma do ensino médio e a BNCC
 - 3.3 As Diretrizes Curriculares Nacionais :Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Lei 10639/2003
6. Gestão Escolar: Conceitos, Práticas e expectativas
 - 6.1 Gestão da educação: tendências atuais
 - 6.2 Os princípios da gestão democrática
7. Planejamento e gestão
 - 7.1 – Políticas, racionalidades e práticas organizacionais e administrativas.
 - 7.2 – O modo de funcionamento típico da escola como organização.
 - 7.3 – A participação como técnica de gestão e princípio de integração.
 - 7.4 Projeto Político Pedagógico e o Projeto de Desenvolvimento Escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- RANHA, M. L. de A. *História da Educação*. 2. Ed. Rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.
- AZEVEDO, J. M. L. de. *A educação como política pública*. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2004. 78 p. (Polêmicas do nosso tempo).
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 2 v. 5.ed. Brasília: Edunb, 2000.
- BRANDÃO, Carlos Fonseca. *LDB: passo a passo: lei de diretrizes e base da educação da educação nacional*. Comentada e interpretada por artigo por artigo: AVERCAMP, 2003.
- BRASIL. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9394/96*. Brasília (DF)
- BRZEZINSKI, Iria (org.). *LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 2000.
- FÁVERO, Osmar (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas, SP: Autores Associados; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), 2005.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*
- GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre/RS: Artimed editora, 2000.
- GENTILLI, P. A. A. (Org.). *Pedagogia da Exclusão: O Neoliberalismo e a crise da Escola Pública*. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- GENTILLI, P. A. A.; SILVA, T. T. da (orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 13. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- GHIRARDELLI JR., Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1990.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Parâmetros Curriculares Nacionais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>;<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf>
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de.; TOSCHI, M. S. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel L. Pedroso de. *Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências*. Porto Alegre /RS Editora da URFG . 2006.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Escola de Gestores da Educação Básica - CD-ROM*. Brasília: MEC, 2007.
- MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- PARO, Vitor Henrique. *Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino*. São Paulo. Ática. 2007.
- ROMANELLI, Otaiza de O. *História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- SAVIANI, D. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 11. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 35.ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002. 94 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
LIBRAS	APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	LINGUAGENS PARA A DOCÊNCIA	60h	-
EMENTA DA ÁREA				
Analisa as relações entre sociedade/educação/escola. Discute os fundamentos sócio-político-epistemológicos da educação na formação do profissional de história e na construção da identidade docente, bem como as relações fundamentais do processo de trabalho docente: pesquisa/produção do conhecimento; sujeito/objeto/construção de conhecimento; ensino/aprendizagem; teoria/prática; professor/aluno, aluno/aluno. Compreensão da função da Didática como elemento organizador de fatores que influem no processo de ensino e aprendizagem. O planejamento do ensino e a organização do trabalho pedagógico numa perspectiva intercultural crítica. Reflete sobre a formação do indivíduo e sua aprendizagem privilegiando a ludicidade, inteligência, considerando o processo de inclusão e as diferentes situações sócio-econômicas, de inserção cultural, de origem étnica, de gênero e de religião. Discute a dimensão avaliativa do ensino e da aprendizagem. Enfoca a prática pedagógica escolar e não escolar enquanto <i>práxis</i> social, contemplando a perspectiva da pluralidade cultural a partir de atividades extensionistas.				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
Demonstra, através de estudos teórico-práticos, as características socioculturais e linguísticas presentes na educação do surdo, realizando análises sobre o seu desenvolvimento linguístico como elemento fundamental e estruturante para a inserção deste nas práticas sociais locais e globais, dimensionando os processos teórico-metodológicos educacionais e educativos, na perspectiva da aquisição da LIBRAS como segunda língua para os sujeitos envolvidos no processo de inserção do surdo.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
1. Processo histórico, social e cultural sobre a educação de surdos; 2. Legislação e políticas públicas na área 3. Língua Brasileira de sinais: perspectivas e desafios; 3.1. Identidade surda 3.2. Bilinguismo e surdez 3.3. Comunicação com as mãos 3.4. Processo aquisicional da linguagem 3.5. Língua materna e sua relação com segunda língua 3.6. Parâmetros fonológicos da Língua Brasileira de sinais 3.6.1. Fonética, fonologia e morfologia nas línguas de sinais 3.7. LIBRAS: Percepção visual com figuras geométricas; Nomes próprios e Localização de nomes; Números cardinais/ordinais; Datilologia; Saudações; Idade; Calendário; Estações do ano; Família; Profissões; Esportes; Frases; Verbos.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BRASIL. <i>Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educacionais especiais</i> . Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. BRASIL. <i>Decreto nº 5626</i> , de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm > Acesso em 28 set. 2010. BRASIL. <i>Lei federal nº. 10.436</i> , de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 25 de abril de 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm > Acesso em: 28 set. 2010. BRASIL.. Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Educação Especial. <i>Saberes e práticas da</i>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

inclusão: Desenvolvendo Competências para o Atendimento às Necessidades Educacionais Especiais de Alunos Surdos. Brasília, 2006. Não paginado. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/alunosurdos.txt>>. Acesso em: 10 out. 2008.

BRITO, Lucinda Ferreira. “Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS”. In: BRASIL. *Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental*, v. III. Brasília: MEC, 1997.

FELIPE, Tanya Amaral. *Introdução à Gramática da LIBRAS*. Atualidades Pedagógicas. Brasília: MEC/SEESP, 2000. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/ines_livros/37/37_PRINCIPAL.HTM>. Acesso em: 23 nov. 2010.

FELIPE, Tanya Amaral. *LIBRAS em contexto: curso básico*. Livro do Estudante. 4. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. “Língua Brasileira de Sinais”. In: FERREIRA-BRITO, Lucinda [et. al.]. *Língua Brasileira de Sinais*. Brasília: SEESP, 1997. V. III (Série Atualidades Pedagógicas, n. 4)

FERREIRA-BRITO, Lucinda. *Por uma gramática das línguas de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

KARNOPP, Lodenir Becker. “Língua de sinais na educação dos surdos”. In: THOMA, A. S.; LOPES, M. C.(Orgs.) *A Invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

QUADROS, Ronice Müller de (Org.). *Estudos Surdos I*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Arara Azul, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de. “Aquisição de L1 e L2: o contexto da pessoa surda”. In: *Anais do Seminário Desafios e Possibilidades na educação Bilíngüe para Surdos*. 21 a 23 de julho de 1997a. p.70-87. Disponível em: <http://www.virtual.udesc.br/Midioteca/Publicacoes_Educacao_de_Surdos/artigo08.htm> Acesso em: 07 jun. 2007.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação infantil para surdos. In: ROMAN, Eurilda Dias; STEYER, Viviam Edite. (Orgs.). *A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado*. Canoas, 2001, p. 214-230. Disponível em: <http://www.sj.ifsc.edu.br/~nepes/docs/midioteca_artigos/educacao_surdos_lingua_sinais/educacao-infantil%20.pdf> Acesso em: 12 dez. 2008.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos*. v. 1. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SÁ, Nídia Regina Limeira. *Cultura, poder e educação de surdos*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, Sueli F. *Práticas de letramento na educação bilíngüe para surdos*. Curitiba: SEED, 2006. Disponível em: <http://www.culturasorda.eu/resources/Fernandes_praticas_letamentos+surdos_2006.pdf>. Acesso em: 25 ago.2007.

FERNANDES, V. *Papel dos Hemisférios do Cérebro*. Disponível em <<http://www.interFisio.com.Br>> - 2000/ 2001. Acesso em: 24 set. 2003.

SÁ, Nídia Regina Limeira. *Educação de Surdos: a caminho do bilinguismo*. Niterói: EDUFF, 1999.

SACKS, Oliver W. (1989). *Vendo Vozes: Uma viagem ao Mundo dos Surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALLES, Heloisa Maria M. L. [et al]. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. Brasília, Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2004. 2 v.

SKLIAR, C (Org.). *Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1999.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. 118p.

TEIXEIRA, E.R. "O Processo de Aquisição da Linguagem pela Criança". *Revista do Espaço Möebius*. Salvador, 1995



IV SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA (se sim, indicar a carga horária)
BRASIL IV: Independência e império	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	BRASIL	45h	
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda o processo de formação socioeconômica, política e cultural do Brasil nos contextos dos períodos colonial, imperial, republicano e tempo presente, com ênfase nas questões da identidade nacional, da cidadania, democracia e direitos humanos, destacando os mundos do trabalho, os movimentos sociais e as diversidades regionais e socioculturais (étnicas, de raça, gênero e classe), a partir de diferentes enfoques historiográficos. Aborda dimensões múltiplas da historicidade das populações indígenas, africanas, afro-brasileiras e europeias na formação da sociedade nacional, focalizando a colonização, a escravidão, o processo de emancipação política e formação do Estado Nacional, o patriarcalismo e o regime monárquico. Discute a crise do sistema escravista, o pós-abolição e a implantação e organização do regime republicano e seus impactos no tempo presente. Analisa o processo de industrialização e urbanização, os percalços da construção da cidadania e da democracia e as contradições, tensões e acomodações políticas, socioeconômicas e culturais nas diferentes conjunturas do período republicano. Articula os conhecimentos teóricos com as diretrizes legais que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual e municipal (BNCC, Currículo Bahia e Planos Municipais de Educação), desenvolvendo reflexões sobre as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação do profissional de história.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Ocupa-se do contexto de emancipação política do Brasil colonial e dos processos de consolidação da sua independência, considerando os fatos, conjunturas, rupturas, continuidades e descontinuidades que permitem compreender as experiências e relações históricas da recém-independente nação brasileira, tomando como temporalidade os anos de 1780 a c1850. Do ponto de vista metodológico, os conteúdos também serão trabalhados na perspectiva das demandas das práticas pedagógicas para o exercício da docência nos ensinos fundamental e médio, conforme orientação da ementa geral do componente. Entre as atividades relacionadas ao conhecimento aplicado em sala de aula, serão propostas aulas experimentais; oficinas; exercício de transposição didática; e elaboração de recursos didáticos diversos (maquetes, jogos, mapas etc.) adequados aos ensinos fundamental e médio.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>1. O processo de emancipação política do Brasil: discussão historiográfica e possibilidades de transposição didática:</p> <ul style="list-style-type: none">1.1 Crise do Antigo Sistema Colonial: conceito e interpretações1.2 Sedições e conspirações: inconfidentes e conjurados no final do século XVIII1.3 Economia, poder e sociedade na virada do século XVIII				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

1.4 A corte de D. João e a “interiorização da metrópole”.

2. O processo de Independência e a Independência na Bahia

2.1 A Construção do Estado e da Nação: O que diz a historiografia recente? O que dizem os livros didáticos?

3. O Período Regencial: significado político e as manifestações regionais.

4. Sobre Estado Moderno de Direito e sociedade escravista: Os códigos e a organização do judiciário do Império do Brasil.

5. Projetos e Impasses políticos, sociais e econômicos no início do Segundo Reinado: as autoridades e o “povo” do Império do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009.

DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio: o patriarca vencido*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MOREL, Marco Antonio. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima; FAPERJ. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ / Mauad, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUERRA FILHO, Sérgio Armando. *O povo e a guerra: participação das camadas populares nas lutas pela independência do Brasil na Bahia*. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 2004.

JANCSÓ, István. “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII.” In SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LOPES, José Reinaldo Lima. “Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX.” In JANCSÓ, István. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí: Fapesp, 2003.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Coleção Descobrimos o Brasil).

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1989.

PINSKY, Jaime. *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2011.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	NÚCLEO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
AMÉRICA III: Golpes militares, e revoluções na América Latina.	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	AMÉRICA	60h	-
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda o processo de formação territorial, política e cultural dos períodos pré-colonial, colonial, imperial e republicano, tomando como cerne discursivo as problemáticas que envolvem a diversidade étnico-racial, de sexo e gênero, ontológica e epistêmica, a partir de distintas abordagens historiográficas que vislumbrem os estudos de área e os estudos étnicos e africanos para a América Latina. Aborda as sociedades andinas, mesoamericanas, da bacia amazônica e da costa atlântica. Perpassa as dinâmicas do trabalho compulsório, escravista e liberal, atentando para as revoltas coloniais, o instrumental político cultural da colonização e os movimentos de independência no século XVIII e XIX. Discute as consequências do colonialismo e dos epistemicídios na configuração do tempo presente com o objetivo de problematizar estratégias teórico-metodológicas na escrita e leitura da História a partir da perspectiva indígena, africana e diaspórica para a constituição do Novo Mundo. Discute sobre o fim do Colonialismo, os processos de emancipação da América inglesa, francesa e espanhola, explorando os conflitos sociais, políticos e econômicos internos, associados às transformações conjunturais do mundo. Estuda as particularidades dos processos de formação dos Estados Nacionais. Análise das relações entre a América Latina e os Estados Unidos a partir da metade do século XIX e até a Segunda Guerra Mundial. Discute as consequências do colonialismo e dos epistemicídios na configuração do passado contemporâneo e do tempo presente. Projeta-se o intercâmbio extensionista de saberes, modos de fazer e práticas narrativas científicas e tradicionais entre discentes e comunidades. Desenvolve reflexões e práticas didáticas a partir dos conhecimentos históricos trabalhados e sua transposição para o ensino fundamental e médio, com base nas diretrizes legais que orientam a educação básica nas instâncias nacional, estadual e municipal (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino), articulando as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação profissional de História.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				



Estudo da ruptura do modelo de estado democrático e da consolidação de governos autoritários na América Latina a partir da década de 1930. Análise das estruturas políticas e econômicas dos estados latino-americanos ao longo do século XX. Definição das categorias de nacional-popularismo e nacional-desenvolvimentismo em oposição ao conceito genérico de populismo. Desenvolve reflexões e práticas pedagógicas a partir dos conhecimentos históricos que envolvem o período contemporâneo americano, os golpes militares e as revoluções na América com os conteúdos ministrados no ensino fundamental e médio e sua transposição para o ensino fundamental e médio, com base na BNCC e no Currículo Bahia, tomando como estudo de caso a Revolução Cubana e o Populismo e as ditaduras na América Latina. Discute o papel dos regimes autoritários no contexto da Guerra Fria. Identificação dos movimentos de resistência às ditaduras militares e de sua influência sobre o processo de redemocratização. Capacita na produção de material didático e/ou outras proposições pedagógicas, com o objetivo de ampliar o binômio pesquisa-ensino de História a partir de documentação primária e análise fílmica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I

1. Os anos da crise (1930-1945)

- 1.1. A penetração econômica inglesa e estadunidense na América Latina.
- 1.2. A crise internacional dos anos '30.
- 1.3. Igreja e Exército nas sociedades latino-americanas.
- 1.4. A Guerra do Chaco.
- 1.5. Governos civis e governos militares.
- 1.6. Influência do liberalismo, do socialismo e do fascismo na América Latina.
- 1.7. O Continente Americano face à Segunda Guerra Mundial.

Unidade II

1. Em busca de uma alternativa regional (1945-1960)

- 1.1. A América Latina no contexto da bipolarização internacional.
- 1.2. O Peronismo e a "Tercera Posición".
- 1.3. A Revolução Boliviana.
- 1.4. A Revolução Guatemalteca.
- 1.5. A Revolução Cubana.
- 1.6. Nacionalismo, comunismo e terceiro-mundismo na América Latina.
- 1.7. A reação dos Estados Unidos.

Unidade III

1. Golpes de estado e redemocratização (1960-1989).

- 1.1. Ditaduras militares e guerra fria.
- 1.2. Movimentos de resistência aos regimes autoritários.
- 1.3. Os processos de redemocratização.
- 1.4. O fim da bipolarização internacional.
- 1.5. A emergência de novas sínteses políticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUILAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: EDUSP, 2000.

AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton. *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional*



na América Latina. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. São Paulo: Paz e Terra, 1996

BETHELL, Leslie. *História da América Latina. Volume IV: da Independência até 1870*. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

BRIGNOLI, Hector Pérez. *América Central: da colônia à crise atual*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo, SP: EDUSP, c2003.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. ed São Paulo: Ed. UNESP, c2008

CHIAVENATO, Julio José. *A guerra do Chaco: (leia-se petróleo)*. 3. ed São Paulo: Brasiliense, 1980.

DAYREL, Eliane Garcindo; IOKOI, Zilda M. Gricoli. *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: São Paulo: Expressão e Cultura; EDUSP, 1996.

DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

GALBRAITH, John Kenneth. *A cultura do contentamento*. São Paulo: Pioneira, 1992. GERMANO, J.W. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985). São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1993.

PRADO, Maria Lígia; SOARES, Gabriela Pellegrino; COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2007.

NASCIMENTO, Jairo de Carvalho do. Cinema e ensino de história: realidade escolar, propostas e práticas na sala de aula. Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 5. Ano V. nº 2. Abril/Maio/Junho de 2008.

SADER, Emir. *Cuba; um socialismo em construção*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SILVEIRA, María Laura. *Continente em chamas: globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. SOLA, José Antonio. *Os índios norte-americanos: cinco séculos de luta e opressão*. São Paulo: Moderna, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O governo militar secreto*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1987.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

ZENTENO, Raul Benítez. *As classes sociais na América Latina: problemas de conceituação, Seminário de Mérida Yucatã, México*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
LABORATÓRIO DE PRODUÇÃO DE TEXTOS HISTORIOGRÁFICOS	PRÁTICA PEDAGÓGICA	LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA	45h	20h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Sistematiza, problematiza e materializa o exercício da prática da História no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão, considerando os recursos e procedimentos do conhecimento histórico, tendo em vista a ação-reflexão-ação. Articula a curricularização da extensão contemplando os eixos temáticos definidos para cada semestre, a saber: direitos humanos, gênero e sexualidades, juventude, cidadania e cumprimento de medidas socioeducativas, diversidade religiosa e geracional, desenvolvendo a prática de reinterpretação dos conteúdos para os contextos escolares da educação básica, de produção e utilização de material didático, relacionados à área de conhecimento.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Disciplina de caráter experimental, realizada na forma de oficina de elaboração de texto historiográfico voltados para o ensino de História, cuja dinâmica implica na utilização de textos, que apresentam opiniões opostas sobre um mesmo assunto. Exercício que levará em conta leitura e interpretação de fontes com o objetivo de incorporar à prática docente as teorias e métodos do ofício historiográfico; com destaque para o diálogo entre os conhecimentos escolares e acadêmicos.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. O que é o texto e sua construção do sentido.2. As questões do Historiador3. Definição de um tema e conhecimento histórico4. O historiador e suas fontes5. História e conceitos.6. Construção do conhecimento histórico e didática da História7. Oficina de produção de texto				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. <i>Ensino de História: fundamentos e métodos</i>. São Paulo: Cortez Editora, 2005.</p> <p>BLOCH, M. L. B. <i>Apologia da História ou O Ofício de Historiador</i>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.</p> <p>CAINELLI, M. R.; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. <i>Ensinar História</i>. São Paulo: Scipione, 2004.</p> <p>FREITAS, I. <i>Fundamentos Teórico-Metodológicos para o Ensino de História (anos iniciais)</i>. São Cristovão: Editora UFS, 2010.</p> <p>LE GOFF, J.; NORA, P. <i>História: novos problemas</i>. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988.</p> <p>RÜSEN, J. <i>Reconstrução do passado: os princípios da pesquisa histórica</i>. Brasília: Editora da UNB, 2007.</p> <p>SCHMIDT, M. A. <i>A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula</i>. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004.</p>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CADIOU, François.[et al]. *Como se faz a Historiografia: historiografia, método e pesquisa*. Tradução de Giselle Unti. – Petrópolis, RJ: Vozes,2007

CAVALEIRO, Eliane. “Considerações sobre a etnografia na escola e prática investigativa sobre as relações raciais e de gênero.” In: *Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação*. Wivian Weler, Nicolle Pfaff (organizadoras). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010;

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense,2013.

SILVA, Paulo Santos. *Desarquivamento e Narrativas-História, Literatura e Memória*. Salvador: Quarteto,2010.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA (se sim, indicar a carga horária)
FILOSOFIA, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	45h	
EMENTA DA ÁREA				
Estuda objetos, métodos e fontes de pesquisa histórica, articulando com os diferentes aspectos socioculturais, filosóficos e educacionais inerentes ao espaço escolar. Analisa os fundamentos teóricos e metodológicos da historiografia nos séculos XIX, XX e XXI. Identifica o papel do historiador e os fundamentos da disciplina História. Discute a interlocução da História com outras áreas do conhecimento. Aborda o percurso da historiografia brasileira e internacional. Articula os conhecimentos teóricos com as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, considerando as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual.				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
Estuda a articulação e interlocução entre História, Filosofia e Educação à luz da investigação dos principais fundamentos apresentados no curso da história do Pensamento, história das Ideias e sua interdisciplinaridade com a Filosofia da História e a Filosofia da Educação.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
I. Filosofia, História e educação: conceitos e práticas pedagógicas nos ensino fundamental e médio <ul style="list-style-type: none">✓ Filosofia e educação: questões conceituais e articulações interdisciplinares✓ A filosofia na formação do estudante de história✓ Pensar a educação: da educação à filosofia e à história✓ Compreendendo a filosofia da educação em diferentes temporalidades II. Filosofia como educação do pensamento histórico: desafios para o ensino nos níveis fundamental e médio <ul style="list-style-type: none">✓ Práticas pedagógicas na educação brasileira: história, filosofia e novas perspectivas✓ Reflexões filosóficas em torno da educação brasileira na atualidade✓ Educação, Filosofia e história: os desafios da atualidade✓ A instituição escola: o estímulo ao livre pensar				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. <i>Filosofia da educação</i> . 3 ed. São Paulo: Moderna, 2010 GADOTTI, Moacir. (Org.). <i>Perspectivas atuais da educação</i> . Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000 LUCKESI, Cipriano Carlos. <i>Filosofia da educação</i> . 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011 SAMPAIO, Dulce Moreira. <i>A pedagogia do ser: educação dos sentimentos e dos valores</i>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

humanos. Petrópolis: Vozes, 2004

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Filosofia da educação: construindo a cidadania*. São Paulo: FTD, 1994

_____. *A filosofia contemporânea no Brasil: reconhecimento, política e educação*. Petrópolis: Vozes, 2002

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 6ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, Paulo. *Educação e atualidade brasileira*. São Paulo: Cortez, 2001

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

KONDER, Leandro. *Filosofia e educação: de Sócrates a Habermas*. São Paulo: Forma e Ação, 2006

PLEKHANOV, Georgi Valentinovich. *A concepção materialista d história: da filosofia da história, da concepção materialista da história, o papel do indivíduo na história*. 7ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento crítico, v. 2)

VILELA, Orlando. *Iniciação filosófica*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA (se sim, indicar a carga horária)
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	45h	
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda objetos, métodos e fontes de pesquisa histórica, articulando com os diferentes aspectos socioculturais, filosóficos e educacionais inerentes ao espaço escolar. Analisa os fundamentos teóricos e metodológicos da historiografia nos séculos XIX, XX e XXI. Identifica o papel do historiador e os fundamentos da disciplina História. Discute a interlocução da História com outras áreas do conhecimento. Aborda o percurso da historiografia brasileira e internacional. Articula os conhecimentos teóricos com as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, considerando as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Estuda o percurso da historiografia brasileira, contextualizando suas principais matrizes, linhas interpretativas, categorias de análise e influências, focalizando as crônicas e narrativas coloniais, o IHGB e a historiografia do século XIX, as principais correntes e vertentes historiográficas do século XX, a renovação historiográfica dos anos 1980/90 e as principais tendências contemporâneas. Analisa a apropriação pedagógica das diferentes tendências do discurso historiográfico nas dimensões do ensino e da pesquisa histórica.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>1. A narrativa historiográfica da colônia ao império. 1.1 História da Historiografia: questões e perspectivas; 1.2 Cronistas e viajantes: séculos XVI, XVII e XVIII; 1.3 A historiografia brasileira do século XIX: o IHGB e a questão da identidade nacional; 1.3.1 Francisco Adolfo Varnhagen e Capistrano de Abreu; 1.4 O final do século XIX e início do XX: historiografia, cientificismo e determinismos.</p> <p>2. Historiografia brasileira do século XX. 2.1 A geração de 1930 e 1940: da raça à cultura; 2.1.1 Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr; 2.2 A historiografia brasileira entre 1950 e 1970: revisões críticas, características e paradigmas teórico-metodológicos; 2.2.1 O marxismo e a Escola Uspiana; 2.2.2 O Brasil dos brasilianistas; 2.2.3 A renovação historiográfica dos anos 1980/1990;</p>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

3. Tendências e perspectivas da historiografia brasileira no início do século XXI: novos sujeitos, objetos, enfoques, narrativas e fontes e metodologias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAS, Marcos César de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

LAPA, José Roberto do Amaral. *História de historiografia. Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Alzira Alves de. "Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)". In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil, v. 2).

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia brasileira luso-contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

BATALHA, Cláudio H. M. "História do trabalho: um olhar sobre os anos 1990." *História*. São Paulo: Unesp, v. 21, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio L. "Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. [orgs.]. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (O Brasil Republicano; v. 2)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 181-211.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Classes, raças e democracia*. 34ª ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

JANCSÓ, István (Org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

MALERBA, Jurandir [et al.]. *A história escrita: teoria e a história da historiografia*, 2ª ed.. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. "Como se deve escrever a História do Brasil". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 219, p. 187-205, abr./jun. 1953.

MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 2001, 2 vols.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

NEVES, Lucia Maria Bastos [et al.]. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SANTIAGO, Silvano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2002. (3 vol.).

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
RELAÇÕES DE GÊNERO NA ÁFRICA E DIÁSPORA	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	ÁFRICA	45h	8h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda relações sociais, povos, culturas, política, religiosidades, pensamento e economia das sociedades africanas no continente e sua diáspora, com destaque as suas características histórico-civilizatórias próprias e dinâmicas migratórias. Aborda a expansão islâmica e colonial europeia, bem como a relação existente entre escravismo, colonialismo, racismo e patriarcalismo na África. Analisa o papel e os impactos do colonialismo na África, sobretudo a partir do processo de “roedura”, partilha e conquista do continente africano pelos europeus. Também estuda movimentos anticoloniais como a negritude e o pan-africanismo, inclusive processos de descolonização e a formação de novos estados nacionais. Analisa conexões histórico-culturais e experiências dos povos africanos na diáspora, partindo do fluxo e refluxo de seus povos em consequência do avanço do comércio escravo. Reflete acerca da relação entre racismo, escravidão e direitos humanos. Analisa a contribuição intelectual africana, africanista e indiana à historiografia da África em termos teóricos e metodológicos e a produção historiográfica do campo desde as obras de referência internacional àquelas que vêm sendo produzida no Brasil. Analisa representações do continente africano e seus povos na literatura, arte, meios de comunicação, cotidiano e livros didáticos, bem como, a etimologia de termos como: África, Negro, Indígena (Índio), tradição, tribo, etnia de modo a identificar e desconstruir estereótipos e radicalizações construídas ao longo do tempo. Reflete acerca do ensino e história da África no Brasil, relações raciais e de gênero. Desenvolve atividades de caráter interdisciplinar e em íntima relação com a extensão. Trabalha com fontes documentais para a produção da pesquisa e o seu uso no ensino de história da África. Estuda temas da história do tempo presente das sociedades africanas, dando ênfase para a história pública na África. Articula os conhecimentos históricos propostos com as diretrizes pedagógicas da BNCC e do Currículo Bahia.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Estuda relações de gênero, raça e classe a partir das experiências e modo de pensar de mulheres negras oriundas e/ou residentes em países da África ou da diáspora, de modo especial no Brasil, observando convergências e distinções. Analisa imagens e representações culturais das mulheres negras africanas e brasileiras nos livros didáticos, historiografia, fontes e literaturas, numa perspectiva revisionista, visando um repensar das práticas culturais de gênero e raça e o ensino de história da África na educação básica.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1.Introdução aos estudos de gênero, raça e classe2. Feminismo negro, feminismo africano?3..Estudos de gênero: intelectuais africanas4. Estudos de gênero: intelectuais brasileiras5. Mulheres negras e representação social6. Gênero, práticas culturais e educação.7. Representações de mulheres negras				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. Revista Feministas, Vol 3, nº 2, 1995, pp. 458-63.
- CASIMIRO, Isabel. Paz na terra: feminismo e organização de mulheres em Moçambique. Maputo: Promedia, 2004.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GIACOMINI, Sonia Maria. Mulher e escrava. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Rio de Janeiro: Edt. Vozes, 1988.
- GONZALEZ, Lélia. Primavera para rosas negras. São Paulo: UCPA editora, 2018.
- HALL, Stuart. Cultura e representação. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero: Revista. Estudos. Feministas. [Online]. 2002, vol.10, n.1, pp. 171-188. ISSN 0104-026X. Disponível em: acesso em 25. Out. 2013.
- PACHECO, Ana Cláudia Lemos, NUNES, Ana Cláudia Lemos, REIS, Larissa de Souza. Candaces (org): gênero, raça, cultura e sociedade. Construindo redes na diáspora africana. Salvador: Eduneb, 2019.
- SANTANA, Jacimara Souza. Médicas-sacerdotisas. Religiosidades ancestrais e contestação ao sul de Moçambique (c. 1927-1988). São Paulo: UNICAMP, 2018.
- SANTANA, Jacimara Souza. Mulheres africanas de Moçambique na revista tempo (1975-1985). Itajaí; Casa Aberta; Rio de Janeiro R.J: Biblioteca Nacional, 2014.
- SOARES, Cecília C. Moreira. Mulher negra na Bahia no século XIX. Salvador: EDUNEB, 2006.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
SEMINÁRIO TEMÁTICO: HISTÓRIA DA ÁFRICA	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	ÁFRICA	30h	-
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda relações sociais, povos, culturas, política, religiosidades, pensamento e economia das sociedades africanas no continente e sua diáspora, com destaque as suas características histórico-civilizatórias próprias e dinâmicas migratórias. Aborda a expansão islâmica e colonial européia, bem como a relação existente entre escravismo, colonialismo, racismo e patriarcalismo na África. Analisa o papel e os impactos do colonialismo na África, sobretudo a partir do processo de “roedura”, partilha e conquista do continente africano pelos europeus. Também estuda movimentos anti-coloniais como a negritude e o pan-africanismo, inclusive processos de descolonização e a formação de novos estados nacionais. Analisa conexões histórico-culturais e experiências dos povos africanos na diáspora, partindo do fluxo e refluxo de seus povos em consequência do avanço do comércio escravo. Reflete acerca da relação entre racismo, escravidão e direitos humanos. Analisa a contribuição intelectual africana, africanista e indiana à historiografia da África em termos teóricos e metodológicos e a produção historiográfica do campo desde as obras de referência internacional àquelas que vêm sendo produzida no Brasil. Analisa representações do continente africano e seus povos na literatura, arte, meios de comunicação, cotidiano e livros didáticos, bem como, a etimologia de termos como: África, Negro, Indígena (Índio), tradição, tribo, etnia de modo a identificar e desconstruir estereótipos e racializações construídas ao longo do tempo. Reflete acerca do ensino e história da África no Brasil, relações raciais e de gênero. Desenvolve atividades de caráter interdisciplinar e em íntima relação com a extensão. Trabalha com fontes documentais para a produção da pesquisa e o seu uso no ensino de história da África. Estuda temas da história do tempo presente das sociedades africanas, dando ênfase para a história pública na África. Articula os conhecimentos históricos propostos com as diretrizes pedagógicas da BNCC e do Currículo Bahia.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Estuda temas políticos, sociais, econômicos e culturais das sociedades africanas em suas múltiplas temporalidades históricas e espaços do continente africano, focalizando as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>Por ser um componente que será ministrado em forma de seminário temático, o conteúdo será definido a partir da oferta do mesmo, tendo como referência temas diversos relacionados à História das sociedades africanas.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>APPIAH, Anthony. <i>Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura</i>. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.</p> <p>KI-ZERBO, Joseph; HOLENSTEIN, René. <i>Para quando a África?</i> entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.</p> <p>MBEMBE, Achille. <i>Crítica da Razão Negra</i>. Lisboa: Editora Antígona, 2014.</p> <p>SILVA, Alberto da Costa. <i>Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África</i>. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, UFRJ, 2003</p> <p>UNESCO. <i>História Geral da África</i>. 08 volumes. Volume I: Metodologia e Pré-História da África ; Volume II: África Antiga ; Volume III: África do século VII ao XI ; Volume IV: África do século XII ao XVI; Volume V: África do século XVI ao XVIII ; Volume VI: África do século XIX à década de 1880 ;</p>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Volume VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 ; Volume VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Mário Pinto. *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote, 1997. (Col. Caminhos da Memória).

CARVALHO, Rui Moreira de. *Compreender África: teorias e práticas de gestão*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Dakar, CODESRIA, 2012, 271 p. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20131028053636/ComoFazer.pdf>>.

DUBOIS, W E. B. *Almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019

MANDELA, Nelson. *Longa caminhada até a liberdade*. Curitiba: Nossa Cultura, 2012.

MONIÉ, Frédéric; ROSA, Isaac Gabriel Gayer Fialho da; SILVA, Vânia Regina Amorim da. *A Inserção da África Subsaariana no sistema-mundo: permanências e rupturas*. Disponível em: <https://www.academia.edu/4299642/A_inser%C3%A7%C3%A3o_da_%C3%81FRICA_Subsaariana_no_sistema-mundo?auto=download>

MOVIMENTO Pan-Africanista no Século XX (Textos de Referência). *Organisation Internationale La Francophonie*. Dakar, 2004.

PEREIRA, Francisco José. *Apartheid*. O horror branco na África do Sul. São Paulo: Brasiliense, [s/d].

PEREIRA, José Maria Nunes. *O continente africano: perfil histórico e abordagem geopolítica das macrorregiões*. Disponível em: <http://equipemultilondrina.pbworks.com/w/file/etch/48266508/O_continente_afri_cano_-_perfil_historico.pdf>

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995

SANCHES, Manuela Ribeiro (Org). *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos póscoloniais*. Lisboa: Edições 70, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2009

SILVA, Teresa Cruz; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de. *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas*. (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança).



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
APRENDIZAGEM E INCLUSÃO	FORMAÇÃO DOCENTE	CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS	45h	5h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Analisa as relações entre sociedade/educação/escola. Discute os fundamentos sócio-político-epistemológicos da educação na formação do profissional de história e na construção da identidade docente, bem como as relações fundamentais do processo de trabalho docente: pesquisa/produção do conhecimento; sujeito/objeto/construção de conhecimento; ensino/aprendizagem; teoria/prática; professor/aluno, aluno/aluno. Compreensão da função da Didática como elemento organizador de fatores que influem no processo de ensino e aprendizagem. O planejamento do ensino e a organização do trabalho pedagógico numa perspectiva intercultural crítica. Reflete sobre a formação do indivíduo e sua aprendizagem privilegiando a ludicidade, inteligência, considerando o processo de inclusão e as diferentes situações sócio-econômicas, de inserção cultural, de origem étnica, de gênero e de religião. Discute a dimensão avaliativa do ensino e da aprendizagem. Enfoca a prática pedagógica escolar e não escolar enquanto <i>práxis</i> social, contemplando a perspectiva da pluralidade cultural a partir de atividades extensionistas.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Antecedentes históricos e perspectivas atuais da inclusão educacional: o projeto de uma Escola para todos. O atendimento educacional especializado – AEE. Sistema Educacional e currículo inclusivo. Formação do Professor e Inclusão Educacional. Prática pedagógica no atendimento diferenciado para discentes com deficiência. A política Nacional de Educação especial na perspectiva inclusiva (2008).</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. Da exclusão à inclusão ou sobre os modos de enfrentamento sociocultural da diferença na história da humanidade.2. A produção social da identidade e da diferença: diferença como desvio X diferença como alteridade.3. O processo histórico de escolarização do indivíduo com deficiência no mundo e no Brasil: a educação especial a partir dos paradigmas de institucionalização, Integração e de Inclusão educacional.4. Inclusão: tipos de deficiência, transtorno e superdotação5. As políticas públicas brasileiras de escolarização do indivíduo com deficiência;6. As minorias invisibilizadas: tecendo diálogo sobre uma educação inclusiva intercultural7. A prática educativa e a educação inclusiva na perspectiva inclusiva.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ANDRÉ, Marli (Org.). <i>Pedagogia das diferenças na sala de aula</i>. Campinas, SP: Papyrus, 1999.</p> <p>AQUINO, Júlio Groppa (coord.). <i>Diferença e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas</i> – 2ª ed. - São Paulo: Summus, 1998.</p> <p>BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, <i>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva</i>. Brasília: SEESP, 2008</p> <p>COLL, César, PALÁCIOS, Jesús e MARCHESI, Álvaro (orgs.). <i>Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar</i>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. Vol. III.</p> <p>RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri e BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (orgs.). <i>Educação especial: do querer ao fazer</i>. – São Paulo: Avercamp, 2003.</p> <p>SASSAKI, Romeu Kazumi. <i>Inclusão. / construindo uma sociedade para todos</i>. Rio de Janeiro: WVA, 1997.</p> <p>VIGOTSKY, Lev S. <i>Obras completas: fundamentos de defectologia</i>. 1ª reimpressão. Habana: Editorial pueblo y educación, 1995.</p> <p>VIGOTSKY, Lev S. <i>A formação social da mente</i>. 6ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: *Educação e emancipação*. 6. ed. Tradução Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. P. 119-138.
- BAPTISTA, Cláudio Roberto (org.). *Inclusão e Escolarização: Múltiplas Perspectivas*. Porto Alegre: Mediação, 2009
- BAPTISTA, Cláudio Roberto, CAIADO, Katia Regina Moreno, JESUS, Denise Meyrelles de. *Educação Especial: diálogo e pluralidade*. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- BEYER, Hugo Otto. *Inclusão e Avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais*. Porto Alegre: Mediação, 2010
- BIANCHETTI, Lucídio e FREIRE, Ida Mara (orgs.). *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania*, 3ª edição, Campinas, SP: Papirus, 2000.
- BUENO, José Geraldo Silveira. “Práticas institucionais e exclusão social da pessoa deficiente”. In: *EDUCAÇÃO ESPECIAL EM DEBATE*, São Paulo: Casa de Psicólogo: Conselho Regional de Psicologia, 1997.
- CARVALHO, R. E. *Removendo barreiras para a aprendizagem*. Rio de Janeiro: WVA, 2000
- CARVALHO, R. E. *Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação: 2005
- CROCHÍK, José L. *Preconceito e inclusão*. Revista WebMosaica, v.3 n.1 - janeiro-julho de 2011.
- GOFFMAN, Erwing. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GOFFMAN, Erwing. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva. 1974.
- JANNUZZI, Gilberta de Martino. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006
- UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: CORDE, 1994.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA (se sim, indicar a carga horária)
EUROPA IV: Expansão e consolidação do capitalismo	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	EUROPA	60H	5h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Analisa aspectos relevantes da formação política, socioeconômica e cultural do continente europeu priorizando sua relação com a história do Brasil, a partir de diferentes vertentes historiográficas e categorias analíticas. Estuda a antiguidade greco-romana, a formação do ocidente medieval e a construção da sociedade capitalista europeia, atentando para as diferentes formas e dinâmicas de exploração do trabalho (escravista, servil, capitalista) e para as lutas protagonizadas por grupos politicamente minoritários, articulando as dimensões de gênero, classe e raça. Trata da diversidade cultural, étnica e religiosa dos povos que constituíram a história europeia, focalizando especialmente a importância da ocupação islâmica na península ibérica para a formação da sociedade portuguesa. Aborda a expansão marítima europeia, a formação dos Estados nacionais e a exploração colonial, ancorada no tráfico escravista, como elementos intrinsecamente vinculados à emergência e consolidação do capitalismo, legitimado a partir das revoluções burguesas e da divulgação de ideais universalistas e eurocêntricos. Discute a constituição da ciência moderna europeia como parte integrante de um projeto de modernidade, que elegeu o homem branco europeu como norma e medida do desenvolvimento humano, legitimando o colonialismo a partir de uma lógica racionalista de base racista e patriarcal. Destaca os movimentos sociais, as revoluções e os conflitos internacionais protagonizados pelos Estados europeus, bem como suas relações imperialistas com os outros Estados e nações. Analisa a configuração histórica do poder no contexto do sistema-mundo capitalista na contemporaneidade, com destaque para o avanço do neoliberalismo e dos neofascismos e a resistência de diferentes grupos perante a ofensiva dos movimentos conservadores. Articula os conhecimentos teóricos com as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual, desenvolvendo reflexões sobre as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação profissional de História.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Analisa a emergência e consolidação do capitalismo europeu entre meados do século XVIII e final do século XIX. Estuda os principais acontecimentos históricos que marcaram a eclosão do chamado antigo regime, focalizando o projeto iluminista, as revoluções burguesas e suas consequências para a formação do mundo moderno. Discute a constituição de um projeto de modernidade de viés eurocêntrico, racista e patriarcal, legitimado pela ciência moderna e pelo pensamento liberal. Focaliza as transformações efetuadas no modo de vida das populações europeias, analisando as diferentes formas de resistência ao processo de exploração capitalista e normalização burguesa, com destaque para a emergência das lutas revolucionárias anticapitalistas e o movimento sufragista. Analisa os aspectos políticos, sociais e culturais que configuraram o sistema-mundo capitalista sob domínio europeu com destaque para a relação Brasil/Europa. Articula os conhecimentos teóricos com as dimensões de ensino e extensão, desenvolvendo reflexões e experimentações pedagógicas a partir dos conteúdos abordados e tendo como base a BNCC e o Currículo Bahia.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação do capitalismo e resistências populares: a abordagem historiográfica e o ensino de história <ul style="list-style-type: none"> • Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial • A economia moral da multidão inglesa • A Revolução Industrial • Filmes: Tempos modernos e Ilha das Flores 				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

2. A derrocada do Antigo Regime:

- O Projeto Iluminista
- *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária.*
- A Revolução Francesa
- As mulheres na Revolução Francesa

3. O processo de consolidação do capitalismo no século XIX: a produção historiográfica e o ensino de história.

- Gênero e ciência no contexto de elaboração de políticas de Estado
- Biopolítica e biopoder na consolidação dos Estados modernos
- Os excluídos da história: mulheres e prisioneiros
- A expansão industrial e o liberalismo
- Nacionalismo e Imperialismo
- O movimento operário e as ideias revolucionárias inspiradoras: comunismo, socialismo e anarquismo
- O movimento sufragista e a participação feminina nas lutas e revoluções

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

FORTES, Luiz R. Salinas. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

RÉMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1980.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.3 v.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV - XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 3 v.

CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

_____. (org.) *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

CHAUNU, Pierre. *A civilização da Europa das Luzes*. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

_____. *A civilização da Europa Clássica*. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

CROUZET, Maurice. (dir.). *História Geral das Civilizações*. (Vols. IX, X, XI e XII). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Cia das



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Letras, 1998.

_____. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Tradução Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *O Iluminismo como Negócio: História da Publicação da Enciclopédia 1775-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 15. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

HUNT, Linn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____(Org.). *A Invenção da Pornografia: Obscenidade e as Origens da Modernidade - 1500-1800*. São Paulo: Hedra, 1999.

LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa*. São Paulo: IBRASA, 1989.

MARTINS, Ana Paula Vosne. "Gênero, ciência e cultura". In: *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004.

MARTINS, Michele Borges, MATOS, Júlia Silveira. "Representações dos gêneros: o ensino de história moderna no livro didático". *Momento*, v. 25, n. 2, p. 269-283, jul./dez. 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. "Manifesto do partido comunista". 9. ed. São Paulo: Global, 1993.

REMOND, René. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: Cultrix, 1976.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Revisão técnica Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. *Nações, e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

V SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
BRASIL V: Do Império ao início da República	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	BRASIL	60h	
EMENTA DA ÁREA				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Estuda o processo de formação socioeconômica, política e cultural do Brasil nos contextos dos períodos colonial, imperial, republicano e tempo presente, com ênfase nas questões da identidade nacional, da cidadania, democracia e direitos humanos, destacando os mundos do trabalho, os movimentos sociais e as diversidades regionais e socioculturais (étnicas, de raça, gênero e classe), a partir de diferentes enfoques historiográficos. Aborda dimensões múltiplas da historicidade das populações indígenas, africanas, afro-brasileiras e europeias na formação da sociedade nacional, focalizando a colonização, a escravidão, o processo de emancipação política e formação do Estado Nacional, o patriarcalismo e o regime monárquico. Discute a crise do sistema escravista, o pós-abolição e a implantação e organização do regime republicano e seus impactos no tempo presente. Analisa o processo de industrialização e urbanização, os percalços da construção da cidadania e da democracia e as contradições, tensões e acomodações políticas, socioeconômicas e culturais nas diferentes conjunturas do período republicano. Articula os conhecimentos teóricos com as diretrizes legais que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual e municipal (BNCC, Currículo Bahia e Planos Municipais de Educação), desenvolvendo reflexões sobre as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação do profissional de história.

EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR

Aborda o processo de consolidação das instituições imperiais, bem como o processo de declínio e queda do regime monárquico, destacando as relações de poder, as sociabilidades e os elementos culturais brasileiros, entendidos como experiências históricas que – entre os anos de 1840 e 1920 – constituíram e foram constituídas pelo que denominamos de “nossa nacionalidade”. No contexto das referidas experiências, considera a relevância da análise criteriosa do caráter escravista do Império do Brasil, bem como do estudo do processo de abolição e do imediato pós-abolição. Nas discussões dos assuntos, serão adotados métodos de abordagem – e de procedimentos pedagógicos – pensando a inserção dos referidos assuntos na prática de ensino dos níveis fundamental e médio. Entre as atividades relacionadas ao conhecimento aplicado em sala de aula, serão propostas aulas experimentais; oficinas; exercício de transposição didática; e elaboração de recursos didáticos diversos (maquetes, jogos, mapas etc.) adequados aos ensinos fundamental e médio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Historiografia e Ensino de História.

- A institucionalização dos poderes do Império: as leis, os partidos, a escravidão e o “povo”;
- Sociedade, poder e economia na segunda metade do século XIX;
- As províncias e a Corte, centro do poder monárquico: a política de Gabinete do Imperador;
- Diplomacia: relações de poder e conflitos internacionais.

2. História: exercício de produção do saber e de aprendizagem.

- Modernidade e civilização: culturas informadas pela classe, pelo gênero e pela cor;
- Cidadania e escravidão: o difícil dilema da modernidade e civilidade imperiais;
- Abolição e abolicionismos: debates, embates e legislações;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- A queda da Monarquia e a emergência da República;
- De sociedade senhorial-escravista à sociedade cidadão-racista: a construção e consolidação da ideia de “classes perigosas” no Brasil republicano;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das Províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. “O que e como ensinar. Por uma História prazerosa e consequente”. *História na sala de aula conceitos, práticas e propostas* (org) KARNAL, Leandro. São Paulo: Ed. Contexto, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. *O Jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JANCSÓ, István. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. (Org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2008.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar história no século XXI: Em busca do tempo entendido*. Campinas: Papyrus, 2007



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA, LINGUAGENS E NOVAS TECNOLOGIAS	PRÁTICA PEDAGÓGICA	LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA	60h	
EMENTA				
Discutir e analisar as novas linguagens alternativas e sua relação com o ensino de história, pensando sua aplicabilidade em sala de aula. Compreender a formação do professor de história e suas nuances a partir da inserção de novas (a) práticas educativas que exige dos docentes uma nova postura pedagógica, voltada para a questão inclusiva, tomando como articulação as tecnologias assistivas. Articular e desenvolver atividades extensionistas de Curricularização a partir da utilização prática de imagens, mídia, espaço virtual, fotografias, músicas, sites, filmes através das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC).				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. Novas tecnologias para a construção do conhecimento histórico em sala de aula;2. O Ensino de História frente a sociedade da informação;3. Tecnologia Educacional no ensino de História: o computador como ferramenta de aprendizagem;4. Projetos de Ensino com aplicação das Novas Tecnologias no Ensino de história;5. Oficinas aberta à comunidade.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>BITTENCUORT, Circe. <i>O saber histórico na sala de aula</i>. 2. ed São Paulo: Contexto, 1998.</p> <p>BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. <i>Políticas brasileiras de educação e informática</i>. Salvador: Faced, 2000. Disponível em: <http://www2.ufba.br/~bonilla/politicas.htm>.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: terceira versão. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.</p> <p>HAZARD, D; GALVÃO, T.A F; REZENDE, A.L.A. <i>Tecnologias Assistivas: recursos para a autonomia e inclusão sociodigital de pessoas com deficiências. Inclusão digital e social de pessoas com deficiência: textos de referência para monitores de telecentros</i>. – Brasília: UNESCO, 2007</p> <p>LIBÂNEO, J. C. <i>A identidade profissional dos professores e o desenvolvimento de competências</i>. In: Organização e Gestão da escola. Editora Alternativa</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>BONILLA, Maria Helena Silveira. “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS”. <i>Revista Motrivivência</i>. Ano XXII, Nº 34, p. 40-60, Jun./2010.</p> <p>CYSNEIROS, Paulo Gileno. “COMPETÊNCIAS PARA ENSINAR COM NOVAS TECNOLOGIAS”. <i>Revista Diálogo Educacional</i>, Curitiba, v. 4, n.12, p.23-33, maio/ago. 2004.</p> <p>CYSNEIROS, Paulo Gileno. “Novas tecnologias na sala de aula: melhoria do ensino ou inovação conservadora?”. In: <i>ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO</i>, 9, Águas de Lindóia, 1998. Anais, v. 2. p. 199-216.</p> <p>FERREIRA, Carlos Augusto Lima. “ENSINO DE HISTÓRIA E A INCORPORAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: UMA REFLEXÃO”. <i>Revista de História Regional</i> 4(2):139-157, Inverno 1999.</p> <p>MOURA, Mary Jones Ferreira de Moura. “O Ensino de História e as Novas Tecnologias: da reflexão à ação pedagógica”. ANPUH – <i>ANAIS DO XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA</i> – Fortaleza, 2009.</p>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
TÓPICOS DE HISTÓRIA DA ÁSIA I: A Questão Palestina	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	ÁSIA	30h	-
EMENTA DA ÁREA				
Analisa as sociedades asiáticas no que concerne a sua estrutura material e institucional, com base na dinâmica interna de seus processos de formação. Aponta elementos específicos que conferem sentido ao conjunto de experiências de povos, culturas e etnias da Ásia nas suas relações recíprocas em diferentes circunstâncias, enfatizando os modos de resistências, guerras e revoluções. Procura articular os conhecimentos históricos com a prática pedagógica, considerando as diretrizes legais que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual (BNCC e Currículo Bahia). Desenvolve reflexões sobre as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão.				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
Estuda as transformações políticas, econômicas e culturais ocorridas no Oriente Médio que deram origem ao Estado de Israel e à Questão palestina, desenvolvendo reflexões e experimentações pedagógicas voltadas para o ensino básico.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>➤ A história do Oriente Médio: os Palestinos. O conhecimento histórico e a transposição didática.</p> <ul style="list-style-type: none">✓ O surgimento do sionismo e o Estado de Israel;✓ A questão palestina;✓ O imperialismo e a questão Palestina;✓ O Marxismo e a questão Palestina;✓ O cinema e a questão Palestina.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BRUIT, Hector H. <i>O Imperialismo</i> . São Paulo: Campinas; Atual Editora, 1986. CABRINI, Conceição. <i>O ensino de história: revisão urgente</i> . 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. HOBSBAWM, Eric. <i>A Era das Revoluções</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. HOBSBAWM, Eric. J. <i>A Era dos Extremos</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1982. NELSON, Basic, Olic. <i>O Oriente Médio e a questão Palestina</i> . São Paulo: Brasiliense, 2000. SZTERLING, Sílvia. <i>A formação de Israel e a questão palestina</i> . São Paulo: Ática, 2000.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BITTENCOURT, Circe Maria F.. <i>Ensino de história: fundamentos e métodos</i> . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. KANAFANI, CHASSAN. <i>A Revolta de 1936-1939 na Palestina</i> . São Paulo: Sundermann, 2012. PISNSKY, Jaime. <i>Origens do nacionalismo judaico</i> . São Paulo: Editora Ática, 1997. SALEM, Helena. <i>O que foi a questão palestina?</i> São Paulo: Editora Brasiliense, 1999. SCHOENMAN Ralph. <i>A história oculta do Sionismo</i> . São Paulo: Editora Sundermann, 2017 TEIXEIRA, Francisco Pereira. <i>Palestina em busca da pátria</i> . São Paulo: Editora Ática, 1995.				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
AFRICA, TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E CONEXÕES COM A DIÁSPORA	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	ÁFRICA	45h	
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda relações sociais, povos, culturas, política, religiosidades, pensamento e economia das sociedades africanas no continente e sua diáspora, com destaque as suas características histórico-civilizatórias próprias e dinâmicas migratórias. Aborda a expansão islâmica e colonial européia, bem como a relação existente entre escravismo, colonialismo, racismo e patriarcalismo na África. Analisa o papel e os impactos do colonialismo na África, sobretudo a partir do processo de “roedura”, partilha e conquista do continente africano pelos europeus. Também estuda movimentos anti-coloniais como a negritude e o pan-africanismo, inclusive processos de descolonização e a formação de novos estados nacionais. Analisa conexões histórico-culturais e experiências dos povos africanos na diáspora, partindo do fluxo e refluxo de seus povos em consequência do avanço do comércio escravo. Reflete acerca da relação entre racismo, escravidão e direitos humanos. Analisa a contribuição intelectual africana, africanista e indiana à historiografia da África em termos teóricos e metodológicos e a produção historiográfica do campo desde as obras de referência internacional àquelas que vêm sendo produzida no Brasil. Analisa representações do continente africano e seus povos na literatura, arte, meios de comunicação, cotidiano e livros didáticos, bem como, a etimologia de termos como: África, Negro, Indígena (Índio), tradição, tribo, etnia de modo a identificar e desconstruir estereótipos e racializações construídas ao longo do tempo. Reflete acerca do ensino e história da África no Brasil, relações raciais e de gênero. Desenvolve atividades de caráter interdisciplinar e em íntima relação com a extensão. Trabalha com fontes documentais para a produção da pesquisa e o seu uso no ensino de história da África. Estuda temas da história do tempo presente das sociedades africanas, dando ênfase para a história pública na África. Articula os conhecimentos históricos propostos com as diretrizes pedagógicas da BNCC e do Currículo Bahia.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Estuda mudanças nas sociedades, instituições, culturas e relações sociais no continente africano, formações sócio-políticas, antigas civilizações, reinos, império entre os séculos VII-XIX. Analisa o avanço do comércio escravo em face da expansão islâmica, o tráfico e a escravidão moderna na configuração da modernidade ocidental. Analisa as conexões e experiências do “fluxo e refluxo” de seus povos negros da África e da Diáspora, bem como, o papel das mulheres em tais processos. Analisa e interpreta conceitos fundamentais, tais como: escravidão, identidade, diáspora, colonialidade, nacionalismo e emancipação. Reflete acerca da relação entre racismo, escravidão e direitos humanos na idade moderna e contemporânea. Estuda estratégias e mecanismos de lutas e resistências de africanos/as frente a escravidão moderna e ao tráfico da/na África e diáspora.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>I Unidade Estudo da África: Aspectos teóricos e políticos; História das sociedades antigas africanas: fontes, métodos e problemas; Estruturas políticas e sociais nas sociedades na África anterior ao século XVI Reinos e impérios da África ocidental e centro-ocidental</p> <p>II Unidade Expansão Islâmica na África O islamismo e seu avanço na África; África, os africanos e a escravidão; Dimensões econômicas, sociais e morais;</p>				



III Unidade

Escravidão na África e fronteiras com o mundo Atlântico
Os africanos e a escravidão moderna;
Tráfico, escravidão e suas transformações na África e no mundo Atlântico;
Contatos e Fluxos Socioculturais das sociedades Africanas no Atlântico Sul;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000
- GURAN, Milton. *Os “Brasileiros” do Benin*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África. Uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
- MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão. O ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995.
- MOKHTAR, G. *História Geral da África. África Antiga*. São Paulo: Ática/Unesco, 1983.
- MOORE, Carlos. *Racismo e Sociedade. Novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- PANTOJA, Selma (org). *Entre Áfricas e Brasis*. São Paulo: Marco Zero, 2001.
- THORNTON, John. *A África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- CHIZIANE, Paulina. *Ventos d Apocalipse*. Maputo: Nadjira, 2010.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula – visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- HOUNTONDJI, Paulin. J. *Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre estudos africanos*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais n.80, Março de 2008. Coimbra – Portugal.
- KOUROUMA, Ahmadou. *O sol das independências*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. s/d.
- MAMA, Amina. “Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade”. In Boaventura de Sousa Santos & Maria Paula Meneses (Org.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. São Paulo: Vozes, 2019.
- ZAMPARONI, Valdemir. “A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro”. *Ciência e Cultura*, vol.59 n.2 São Paulo Apr./June 2007



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
AValiação EDUCACIONAL	FORMAÇÃO DOCENTE	CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS	45h	-
EMENTA DA ÁREA				
<p>Analisa as relações entre sociedade/educação/escola. Discute os fundamentos sócio-político-epistemológicos da educação na formação do profissional de história e na construção da identidade docente, bem como as relações fundamentais do processo de trabalho docente: pesquisa/produção do conhecimento; sujeito/objeto/construção de conhecimento; ensino/aprendizagem; teoria/prática; professor/aluno, aluno/aluno. Compreensão da função da Didática como elemento organizador de fatores que influem no processo de ensino e aprendizagem. O planejamento do ensino e a organização do trabalho pedagógico numa perspectiva intercultural crítica. Reflete sobre a formação do indivíduo e sua aprendizagem privilegiando a ludicidade, inteligência, considerando o processo de inclusão e as diferentes situações sócio-econômicas, de inserção cultural, de origem étnica, de gênero e de religião. Discute a dimensão avaliativa do ensino e da aprendizagem. Enfoca a prática pedagógica escolar e não escolar enquanto <i>práxis</i> social, contemplando a perspectiva da pluralidade cultural a partir de atividades extensionistas.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Avaliação educacional e prática avaliativa no contexto do sistema e da educação escolar. A evolução histórica da avaliação, seus diversos conceitos e sua relação com a atualidade; suas funções, categorias e critérios. Avaliação Institucional.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>A AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA DO COTIDIANO ESCOLAR. PRÁTICAS AVALIATIVAS: diagnóstica, formativa e somativa.</p> <ul style="list-style-type: none">• Conceito e uso da avaliação nos modelos pedagógicos.• Análise crítica do conceito e significado da avaliação escolar numa perspectiva histórica: quando, como, por que e para quê? Relação entre a visão de mundo, concepção de educação e escola contida no projeto pedagógico e suas implicações no processo avaliativo escolar.• ABORDAGENS METODOLÓGICAS DA AVALIAÇÃO - QUANTITATIVA E QUALITATIVA.• Características, contribuições e limitações de cada abordagem para avaliação educacional.• Instrumentos da avaliação: elaboração, aplicação e reflexão sobre as informações coletadas. Utilização pelas abordagens. <p>AVALIAÇÃO FORMATIVA NA COMPLEXIDADE DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM E CONTEXTO ESCOLAR.</p> <p>Princípios, definições, funções, objetos e critérios de avaliação formativa à luz de pressupostos epistemológicos, políticos e éticos:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Análise do significado do erro na perspectiva da avaliação para a seleção e na perspectiva da avaliação formativa da aprendizagem.✓ Perspectiva da avaliação formativa em conteúdos factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais. <p>A AVALIAÇÃO NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO.</p> <p>O Sistema de Avaliação: SAEB, ENEM e o ENADE; A avaliação na LDB;</p> <p>PESQUISA DA PRÁTICA AVALIATIVA</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificação do modelo epistemológico e pedagógico que estrutura a prática educativa e avaliativa, instrumentos de coleta de dados usados, dificuldades enfrentadas pelo docente na escola que trabalha.				



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- HAYDT, R. C. *Avaliação do processo ensino-aprendizagem*. São Paulo: Ática.
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- LUCKESI, Cripriano C. *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MORETTO, Vasco Pedro. *Prova: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas*. Rj: DP&A, 2001.
- PERRENOUD, Philippe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- ZABALA, Antoni. *A prática educativa: Como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- DEPRESBITERIS, Lea. *Avaliação educacional em três atos*. 2ª ed., SP: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- ESTEBAN, Maria Teresa. (Org.) *Escola, Currículo e avaliação*. 2ª ed. S. P.: Cortez, 2005.
- ESTEBAN, Maria Teresa. (Org.) *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. 3ª ed. RJ: DP&A, 2001.
- HAYDT, Regina Célia Cazaux. *Avaliação do processo ensino-aprendizagem*. 5ª ed. S.P.: Ática, 1994.
- HERNANDEZ, Fernando e VENTURA, Montserrat. *Transgressão e mudança na educação*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- HERNANDEZ, Fernando. *Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à Universidade*. 8ª ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliação: Mito e desafio - uma perspectiva construtivista*. 20ª ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991.
- HOFFMANN, Jussara. *Pontos e Contrapontos: do pensar ao agir em avaliação*. 4ª ed. Porto Alegre: Mediação. 2000.
- HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem na escola*. Reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Publicação do autor, 2002.
- MELCHIOR, Mª Celina. *Da avaliação dos saberes à construção de competências*. Porto Alegre: Premier, 2003.
- MELCHIOR, Mª Celina. *Avaliação pedagógica*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
- SAUL, Ana Maria. *Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática da avaliação e reformulação de currículo*. S.P.: Cortez, 1988.
- SILVA, Janssen Felipe da. *Avaliação na perspectiva formativa-reguladora: pressupostos teóricos e práticos*. Porto Alegre: Mediação, 2004.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA (se sim, indicar a carga horária)
DOCUMENTO, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	CULTURA DOCUMENTAL E PATRIMONIAL	60h	20h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda o processo de formação da cultura patrimonial, focalizando aspectos conceituais, historiográficos e de práticas institucionais relativos à problemática do patrimônio cultural como um campo de disputas políticas, econômicas, identitárias, que envolvem a memória, o documento e as políticas públicas de preservação e reconhecimento dos patrimônios cultural material, imaterial e natural. Discute na relação entre educação patrimonial e ensino de história, conceitos e metodologias de ensino e pesquisa, visando a construção de conhecimentos sobre realidades multiculturais e os impactos identitários de valorização, preservação e reconhecimento de patrimônios de diferentes comunidades regionais e locais. Articula conhecimentos teóricos com atividades práticas de ensino e extensão, objetivando a elaboração de projeto de intervenção de valorização e preservação do Patrimônio Cultural em comunidades distintas.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Discute o processo de construção da cultura patrimonial com ênfase na problemática da Memória, História e Documento. Possibilita a operação de leituras e dos significados de conceitos presentes nas fontes históricas a partir da concepção ampla de documento histórico, a fim de desenvolver a apropriação de conteúdos histórico-culturais como também competências previstas na BNCC como questionamentos, hipóteses, argumentos em relação a estes documentos históricos. Apresenta a extensão universitária como prática acadêmica e como metodologia inter e transdisciplinar para o estudo da cultura documental e patrimonial, destinando 20 horas/aula para construção das referidas ações extensionistas que visam a articulação com a educação básica.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>1. HISTÓRIA E MEMÓRIA</p> <p>Memória e Tempo Histórico</p> <p>Os 'lugares' de memória;</p> <p>A preservação da memória nacional, regional e local;</p> <p>Historia e Memoria: algumas possibilidades de ensino</p> <p>2. PATRIMÔNIO, DOCUMENTO E HISTÓRIA</p> <p>Documento : ampliação do conceito;</p> <p>As fontes históricas e o patrimônio produzindo histórias</p> <p>O uso das fontes e o ensino de história</p>				



3. PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

Patrimônio histórico-cultural e sociedade;

Novos olhares: o patrimônio imaterial e a contemporaneidade;

Os “Tesouros Humanos vivos”;

Patrimônio e escola: outras possibilidades

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2004.

BACELLAR, Carlos. “Uso e mau uso dos arquivos”. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo:Contexto, 2006.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo e identidades*. Belo Horizonte: 2.ed. Autêntica.2010.

MONTENEGRO, Antonio. “História oral e memória: a cultura popular revisitada”. São Paulo: Contexto, 1992.PINSK, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de.(org) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto,2009.

PINSK, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de.(org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto,2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALBINO, Ângela Cristina Alaves & SILVA, Andréia Ferreira da. “BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências.” *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 137-153, jan./mai. 2019. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

ALVES, Luis Alberto Marques& PEREIRA, GASPARD MARTINS (cord). *Cruzar Histórias*. I oficina Luso Afro Brasileiras. CITCEM. Universidade do Porto, 2017.

CÂNDIDO, Rita de Kássia & GENTILINI, João Augusto. “Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político Pedagógico.” *RBPAE* - v. 33, n. 2, p. 323 - 336, mai./ago. 2017.

CASTRIOTA, Leonardo. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESCO, 2001

GOMES, Ângela de Castro. “A guardiã da memória”. *Acervo- Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro,v.9, nº1/2, p.17-30,jan/dez.1996.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LE GOFF, Jacques. *Memória-História*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

MONTENEGRO, Antonio. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo:Contexto,



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

1992.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é Patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. “O ensino de História, a memória e o patrimônio cultural”, in: *História & Ensino*. Londrina, v. 15, p. 119-130 ago. 2009.

PAULA, Zuleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis. *Polifonia do Patrimônio*. Londrina, EDUEL, 2012.

PINSK, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de.(org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto,2009.

SILVA, Maria Angélica da; ALCIDES, Melissa Mota; CERQUEIRA, Louise Maria Martins. “Memórias palatáveis: práticas e saberes na produção da farinha de mandioca em Alagoas, Brasil. In: *Patrimônio e Memória*, Assis,SP, v.15, n.1, p.47-72, janeiro-junho,2019.

SIQUEIRA, Andressa Marques & ZANIRATO, Silvia Helena “Reflexões sobre a gestão compartilhada do patrimônio cultural imaterial: uma década do registro da capoeira.” In: *Patrimônio e Memória*, Assis,SP, v.15, n.1, p.308-407, janeiro-junho, 2019.

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: Observação	PRÁTICA PEDAGÓGICA	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	90h	
EMENTA DA ÁREA				
<p>Diagnostica os espaços de atuação profissional, caracterizando o contexto e as relações de trabalho nesses espaços. Analisa e reflete a prática de ensino de história por meio de observação direta em salas de aula, bem como através da utilização de vídeos, narrativas orais e escritas de alunos e professores, produções de alunos e professores, situações simuladoras e estudos de caso. Elabora e executa proposta de intervenção na forma de regência, minicursos, oficinas e projetos de extensão, em escolas da educação básica e em outras instituições formadoras, tais como, escolas comunitárias, Ong's, projetos especiais, etc., aprimorando o diálogo com atividades extensionistas na comunidade. Avalia coletivamente as experiências vivenciadas pelos alunos durante sua atuação docente nos diversos contextos sócio educacionais.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Investiga a escola pública do ensino básico, caracterizando o contexto, as relações sociais e de trabalho nesse espaço e na comunidade em que estão inseridos e sua interferência no desenvolvimento da aprendizagem em sala de aula. Analisa, através da observação, o ensino de História e suas metodologias, a proposta pedagógica, a estrutura administrativa e física da escola, os sujeitos que compõem o espaço escolar. Analisa, discute e reflete sobre a Legislação referente à prática docente em sala de aula, a saber: a BNCC; as diretrizes curriculares estaduais e municipais (Currículo Bahia, referenciais municipais, os Projetos Políticos Pedagógicos da Escolas). Propõe forma de intervenção</p>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

através de projetos na comunidade escolar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O Estágio Supervisionado: Concepção; Organização; Regulamento
2. O Estágio de Observação: conceitos, problematizações, delimitações, organização
3. A importância do planejamento
4. O que e como avaliar.
5. As fontes históricas em sala de aula
6. O recorte de conteúdos
7. Oficinas temáticas: elaboração, planejamento e execução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Martha; SOIHET, RACHEL (org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso Alves. *Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2013. Coleção ideias em ação.

BITENCOURT, Circe. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: Papirs, 2003.

KARNAL, Leandro(org). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2013.

BRASIL. “Base Nacional Comum Curricular: terceira versão”. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

BAHIA. *Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental – Superintendência de Políticas para Educação Básica*. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Bahia Salvador: Secretaria da Educação, 2019. 475p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAYRELL, Juez. (Organizador). *Múltiplos Olhares sobre a educação e cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

FERRETI, Celso João; Silva, Mônica Ribeiro da. *Reforma do Ensino Médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: Estado, Currículo e disputas por hegemonia*. Educação e Sociedade. Campinas. V.38, nº 139 p. 385-404 – abril-junho 2017.

GHEDIN, Evandro; ALMEIDA, Washington A. de; OLIVEIRA, Elisangela S. de. *Estágio com Pesquisa*. São Paulo: Cortez, 2015.

GOMES, Marineide de Oliveira. (Org.). *Estágios na Formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção docência em formação. – Série saberes pedagógicos);

PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de História e a criação do fato*. – ver. E atual. – São Paulo: contexto,



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

2009.

ZABALZA, Miguel. A. *O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.

VI SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
BRASIL VI: REPÚBLICA I	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	BRASIL	60h	
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda o processo de formação socioeconômica, política e cultural do Brasil nos contextos dos períodos colonial, imperial, republicano e tempo presente, com ênfase nas questões da identidade nacional, da cidadania, democracia e direitos humanos, destacando os mundos do trabalho, os movimentos sociais e as diversidades regionais e socioculturais (étnicas, de raça, gênero e classe), a partir de diferentes enfoques historiográficos. Aborda dimensões múltiplas da historicidade das populações indígenas, africanas, afro-brasileiras e europeias na formação da sociedade nacional, focalizando a colonização, a escravidão, o processo de emancipação política e formação do Estado Nacional, o patriarcalismo e o regime monárquico. Discute a crise do sistema escravista, o pós-abolição e a implantação e organização do regime republicano e seus impactos no tempo presente. Analisa o processo de industrialização e urbanização, os percalços da construção da cidadania e da democracia e as contradições, tensões e acomodações políticas, socioeconômicas e culturais nas diferentes conjunturas do período republicano. Articula os conhecimentos teóricos com as diretrizes legais que orientam a educação básica nas instâncias nacional, estadual e municipal (BNCC, Currículo Bahia e Planos Municipais de Educação), desenvolvendo reflexões sobre as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação profissional de História.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Estuda a implantação do regime republicano e a Primeira República no Brasil, focalizando aspectos políticos, socioeconômicos e culturais. Analisa as garantias e os limites legais da cidadania na Constituição de 1891. Discute o pós-abolição, a formação da classe trabalhadora, atentando para as questões de classe, raça e gênero na Primeira República. Caracteriza o coronelismo, a política oligárquica e o projeto modernizador das elites republicanas. Apreende os movimentos populares urbanos e rurais, como expressões de tensões políticas, socioeconômicas e culturais. Desenvolve reflexões e experimentações pedagógicas a partir dos conhecimentos históricos abordados, com base na BNCC e no Currículo Bahia, com foco na prática do ensino, na pesquisa e na extensão.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. A implantação e consolidação do regime republicano: a abordagem historiográfica, o ensino e a pesquisa histórica.<ol style="list-style-type: none">1.1. A crise do sistema escravista e da ordem patriarcal1.2. O movimento republicano e a proclamação da República				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- 1.3. A Constituição de 1981 e os limites jurídicos da cidadania
- 1.4. O pós-abolição e a ordem republicana: sociedade, cultura, classe, raça
- 1.5. A república e as mulheres

2. Os populares, a República e a questão da cidadania: o conhecimento historiográfico, o ensino e a pesquisa histórica.
 - 2.1. A modernidade republicana e as “classes perigosas”
 - 2.2. As revoltas da Vacina e da Chibata
 - 2.3. As Guerras de Canudos e do Contestado.
 - 2.4. A revolta de Juazeiro e o Cangaço

3. A conjuntura socioeconômica da Primeira República: a abordagem historiográfica, o ensino e a pesquisa histórica.
 - 3.1. Economia cafeeira, agro exportação e industrialização
 - 3.2. Os mundos do trabalho: a formação da classe operária e o movimento operário

4. A organização e o funcionamento do regime oligárquico: o conhecimento, o ensino e a pesquisa histórica.
 - 4.1. O federalismo e liberalismo oligárquico
 - 4.2. O sistema oligárquico, o regionalismo e a “política dos governadores”
 - 4.3. Coronelismo, municipalidade e poder local
 - 4.4. O sistema eleitoral e o clientelismo: os limites da cidadania

5. Crise da República oligárquica: a abordagem historiográfica, o ensino e a pesquisa histórica.
 - 5.1. A crise da política
 - 5.2. A criação do PCB
 - 5.3. O Tenentismo
 - 5.4. O Modernismo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Emilia Viotti da. “A proclamação da República”. In: *Da Monarquia a Republica, momentos decisivos*. 4 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

FERREIRA, Jorge; DELGADO Lucília de A. N. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930 (O Brasil Republicano, v.1)*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. *Aprendendo História: reflexão e ensino*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2013.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo, uma política de compromissos*, 8 ed. São Paulo. Brasiliense, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALAMBERT, Francisco. *A Semana de 22: uma aventura modernista no Brasil*. São Paulo, Scipione,



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

1992.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. R. de. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 28ª edição. São Paulo: Ática, 1998.

BASTOS, José Augusto Cabral Barreto. *Incompreensível e Bárbaro Inimigo: a guerra simbólica contra Canudos*. Salvador: EDUFBA, 1995.

BATALHA, Cláudio. “Limites da liberdade: trabalhadores, relações de trabalho e cidadania durante a primeira República.” In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo – Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual”. In: *Pontos e bordados: escritos de história e de política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLUCI, Aldrin A. S. “Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República.” In: *Revista Brasileira de História*, v. 25, nº50. São Paulo, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, 2ª ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2001.

_____; SILVA, Fernando Teixeira. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. In: *CADERNOS AEL: Trabalhadores, leis e direitos*. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH/AEL, v. 14, nº 26, 2009.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Cultrix, 1978.

DECCA, Maria Auxiliadora G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. (Org.). *O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia*. S. PAULO: DIFEL, 1977.

_____. (Org.). *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1978. 431 p. (História Geral da Civilização Brasileira)

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGA FILHO, Walter. “Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no Recôncavo baiano após a Abolição”. In: *CADERNOS AEL: Trabalhadores, leis e direitos*. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH/AEL, v. 14, nº 26, 2009.

FRENCH, John. “As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno.” In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo – Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 75-96.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *O Império do Belo Monte: vida e morte de Canudos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GUIMARÃES, Elione Silva. “Memórias históricas de movimentos rurais – Juiz de Fora na passagem do século XIX ao XX.” In: *Tempo*, nº 22 ...



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- HOORNAERT, Eduardo. *Os anjos de Canudos: uma revisão histórica*, 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. “O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no Início da República”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- LARA, Sílvia Hunold. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. In: *Revista Projeto História*, 16, 1998.
- LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LEITE LOPES, José Sérgio. “Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro”. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (Orgs.) *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.
- MENEZES, Lená Medeiros. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.
- PANG, Eul Sôo. *Coronelismo e Oligarquias. A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- PEREIRA, Cristiana S. *Que tenhas teu corpo. Uma História Social da prostituição no Rio de Janeiro nas primeiras décadas republicanas*. RJ: Arquivo Nacional, 2006.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *História do Cangaço*. São Paulo, Global, 1991.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____. (org) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras. 1998.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- SILVA, Marco A. *Contra a Chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SUEANN, Caulfield. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2000.
- TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. “Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930.” *Afro-Ásia*. Salvador: CEAO-UFBA, nº 24, 2000, p. 243-290.
- VILAÇA. Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.
- VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- REVISTA NOSSA HISTÓRIA. “Fé e Luta: movimentos messiânicos que incendiaram o Brasil”. Editora Vera Cruz, Ano 3, nº 30, abril de 2006.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA
LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	PRÁTICA PEDAGÓGICA	LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA	45h
EMENTA			
Desenvolve atividades que sistematiza e exercita a prática pedagógica no ensino de história. Refletir e articular o conhecimento histórico dos componentes curriculares trabalhados no semestre e a mediação didática dos mesmos para o Ensino na Educação Básica. Desenvolver recursos didáticos que oriente na elaboração de propostas de ensino de história a partir de oficinas temáticas realizadas nos espaços escolares, contemplando a perspectiva de questões sociais, políticas e culturais a partir de atividades extensionistas de Curricularização.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
<ul style="list-style-type: none">• As propostas curriculares X a continuada produção didática;• Processos de seleção de conteúdos prática docente e ao cotidiano de escolar;• Construção de mídias de aprendizagens para aula de história no ensino fundamental e médio.• Oficinas abertas à comunidade.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BITTENCUORT, Circe. <i>O saber histórico na sala de aula</i> . 2. ed São Paulo: Contexto, 1998. BRASIL. <i>Base Nacional Comum Curricular</i> . terceira versão. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf . FONSECA, Selva Guimarães. <i>Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados</i> . 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. LIBÂNEO, José Carlos. “Produção de saberes na escola: suspeitas e apostas”. In: CANDAU, Vera Maria (org.). <i>Didática, currículo e saberes escolares</i> . 2º edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.p 11-44. KARNAL, Leandro. <i>História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas</i> . 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: História</i> . Brasília: MEC/SEF, 1997. MEDEIROS, Elizabeth Weber de. “Ensino de História: fontes e linguagens para uma prática renovada”. <i>Revista VIDYA</i> , v. 25, n. 2, p. 59-71, jul/dez, 2005 - Santa Maria, 2007. ISSN 0104 - 270 X. MONTEIRO, Ana Maria. “A prática de ensino e a produção de saberes na escola”. In: CANDAU, Vera Maria (org.) <i>Didática, currículo e saberes escolares</i> . 2º edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.p 11-44 SOUSA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. <i>Autobiografias, histórias de vida e formação: Pesquisa e ensino</i> . Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador, EDUNEB, 2006. SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira Dos Santos e GARCIA, Tânia Maria F. Braga. <i>A formação da consciência histórica e o cotidiano em aulas de história</i> . Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.			



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
CULTURA PATRIMONIAL E CIDADANIA	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAL	CULTURA DOCUMENTAL E PATRIMONIAL	60h	20h

EMENTA DA ÁREA

Estuda o processo de formação da cultura patrimonial, focalizando aspectos conceituais, historiográficos e de práticas institucionais relativos à problemática do patrimônio cultural como um campo de disputas políticas, econômicas, identitárias, que envolvem a memória, o documento e as políticas públicas de preservação e reconhecimento dos patrimônios cultural material, imaterial e natural. Discute na relação entre educação patrimonial e ensino de história, conceitos e metodologias de ensino e pesquisa, visando a construção de conhecimentos sobre realidades multiculturais e os impactos identitários de valorização, preservação e reconhecimento de patrimônios de diferentes comunidades regionais e locais. Articula conhecimentos teóricos com atividades práticas de ensino e extensão, objetivando a elaboração de projeto de intervenção de valorização e preservação do Patrimônio Cultural em comunidades distintas

EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR

Discute o patrimônio cultural como um campo de disputas políticas, culturais, econômicas, sociais e identitárias, que envolvem a memória, o documento e as políticas públicas de preservação e reconhecimento dos patrimônios cultural material, imaterial e natural no Brasil. Reflete sobre a valorização do patrimônio cultural como dimensão social e política de afirmação da cidadania, através do pensamento científico, crítico e criativo do aluno no processo ensino e aprendizagem, como preconiza a BNCC. Apresenta os significados do conceito de Educação Patrimonial e sua aplicação no ensino de história, de modo ético e responsável, visando a apropriação e a construção de conhecimentos sobre realidades multiculturais e os impactos identitários de valorização, preservação e reconhecimento de patrimônios de diferentes comunidades regionais e locais. Apresenta a extensão universitária como prática acadêmica e como metodologia inter e transdisciplinar para o estudo da cultura patrimonial e práticas de cidadania ativa, locais e regionais, destinando 20 horas/aula para o projeto de intervenção, articulado com a educação básica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Patrimônio e disputa política
 - Poder público e preservação dos patrimônios;
 - Políticas públicas e o Estado;
 - Participação comunitária;
2. Educação Patrimonial
 - Os significados do conceito;
 - Algumas práticas: aplicação de ações
3. O ensino de história e a Educação Patrimonial
 - Construindo ações;
 - Preservar memórias, contar histórias;
 - A sala de aula e os espaços de memória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

BACELLAR, Carlos. “Uso e mau uso dos arquivos”. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo:Contexto, 2006.

BOAVENTURA, Edivaldo M. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Centro de Estudos Baianos. . Parque Histórico Castro Alves. Salvador: UFBA, Centro de Estudos Baianos, 1985.

CAVALCANTI, Erinaldo; CABRAL, Geovanni. *A história e suas práticas de escrita: narrativas e documentos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.

SILVA, Paulo. *Otávio Mangabeira: cartas do 1º exílio, (1930-1934)*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Martha&SOIHET, Raquel (org). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra,2003.

ALMEIDA, Eneida de. “Inventários e processos de patrimonialização: o caso da Vila de Paranapiacaba”, in: *Patrimônio e Memória*, Assis, São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 323-344, julho-dezembro, 2018.

ALBINO, Ângela Cristina Alaves & SILVA, Andréia Ferreira da “BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências.” *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 137-153, jan./mai. 2019. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

CASTRIOTA, Leonardo. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos*. São Paulo. Annablume, 2009.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2009.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. “Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais.” *Rev. Adm. Pública*, vol.48 no.5. Rio de Janeiro Sept. /Oct. 2014.

HORTA, Maria de Lourdes. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

ETCHEVARNE, Carlos; PIMENTEL, Rita. *Patrimônio arqueológico da Bahia*. Salvador: SEI, 2011.

IEPHA. “Diretrizes para a proteção do patrimônio: sobre cultura e patrimônio cultural”. Disponível em : <http://www.iepha.mg.gov.br/sobrecultura.htm>

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é Patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. “O Ensino de história com base na Educação Patrimonial e no estudo do meio.” *Caderno do CEOM*, ANO 22, n.31- Espaço de memória: abordagens e práticas.2009. Disponível em: [https:// bell.unochapeco.edu.br](https://bell.unochapeco.edu.br)

PAIM, Elisom Antonio & GUIMARÃES, Maria de Fátima. *História, Memória e Patrimônio: possibilidades educativas*, SP, Paco editorial, 2012.

PAULA, Zuleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis. *Polifonia do Patrimônio*. Loderina, EDUEL,2012

PINSKY, Jaime (org.). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.

PINHEIRO MACHADO, Maria Beatriz. *Educação Patrimonial: orientações para professores do*



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2004.
- SABALA, Viviane Adriana. “Educação Patrimonial: lugares de Memória.” *Revista Mouseion*, volume 1), 2007.
- SALVADORI, Maria Ângela Borges. *História, Ensino e Patrimônio*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin Editores, 2010.
- SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Um intelectual a serviço do patrimônio: José Calasans, o ensino de história e as políticas do SPHAN em Sergipe” In: São Paulo, Unesp, v. 14, n. 1, p. 222-239, janeiro-junho, 2018.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Museus brasileiros e política cultural*. Revista Brasileira de Ciências Sociais 19 (55): 53-73, jun. 2004.
- SILVA, Zélia Lopes da. (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999
- SOARES, Andre Luis Ramos; KLAMT, Sergio. *Educação Patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.
- SOARES, André Luis (org). *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: Ed.UFSM,2003.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico. *Bens Culturais e Proteção Jurídica*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1997.
- TEIXEIRA, Claudia Adriana Rocha. “A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA” *Biblos*, Rio Grande, 22 (1): 199-211, 2008.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
TCC I	PESQUISA	PESQUISA HISTÓRICA	60h	20h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Discute questões teóricas e metodológicas pertinentes à sistematização de um Projeto de Pesquisa em História, objetivando a capacitação do discente para o exercício da pesquisa – sistematização de dados, interpretação, reflexão e construção narrativa sobre temas variados e articulados às linhas de pesquisa do curso –, bem como para a prática da pesquisa histórica no âmbito das atividades de extensão e no exercício da docência dos ensinos fundamental e médio. Todo o trabalho da área culmina com a realização e apresentação pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) nas modalidades de Monografia, Ensaio, Artigo, Documentário, Inventário de Fontes e Relato de Experiência. 105 horas do total da Carga Horária da Área serão destinadas à elaboração orientada do TCC.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Orienta o processo de sistematização e construção do objeto da pesquisa histórica e de elaboração do projeto a ser desenvolvido, abordando métodos e técnicas de produção, coleta, sistematização, análise e crítica das diversas fontes de pesquisa histórica. Discute a inserção da pesquisa histórica no processo de ensino-aprendizagem dos ensinos fundamental e médio, bem como as possibilidades das experiências de extensão como ferramenta de produção de pesquisa e trabalho de conclusão de curso.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. O Historiador e a Produção do Conhecimento Histórico;2. Projeto de Pesquisa em História: função e natureza;3. O papel da pesquisa em sala de aula de ensino fundamental e médio: expectativas e possibilidades;4. A extensão: relatos de experiência, pesquisa diagnóstica e Inventário de Fontes;5. Modalidades de Projetos de Pesquisa em História:<ul style="list-style-type: none">➤ A História temática➤ A Pesquisa diagnóstica➤ O Ensino de história como objeto de pesquisa6. Composição do Projeto de Pesquisa em História:<ul style="list-style-type: none">➤ Tema: uma variedade que comporta prática de ensino; experiência extensionista; pesquisa bibliográfica, artes e literaturas; patrimônio material e imaterial etc➤ Tema, título e definição de espaço e temporalidade➤ Introdução: Justificativa, problemática e hipóteses➤ Os objetivos: geral e específicos➤ Revisão bibliográfica➤ Fontes e orientação teórica e metodológica➤ Bibliografia e referência bibliográfica				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CAVALCANTI, Erinaldo; CABRAL, Geovanni. *A história e suas práticas de escrita: narrativas e documentos*. Recife: ed. Universitária da UPE, 2014.

JOANILHO, André Luiz. *História e prática: pesquisa em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

JOSÉ, Wagner Duarte. *Ações afirmativas na UESC: o programa Bantu-iê*. Brasília: SECAD; Ilhéus: Editus, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História & documento e metodologia de pesquisa*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru-SP: Edusc, 2007.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. "A extensão universitária em história através da elaboração de instrumentos de pesquisa." In *Revista Cultura e Extensão*. USP, São Paulo, nº 3, maio de 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PUCCINI, Sérgio. *Roteiro de documentário: da pré-produção à pós-produção*. Campinas: Papirus, 2009.

VALVERDE, Monclair. *Estética da comunicação (sentido, forma e valor nas cenas da cultura)*. Salvador: Quarteto, 2007.

ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. "A pesquisa histórica: lugar e papel da produção do conhecimento no ensino fundamental. In _____. *História: curso de aperfeiçoamento para professores das séries finais do ensino fundamental*. Salvador: Instituto Anísio Teixeira, 2011.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
EUROPA V: CONTEMPORÂNEA I	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	EUROPA	45h	5h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Analisa aspectos relevantes da formação política, socioeconômica e cultural do continente europeu priorizando sua relação com a história do Brasil, a partir de diferentes vertentes historiográficas e categorias analíticas. Estuda a antiguidade greco-romana, a formação do ocidente medieval e a construção da sociedade capitalista europeia, atentando para as diferentes formas e dinâmicas de exploração do trabalho (escravista, servil, capitalista) e para as lutas protagonizadas por grupos politicamente minoritários, articulando as dimensões de gênero, classe e raça. Trata da diversidade cultural, étnica e religiosa dos povos que constituíram a história europeia, focalizando especialmente a importância da ocupação islâmica na península ibérica para a formação da sociedade portuguesa. Aborda a expansão marítima europeia, a formação dos Estados nacionais e a exploração colonial, ancorada no tráfico escravista, como elementos intrinsecamente vinculados à emergência e consolidação do capitalismo, legitimado a partir das revoluções burguesas e da divulgação de ideais universalistas e eurocêntricos. Discute a constituição da ciência moderna europeia como parte integrante de um projeto de modernidade, que elegeu o homem branco europeu como norma e medida do desenvolvimento humano, legitimando o colonialismo a partir de uma lógica racionalista de base racista e patriarcal. Destaca os movimentos sociais, as revoluções e os conflitos internacionais protagonizados pelos Estados europeus, bem como suas relações imperialistas com os outros Estados e nações. Analisa a configuração histórica do poder no contexto do sistema-mundo capitalista na contemporaneidade, com destaque para o avanço do neoliberalismo e dos neofascismos e a resistência de diferentes grupos perante a ofensiva dos movimentos conservadores. Articula os conhecimentos teóricos com as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual, desenvolvendo reflexões sobre as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação profissional de História.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Estuda o surgimento e natureza do fascismo na Europa e como, neste contexto, ocorreu a Segunda Guerra Mundial. Analisa o pós-guerra e seus desdobramentos no mundo. Além disso, problematiza as revoltas, guerras e revoluções na contemporaneidade europeia. Analisa e experimenta a abordagem dos conhecimentos teóricos propostos nas práticas do ensino, da pesquisa e da extensão.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>1. Conceito de Imperialismo: a abordagem historiográfica e a transposição didática.</p> <p>1.1 O imperialismo e suas interpretações 1.2 O imperialismo na época do neoliberalismo</p> <p>2. A primeira Grande Guerra (causas): a produção historiográfica e a abordagem didática. 2.2 A natureza da primeira Guerra Mundial 2.3 A discursão historiográfica em relação a natureza da primeira Grande Guerra 2.4 Fontes sobre a guerra: cartas, filmes, diários, fotos e Quadrinhos, etc. 2.5 As consequências da Primeira Grande guerra. 2.6 Exibição do filme: Sem Novidade no Front</p> <p>3. A Revolução Russa (causas): a produção historiográfica e a abordagem didático-pedagógica. 3.1 A Rússia pré-revolucionária 3.2 As revoluções Russa: a de 1905. Fevereiro de 1910 e Outubro de 1917.</p>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- 3.3 As três concepções da revolução Russa
- 3.4 O comunismo de guerra e a NEP.
- 3.5 A teoria da revolução permanente e o socialismo num só país.
- 3.6 A queda da União Soviética
- 3.7 Exibição do filme: Outubro

- 4. A Europa no entre-guerras: historiografia e transposição didática.
- 4.1 Crise de 1929
- 4.2 A guerra Civil Espanhola
- 4.3 Causas da guerra Civil Espanhola
- 4.4 O fascismo na Espanha
- 4.5 Os partidos de esquerda na Espanha
- 4.6 As brigadas Internacionais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BITTENCOURT, Circe Maria F.. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BROUÉ, Pierre. *União Soviética da revolução ao Colapso*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.
- FERRO, M. 1976. *A revolução Russa*. São Paulo: Kairós. 2000.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- REED, J. *Os dez dias que abalaram o mundo*. Lisboa: Delfos, 1974.
- REIS Filho, Daniel A. *Uma revolução perdida*. A História do Socialismo Soviético. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.
- TROTSKY, Leon. *História da Revolução russa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- NUNES, Silma do Carmo. *Concepções de mundo no ensino da história*. Campinas: Papirus, 1996.
- LENIN, Vladimir. *A falência da Segunda Internacional*. São Paulo: Kairós, 1979.
- _____. *As Teses de Abril*. Disponível em: <http://www.marxists.org/>. Acesso em: 20/04/2012.
- TROTSKY, Leon: *As três concepções da Revolução Russa*. Lisboa: Antidoto, 1977.
- KOLLAONTAI, Alexandra. *Oposição de Esquerda*, 1920. São Paulo: Global, 1980.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
SEMINÁRIO TEMÁTICO: ÁFRICA E DIÁSPORA AFRICANA	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	ÁFRICA	30h	
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda relações sociais, povos, culturas, política, religiosidades, pensamento e economia das sociedades africanas no continente e sua diáspora, com destaque as suas características histórico-civilizatórias próprias e dinâmicas migratórias. Aborda a expansão islâmica e colonial européia, bem como a relação existente entre escravismo, colonialismo, racismo e patriarcalismo na África. Analisa o papel e os impactos do colonialismo na África, sobretudo a partir do processo de “roedura”, partilha e conquista do continente africano pelos europeus. Também estuda movimentos anti-coloniais como a negritude e o pan-africanismo, inclusive processos de descolonização e a formação de novos estados nacionais. Analisa conexões histórico-culturais e experiências dos povos africanos na diáspora, partindo do fluxo e refluxo de seus povos em consequência do avanço do comércio escravo. Reflete acerca da relação entre racismo, escravidão e direitos humanos. Analisa a contribuição intelectual africana, africanista e indiana à historiografia da África em termos teóricos e metodológicos e a produção historiográfica do campo desde as obras de referência internacional àquelas que vêm sendo produzida no Brasil. Analisa representações do continente africano e seus povos na literatura, arte, meios de comunicação, cotidiano e livros didáticos, bem como, a etimologia de termos como: África, Negro, Indígena (Índio), tradição, tribo, etnia de modo a identificar e desconstruir estereótipos e racializações construídas ao longo do tempo. Reflete acerca do ensino e história da África no Brasil, relações raciais e de gênero. Desenvolve atividades de caráter interdisciplinar e em íntima relação com a extensão. Trabalha com fontes documentais para a produção da pesquisa e o seu uso no ensino de história da África. Estuda temas da história do tempo presente das sociedades africanas, dando ênfase para a história pública na África. Articula os conhecimentos históricos propostos com as diretrizes pedagógicas da BNCC e do Currículo Bahia.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
Explora as dimensões da África com a diáspora e suas implicações na configuração da história e cultura dos povos negros das Américas, focalizando as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Por ser um componente que será ministrado em forma de seminário temático, o conteúdo será definido a partir da oferta do mesmo, tendo como referência temas diversos relacionados à África e a diáspora negra nas Américas.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>UNESCO. <i>História Geral da África</i>. 08 volumes.. Volume I: Metodologia e Pré-História da África ; Volume II: África Antiga ; Volume III: África do século VII ao XI ; Volume IV: África do século XII ao XVI ; Volume V: África do século XVI ao XVIII ; Volume VI: África do século XIX à década de 1880 ; Volume VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 ; Volume VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010</p> <p>GILROY, Paul. <i>O atlântico negro</i>. Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.</p> <p>HALL, Stuart. <i>Da diáspora</i>. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.</p> <p>KI-ZERBO, Joseph; HOLENSTEIN, René. <i>Para quando a África?</i> entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.</p>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

SILVA, Alberto da Costa. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, UFRJ, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DUBOIS, W E. B. *Almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro. Editora Cobogó. 2019

MOVIMENTO PAN-AFRICANISTA NO SÉCULO XX (Textos de Referência). Organisation Internationale La Francophonie. Dakar, 2004.

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 1995

SANCHES, Manuela Ribeiro (Org). *Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos póscoloniais*. Lisboa: Edições 70, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2009



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: OFICINA	PRÁTICA PEDAGÓGICA	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	105h	60h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Diagnostica os espaços de atuação profissional, caracterizando o contexto e as relações de trabalho nesses espaços. Analisa e reflete a prática de ensino de história por meio de observação direta em salas de aula, bem como através da utilização de vídeos, narrativas orais e escritas de alunos e professores, produções de alunos e professores, situações simuladoras e estudos de caso. Elabora e executa proposta de intervenção na forma de regência, minicursos, oficinas e projetos de extensão, em escolas da educação básica e em outras instituições formadoras, tais como, escolas comunitárias, Ong's, projetos especiais, etc., aprimorando o diálogo com atividades extensionistas na comunidade. Avalia coletivamente as experiências vivenciadas pelos alunos durante sua atuação docente nos diversos contextos sócio educacionais.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Elabora e executa projetos de intervenção pedagógica em espaços de educação não escolar, a exemplo de ONG'S, movimentos sociais, associações, sindicatos, museus, arquivos, e/ou na educação formal de séries regulares em diferentes modalidades, projetos especiais (educação de jovens e adultos, educação rural, aceleração, regularização do fluxo, educação indígena, educação comunitária, educação profissional, educação inclusiva), em forma de minicursos, oficinas e projetos de extensão, fortalecendo a articulação da Universidade com as Unidades Escolares e espaços pedagógicos extraescolares através do redimensionamento do "fazer pedagógico" e articulando o tripé ensino-pesquisa-extensão.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>O Estágio e a formação docente A Educação em espaços não escolar; Educação e Movimentos. Sociais; Ensino de história: metodologias e fontes históricas Planejamento: organização e elaboração de propostas de trabalho Oficinas temáticas: propostas para o ensino de história;</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>ABREU, Martha; SOIHET, RACHEL (org.). <i>Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia</i>. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.</p> <p>ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso Alves. <i>Ensino de História</i>. São Paulo: Cengage Learning, 2013. Coleção ideias em ação.</p> <p>BITENCOURT, Circe. <i>Ensino de história: fundamentos e métodos</i>. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>FONSECA, Selva Guimarães. <i>Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados</i>. Campinas, SP: Papirs, 2003.</p> <p>KARNAL, Leandro(org). <i>História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas</i>. São Paulo: Contexto,</p>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>PINSKY, Jaime (org.). <i>O ensino de História e a criação do fato</i>. – ver. E atual. – São Paulo: contexto, 2009.</p> <p>ZABALZA, Miguel. A. <i>O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária</i>. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. <i>Ensinar História</i>. São Paulo: Scipione, 2009.</p>

VII Semestre

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	PRÁTICA PEDAGÓGICA	LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA	60h	20h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Sistematiza, problematiza e materializa o exercício da prática da História no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão, considerando os recursos e procedimentos do conhecimento histórico, tendo em vista a ação-reflexão-ação. Articula a curricularização da extensão contemplando os eixos temáticos definidos para cada semestre, a saber: direitos humanos, gênero e sexualidades, juventude, cidadania e cumprimento de medidas socioeducativas, diversidade religiosa e geracional, desenvolvendo a prática de reinterpretação dos conteúdos para os contextos escolares da educação básica, de produção e utilização de material didático, relacionados à área de conhecimento.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Estuda o Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil; Os sujeitos da EJA e as questões da Educação de Jovens e Adultos. Os espaços e os tempos da Educação de Jovens e Adultos. Os Movimentos Sociais e a educação Popular; Planejamento, Avaliação e Produção de material didático. Desenvolve oficinas nas Escolas do EJA.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ul style="list-style-type: none"> ➤ A História do EJA no Brasil; ➤ O Ensino de História no EJA; ➤ Os sujeitos do EJA e as questões de raça, gênero, geração, sexualidades; ➤ Movimentos Sociais pela Educação; ➤ A Educação Popular 				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- Planejamento
- Avaliação
- Produção de Material didático
- Desenvolvimento de oficinas com sujeitos do EJA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, Ministério da Educação. Caderno Temático nº 5 – *Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: O processo de Aprendizagem dos Alunos e UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CAMPUS JAGUARÃO CURSO DE PEDAGOGIA. Professores. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/ME, Brasília, 2006. Disponível em http://www.forumeja.org.br/files/eja_caderno5.pdf*

MUNANGA, Kabengeue; Gomes, Nilma Lino. *Para Entender o Negro no Brasil de Hoje*. História, Realidades, Problemas e caminhos. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2006. 2ª ed. rev e atualizada – (Coleção Viver e Aprender). Educação de Jovens e Adultos.

SANTOS, Fabrício Lyrio; Filho, Sérgio A. D. Guerra. *Ensinar História no Século XXI: Dilemas e Perspectivas*. Cruz das Almas: Ba: UFRB, 2019.

SILVA, Marcos. (org.). *História: Que ensino é esse?* Campinas, SP: Papirus, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA (se sim, indicar a carga horária)
BRASIL VII: REPÚBLICA II	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	BRASIL	60h	
EMENTA DA ÁREA				
Estuda o processo de formação socioeconômica, política e cultural do Brasil nos contextos dos períodos colonial, imperial, republicano e tempo presente, com ênfase nas questões da identidade nacional, da cidadania, democracia e direitos humanos, destacando os mundos do trabalho, os movimentos sociais e as diversidades regionais e socioculturais (étnicas, de raça, gênero e classe), a partir de diferentes enfoques historiográficos. Aborda dimensões múltiplas da historicidade das populações indígenas, africanas, afro-brasileiras e europeias na formação da sociedade nacional, focalizando a colonização, a escravidão, o processo de emancipação política e formação do Estado Nacional, o patriarcalismo e o regime monárquico. Discute a crise do sistema escravista, o pós-abolição e a implantação e organização do regime republicano e seus impactos no tempo presente. Analisa o processo de industrialização e urbanização, os percalços da construção da cidadania e da democracia e as contradições, tensões e acomodações políticas, socioeconômicas e culturais nas diferentes conjunturas do período republicano. Articula os conhecimentos teóricos com as diretrizes legais que orientam a educação básica nas instâncias nacional, estadual e municipal (BNCC, Currículo Bahia e Planos Municipais de Educação), desenvolvendo reflexões sobre as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação profissional de História.				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				



Estuda aspectos políticos, socioeconômicos e culturais nos contextos da Revolução de 1930, do Primeiro Governo Vargas (1930-1945) e do Intervalo Democrático (1945-1964), analisando os percalços do processo de construção da democracia e da cidadania no Brasil. Aborda as disputas políticas e tensões sociais da primeira metade da década de 1930, a Constituição de 1934 e o processo de fechamento político que resultou no Golpe de 1937. Caracteriza o Estado Novo, destacando o autoritarismo, a propaganda política e as questões dos direitos civis, políticos e sociais. Discute as temáticas do nacional estatismo, corporativismo, trabalhismo e nacional desenvolvimentismo, focalizando as relações entre Estado, sociedade e cultura. Contextualiza o processo de industrialização e urbanização e suas implicações socioculturais e regionais. Analisa a questão da identidade nacional e as diversidades regionais e socioculturais (étnicas, de raça, gênero e classe). Desenvolve reflexões e experimentações pedagógicas a partir dos conhecimentos históricos abordados, com base na BNCC e no Currículo Bahia, com foco na prática do ensino e na pesquisa histórica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A Revolução de 1930: a abordagem historiográfica e o ensino de história.
 - 1.1 O início dos anos 1930: incertezas, tensões e disputas políticas
 - 1.2 Liberalismo/constitucionalismo X intervencionismo/autoritarismo
 - 1.3 A Constituição de 1934 e a questão da cidadania.
 - 1.4 Direita X Esquerda: a Ação Integralista Brasileira (AIB), a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o PCB
 - 1.5 A escalada autoritária e o golpe de 1937
2. A ditadura do Estado Novo: a produção historiográfica, o ensino e a pesquisa histórica.
 - 2.1 As engrenagens do regime autoritário
 - 2.2 Intervencionismo, corporativismo e nacional estatismo
 - 2.3 Estado, sociedade e cultura
 - 2.4 Estado, discurso e propaganda
 - 2.5 Estado, trabalhadores, sindicatos e legislação trabalhista
3. O Brasil na conjuntura da Segunda Guerra Mundial: o conhecimento histórico e o ensino da História.
 - 3.1 A sociedade e o “esforço de guerra”
 - 3.2 A crise do Estado Novo e o processo de democratização
 - 3.3 O queremismo e o getulismo
 - 3.3 Populismo e trabalhismo: história e historiografia
4. A experiência democrática (1945-1964): o conhecimento histórico e o ensino de história.
 - 4.1 A Constituição de 1946
 - 4.2 O governo Dutra: conservadorismo e espectro autoritário
 - 4.3 O segundo governo de Getúlio Vargas: a volta do nacional estatismo e do trabalhismo
 - 4.4 Os Anos JK: nacional desenvolvimentismo, industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento
 - 4.5 Os novos experimentos culturais dos anos 1940/50
 - 4.6 Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)
 - 4.7 O mundo rural: ligas camponesas e sindicatos rurais
 - Raça, classe e gênero na conjuntura do Estado Novo e no pós Segunda Guerra
 - 4.8 A crise da experiência democrática, o governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



DE DECCA, Edgard. *O Silêncio dos Vencidos*, 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FAUSTO, Boris. “A Revolução de 1930”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*, 5ª ed. São Paulo: Difel, 1974.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs). *O tempo do nacional-estatismo* (O Brasil Republicano, v. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964* (O Brasil Republicano v. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 59-124.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas: Papyrus, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Cultura e trabalho: os Círculos Operários católicos: entre as práticas de assistência e controle”. In: MACHADO, Mª Clara Tomaz & PATROTA, Rosângela (orgs.). *Histórias e historiografia: perspectivas contemporâneas de investigação*. Uberlândia, MG: EDUFU, 2003.

BARREIRO, Iraíde M. de Freitas. “Educação modernizadora e educação de classe: o lazer, a cultura popular e o trabalho no período de Vargas e Juscelino”. In: *Revista brasileira de história. Brasil 1954-1964*. ANPUH / Marco Zero. V. 14 , nº 27. 1994, p. 149-168.

BIROLI, Flavia. “Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek”. In: *Revista Brasileira de História*. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). São Paulo: ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004.

BORGES, Vavy Pacheco. “Anos Trinta e Política: História e Historiografia”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, 5. ed., São Paulo: Contexto, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Estado Novo: Novas Histórias”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, 5. ed., São Paulo: Contexto, 2003.

CODATO, Adriano Nervo & OLIVEIRA, Marcus Roberto de. “A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964”. In: *Revista Brasileira de História. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964)*. São Paulo: ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004.

COSTA, Hélio da. “Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953)”. In: FORTES, Alexandre [et. Al] (orgs.). *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999.

DEZEMONE, Marcus. “Impactos da Era Vargas no mundo rural: leis, direitos e memória”. In: *Perseu: história, memória e política*, vol. 1, nº 1. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: história e historiografia*. Brasiliense, 14ª ed. São Paulo, 1996.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

_____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

FONTES, Paulo. “Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950”. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre [Orgs.] *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAM, 2004, pp. 403-435.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito...: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, RS: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRENCH, J. “Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos.” In: LARA, S. H. e MENDONÇA, J. N. (orgs.) *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GARCIA, Miliandre. “A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE)”. In: *Revista Brasileira de História*. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). São Paulo: ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. *Cidadania e direitos do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002.

_____. ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989

LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”, 1ª ed..* São Paulo, Marco Zero, 1988.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MATTO, MARCELO B. “Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954 – 1964)”. In: *Revista Brasileira de História*. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). São Paulo: ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MICELI, Sergio. *O Brasil republicano: sociedade e política*. Tomo III, v.3. 3. ed. São Paulo: Difel, 1986 (História Geral da Civilização Brasileira, 10).

MOLINA, Ana Heloisa. “Fenômeno Getúlio Vargas: Estado, Discursos e Propagandas”. In: *Revista História e Ensino v. 3*. Deptº de História, Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, abril de 1997, p. 87-94.

NEGRO, Antonio Luigi. “Ignorantes, Sujos e Grosseiros: uma reinvenção da história do trabalhismo”. In:



Trajetos. *Revista de História UFC*. Fortaleza, vol.2, nº 4, 2003.

_____. “Zé Brasil foi ser peão: sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística”. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre [Orgs.] *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAM, 2004, pp. 403-435.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. 3. ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. (História Geral da Civilização Brasileira, v. 4).

PINHEIRO, Paulo Sergio; MONTEIRO, Douglas T.; FAUSTO, Boris. *O Brasil republicano: sociedade e instituições* (tomo III): v.2., 3. ed. São Paulo: Difel, 1985 (História Geral da Civilização Brasileira; 11).

PRIORI, Ângelo. *O protesto do trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954-1964*. Maringá: EDUEM, 1996.

RANGEL, Maria do Socorro. “Territórios de confronto: uma história da luta pela terra nas ligas camponesas.” In: LARA, Sílvia H. & MENDONÇA Joseli M. N.(orgs.) *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2006.

REIS, José Roberto F. “Cartas a Vargas: entre o favor, o direito e a luta política pela sobrevivência.” In: *Lócus*, vol. 7, nº 2. Juiz de Fora: 2001.

SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Fernando Teixeira. *A Carga e a Culpa: Os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968)*. São Paulo: Hucitec, 1995.

SOUZA, Edinaldo A. Oliveira. *Lei e Costume: experiências de trabalhadores na justiça do trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960)*. Salvador: Eufba, 2012.

SOUZA, Edinaldo A. Oliveira. *Trabalho, política e cidadania: trabalhadores, sindicatos e luta por direitos (Bahia, 1945-1964)*. (Tese de Doutorado). Salvador: Ufba, 2015.

TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930: a dominação oculta*. (Tudo é História). São Paulo: Brasiliense, 8ª edição, 1993.

WOLFE, Joel. “Pai dos pobres” ou “Mãe dos ricos”? Getúlio Vargas, Industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954.”. In: *Revista Brasileira de História*. Brasil 1954-1964. São Paulo: ANPUH / Marco Zero. Vol.14, nº 27, 1994.

Vídeos-documentários sugeridos

1930 – Tempo de Revolução, de Eduardo Scorel (1990)
Os Anos JK, de Silvio Tendler (1980)
Jango, de Silvio Tendler (1984)
Viramundo, de Thomaz Farkas/ Geraldo Sarno (1965)
Cabra Marcado para Morrer, de Eduardo Coutinho (1984)
Soldado de Deus, de Sérgio Sanz (2004)
O Velho, de Toni Venturi (1997)
Senta Pua, de Erick de Castro (1999)
Alô Amigos, de Estúdios Disney (1942)
Você já foi à Bahia, de Estúdios Disney (1944)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA (se sim, indicar a carga horária)
EUROPA VI: CONTEMPORÂNEA II	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	EUROPA	45h	5h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Analisa aspectos relevantes da formação política, socioeconômica e cultural do continente europeu priorizando sua relação com a história do Brasil, a partir de diferentes vertentes historiográficas e categorias analíticas. Estuda a antiguidade greco-romana, a formação do ocidente medieval e a construção da sociedade capitalista europeia, atentando para as diferentes formas e dinâmicas de exploração do trabalho (escravista, servil, capitalista) e para as lutas protagonizadas por grupos politicamente minoritários, articulando as dimensões de gênero, classe e raça. Trata da diversidade cultural, étnica e religiosa dos povos que constituíram a história europeia, focalizando especialmente a importância da ocupação islâmica na península ibérica para a formação da sociedade portuguesa. Aborda a expansão marítima europeia, a formação dos Estados nacionais e a exploração colonial, ancorada no tráfico escravista, como elementos intrinsecamente vinculados à emergência e consolidação do capitalismo, legitimado a partir das revoluções burguesas e da divulgação de ideais universalistas e eurocêntricos. Discute a constituição da ciência moderna europeia como parte integrante de um projeto de modernidade, que elegeu o homem branco europeu como norma e medida do desenvolvimento humano, legitimando o colonialismo a partir de uma lógica racionalista de base racista e patriarcal. Destaca os movimentos sociais, as revoluções e os conflitos internacionais protagonizados pelos Estados europeus, bem como suas relações imperialistas com os outros Estados e nações. Analisa a configuração histórica do poder no contexto do sistema-mundo capitalista na contemporaneidade, com destaque para o avanço do neoliberalismo e dos neofascismos e a resistência de diferentes grupos perante a ofensiva dos movimentos conservadores. Articula os conhecimentos teóricos com as dimensões de ensino e extensão. Analisa aspectos relevantes da formação política, socioeconômica e cultural do continente europeu priorizando sua relação com a história do Brasil, a partir de diferentes vertentes historiográficas e categorias analíticas. Estuda a antiguidade greco-romana, a formação do ocidente medieval e a construção da sociedade capitalista europeia, atentando para as diferentes formas e dinâmicas de exploração do trabalho (escravista, servil, capitalista) e para as lutas protagonizadas por grupos politicamente minoritários, articulando as dimensões de gênero, classe e raça. Trata da diversidade cultural, étnica e religiosa dos povos que constituíram a história europeia, focalizando especialmente a importância da ocupação islâmica na península ibérica para a formação da sociedade portuguesa. Aborda a expansão marítima europeia, a formação dos Estados nacionais e a exploração colonial, ancorada no tráfico escravista, como elementos intrinsecamente vinculados à emergência e consolidação do capitalismo, legitimado a partir das revoluções burguesas e da divulgação de ideais universalistas e eurocêntricos. Discute a constituição da ciência moderna europeia como parte integrante de um projeto de modernidade, que elegeu o homem branco europeu como norma e medida do desenvolvimento humano, legitimando o colonialismo a partir de uma lógica racionalista de base racista e patriarcal. Destaca os movimentos sociais, as revoluções e os conflitos internacionais protagonizados pelos Estados europeus, bem como suas relações imperialistas com os outros Estados e nações. Analisa a configuração histórica do poder no contexto do sistema-mundo capitalista na contemporaneidade, com destaque para o avanço do neoliberalismo e dos neofascismos e a resistência de diferentes grupos perante a ofensiva dos movimentos conservadores. Articula os conhecimentos teóricos com as diretrizes legais (BNCC, Currículo Bahia e Planos municipais de ensino) que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual, desenvolvendo reflexões sobre as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação profissional de História.</p>				



EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR

Estuda o surgimento e natureza do fascismo na Europa e como, neste contexto, ocorreu a Segunda Guerra Mundial. Analisa o pós-guerra e seus desdobramentos no mundo. Além disso, problematiza as revoltas, guerras e revoluções na contemporaneidade europeia. Analisa e experimenta a abordagem dos conhecimentos teóricos tratados nas práticas do ensino e da extensão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A ascensão do fascismo e do nazismo: o conhecimento histórico e o ensino da história.
 - 1.1 A concepção fascista de mundo;
 - 1.2 Os partidos de esquerda durante a segunda Guerra Mundial;
 - 1.3 As diversas interpretações historiográficas sobre o conceito e natureza do fascismo.
2. A Segunda Guerra Mundial: o conhecimento histórico e o ensino da história.
 - 2.1 As causas e natureza da Segunda Guerra Mundial;
 - 2.2 O Stalinismo e a segunda guerra Mundial;
 - 2.3 A filmografia sobre a segunda Guerra Mundial;
 - 2.4 A Europa no pós-segunda Guerra Mundial;
3. A Guerra Fria: O que foi a Guerra Fria. O conhecimento histórico e o ensino da história.
 - 3.1. O caso Cuba.
4. A revolução dos Chavos: o conhecimento histórico e o ensino da história.
5. O surgimento de grupos neofascistas e seus desdobramentos no mundo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da história ensinada. 3.ed. Campinas (SP): Papyrus, 1995. (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico)
- HOBSBAAUM, Eric J A. *A Era do Capital*, 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
- _____. *A era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *A Era das Revoluções*, 2 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LENIN, Vladimir. *Imperialismo estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Civilização brasileira, 1980.
- RIBEIRO, Junior João. *O que é nazismo* (Coleção primeiros passos). São Paulo: Brasiliense, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ECO, Humberto. *O fascismo eterno*. Aguilar, 2018.
- LENIN, Vladimir. *As teses de Abril*. São Paulo: Global, s/d.
- SOIHET, Rachel; BICALHO, Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ /Mauad, 2005.
- Trotsky, Leon. *As três Concepções da Revolução Russa*. Lisboa: Antidodto, 1977
- _____. *Historia da Revolução Russa*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

_____. Revolução de 1905. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Revolução e contra Revolução na Alemanha. São Paulo: Civilização Brasileira, s/d.

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA (se sim, indicar a carga horária)
TCC II	PESQUISA	PESQUISA HISTÓRICA	60h	
EMENTA DA ÁREA				
<p>Discute questões teóricas e metodológicas pertinentes à sistematização de um Projeto de Pesquisa em História, objetivando a capacitação do discente para o exercício da pesquisa – sistematização de dados, interpretação, reflexão e construção narrativa sobre temas variados articulados às linhas de pesquisa do curso –, bem como para a prática da pesquisa histórica no âmbito das atividades de extensão e no exercício da docência dos ensinos fundamental e médio. Todo o trabalho da área culmina com a realização e apresentação pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) nas modalidades de Monografia, Ensaio, Artigo, Documentário, Inventário de Fontes e Relato de Experiência. 105 horas do total da Carga Horária da Área serão destinadas à elaboração orientada do TCC.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Acompanha a redação preliminar da monografia, ensaio, artigo, roteiro de documentário, inventário de fontes ou relato de experiência, observando aspectos técnicos, de conteúdo, argumentação e escolha narrativa. Prepara o orientando para a elaboração da versão final do TCC.</p>				



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Redação:
 - Regras básicas da linguagem acadêmica e científica
 - Estilos e Licenças Poéticas
 - Sobre o Plural Majestático

2. Roteiros:
 - Roteiro de Redação de Monografia e Artigo
 - Roteiro de Documentário
 - Roteiro de Relato de Experiência

3. Inventário de Fontes

4. ABNT:
 - Normas Básicas da ABNT
 - ABNT aplicada às Ciências Humanas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ISKANDAR, Jamil Ibrahim. *Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos*. 2. ed. rev e ampl. Curitiba: Juruá, 2003.
- OLIVEIRA, Jorge Leite de. *Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica*. 3. ed. atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- SECAF, Victoria. *Artigo científico: do desafio à conquista*. São Paulo: Reis Editorial, 2000.
- VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CASTANHO, Denise Molon; GARCIA, Olga Maria Correa; SILVA, Rosani Beatriz Pivetta da. *Arranjo e descrição de documentos arquivísticos*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2006.
- DIAS, Donaldo de Souza e Silva & SILVA, Mônica Ferreira da. *Como escrever uma monografia: manual de elaboração com exemplos e exercícios*. São Paulo: Atlas, 2010.
- PUCCINI, Sérgio. “Introdução ao roteiro de documentário”. In *Doc On-line*, nº 06, agosto 2009.
- RODRIGUES, Andre Figueiredo. *Como elaborar e apresentar monografias*. 3 ed. São Paulo: Humanitas, 2008.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA (se sim, indicar a carga horária)
ÁFRICA, COLONIALISMO E MOVIMENTOS DE INDEPENDÊNCIA	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	ÁFRICA	60h	8h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda relações sociais, povos, culturas, política, religiosidades, pensamento e economia das sociedades africanas no continente e sua diáspora, com destaque as suas características histórico-civilizatórias próprias e dinâmicas migratórias. Aborda a expansão islâmica e colonial européia, bem como a relação existente entre escravismo, colonialismo, racismo e patriarcalismo na África. Analisa o papel e os impactos do colonialismo na África, sobretudo a partir do processo de “roedura”, partilha e conquista do continente africano pelos europeus. Também estuda movimentos anti-coloniais como a negritude e o pan-africanismo, inclusive processos de descolonização e a formação de novos estados nacionais. Analisa conexões histórico-culturais e experiências dos povos africanos na diáspora, partindo do fluxo e refluxo de seus povos em consequência do avanço do comércio escravo. Reflete acerca da relação entre racismo, escravidão e direitos humanos. Analisa a contribuição intelectual africana, africanista e indiana à historiografia da África em termos teóricos e metodológicos e a produção historiográfica do campo desde as obras de referência internacional àquelas que vêm sendo produzida no Brasil. Analisa representações do continente africano e seus povos na literatura, arte, meios de comunicação, cotidiano e livros didáticos, bem como, a etiologia de termos como: África, Negro, Indígena (Índio), tradição, tribo, etnia de modo a identificar e desconstruir estereótipos e racializações construídas ao longo do tempo. Reflete acerca do ensino e história da África no Brasil, relações raciais e de gênero. Desenvolve atividades de caráter interdisciplinar e em íntima relação com a extensão. Trabalha com fontes documentais para a produção da pesquisa e o seu uso no ensino de história da África. Estuda temas da história do tempo presente das sociedades africanas, dando ênfase para a história pública na África. Articula os conhecimentos históricos propostos com as diretrizes pedagógicas da BNCC e do Currículo Bahia.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Estuda fundamentos do imperialismo e expansão colonial europeia na África, analisando a relação colonialismo, racismo e patriarcalismo. Também estuda processos anti-coloniais e movimentos de resistência, negritude, movimento pan-africanista e de descolonização, bem como, a formação de novos estados nacionais, focalizando as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. Imperialismo e colonização na África<ol style="list-style-type: none">1.1-Abordagens teóricas do significado da colonização1.2 A África diante do desafio colonial no cenário mundial1.3-Abordagens inter-relacionáveis: escravismo, colonialismo, capitalismo, racismo e patriarcalismo.1.4 A Partilha europeia e conquista da África1.5-Movimentos de resistência à conquista				



2. A colonização europeia na África
 - 2.1-Abordagens historiográficas no campo dos estudos da colonização
 - 2.2 A Dominação europeia: métodos e instituições
 - 2.3-Experiências de colonização em países africanos: Congo, Moçambique, Angola, África do Sul.
 - 2.4-Movimentos de resistências à colonização

3. Processos de descolonização, movimentos de independência e constituição de novos estados:
 - 3.1-Independência política ou descolonização?
 - 3.2-Pan-africanismo, negritude e a emancipação do “continente africano”
 - 3.3-Movimentos nacionalistas e de independência no continente africano
 - 3.4- Estados africanos independentes: experiências e desafios

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BOAHEN, A. Adam (coord). *História Geral da África*. A África sob domínio colonial (1880-1935). 2ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- CESAIRE, Aimé. *Discursos sobre o Colonialismo*, tradução Carlos S. Pereira. Porto, 1971.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Guimaraes. Juiz de Fora: UFRJ, 2005.
- HOLCHSCILD, Adam. *O Fantasma do Rei Leopoldo*. Uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- KLAAS, Jorge de. *África do sul: apartheid e resistência*. São Paulo: Cortez: EBOH, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANDRADE, Mário Pinto. *Origens do nacionalismo africano*. Continuidades e rupturas nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa (1911-1961). 2ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- BIKO, Steve. *Escrevo o que eu quero*. 2ed. São Paulo: Edt Ática, 1990.
- KI-Zerbo, Joseph. *Para quando a África?* Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro:Pallas, 2006.
- SANTANA, Jacimara Souza. *Mulheres africanas de Moçambique na revista tempo (1975-1985)*. Itajaí; Casa Aberta; Rio de Janeiro R.J: Biblioteca Nacional, 2014.
- _____. *Médicas-sacerdotisas*. Religiosidades ancestrais e contestação ao sul de Moçambique (c. 1927-1988). São Paulo: UNICAMP, 2018.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: REGÊNCIA I	PRÁTICA PEDAGÓGICA	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	105h	
EMENTA DA ÁREA				
Diagnostica os espaços de atuação profissional, caracterizando o contexto e as relações de trabalho nesses espaços. Analisa e reflete a prática de ensino de história por meio de observação direta em salas de aula, bem como, através da utilização de vídeos, narrativas orais e escritas de alunos e professores, produções de alunos e professores, situações simuladoras e estudos de caso. Elabora e executa proposta de intervenção na forma de regência, minicursos, oficinas e projetos de extensão, em escolas da educação básica e em outras instituições formadoras, tais como, escolas comunitárias, Ong's, projetos especiais, etc., aprimorando o diálogo com atividades extensionistas na comunidade. Avalia coletivamente as experiências vivenciadas pelos alunos durante sua atuação docente nos diversos contextos sócio educacionais.				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
Inicia as atividades de regência de Classe a partir da reelaboração dos projetos desenvolvidos nos Laboratórios de Ensino de História durante o desenvolvimento dos semestres anteriores do curso, a serem executados no Ensino Fundamental II, em instituições escolares de rede pública. Elabora, desenvolve e acompanha os planejamentos dos discentes durante o Estágio nas Escolas				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
Ensino Fundamental II e suas modalidades; Ensino de História: metodologias e fontes históricas e materiais didáticos; Livro Didático e ensino de história; Planejamento: organização e elaboração de propostas de trabalho. A Regência em sala de aula: acompanhamento e avaliação				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ABREU, Martha; SOIHET, RACHEL (org.). <i>Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia</i> . Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. BITENCOURT, Circe. <i>Ensino de história: fundamentos e métodos</i> . São Paulo: Cortez, 2004. _____.(org) <i>O saber histórico na sala de aula</i> . 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998. FONSECA, Selva Guimarães. <i>Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados</i> . Campinas, SP: Papirs, 2003. KARNAL, Leandro(org). <i>História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas</i> . São Paulo: Contexto, 2013. NIKITIUK, Sônia (org.) <i>Repensando o ensino de história</i> . São Paulo: Cortez, 2012. PINSKY, Jaime (org.). <i>O ensino de História e a criação do fato</i> . – ver. E atual. – São Paulo: contexto, 2009. SCHMIDT. Mª Auxiliadora. <i>Ensinar História</i> . São Paulo: Scipione, 2009.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

CERRI, Luiz Fernando. “Recortes e organização de conteúdos históricos para a educação básica”. *Revista Antítese*. Vol.2. n 3 jan- jun de 2009.

NODA, Marisa. *Avaliação e novas perspectivas de aprendizagem em História e Ensino*. Londrina, v.11, jul, 2005.

PEREIRA, Nilton Multet; SEFFNER, Fernando. *O que pode o Ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula*. Anos 90, Porto Alegre. V.15, n.28. p 113-128, dez. 2008

ZABALZA, Miguel. A. *O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

VIII SEMESTRE

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA: SEMINÁRIO	PRÁTICA PEDAGÓGICA	LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA	30h	20h
EMENTA DA ÁREA				
<p>Sistematiza, problematiza e materializa o exercício da prática da História no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão, considerando os recursos e procedimentos do conhecimento histórico, tendo em vista a ação-reflexão-ação. Articula a curricularização da extensão contemplando os eixos temáticos definidos para cada semestre, a saber: direitos humanos, gênero e sexualidades, juventude, cidadania e cumprimento de medidas socioeducativas, diversidade religiosa e geracional, desenvolvendo a prática de reinterpretação dos conteúdos para os contextos escolares da educação básica, de produção e utilização de material didático, relacionados à área de conhecimento.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Articula os componentes do semestre de forma a organização de um seminário das práticas desenvolvidas através de apresentações de comunicação oral, pôsteres, audiovisual, materiais didáticos e outros.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>Organização de seminários com apresentações de trabalhos em forma de artigo, pôsteres, audiovisual e outros</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>FERNANDES, Eliane Leão. <i>Oratória, gestos e postura: agora é minha vez de falar</i>. Escolagov. Campo Grande, 2013. Disponível em http:// www.unisite.msgov.br/unisite.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. <i>Fundamentos de Metodologia Científica</i>. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. <i>Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas</i>. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>RAMPAZZO, Lino. <i>Metodologia Científica para alunos de graduação e pós-graduação</i>. 6ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012</p> <p>SANTOS, Angela Cristina Guimarães; OLIVEIRA, Antônio Pedro; ARAÚJO, James Amorim. <i>Manual de orientação de trabalhos acadêmicos</i>. Santo Antônio de Jesus: Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Campus V. Departamento de Ciências Humanas, 2006. 50 p.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
BRASIL VIII: REPUBLICA III	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	BRASIL	60h	
EMENTA DA ÁREA				
<p>Estuda o processo de formação socioeconômica, política e cultural do Brasil nos contextos dos períodos colonial, imperial, republicano e tempo presente, com ênfase nas questões da identidade nacional, da cidadania, democracia e direitos humanos, destacando os mundos do trabalho, os movimentos sociais e as diversidades regionais e socioculturais (étnicas, de raça, gênero e classe), a partir de diferentes enfoques historiográficos. Aborda dimensões múltiplas da historicidade das populações indígenas, africanas, afro-brasileiras e europeias na formação da sociedade nacional, focalizando a colonização, a escravidão, o processo de emancipação política e formação do Estado Nacional, o patriarcalismo e o regime monárquico. Discute a crise do sistema escravista, o pós-abolição e a implantação e organização do regime republicano e seus impactos no tempo presente. Analisa o processo de industrialização e urbanização, os percalços da construção da cidadania e da democracia e as contradições, tensões e acomodações políticas, socioeconômicas e culturais nas diferentes conjunturas do período republicano. Articula os conhecimentos teóricos com as diretrizes legais que orientam a educação básica nas instâncias nacional, estadual e municipal (BNCC, Currículo Bahia e Planos Municipais de Educação), desenvolvendo reflexões sobre as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão na formação profissional de História.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Discute questões históricas e controvérsias historiográficas acerca do golpe civil-militar de 1964, do regime ditatorial e do processo de restabelecimento do Estado democrático de direito no Brasil contemporâneo. Discute os conceitos de democracia e ditadura, observando as continuidades e descontinuidades do período presentes na Nova República brasileira estabelecida a partir de 1985. Busca estabelecer conexões pedagógicas entre o conteúdo proposto no componente e o ensino básico, onde normalmente este passado é abordado de forma rápida sem que se observe com a devida importância os aspectos do autoritarismo e os valores democráticos, que acabam sendo naturalizados pelas novas gerações, que não percebem que os mesmos são fruto de um processo de conquista social e política.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>Unidade 1: O golpe de 1964</p> <ul style="list-style-type: none">- O governo Jango: reformas de base e movimentos sociais- A campanha de desestabilização do governo Jango: ESG, IPES, IBAD, CAMDE				



- O golpe de 1964

Unidade 2: O Estabelecimento da ditadura

- Os Atos Institucionais e o fechamento do regime
- Crises intra-militares e a dinâmica do regime
- Os pilares do regime: repressão, censura e propaganda política
- O "milagre econômico" e seus desdobramentos.
- Repressão e luta armada.

Unidade 3: O processo de transição democrática

- A crise do regime ditatorial e seus concionantes internos e externos.
- De projeto a processo político
- A transição pela transação: anistia de 1979, reforma partidária, diretas-já, eleição presidencial.
- A Constituição de 1988 e a questão da cidadania.
- Os novos movimentos sociais, o “novo sindicalismo” e o MST.
- A “Nova República”: sociedade, cultura e política no pós-ditadura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (O Brasil Republicano, v. 4)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões controversas sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Trad: Mario Salviano Silva. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não: musica cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 3ª ed., 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios*. 3 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARDOSO, Lucileide Costa. “Construindo a memória do golpe de 64”. In: *Revista Brasileira de História*. Brasil 1954 -1964. ANPUH/ Marco Zero, vol. 14, nº27, 1994, p. 179-196.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Orgs.). *O tempo da Nova República – Da transição democrática à crise política de 2016 (O Brasil Republicano, Vol. 5)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERREIRA, Muniz G. “A guinada na Bahia com o golpe de 1964”. *História Viva* (São Paulo). São Paulo, v. 26, 2005.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política e modernização autoritária*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. “A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981)”. In: *Revista Brasileira de História – Brasil: do ensaio democrático ao golpe (1954-1964)*. São Paulo: ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004.

PINHEIRO, Milton. *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: Artistas da revolução, do CPC à era da TV*. SP: Editora UNESP, 2014.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já – O grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). *Ditadura Militar na Bahia*, v. 1 e 2. Salvador: EDUFBA, 2009.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA (se sim, indicar a carga horária)
TCC III	PESQUISA	PESQUISA HISTÓRICA	45h	
EMENTA DA ÁREA				
<p>Discute questões teóricas e metodológicas pertinentes à sistematização de um Projeto de Pesquisa em História, objetivando a capacitação do discente para o exercício da pesquisa – sistematização de dados, interpretação, reflexão e construção narrativa sobre temas variados articulados às linhas de pesquisa do curso –, bem como para a prática da pesquisa histórica no âmbito das atividades de extensão e no exercício da docência dos ensinos fundamental e médio. Todo o trabalho da área culmina com a realização e apresentação pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) nas modalidades de Monografia, Ensaio, Artigo, Documentário e Relato de Experiência. 105 horas do total da Carga Horária da Área serão destinadas à elaboração orientada do TCC.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Acompanha a redação final da monografia, ensaio, artigo, roteiro de documentário ou relato de experiência, observando aspectos técnicos, de conteúdo, argumentação e escolha narrativa. Prepara o orientando para a apresentação e avaliação da versão final do TCC.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>Disciplina de caráter específico que consiste no acompanhamento individual de orientandos, num processo contínuo de correção e reelaboração do trabalho final a ser apresentado, até que ambos, orientando e professor-orientador, avaliem que o trabalho está pronto para apresentação pública e avaliação.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
<p>BEAUD, Michel. <i>Arte da tese: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário</i>. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.</p> <p>FEITOSA, Vera Cristina. <i>Redação de textos científicos</i>. 8. ed Campinas (SP): Papyrus, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, Jorge Leite de. <i>Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica</i>. 3. ed. atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.</p> <p>SALOMON, Délcio Vieira. <i>Como fazer uma monografia</i>. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.</p> <p>TACHIZAWA, Takeshy; MENDES, Gildásio. <i>Como fazer monografia na prática</i>. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.</p>				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
<p>BRUSCATO, Wilges. <i>Quem tem medo da monografia?</i> São Paulo: Saraiva, 2010.</p>				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

GONÇALVES, Hortência de Abreu. *Manual de monografia, dissertação e tese*. São Paulo: Avercamp, 2008.

LOBÃO, Antonio Carlos A. *É possível ser feliz fazendo uma monografia*. São Paulo: Hucitec, 2004.

RODRIGUES, Andre Figueiredo. *Como elaborar e apresentar monografias*. 3 ed. São Paulo: Humanitas, 2008.

_____. *Como elaborar citações e notas de rodapé*. 5 ed. São Paulo: Humanitas, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA (se sim, indicar a carga horária)
TÓPICOS DE HISTÓRIA DA ÁSIA II: a Revolução Chinesa	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	ÁSIA	30h	
EMENTA DA ÁREA				
Analisa as sociedades asiáticas no que concerne à sua estrutura material e institucional, com base na dinâmica interna de seus processos de formação. Aponta elementos específicos que conferem sentido ao conjunto de experiências de povos, culturas e etnias da Ásia nas suas relações recíprocas em diferentes circunstâncias, enfatizando os modos de resistências, guerras e revoluções. Procura articular os conhecimentos históricos com a prática pedagógica, considerando as diretrizes legais que orientam a educação básica nas instâncias nacional e estadual (BNCC e Currículo Bahia). Desenvolve reflexões sobre as práticas do ensino, da pesquisa e da extensão.				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
Estuda as transformações políticas, econômicas e culturais ocorridas na Ásia oriental contemporânea, com ênfase na sociedade chinesa nos séculos XIX e XX, desenvolvendo reflexões e experimentações pedagógicas voltadas para o ensino básico.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<ol style="list-style-type: none">1. A China e os contatos com o Ocidente no final do século XVIII: o conhecimento histórico e o ensino de história<ol style="list-style-type: none">1.1 A penetração inglesa e o primeiro choque com o Ocidente1.2 Crises sociais e revoltas populares no século XIX1.3 O declínio do poder imperial na virada do século1.4 A China dos “Senhores da Guerra”2. O nascimento do partido comunista chinês3. Nacionalistas, comunistas e lutas sociais na China Republicana: historiografia e ensino de história.4. Guerra e revolução: a China no contexto da Segunda Guerra Mundial				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

4.1 A revolução Comunista na China: o conhecimento histórico e o ensino de história.

5. A china pós-revolução: historiografia e ensino de história
5.1 A revolução Cultural na China
6. A China nos dias Atuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BERGÈRE, Marie-Claire. *A economia da China Popular*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, s/d.
2. BRUIT, Hector H. *O Imperialismo*. São Paulo, Campinas: Atual Editora, 1986.
3. FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. 3.ed. Campinas (SP): Papirus, 1995. (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico)
4. HOBSBAAUM, Eric. J. *A Era dos Extremos*. São Paulo. Companhia das Letras, 1982.
5. _____. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.
6. POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALMANAQUE ABRIL. São Paulo: Abril, 1997.
2. BEZERRA, Holien G. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Edunicamp, 1985
3. MAO JUNIOR, José. *A revolução Chinesa*. Editora: Ponto de Apoio. São Paulo 1990
4. COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora Moderna, 1990.
5. ROXANE, Wike. *Madame Mao: A mulher que manda em 800 milhões de homens*, /rio de Janeiro, EdNova Froteira, 1977.
6. TROSTY, LEON. *Escritos sobre China*. Ed. Pluma, Bogota.

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA (se sim, indicar a carga horária)
ÁFRICA: TÓPICOS ESPECIAIS DE HISTÓRIA E LITERATURA AFRICANA	CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	ÁFRICA	45h	
EMENTA DA ÁREA				
Estuda relações sociais, povos, culturas, política, religiosidades, pensamento e economia das sociedades africanas no continente e sua diáspora, com destaque as suas características histórico-civilizatórias próprias e dinâmicas migratórias. Aborda a expansão islâmica e colonial européia, bem como a relação existente entre escravismo, colonialismo, racismo e patriarcalismo na África. Analisa o papel e os impactos do colonialismo na África, sobretudo a partir do processo de “roedura”, partilha e conquista do continente africano pelos europeus. Também estuda movimentos anti-coloniais como a				



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

negritude e o pan-africanismo, inclusive processos de descolonização e a formação de novos estados nacionais. Analisa conexões histórico-culturais e experiências dos povos africanos na diáspora, partindo do fluxo e refluxo de seus povos em consequência do avanço do comércio escravo. Reflete acerca da relação entre racismo, escravidão e direitos humanos. Analisa a contribuição intelectual africana, africanista e indiana à historiografia da África em termos teóricos e metodológicos e a produção historiográfica do campo desde as obras de referência internacional àquelas que vêm sendo produzida no Brasil. Analisa representações do continente africano e seus povos na literatura, arte, meios de comunicação, cotidiano e livros didáticos, bem como, a etiologia de termos como: África, Negro, Indígena (Índio), tradição, tribo, etnia de modo a identificar e desconstruir estereótipos e racializações construídas ao longo do tempo. Reflete acerca do ensino e história da África no Brasil, relações raciais e de gênero. Desenvolve atividades de caráter interdisciplinar e em íntima relação com a extensão. Trabalha com fontes documentais para a produção da pesquisa e o seu uso no ensino de história da África. Estuda temas da história do tempo presente das sociedades africanas, dando ênfase para a história pública na África. Articula os conhecimentos históricos propostos com as diretrizes pedagógicas da BNCC e do Currículo Bahia.

EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR

Estuda temas diversos sobre realidades sociais, políticas e culturais do continente africano a partir dos múltiplos espaços e temporalidades. Analisa o fenômeno religioso nas sociedades africanas e os múltiplos sistemas de crenças e práticas religiosas. Estuda artes africanas, estética, músicas, entre outras expressões artísticas, e suas conexões com o cotidiano das sociedades locais. Aborda, também, temas e fenômenos sociais, políticos e culturais próprios da história do tempo presente, como: cinema africano; patrimônio material e imaterial das sociedades africanas; sistemas sociais/políticos e suas relações com meio ambiente; filosofia africana; práticas de cura e saúde, tradição oral e narrativas; deslocamentos e migrações; memória, história pública e direito ao passado; economia e sociedade das nações africanas entre o pós-independência e o século XXI, entre outros temas, focalizando as dimensões do ensino da pesquisa e da extensão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Por ser um componente de Tópicos Especiais de História da África, o conteúdo será definido a partir da oferta do mesmo, tendo como referência os temas sugeridos na ementa acima especificada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras. São Paulo, 2019
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997
- UNESCO. *História Geral da África*. 08 volumes.. Volume I: Metodologia e Pré-História da África ; Volume II: África Antiga ; Volume III: África do século VII ao XI ; Volume IV: África do século XII ao XVI ; Volume V: África do século XVI ao XVIII ; Volume VI: África do século XIX à década de 1880 ; Volume VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 ; Volume VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010
- KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Rio de Janeiro: Pallas, 2006
- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Editora Antígona, 2014.
- MBEMBE, Achille. *Sair da Grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.
- SILVA, Teresa Cruz; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de. “Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas”. (Textos



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança). Dakar, CODESRIA, 2012, 271 p. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20131028053636/ComoFazer.pdf>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Mário Pinto. *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote, 1997. (Col. Caminhos da Memória).

CARVALHO, Rui Moreira de. *Compreender África: teorias e práticas de gestão*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FONSECA, Maria Nazareth Soares; CALADO, Karina de Almeida. "Identidade, subjetividade e nação guineense na poesia de Odete Semedo". Grau Zero: *Revista de Crítica Cultural*, n. 1, p. 145-160, jan./jun. 2013.

HALL, Stuart. "A questão multicultural". In: SOVIK, Liv (Org.). *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG / Brasília: UNESCO, 2003, p. 51-95.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro. Editora Cobogó. 2019

LEITE, Ana Mafalda. *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Maputo: Imprensa Universitária Universidade Eduardo Mondlane, 2003.

MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre literaturas das nações africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

MONIÉ, Frédéric; ROSA, Isaac Gabriel Gayer Fialho da; SILVA, Vânia Regina Amorim da. *A INSERÇÃO DA ÁFRICA SUBSAARIANA NO SISTEMA- MUNDO II: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS*. Disponível em: https://www.academia.edu/4299642/A_inser%C3%A7%C3%A3o_da_%C3%81FRICA_Subsaariana_no_sistema-mundo?auto=download

PEREIRA, José Maria Nunes. *O CONTINENTE AFRICANO: Perfil histórico e abordagem geopolítica das macrorregiões*. Disponível em: http://equipemultilondrina.pbworks.com/w/file/48266508/O_continente_africano_-_perfil_historico.pdf

QUEIROZ, Amarino Oliveira de. *As inscricuras do verbo: dizibilidades performáticas da palavra poética africana* 2007. 310 f. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) – Universidade Federal de Pernambuco,

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 1995

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2009.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO	ÁREA	CARGA HORÁRIA	NATUREZA EXTENSIONISTA
ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: REGÊNCIA II	PRÁTICA PEDAGÓGICA	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	105h	
EMENTA DA ÁREA				
<p>Diagnostica os espaços de atuação profissional, caracterizando o contexto e as relações de trabalho nesses espaços. Analisa e reflete a prática de ensino de história por meio de observação direta em salas de aula, bem como através da utilização de vídeos, narrativas orais e escritas de alunos e professores, produções de alunos e professores, situações simuladoras e estudos de caso. Elabora e executa proposta de intervenção na forma de regência, minicursos, oficinas e projetos de extensão, em escolas da educação básica e em outras instituições formadoras, tais como, escolas comunitárias, Ong's, projetos especiais, etc., aprimorando o diálogo com atividades extensionistas na comunidade. Avalia coletivamente as experiências vivenciadas pelos alunos durante sua atuação docente nos diversos contextos sócio educacionais.</p>				
EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR				
<p>Analisa a legislação vigente que regulamenta o Ensino médio. Possibilita contatos com os espaços de atuação de forma a vivenciar, analisar e refletir a prática do ensino de História. Elabora e executa projetos de intervenção pedagógica na forma de regência em escolas do Ensino Médio incluindo-se obrigatoriamente atividade de regência de classe, culminando com a socialização das experiências vividas durante a atuação na regência nos diversos espaços sócio educacionais experimentados pelos alunos. Promove o diálogo com <i>Documento Curricular Referencial da Bahia</i>, no sentido de aproximar as características regionais e locais da sociedade, na perspectiva cultural, política e economia dos educandos, alinhando-se também as orientações da BNCC.</p>				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
<p>O Ensino Médio no Brasil: Panorama histórico; As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 1988 e a nova reforma do Ensino Médio; BNCC e as Orientações Curriculares para o Médio do Estado da Bahia. Fontes históricas para o Ensino de História; Planejamento em História: projeto de ensino e planos de aula. A avaliação em História. Observação em Sala; Coparticipação e Regência. Projetos de Intervenção no campo do Estágio.</p>				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				



CUNHA, Maria Isabel. *O Bom Professor e sua Prática*. Campinas- São Paulo: Papyrus, 1996.
FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Didática e Prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*, Campinas,SP: Papyrus, 2003.
LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da Aprendizagem Escolar*. São Paulo: Cortez, 1998.
PADRÓS, Enrique Serra. (org). *Ensino de história: formação de professores e cotidiano escolar*. Porto Alegre: EST, 2002.
KARNAL, Leandro(org). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. terceira versão. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Brasília: MEC / SEF ,1998.

FERRETI, Celso João; Silva, Mônica Ribeiro da. *Reforma do Ensino Médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: Estado, Currículo e disputas por hegemonia*. Educação e Sociedade. Campinas. V.38, nº 139 p. 385-404 – abril-junho 2017.

GHEDIN, Evandro; ALMEIDA, Washington A. de; OLIVEIRA, Elisangela S. de. *Estágio com Pesquisa*. São Paulo: Cortez, 2015.

GOMES, Marineide de Oliveira. (Org.). *Estágios na Formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MOEHLECKE, Sabrina. *O Ensino Médio e as Novas Diretrizes Nacionais: entre recorrências e novas inquietações*. Revista Brasileira de Educação, v. 17 nº 49, jan. – abr. 2012.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Currículo Bahia*. Orientações Curriculares do Estado da Bahia.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção docência em formação. – Série saberes pedagógicos);

PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de História e a criação do fato*. – ver. E atual. – São Paulo: contexto, 2009.

ZABALZA, Miguel. A. *O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

ZONOTTO, Marijane e SANDRI, Simone. *Avaliação em Larga Escala e BNCC: Estratégias para o gerencialismo na Educação*. *Revista Temas & Matizes*, Cascavel, v. 12, n. 23, p. 127 – 143, jul./dez. 2018 ISSN: 1981-4682.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.

8. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Curso de História - Licenciatura do *Campus V*, da UNEB, vem consolidando as suas ações acadêmicas através da execução de projetos de pesquisa, extensão e ensino. O Curso de História, ao efetivar essas atividades, fins da própria universidade, possibilita aos discentes conhecerem os métodos e técnicas da pesquisa histórica e educacional,



além de proporcionar momentos ricos de diálogo entre o saber produzido na academia e as demandas sociais relacionadas à sua área de formação. Soma-se a isso o fato de que a realização desses projetos permite, aos professores e alunos do Curso, experienciar a unidade entre teoria e prática no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, rompendo a visão tradicional que fragmenta a práxis pedagógica. Uma outra perspectiva aliada a essa dimensão está estruturada em torno da curricularização da extensão como uma proposta de atividade formativa nos currículos em diálogo com a comunidade. Assim, o presente currículo busca uma interlocução entre ensino, pesquisa e extensão embasados na seguinte proposta:

- **Trabalho de Conclusão de Curso**

Para realização do TCC, o aluno apresenta previamente um projeto de pesquisa com tema, problema, justificativa, objetivos (geral e específico), referencial teórico, metodologia, fontes e referências.

- **Formação extensionista (323 horas)**

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 nos desafia a traduzir de forma mais articulada a relação entre ensino, pesquisa e extensão, como condição para alcançar novos patamares de democratização do acesso à educação superior de qualidade ao propor a creditação das ações de extensão, buscando assegurar um diálogo profícuo com a sociedade.

Assim, a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (2014 -2024) busca assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. Nesse cenário, obriga as instituições de ensino superior revisitarem o seu currículo, convidando a uma reflexão nos percursos formativos dos graduandos, à garantia de espaço de vivências formativas junto à comunidade, destituindo a relação hierárquica entre universidade e comunidade.

De acordo com a Resolução Nº 7, DE 18 de dezembro de 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira a extensão na educação



superior brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

De acordo com esse marco legal, até 2024 se torna obrigatório, os cursos de graduação das universidades brasileiras dedicarem, no mínimo 10% do seu currículo às atividades de extensão. Contudo, há que ressaltar que a curricularização da extensão nos currículos não deve ser apreendida apenas como uma relação **numérica de carga horária**, mas como um real desafio para a concepção de formação profissional que estamos realizando nas universidades.

A Curricularização da Extensão nesse projeto se constitui como o desenvolvimento de ações de extensão transversalizadas nos diferentes componentes curriculares do curso, além da participação dos estudantes em Programas e Projetos que tenham vinculação com as áreas prioritárias definidas pelo Plano Nacional da Extensão Universitária (2014) e com as demandas sociais.

Nesse cenário, o curso de História do Campus V institucionaliza em seu currículo **o total de 323 horas de** atividades extensionistas que perpassam pelos Núcleos formativo I e II com o objetivo de garantir a participação do discente em, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, desenhadas da seguinte maneira:

:

- **No Núcleo I** terá como carga horária de atividades extensionistas as seguintes áreas de conhecimento: Brasil (30h), Europa (25h), América (20h), África (16h), Pesquisa histórica (20h) e Patrimônio Cultural (40h) podendo realizar projetos de forma interdisciplinar ou elege a partir dos componentes, ações voltadas para a extensão.
- **No Núcleo II** serão destinadas à curricularização da extensão as seguintes áreas/disciplinas: Conhecimentos Pedagógico (20h); Estágio Supervisionado III



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

(60h) e Laboratório de Ensino (I ao IV semestre com 80h) mediante projetos interdisciplinar entre as áreas ou atividades em componente curricular.

- Atuação em Projetos carga horária de, no mínimo, 20 (vinte) horas de atuação em Projetos de Extensão inscritos e acompanhados pelo NUPE. Para tanto, os docentes em suas respectivas áreas de conhecimento devem submeter Projetos de Extensão que agreguem os discentes.

O colegiado deverá criar uma comissão para acompanhar as atividades de Extensão no âmbito do Colegiado para acompanhar a contagem e integralização da carga horária da extensão pelo discente, além de expedir parecer, quando necessário.

Atualmente , temos um número significativo de docentes que mantém projetos de extensão e pesquisa no intuito de qualificar o curso e propiciar bolsas de mentoria e extensão com a comunidade. Vejamos a seguir os dados:



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

NOME COMPLETO	TITULAÇÃO , REGIME DE TRABALHO	TÍTULO DO PROJETO	OBJETIVO DO PROJETO	NATUREZA DO PROJETO (EXTENSÃO OU PESQUISA)	FAZER REFERÊNCIA DOS IMPACTOS DOS PROGRAMAS/PROJETOS
ALINE DAIANE MASCARENHAS	DOUTORA 40 HORAS EFETIVA	A tecnologia assistiva como instrumento para o auxílio pedagógico: desafios e possibilidade de uma prática docente inclusiva	Proporcionar aos professores da rede (municipal e estadual) e aos estudantes do curso de Licenciatura do Campus V, uma formação que auxiliem na utilização da tecnologia assistiva como instrumento para o auxílio pedagógico dos discentes que possuem algum tipo de deficiência	Projeto de Pesquisa e extensão com participação de discentes da graduação e uma monitora bolsista.	O projeto oferecerá benefícios no âmbito da formação continuada de professores do município de Santo Antônio de Jesus, além de possibilitar a formação docente dos graduandos das licenciaturas do Campus V. Terá um importante papel social, a medida que efetivará práticas docente inclusiva e favorecerá aos discentes da educação básica que possuem algum tipo de deficiência, uma vez que oportunizará a elaboração e adaptação de material pedagógico para ajudar na aprendizagem e condição de vida diária das pessoas com deficiência.
ANGELA CRISTINA GUIMARÃES SANTOS	DOUTORADO DE EFETIVO	Violência e segurança no ambiente escolar: estudo sobre vitimização e práticas de governança em colégios estaduais de Salvador.	Analisar as percepções dos estudantes em relação à violência interpessoal entre pares e os projetos de segurança adotados pelos agentes das escolas estaduais de Salvador, a fim de minimizar atos de violências intencionais.	Projeto de pesquisa (sem fomento institucional)	O panorama da violência e segurança no ambiente escolar é uma realidade em escolas públicas. Tais reflexos podem ser oriundos da violência enraizada no cotidiano das comunidades, e mais, uma violência que também se encontra capilarizada nas práticas diárias das relações familiares, sendo comum sua utilização na solução de conflito e como estratégia de educação. Dessa forma, o impacto social desse estudo transcende o âmbito escolar, considerando que as consequências desse fenômeno afetam diretamente a saúde física e mental das crianças e jovens.
Cristina Monteiro de Andrada Lun	DOUTORA DE EFETIVA	ditadura civil-militar (1964-1985) e seus reflexos no estado da Bahia	Discutir a historiografia existente sobre a ditadura civil-militar (1964-1985) e seus reflexos na Bahia.	Projeto de pesquisa	
DENILSON LESSA DOS SANTOS	MESTRE EM HISTÓRIA SOCIAL, DEDICAÇÃO	1 África: o colonialismo português nas Terras	A proposta de pesquisa tem por objetivo levantar fontes e criar um banco de	Curso de Pesquisa Bolsistas Programa Afirmativa – PROAF	Pesquisa que terá impacto na área de África, sobretudo para atender as diretrizes da Lei 10.639/2003



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

	EXCLUSIVA, PROFESSOR EFETIVO, CONCURSADO EM 2005, PARA ÁREA DE HISTÓRIA DA ÁFRICA	de Moçambique. 1885-1960	dados com documentação diversa que reflita sobre o impacto e o papel do colonialismo português em Moçambique, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.		
DENILSON LESSA DOS SANTOS	MESTRE EM HISTÓRIA SOCIAL, DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, PROFESSOR EFETIVO, CONCURSADO EM 2005, PARA ÁREA DE HISTÓRIA DA ÁFRICA	2 Intelectuais negros e negras: por uma agenda política anti-colonialista/anti-racista	Curso de extensão voltado para discutir estudos temáticos em torno do papel do intelectual negro frente a uma "agenda" política colonialista e racista que permeia o campo acadêmico e define contornos teóricos e metodológicos sobre os, segundo Frantz Fanon, condenados da terra. A partir de uma bibliografia previamente definida, busca-se problematizar qual seria o papel do intelectual negro na contemporaneidade. Este tem como público alvo professores da Rede Municipal de Educação de Mutuípe e alunos regulares de graduação em história, mas, também, de outras áreas do conhecimento a exemplo da Geografia e o campo das Letras. De modo geral, busca oferecer subsídios teórico-metodológicos para o encaminhamento de ações e difusão do conhecimento voltados para uma agenda anti-colonial e anti-racista.	Curso de Extensão	Formar 40 professores para aplicabilidade da Lei 10.639/2003 e para atuar numa perspectiva de uma educação anti-racista
DENILSON LESSA DOS SANTOS	MESTRE EM HISTÓRIA SOCIAL, DEDICAÇÃO EXCLUSIVA,	ROTAS CRUZADAS NO ATLÂNTICO NEGRO: pensamentos,	Integrar pesquisas, professores, estudantes de graduação e de pós-graduação de duas	Programa Abdias do Nascimento de Cooperação Acadêmica (Capes-MEC)	Transformação do Afroneb de um Núcleo de Estudos, em um Centro Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros com impactos na



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

	PROFESSOR EFETIVO, CONCURSADO EM 2005, PARA ÁREA DE HISTÓRIA DA ÁFRICA	saberes, políticas públicas e justiça epistemológica na construção e institucionalização da Área de Estudos Africanos e da Diáspora na UNEB	instituições distintas, a saber: Universidade do Estado da Bahia (Brasil); Brown University (EUA), em um Programa institucional e Interdisciplinar de pesquisa, produção e difusão de conhecimentos comparáveis e de temáticas assemelhadas relativas às populações negras da África e das Américas, instituindo na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, uma Unidade Acadêmica intitulada Estudos Africanos e da Diáspora. O Programa será organizado em dois Grupos de Trabalho com natureza específica e complementar, a saber: a) estudos históricos e culturais comparados; b) fundamentos da justiça epistemológica.		produção e difusão de conhecimentos comparados sobre povos negros no Brasil, na África e na Diáspora Africana nas Américas.
EDINALDO ANTÔNIO OLIVEIRA SOUZA	DOUTOR CH:40 H PROFESSOR EFETIVO	Catálogo e organização do acervo documental do Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus, Ba.	Organizar e catalogar o acervo do Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus, visando facilitar o acesso de estudantes, professores e outros pesquisadores a uma importante documentação histórica.	Projeto de Extensão, coordenado pelo professor, com a participação de um aluno bolsista, através da fonte: "Auxílio financeiro a estudante", e monitores voluntários.	A catalogação e organização do referido acervo documental facilitará o trabalho de pesquisa de estudantes e professores da graduação, da pós-graduação e secundaristas, incentivando a realização de estudos da história regional e local, bem como de outras áreas do conhecimento a partir de um valioso conjunto de fontes. Desse modo, o projeto pretende contribuir para a preservação e divulgação do valioso acervo documental junto à comunidade envolvida.
FERNANDA DE SOUZA LIMA	MESTRE EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL 20 HORAS SUBSTITUTO	Fontes e pesquisa dos processos judiciais de desquite e divórcio	Fomentar a prática da pesquisa entre os graduandos do curso de história, auxiliando na elaboração de futuras	Projeto de Extensão, com participação de discentes, sem bolsas, e um monitor voluntário.	Sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a importância das fontes jurídicas na pesquisa histórica, não esquecendo de evidenciar de que maneira o gênero aparece nessas fontes de pesquisa.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

			pesquisas através de procedimentos científicos necessários a organização da pesquisa em história.		
JACIMARA SOUZA SANTANA	PROF.. ADJUNTA DE EFETIVA	Projeto de Extensão: história da saúde das populações negras na África e diáspora	Proporcionar o debate acerca das especificidades históricas, problemas e desafios que caracterizam as condições de saúde e acesso à assistência de pessoas negras junto a estudantes, profissionais de saúde e líderes de religiões de matriz africana.	Projeto de extensão com Participação de pesquisadoras (es) docente/discente e profissionais de saúde	O projeto proporciona trocas de experiências e saberes; Divulga pesquisas desenvolvidas por docentes e discentes naquele campo de estudos; Fomenta a emergência de novas possibilidades de pesquisa; sensibiliza profissionais de saúde quanto às práticas do atendimento, do racismo institucional e a valorização de novos saberes e formas de promover saúde e de curar. Coordenadora e responsável: Jacimara S. Santana
JACIMARA SOUZA SANTANA	PROF. ADJUNTA DE EFETIVA	Projeto de Pesquisa	Investigar as condições de saúde e assistência da população africana na Bahia (XVIII-XIX), analisando inclusive estratégias próprias na busca por tratamento e cura.	Projeto de pesquisa com participação de pesquisadoras (es) docente e discente na condição de bolsistas de IC (PICIN,FAPESB)	Amplia a produção de pesquisa no campo de estudos da saúde das populações negras no Brasil. Fornece subsídio para a formação de profissionais em saúde. Contribui para a implementação de políticas de saúde para as populações negras. Dinamiza a linha de pesquisa "historia da saúde das populações negras do MALUNGU-Núcleo de Pesquisa, Estudo e extensão de África e suas diásporas. Jacimara S. Santana líder do MALUNGU, coordenadora e responsável pelo projeto
JACIMARA SOUZA SANTANA	PROF.. ADJUNTA DE EFETIVA	África e Africanidades na escola	Criar um espaço de pesquisa, estudo, troca de experiências e saberes entre estudantes de graduação e pós-graduação, bem como, professoras/es do ensino de básico acerca de temas relacionados aos estudos de África, afro-brasileiros e indígenas, bem como raça e gênero no currículo.	Projeto de extensão	Contribuir para a implementação da Lei 10.639/03, bem como 11.645/08. Responsável e coordenadora: Jacimara S. Santana
JACIMARA SOUZA	PROF.. ADJUNTA DE	JOVENS MALUNGUS: atitude	Atuar em escolas de Quilombos e/ou que	Projeto de extensão	Estimula o protagonismo juvenil na formação de adolescentes e outros



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

SANTANA	EFETIVA	juvenil quilombola	atendem populações quilombolas com estudantes de graduação, pós-graduação e do ensino básico, visando potencializar o ativismo juvenil.		<p>juvens.</p> <p>Subsidia professoras/es do ensino básico com materiais educativos.</p> <p>Promove a troca de experiências e saberes</p> <p>Responsável e coordenadora: Jacimara S. Santana</p>
JOHNY GUIMARÃES DA SILVA	TITULAÇÃO: MESTRE REGIME DE TRABALHO: D.E . EFETIVO	Cineclube Papa-jaca	Levar a comunidade universitária e o público em geral a cultura cinematográfica: com exibição de filmes e debates	Projeto de Extensão	<p>Com o projeto Cineclube Papa-jaca a comunidade de Santo Antônio passou a ter mais conhecimento de cinema. E através dele buscar entender e interferir melhor na sua comunidade.</p> <p>Ademais, o projeto Pa-jaca tem junto com alunos e professores produzido filmes sobre a região, a exemplo: Minas do Sapé, Sinfônia da Serra da Jibóia, etc.</p>
LUCIANA DE CASTRO NUNES NOVAES	DOUTORA SUBSTITUTO 40H	I Balcão Jurídico da UNEB Campus V	O Projeto de Extensão I Balcão Jurídico da UNEB Campus V possui como objetivo disponibilizar a comunidade do município de Santo Antônio de Jesus, Bahia um mecanismo de facilitação ao acesso à Justiça e cidadania.	Com monitoria de extensão (PROEXT)	Ampliação de caminhos alternativos de solução de conflitos para a comunidade mais carente.
MARIA DAS GRAÇAS ANDRADE LEAL	DOUTORA, 40 HORAS- DE - EFETIVO	Elos de trabalho: história, memórias, trajetórias	Ampliar o leque de possibilidades de estudos sobre a história do trabalho e de trabalhadores nas perspectivas culturais, sociais, políticas e econômicas, visando articular aspectos historiográficos de trajetórias e memórias referentes a este campo de investigação, bem como discuti-los na categoria analítica das relações raciais e de gênero. No âmbito historiográfico, pretende-se desenvolver	Projeto de Pesquisa com participação de discentes da graduação e pós-graduação não bolsistas	<p>- Pesquisa e análise documental sobre a Associação MontePio dos Artífices – Centro Histórico de Salvador, atualmente com 187 anos de existência;</p> <p>- Sou associada da Associação MontePio dos Artífices e atuo na Diretoria, promovendo ações de preservação do patrimônio institucional e social junto aos associados e comunidades;</p> <p>Como resultados dos trabalhos desenvolvidos:</p> <p>- Publicação de artigos e apresentação de trabalhos em Congressos;</p> <p>- Mobilização de associados e comunidade em torno da valorização e</p>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

				um estudo exaustivo sobre a produção historiográfica brasileira e baiana em particular, buscando historicizar a escrita da história do trabalho ao longo dos últimos 30 anos.		preservação do patrimônio institucional; - Articulação com outras Associações congêneres da Região do Centro Histórico como Sociedade MontePio dos Artistas e Sociedade Protetora dos Desvalidos; - Digitalização de parte do acervo documental da referida Associação, a fim de preservar e proteger a documentação histórica de 187 anos;
MARLUSE ARAPIRACA DOS SANTOS CORDEIRO	MESTRA EDUCAÇÃO 40 HORAS ASSISTENTE	EM	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E CULTURA ESCOLAR: DE PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO PÚBLICA DE NEGROS E POBRES E SUAS TRAJETÓRIAS DESIGUAIS	<p>Analisar a memória e História da Educação de negros e pobres, considerando o processo de escolarização e a reprodução social, através da incorporação de uma cultura escolar legitimada em suas práticas escolares, no reforço de trajetórias desiguais.</p> <p>Identificar a instituição escolar como reprodutora simbólica de concepções raciais e de classe, incorporados, em suas formas de escolarização; Com recorte temporal: 1970 à atualidade;</p>	Projeto de Pesquisa sobre a História e Memória da educação e escolarização de Negros e pobres e suas trajetórias desiguais, com a participação de 02 discentes do curso de História, sem fomento institucional.	<p>Contribuição para a qualificação discente para a pesquisa científica;</p> <p>Impacta na investigação da Memória e História da educação, os efeitos da organização da escola pública na Bahia, seus sentidos, com desenvolvimento de pesquisa em fontes documentais, dialogando com a história oral dos sujeitos, em seus múltiplos processos de negação, silenciamento e exclusão;</p> <p>Suscitar reflexões sobre os estudos em História da educação, memória e processo de exclusão, regulação, através dos seus sistema de ensino, práticas pedagógicas, rotinas escolares, normas, etc...;</p> <p>Promove a produção de Material científico acadêmico;</p>
MARLUSE ARAPIRACA DOS SANTOS CORDEIRO	MESTRA EDUCAÇÃO 40 HORAS ASSISTENTE	EM	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL 1ª Etapa 45 horas (2019.1) 2ª Etapa 30 horas	<p>Promover debates e reflexões sobre a História da Educação no Brasil e suas influências na Bahia;</p> <p>Desenvolver ações de pesquisas à acervos e</p>	Projeto de Extensão com participação de discentes da graduação do Curso de História, sem fomento institucional.	<p>Na Parte teórica tivemos 45 horas, de debates sobre a História da Educação no Brasil e seus reflexos na Bahia.</p> <p>O Curso de extensão suscitou outras ações, abrindo uma possibilidade do projeto de extensão se converter em projeto de pesquisa;</p>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

		(2019.2)	instituições escolares, em especial na cidade de Santo Antônio de Jesus-BA.		<p>Na segunda parte 2019.2, 30 horas, foi solicitado a Elaboração de anteprojeto de Pesquisa sobre a História da educação em Santo Antônio de Jesus-BA, articulado a práticas, rotinas, organização do sistema de ensino, normas, saberes e produção da cultura escolar local.</p> <p>Produção de artigo científico ou material técnico (áudio visual), para ser disponibilizado junto aos discentes da Universidade e Unidades escolares locais, que tenham interesse, pelos estudos sobre História da Educação.</p> <p>Seu maior impacto foi a contribuição ao próprio curso de História, pois fomentou a discussão da temática da História da educação, componente que não é oferecido pelo curso.</p>
NANCY RITA SENTO SÉ DE ASSIS	DOUTORA DEDICAÇÃO EXCLUSIVA PROFESSORA EFETIVA	Doutrina, Jurisprudência e Publicidade no Brasil: Estudo Sobre as Penas de Morte e de Açóites no Brasil Oitocentista	Analisar os discursos sobre as penas de morte e açóites produzidos pelos indivíduos e grupos das elites do Império do Brasil	Não se aplica	Contribuição para a historiografia brasileira, através da produção científica e apresentação em eventos acadêmicos e científicos.
NORA DE CÁSSIA GOMES DE OLIVEIRA	DOUTORA 40 HORAS EFETIVA				
SARA OLIVEIRA FARIAS	DOUTORADO EM HISTÓRIA. REGIME DE TRABALHO DE	História e Memória: Tecendo os fios, contando a vida, fazendo política: O Movimento de Educação de Base (1961-1966)	Analisar as memórias do MEB, centralizando os discursos contruídos sobre Educação- Política- Educação de adultos durante os anos de 1960, no Brasil contemporâneo	Projeto de pesquisa Existe participação de docentes(2); discentes da pós-graduação (5) e discente de graduação (1) do curso de História -Campus V	<p>1) Impactar positivamente a consolidação de uma cultura de pesquisa na UNEB; principalmente no Campus V;</p> <p>2) Contribuir para a qualificação de docentes e pesquisadores que conformam esses espaços, possibilitando ainda trocas mútuas de resultados de diferentes pesquisas na região sobre o tema ou processos políticos e sociais a ele relacionados;</p> <p>3) Contribuir para os estudos sobre política, memória e educação de jovens e adultos nas escolas públicas da</p>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

<p>SILENE ARCANJA FRANCO</p>	<p>MESTRA EM CULTURA, MEMÓRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – UNEB. PROFESSORA EFETIVA – 40 H</p>	<p>Grupo de Estudos Religião e religiosidade Afro brasileira na Literatura</p>	<p>Analisar e discutir obras relacionadas a temática da religiosidade de matriz africana e afro brasileira</p>	<p>Projeto de extensão com a participação de docente e discente – Bolsa da PROAF de monitoria</p>	<p>região de Santo Antônio de Jesus. Seu maior impacto foi na comunidade acadêmica, pois abriu uma outra possibilidade de Campo de pesquisa, assim como pautou a discussão da temática da religiosidade dentro do círculo acadêmico. Observou-se um impacto junto à comunidade de Santo Antônio devido ao nº de terreiro existente na região e a centralidade das discussões em torno da Intolerância religiosa.</p>
<p>SUZANA MARIA DE SOUSA SANTOS SERVERES</p>	<p>DOUTORADO D.E. EFETIVA</p>	<p>Relações de poder na América portuguesa: inquisição, política e sociedade</p>	<p>Conhecer as formas de poder exercidas pelo Antigo Regime português na América, e nelas o alcance do poder inquisitorial na Capitania da Bahia, inclusive perscrutando a interferência (ou não) do Tribunal de Lisboa nas articulações entre elite luso-brasílica e a Coroa no que tange às negociações de interesses políticos, desde meados do século XVI até meados do XVIII. Objetivamos também conhecer as relações de força estabelecidas entre setores da sociedade baiana e os sujeitos históricos presos e/ou denunciados pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, quaisquer que tenham sido as acusações.</p>	<p>Pesquisa: Participação discente Bolsa PIBIC para aluna IC Sem monitoria, sem outro fomento institucional</p>	<p>Impacto: Contribuição para a reflexão sobre a história do Brasil colonial, incluindo a perspectiva dos estudos regionais, trazendo novas abordagens.</p>
<p>SUZANA MARIA DE SOUSA SANTOS SERVERES</p>	<p>DOUTORADO D.E. EFETIVA</p>	<p>História política no cinema e na literatura ficcional</p>	<p>Fomentar a elaboração de pensamento político crítico, abordando aspectos da massificação da informação, da cultura, do enquadramento psico-sociológico de grupos humanos sujeitos a regimes totalitários e</p>	<p>Extensão; participação docente sem bolsa sem monitoria projeto priorizado pelo DCH-V, mas sem aplicação do recurso</p>	<p>Impacto social é a presença dos estudantes e da comunidade nas discussões.</p>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

<p>TÂNIA MARA PEREIRA VASCONCELOS</p>	<p>DOUTORA, 40 HORAS - DE - EFETIVO</p>	<p>Por elas: (re) pensando relações de gênero em uma perspectiva feminista interseccional</p>	<p>ditatoriais</p> <p>Agregar lideranças comunitárias femininas e estudantes do Campus V para proporcionar-lhes uma formação continuada em relações de gênero e feminismos, com vistas a congregar, fomentar e catalisar ações educativas de combate a cultura da violência de gênero nas comunidades em que atuam e incentivar pesquisas sobre o tema.</p>	<p>Projeto de Pesquisa e extensão com participação de discentes da graduação e uma monitora bolsista.</p>	<p>- O projeto tem como foco principal a formação e empoderamento de mulheres líderes comunitárias que possam atuar como educadoras multiplicadoras em suas comunidades de origem, na construção de uma cultura igualitária, democrática e de combate aos preconceitos e estereótipos de gênero, raça/etnia, sexualidades, orientação sexual, além da formação de estudantes do Campus V nos temas relativos à relações de gênero.</p> <p>- No primeiro semestre de atuação do projeto (2019.2) oferecemos um curso com o tema: “gênero e feminismos em uma perspectiva interseccional”, que foi divulgado na comunidade local e obteve uma ampla participação de lideranças comunitárias, estudantes (UNEB, UFRB, FACEMP e ensino médio) e outrxs representantes da comunidade local interessadxs no tema. Realizamos também (nos dois primeiros semestres) diversas mesas e rodas de diálogo com temas relativos a relações de gênero e feminismos em uma perspectiva interseccional. As mesas foram compostas por mulheres acadêmicas e lideranças comunitárias e tiveram como temas: feminismo negro; mulheres na capoeira; racismo ambiental e a luta de mulheres pesqueiras e quilombolas.</p> <p>- O projeto tem incentivado estudantes do Campus V a realizar pesquisas históricas sobre o tema oferecendo-lhes subsídios teórico-metodológicos no campo das Ciências humanas.</p>
<p>VÂNIA NARA PEREIRA VASCONCELOS</p>	<p>DOUTORA DE EFETIVO</p>	<p>Projeto Gênero, raça, sexualidade e educação: espaço para a diversidade</p>	<p>Contribuir com a formação continuada de professoras e professores do ensino Fundamental e Médio das escolas públicas de Santo Antônio de Jesus e alunas (os) dos cursos de</p>	<p>Projeto de Extensão com participação docente e discente; já tivemos monitoras (es), no entanto no momento com meu afastamento para pos doc o projeto está temporariamente suspenso</p>	<p>Alguns impactos que consideramos importantes:</p> <p>-Acompanhamento de práticas pedagógicas ligadas à temática do projeto na escolas de SAJ.</p>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

			<p>graduação e pós-graduação do Campus V. Pretende contribuir com a melhoria do ensino desta cidade através da pesquisa sobre a temática proposta, assim como a interação com as escolas e a formação de grupo de debate e troca de experiências, bem como através da promoção de eventos que discutam problemáticas em torno da educação, enfocando nas questões de gênero, raça e sexualidade, possibilitando-lhes intervir mais qualificadamente nas atividades que realizam.</p>		<p>-Intervenções pedagógicas, contribuindo para a formação de professores nas discussões de gênero, raça e sexualidade nas escolas de SAJ.</p> <p>-Intensificação das práticas de combate a homofobia, lesbofobia, transfobia e racismo na escola parceira.</p> <p>Procuramos realizar essas atividades de forma a dialogar com as escolas promovendo debates com excelente participação da comunidade escolar</p>
<p>VÂNIA NARA PEREIRA VASCONCELOS</p>	<p>DOUTORA DE EFETIVO</p>	<p>Projeto Invenções De feminismos Nas práticas sutis de rebeldia entre mulheres</p>	<p>Analisar as diversas formas de rebeldia feminina a partir de narrativas de mulheres que vivem à margem da cultura urbana e letrada, principalmente as de ascendência afro-indígena, não escolarizadas, pertencentes às camadas populares e moradoras de áreas rurais e/ou distantes dos grandes centros.</p>	<p>Projeto de Pesquisa com participação docente; sem monitoria</p>	<p>Os impactos esperados de um trabalho na área das Ciências Humanas é provocar reflexões acerca do tema de pesquisa, que possam mudar as condições de vida dos/das sujeitos/sujeitas envolvidos/as, nesse caso, espera-se dar visibilidade às mulheres sertanejas, historicamente silenciadas</p>
<p>WILSON ROBERTO DE MATTOS</p>	<p>DOUTOR EM HISTÓRIA SOCIAL COM PÓS-DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA COMPARADA</p>	<p>ÁFRICA NA BAHIA: Ensino e Pesquisa em História da África na Universidade do Estado da Bahia (2003-2017)</p>	<p>Identificar e analisar aspectos acadêmicos, institucionais, legais, normativos e políticos que, ao longo do período selecionado por esta proposta de pesquisa, compuseram e influenciaram as formas</p>	<p>PROJETO DE PESQUISA aprovado no Programa Afirmativa de Bolsas - PROAF. conta com 2 bolsistas de Iniciação Científica</p>	<p>O projeto tem impacto na estruturação do Curso de História da UNEB na medida em que, a partir dos dados levantados e analisados, pretende fazer uma avaliação visando o aperfeiçoamento do formação dos estudantes à luz das determinações da Lei Federal 10639-03.</p>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

			como se processou a concepção, introdução e desenvolvimento da área de História da África nos 9 (nove) cursos de graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, a partir de uma inédita ambientação institucional iniciada com a edição e implantação das determinações contidas na Lei Federal nº 10.639/2003		
WILSON ROBERTO DE MATTOS	DOUTOR EM HISTÓRIA SOCIAL COM PÓS-DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA COMPARADA	ROTAS CRUZADAS NO ATLÂNTICO NEGRO: pensamentos, saberes, políticas públicas e justiça epistemológica na construção e institucionalização da Área de Estudos Africanos e da Diáspora na UNEB.	Integrar pesquisas, professores, estudantes de graduação e de pós-graduação de duas instituições distintas, a saber: Universidade do Estado da Bahia (Brasil); Brown University (EUA), em um Programa institucional e Interdisciplinar de pesquisa, produção e difusão de conhecimentos comparáveis e de temáticas assemelhadas relativas às populações negras da África e das Américas, instituindo na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, uma Unidade Acadêmica intitulada Estudos Africanos e da Diáspora. O Programa será organizado em dois Grupos de Trabalho com natureza específica e complementar, a saber: a) estudos históricos e culturais comparados; b) fundamentos da justiça epistemológica.	Programa Abdias do Nascimento de Cooperação Acadêmica (Capes-MEC)	Transformação do Afroneb de um Núcleo de Estudos, em um Centro Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros com impactos na produção e difusão de conhecimentos comparados sobre povos negros no Brasil, na África e na Diáspora Africana nas Américas.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

ALAÍZE DOS SANTOS CONCEIÇÃO	SUBSTITUTA 40 H	NÃO TEM PROJETOS
AUGUSTO CESAR MACHADO MOUTINHO	PROFESSOR ASSISTENTE 40 HORAS	NÃO TEM PROJETOS
MIRANICE MOREIRA DA SILVA	SUBSTITUTA 40 HORAS	NÃO TEM PROJETOS
RUY D'OLIVEIRA LIMA	PROFESSOR ASSIISTENTE 40 H	NÃO TEM PROJETOS



4.0 INFRAESTRUTURA DO CURSO

4.1 INSTALAÇÕES ESPECIAIS E LABORATÓRIOS

O Departamento de Ciências Humanas está situado no Loteamento Jardim Bahia, s/nº. No momento, a estrutura física é composta por dois pavilhões, com uma área total de 11.120m², sendo 1.222,21m² construída do Pavilhão I e 1.088,91m² do Pavilhão II, restando 8.808,88m² não construída, conforme pode ser verificado nas especificações constantes do tabela 14 e planta baixa.

O pavilhão I é constituído de quatro salas de aula equipadas, sanitários (feminino e masculino), sala de infocentro, CPD, sala de direção, sala de reprografia, 5 Colegiados (Geografia, História, Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, Letras – Língua Espanhola e Literaturas e Letras – Língua Inglesa e Literaturas), Secretaria Acadêmica, Coordenação Financeira, Coordenação Administrativa, Central Telefônica, Protocolo, Biblioteca, cantina e uma área livre para circulação e estudo. Nesse pavilhão, os Portadores de Necessidades Especiais (PNE) têm livre acesso a todos os setores, além disso, cabe registrar a existência de sanitários adaptados para uso dos mesmos.

O pavilhão II está dividido em térreo, 1º e 2º andares. No térreo, há um auditório com capacidade para 100 pessoas, uma Sala para sonografia e multimeios, copa, laboratório de Geociência, Cartografia e Geografia, Laboratório de Línguas, depósito, sanitários (feminino e masculino) e uma área de circulação. O 1º andar contém o Colegiado de Administração, seis salas de aula, equipadas e com ventilação, sanitários (feminino e masculino) e uma área de circulação. O 2º andar dispõe de um Núcleo de Pesquisa e Extensão, Projeto Recôncavo, Diretório Acadêmico, Colegiado do Mestrado em História Regional e Local, salas de aula, sala dos professores com sanitário, Afrouneb e sanitários (feminino e masculino). A instalação do elevador no pavilhão II



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

está em andamento, assim em breve os PNEs terão acesso garantido aos setores e salas de aulas localizadas nos 1º e 2º andares.

O Campus V conta também com equipamentos que garantem a acessibilidade para pessoas com necessidade especiais e que permitem o seu livre trânsito - todas as portas apresentam largura de no mínimo 0,80 m para garantir o acesso das pessoas que utilizam cadeira de rodas e rampas nas áreas onde existem desníveis.

Sendo assim, o Departamento de Ciências Humanas do Campus V conta, atualmente, com dois Pavilhões de aula, portaria, reservatórios, áreas arborizadas e saneamento.

Especificação da área construída e discriminação das dependências

PAVIMENTO	QUANTIDADE DE SALAS	DESTINAÇÃO	DIMENSIONAMENTO (IXI = m2)
Pavilhão I	Térreo	01 GABINETE DA DIREÇÃO (SECRETARIA, SETOR PESSOAL E RECEPÇÃO)	48,90
		01 SECRETARIA ACADÊMICA/ ARQUIVO	41,30
		01 PROTOCOLO	11,33
		01 HALL	14,30
		01 COORDENAÇÃO FINANCEIRA	10,29
		01 COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA	15,30
		01 COLEGIADO DE GEOGRAFIA	16,24
		01 COLEGIADO DE HISTÓRIA	24,00
		01 COLEGIADO DE LETRAS	24,22
		01 COLEGIADO DE LETRAS COM ESPANHOL	24,00
		01 COLEGIADO DE LETRAS COM INGLÊS	24,00
		01 INFOCENTRO	49,00
		01 CPD	24,20
		01 XEROX	10,29
		01 CANTINA	16,70



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

	01	CENTRAL TELEFÔNICA	8,05
	04	SALAS DE AULA	49,00 CADA
	02	SANITÁRIOS FEMININOS	12,52 CADA
	02	SANITÁRIOS MASCULINOS	01 c/ 10,98 E 01 c/ 12,28
	01	BIBLIOTECA/SALAS DE ADMINISTRAÇÃO/PERIÓDICO/CIRCULAÇÃO/LEITU RA/ATENDIMENTO E GUARDA-VOLUMES	217,00
	01	ÁREA LIVRE	278,90



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

PAVIMENTO		QUANTIDADE DE SALAS	DESTINAÇÃO	DIMENSIONAMENTO (IXI = m2)
Pavilhão II	Térreo	01	Auditório	123,95
		01	Sala de Multimeios/ Multiuso	16,62
		01	Copa	9,80
		01	Depósito	4,62
		01	Laboratório de Geografia/Salas de Cartografia/ Geociências/ Geoprocessamento	61,63
		01	Laboratório de Línguas	50,72
		01	Sanitário Feminino	4,10
		01	Sanitário Masculino	7,84
		01	Área Livre	36,09
	Primeiro Andar	06	Salas de Aula	Três salas com 32,56 Duas salas com 32,72 Uma sala com 45,42
		01	Colegiado de Administração	60,00
		01	Empresa Junior	20,00
		01	Área Livre	36,09m
		01	Sanitário Feminino	4,10m
		01	Sanitário Masculino	7,84m
	Segundo Andar	02	Salas de Aula	61,975 cada
		01	Sala de Aula do Mestrado	19,60
		01	Colegiado do Mestrado	24,00
		01	Secretaria de Cursos	28,14
		01	Sala do Afrouneb	22,45
		01	Sala do NUPE	28,14
		01	Sala dos Professores	30,55
		01	Laboratório de História/NIEMBA	34,65
		01	D.A.	24,40
		01	Sala do Projeto Recôncavo	28,14



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

		01	Sanitário Masculino	7,84
		01	Sanitário Feminino	4,10
		01	Área Livre	34,74

Fonte: DCH – Campus V

A segurança do Campus é realizada através da empresa MAP Serviços de Segurança Ltda. e conta com 10 vigilantes que trabalham em regime de plantão de 12 horas.

A iluminação e conservação do espaço são de responsabilidade da gestão do Departamento, em parceria permanente com a Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA), Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) e a Pró-Reitoria de Administração (PROAD).

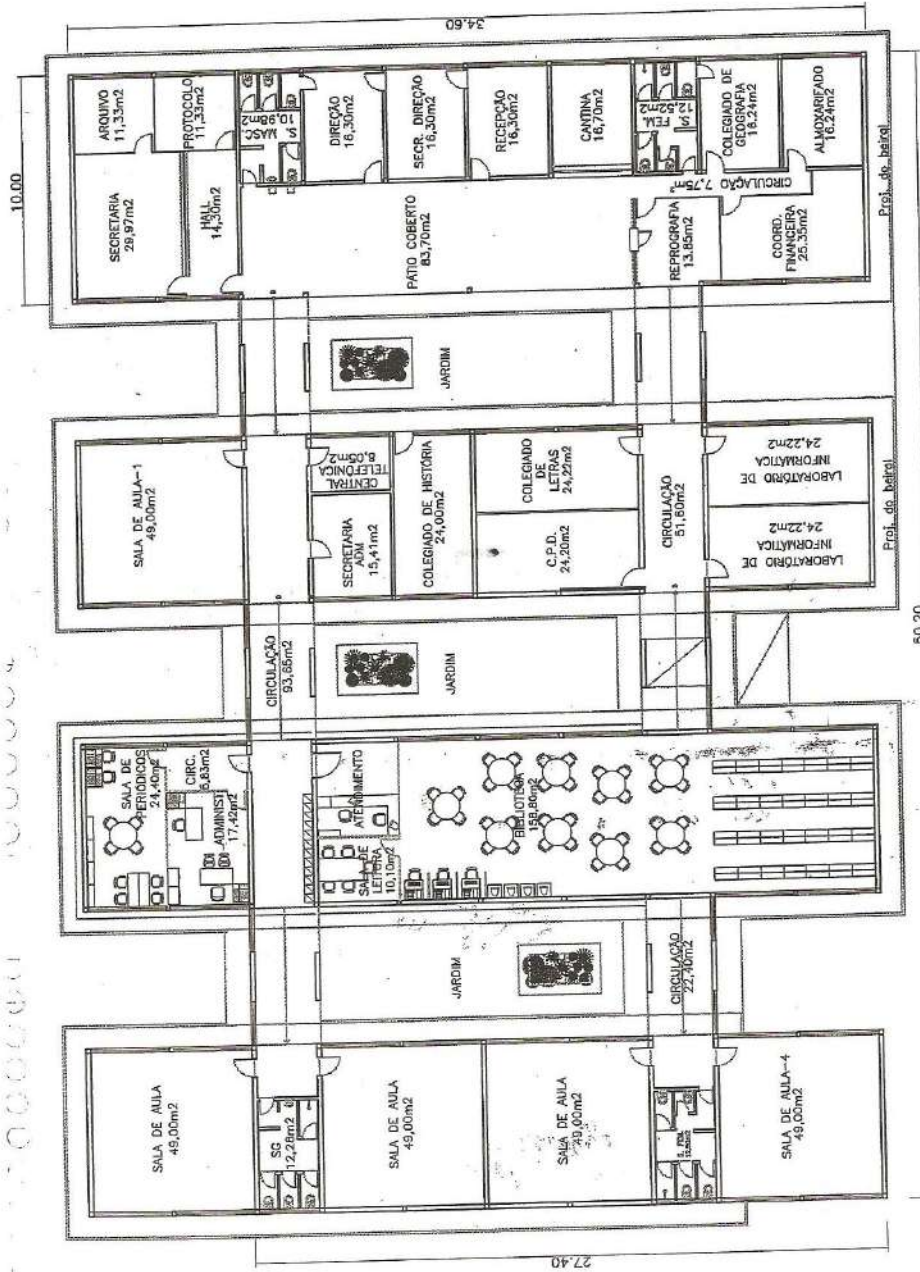
O Departamento de Ciências Humanas - V iniciou em julho de 2012 a construção do 3º Pavilhão de aulas destinado à Pós-graduação com previsão de conclusão em 2014, alterada por conta dos recursos para ser entregue em dezembro de 2019. O edifício possui quatro pavimentos para ofertar salas de aula, auditório, secretarias, biblioteca e demais setores responsáveis em dar suporte à pós-graduação no Campus.

As plantas do Campus V são apresentadas a seguir:

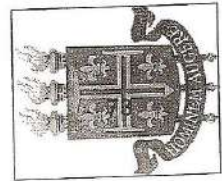


UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
 COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
 CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Planta Baixa do Pavilhão I



UNEB - Universidade do Estado da Bahia
 PREFEITURA DOS CAMPI



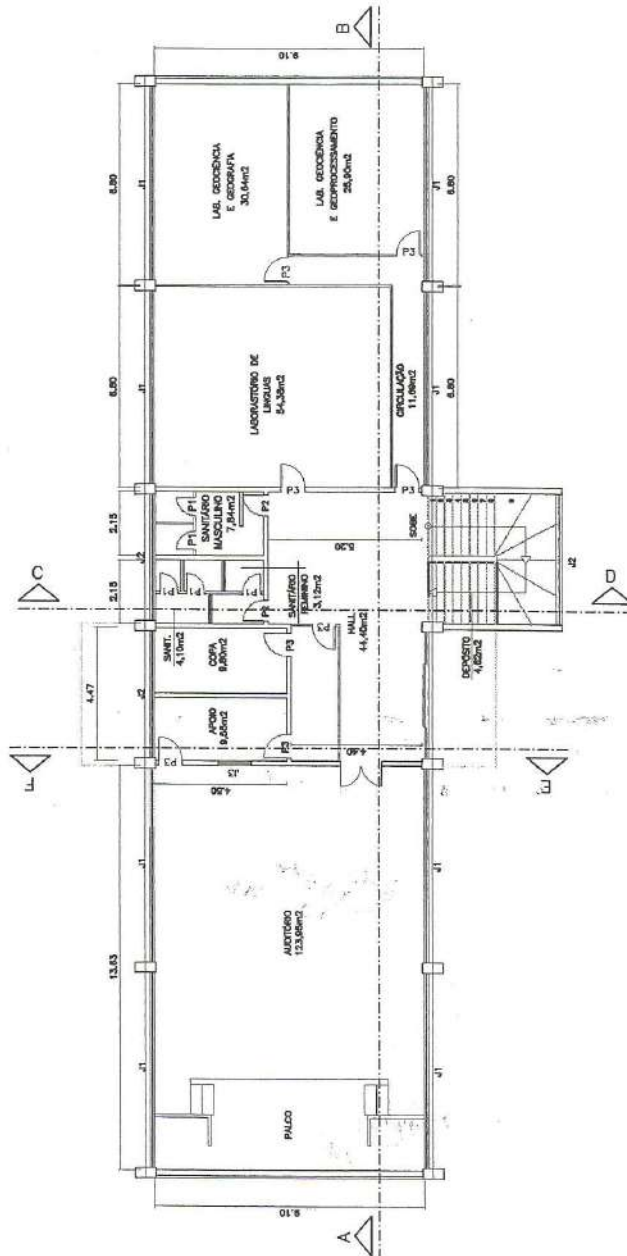
DEPARTAMENTOS DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS V - SANTO ANTÔNIO DE JESUS

PRÉDIO SEDE - PLANTA BAIXA

ESCALA : 1/250
 ESCALA : 1/200



Planta Baixa do Pavilhão II – 1º pavimento



UNEB - Universidade do Estado da Bahia
 PREFEITURA DOS CAMPI

DEPARTAMENTOS DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS V - SANTO ANTÔNIO DE JESUS

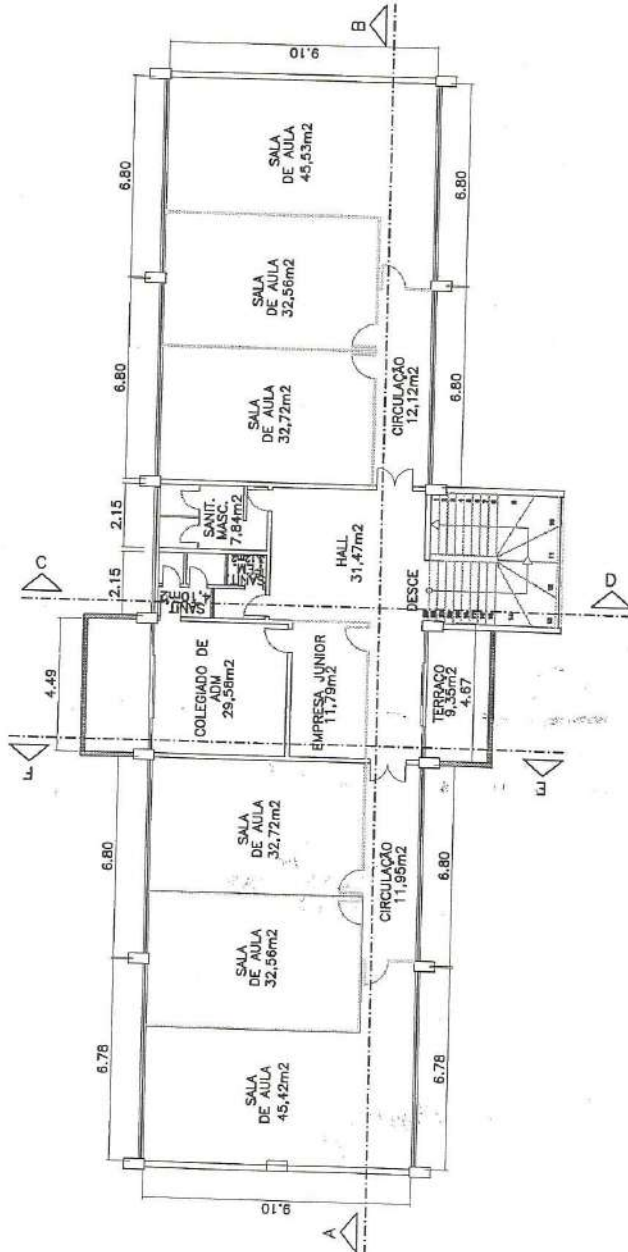
PAVILHÃO DE AULAS - PLANTA BAIXA - PAVIMENTO TÉRREO

ESCALA : 1/200





Planta Baixa do Pavilhão II – 2º pavimento



UNEB - Universidade do Estado da Bahia
PREFEITURA DOS CAMPI

DEPARTAMENTOS DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS V - SANTO ANTÔNIO DE JESUS

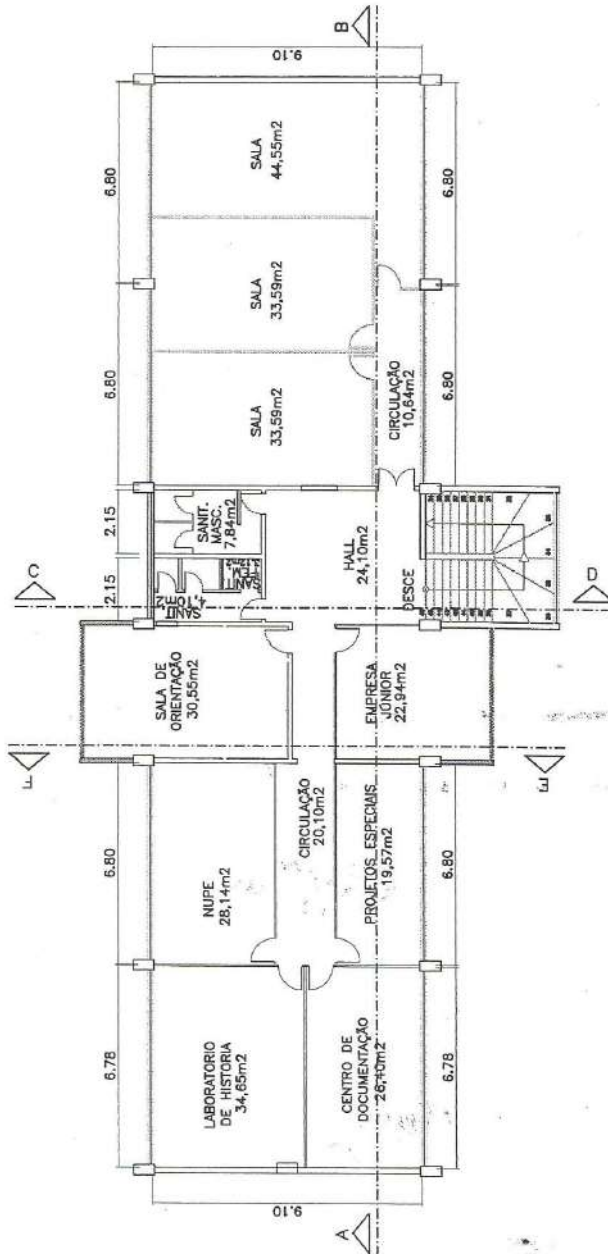
PAVILHÃO DE AULAS - PLANTA BAIXA - 2º PAVIMENTO

ESCALA : 1/200





Planta Baixa do Pavilhão II – 3º pavimento

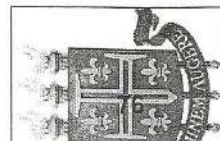


UNEB - Universidade do Estado da Bahia
PREFEITURA DOS CAMPI

DEPARTAMENTOS DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS V - SANTO ANTÔNIO DE JESUS

PAVILHÃO DE AULAS - PLANTA BAIXA - 3º PAVIMENTO

ESCALA : 1/200





RECURSOS TECNOLÓGICOS

O Departamento de Ciências Humanas (DCH) – *Campus V*, no sentido de garantir o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas com qualidade, disponibiliza recursos didáticos e tecnológicos que fazem frente às necessidades dos docentes, discentes, funcionários e comunidade externa. Esses recursos estão em bom estado de conservação e atendem de forma satisfatória as atividades desenvolvidas não só no campo do ensino, mas também da pesquisa e da extensão. Nessa perspectiva, esses estão em constante ampliação, uma vez que, não somente o Departamento, mas também a Administração Central da UNEB fazem investimentos no sentido de mais aquisições e atualizações.

Para dar suporte técnico às atividades de ensino de graduação, pós-graduação e pesquisa, o Departamento conta com os laboratórios de Geoprocessamento e Geociências, equipados, permanentemente, com materiais didáticos para a realização de aulas práticas e outros estudos; o Laboratório de Línguas; e o Laboratório de Informática.

Além disso, o *Campus V* dispõe de recursos tecnológicos nos setores administrativos e acadêmicos, com sistema informatizado em rede conectada à Administração Central da UNEB com Internet e acesso remoto, através do qual é possível controlar o cadastro e matrícula dos alunos, acompanhar a entrada e saída de processos, gerenciar as informações contábeis e financeiras; bem como os diversos procedimentos de compras de materiais e contratação de serviços. O detalhamento do funcionamento e a quantidade dos equipamentos serão especificados a seguir.

Está disponível uma rede lógica e elétrica com 70 pontos de rede fixos nos diversos setores do *Campus*, em alguns destes setores existem subpontos que somados



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

perfazem uma rede local com 120 pontos e 51 computadores interligados num domínio, acessando a Internet 24h/dia, compartilhando recursos com algumas restrições de uso.

A UNEB, através da Portaria nº. 0621/2006, regulamentou o uso da rede corporativa do Sistema de Informática, com a utilização da *Internet*, *Intranet* e *Extranet* estabelecendo os serviços restritos para as necessidades do ensino, pesquisa, extensão e administração universitária. A regulamentação teve como objetivo aperfeiçoar e melhorar o acesso ao sistema visando a diminuição do tempo de resposta e redução com custo operacional.

A partir da implantação da Rede local do DCH – V foi possível implantar, também, a informatização de serviços em alguns setores como: o Sistema PERGAMUM na Biblioteca; Sistema SAGRES na Secretaria Acadêmica, encarregada do controle acadêmico, registro e emissão de diversos documentos através do sistema acadêmico; o Sistema FIPLAN na Secretaria Financeira, aonde se realiza serviços de empenho, liquidação, pagamentos, cadastramento de empresa e fornecedor, razões das contas, o Guia da previdência Social (GPS), GEFIP – detalhamento do GPS de pessoa física / jurídica; o Sistema Estadual de Protocolo (SEP), ambiente on-line que interage informações sobre processos que tramitam no âmbito do Departamento, UNEB e Estado. E, finalmente, o Sistema de Materiais e Serviços do Estado da Bahia (SIMEB) e SIMPAS que controla a requisição de materiais e serviços (RM e RS) na Secretaria Administrativa, para controle de estoque, inventário de materiais de consumo, processos de licitação, balancete – que possibilita a consulta de entrada e saída de materiais, etc.

Para auxiliar no desenvolvimento de atividades que utilizam recursos tecnológicos, o Departamento ainda dispõe de um laboratório de informática, que funciona numa arquitetura *cliente* com 11 computadores e 01 servidor. Neste ambiente, todos os usuários devem se cadastrar junto ao monitor para utilizar os recursos como digitação,



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

produção gráfica, impressão, internet, aulas virtuais e cursos promovidos pelo programa, que atende a professores, alunos, funcionários e a comunidade em geral.

A implantação/ampliação, gerenciamento e manutenção dos serviços referentes ao funcionamento das redes do Campus V estão ligados diretamente à Unidade de Desenvolvimento Organizacional (UDO) e à Gerência de Informática (GERINF), que supervisiona a execução das atividades e ações realizadas pela coordenação local.

A quantidade dos equipamentos do Departamento e a sua respectiva caracterização encontram-se discriminadas na tabela a seguir:

Equipamentos e Recursos Tecnológicos

Dependência	Quantidade	Especificação
Programa de Inclusão Sócio-Digital (CDC)	10	MICROCOMPUTADOR PENTIUM IV, LC64 DX-FAT 2.0 GHZ, 256 MB, MONITOR COLOR 15", TECLADO E MOUSE
	01	Microcomputador pentium IV, LC64 DX-FAT 2.0 GHZ, 256 MB, CD 52 X monitor Color 15", teclado e mouse
	01	Servidor pentium IV, 5500 SB 2.8 GHZ, HD 120 GB, 2.0 GB memória, teclado e mouse
	01	Impressora Laser Jet 1100
Geoprocessamento	06	MICROCOMPUTADOR CORE 2 DUO, 2.53 GHZ, HD 160 GB, MEMÓRIA 4GB RAM, MONITOR LCD 14"
	01	Microcomputador core 2 duo, 2.53 GHZ, HD 250 GB, memória 4GB RAM, monitor LCD 14"
	01	Desing Jet HP 610 (Plotter)
	01	Multifuncional Pphotosmart C4280
Laboratório de Informática	20	Computador: Intel core duo E7300 2.66GHz, 2Gb de RAM, 160Gb de HD
Laboratório de Línguas	01	Microcomputador pentium D 3.0 GHZ, 1GB MB RAM, HD 160 GB Gravador DVD, placa de vídeo G-FORCE, monitor LCD 15". teclado mouse, caixas de som
	01	Projetor Multimídia – Epson 2.000 Lumes
	01	Aparelho de DVD Philips
	01	Impressora multifuncional HP laser Jet 1100
	01	Sistema de TV a cabo SKY
	01	Sistema de ÁUDIO/VÍDEO central
	25	Estações de trabalho com recursos de áudio interativo
	01	Cabina de tradução Simultânea: Monitor 14 polegadas;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

		Tiara com duplo auricular e microfone, tecla microfone
Colegiado de Língua Espanhola e Literaturas	02	Microcomputador pentium D 3.0 GHZ, 1GB MB RAM, HD 160 GB
	02	Impressora multifuncional HP laser Jet 1100



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Dependência	Quantidade	Especificação
Colegiado de Letras - Língua Espanhola e Literaturas	01	Notebook Sony Vaio modelo PCG-51111, 14", processador 3,0 GHZ i5, 3 GB RAM, HD 250 GB
	01	TABLET Asus, 11", 16 GB RAM, HD 250
Colegiado de Letras - Língua Inglesa e Literaturas	02	Microcomputador pentium D 3.0 GHZ, 2GB MB RAM, HD 160 GB
	01	Impressora multifuncional HP laser Jet 1100
	01	Notebook Sony Vaio modelo PCG-51111, 14", processador 3,0 GHZ i5, 3 GB RAM, HD 250 GB
	01	TABLET Asus, 11", 16 GB RAM, HD 250
Colegiado de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas	01	MICROCOMPUTADOR PENTIUM IV, 1.6 GHZ, 256 MB RAM, HD 30 GB, CD 56 X MONITOR COLOR 15", TECLADO E MOUSE
	01	Computador: Celeron 420 1.6GHz, 768Mb de RAM, 80Gb de HD
	01	IMPRESSORA HP PHOTOSMART 3100
Centro de Processamento de Dados (CPD)	01	MICROCOMPUTADOR (SERVIDOR PERGAMUM) PENTIUM IV, 3.06 GHZ, 512 MB DDR, HD 80 GB, GRAVADOR CD/DVD, MONITOR COLOR 15", TECLADO E MOUSE
	01	MICROCOMPUTADOR (SERVIDOR DE DOMÍNIO) CORE 2 DUO, 2.2 GHZ, 2 GB DDR2, HD 250 GB, GRAVADOR DVD, MONITOR LCD 17", TECLADO E MOUSE
	01	MICROCOMPUTADOR PENTIUM IV, 2.2 GHZ, 512 MB DDR, HD 80 GB, GRAVADOR DVD, MONITOR COLOR 17", TECLADO E MOUSE
	01	ESTABILIZADOR ELETRÔNICO DIGITAL 20K
	01	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL F380 HP
	02	SWITCH 24 PORTAS
	01	HUB 24 PORTAS
	01	DTU MAINSTREET 2801
	02	NOOBREAK
01	ROTEADOR CISCO 1700	
Colegiado de História	01	MICROCOMPUTADOR ATHLON 2200+ 512 MB RAM, HD 30 GB, CD 52X MONITOR COLOR 15", TECLADO E MOUSE
	01	MICROCOMPUTADOR CORE 2 DUO, 1.8 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 160 GB, GRAVADOR DVD, MONITOR LCD 15". TECLADO MOUSE, CAIXAS DE SOM
	01	IMPRESSORA JATO TINTA HP 5600
	01	Notebook Sony Vaio modelo PCG-51111, 14", processador 3,0 GHZ i5, 3 GB RAM, HD 250 GB
	01	TABLET Asus, 11", 16 GB RAM, HD 250
		IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASER JET 1100
Colegiado de Geografia	01	MICROCOMPUTADOR PENTIUM III, 866 MHZ, 128 MB RAM, HD 20 GB, CD 52X, MONITOR COLOR 15", TECLADO E MOUSE
	01	MICROCOMPUTADOR CORE 2 DUO, 2.6 GHZ, 2 GB DDR 2, HD 250 GB, GRAVADOR DVD, MONITOR LCD 17". TECLADO MOUSE



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Dependência	Quantidade	Especificação
Colegiado de Geografia	01	IMPRESSORA JATO TINTA HP 5550
	01	MICROCOMPUTADOR CORE 2 DUO, 1.8 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 160 GB, GRAVADOR DVD, MONITOR LCD 15". TECLADO MOUSE, CAIXAS DE SOM
	01	Notebook Sony Vaio modelo PCG-51111, 14", processador 3,0 GHZ i5, 3 GB RAM, HD 250 GB
	01	TABLET Asus, 11", 16 GB RAM, HD 250
Secretaria da Direção	02	MICROCOMPUTADOR DUAL CORE 2.0 GHZ, 1 GB, 160 GB, CDR-W, MONITOR COLOR 14", TECLADO E MOUSE
	01	IMPRESSORA HP LASER 1005
Direção	01	MICROCOMPUTADOR DUAL CORE 2.0 GHZ, 1 GB, 160 GB, CDR-W, MONITOR COLOR 14", TECLADO E MOUSE
	01	IMPRESSORA HP PHOTOSMART 3100
Secretaria Financeira	01	MICROCOMPUTADOR SEMPRON 2200 + 1.6 GHZ, 512 MB RAM, HD 40 GB, CD 56 X MONITOR COLOR 15", TECLADO E MOUSE
	01	MICROCOMPUTADOR CORE 2 DUO, 1.6 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 160 GB, GRAVADOR DVD, MONITOR LCD 17". TECLADO MOUSE, CAIXAS DE SOM
	01	MICROCOMPUTADOR CORE 2 DUO, 1.6 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 160 GB, GRAVADOR DVD, MONITOR LCD 17". TECLADO MOUSE, CAIXAS DE SOM
	01	IMPRESSORA MATRICIAL FX 2190
	01	Impressora HP 4280
Secretaria Administrativa	01	MICROCOMPUTADOR CORE 2 DUO, 1.6 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 160 GB, GRAVADOR DVD, MONITOR LCD 17". TECLADO MOUSE, CAIXAS DE SOM
	01	MICROCOMPUTADOR PENTIUM IV, 1.8 GHZ, 256 MB RAM, HD 40 GB, CD 52X, MONITOR COLOR 15", TECLADO E MOUSE
	01	IMPRESSORA HP PHOTOSMART 3100
Protocolo	01	MICROCOMPUTADOR CORE 2 DUO, 1.6 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 160 GB, GRAVADOR DVD, MONITOR LCD 15". TECLADO MOUSE, CAIXAS DE SOM
	01	IMPRESSORA LASER JET SAMSUNG ML-2851ND
Colegiado de Administração	01	MICROCOMPUTADOR CORE 2 DUO, 1.6 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 160 GB, GRAVADOR DVD, MONITOR LCD 15". TECLADO MOUSE, CAIXAS DE SOM
	01	MICROCOMPUTADOR CORE 2 DUO, 1.6 GHZ, 2 GB DDR 2, HD 250 GB, GRAVADOR DVD, MONITOR LCD 17". TECLADO MOUSE, CAIXAS DE SOM
	01	IMPRESSORA HP 4280
	01	Notebook Sony Vaio modelo PCG-51111, 14", processador 3,0 GHZ i5, 3 GB RAM, HD 250 GB
	01	TABLET Asus, 11", 16 GB RAM, HD 250
Sala dos Professores	03	MICROCOMPUTADOR CORE 2 DUO, 1.6 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 160 GB, GRAVADOR DVD, MONITOR LCD 15". TECLADO MOUSE



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Dependência	Quantidade	Especificação
Sala dos Professores	01	SCANNER DE MESA HP
Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE)	01	Microcomputador pentium III 1.3 GHZ, 256 MB RAM, HD 40 GB, CD 52X, monitor COLOR 14", teclado e mouse
	01	Microcomputador Core 2 Duo, 1.6 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 160 GB, gravador DVD, monitor LCD 15", teclado mouse
	01	Impressora HP Laser Jet 1005
Auditório / Multimeios	03	Notebook Ace 4520, AMD Turion, 2.2 GHZ, 1 GB RAM, HD 160GB
	04	Aparelho de DVD
	08	Retroprojeter
	01	Mesa de som, 8 canais,
	01	Amplificador
	01	Microsystem
	07	Radio portátil, cd player
	02	Microfone sem fio
	02	Microfone com fio
	01	Câmera fotográfica 4 mega pixel
	01	Filmadora digital Panasonic
	01	Filmadora digital profissional Panasonic
	01	Videocassete
	01	Projeter multimídia 2000 lumes
Biblioteca (Sala Ambiente / Recepção / Periódicos)	03	Microcomputador pentium IV, 2.8 MHZ, 256 MB RAM, HD 40 GB, monitor color 14", teclado e mouse
	04	Microcomputador pentium IV, 2.8 MHZ, 512 MB RAM, HD 80 GB, CDR-W, monitor COLOR 14", teclado e mouse
Coordenação Biblioteca	01	Microcomputador Core 2 DUO, 1.6 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 160 GB, gravador DVD, monitor LCD 15". teclado mouse, caixas de som
	01	Microcomputador pentium 4, 2.26GHZ, 256 MB RAM, HD 40 GB monitor color 14", teclado e mouse óptico
	01	Impressora jato tinta HP 5650
Pós-Graduação: Mestrado em História Regional e Local	02	Microcomputador pentium IV, 2.2 MHZ, 512 MB RAM, HD 80 GB, DVD-RX, monitor COLOR 14", teclado e mouse
	05	Microcomputador core 2 duo, 1.8 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 160 GB, gravador DVD, monitor LCD 15". teclado mouse, caixas de som
	01	Microcomputador pentium dual core, 2.5 GHZ, 2GB RAM, HD 160 GB, gravador DE DVD monitor 17", teclado e mouse óptico.
	01	Impressora HP color Laser Jet CP 1215
	02	Impressoras multifuncional
	01	Impressora desk Jet HP 3845



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Dependência	Quantidade	Especificação
Programa de Formação para Professores do Estado (PROESP)	01	Microcomputador core 2 duo, 2.6 GHZ, 2 GB DDR 2, HD 250 GB, gravador DVD, monitor LCD 17", teclado mouse
	01	Microcomputador core i7, 2.2 GHZ, 4 GB RAM, HD 500 GB, gravador DVD, monitor LCD 19", teclado mouse,
	01	Notebook LG R480L-3400 C/ intel® pentium dual core T4400 2.2GHZ 2GB 160GB DVD-RW webcam 1.3MP e saída HDMI LED 14" Windows Vista
	01	Impressora Laser Jet Samsung ML 2850
	01	Impressora Jato Tinta HP 5650
Diretório Acadêmico	03	Microcomputador celeron 2.2 MHZ, 256 RAM, HD 40 GB, monitor color 14", teclado e mouse
	01	Impressora Laser Jet Xerox 3150
	01	Impressora Desk Jet HP 690 C
Secretaria Acadêmica	01	Microcomputador core 2 duo, 2.6 GHZ, 2 GB DDR 2, HD 250 GB, Gravador DVD, Monitor 17", teclado mouse, caixas de som
	01	Microcomputador core 2 duo, 2.6 GHZ, 2 GB DDR 2, HD 250 GB, gravador DVD, monitor 17", teclado mouse
	01	Microcomputador core 2 duo, 2.6 GHZ, 2 GB DDR 2, HD 250 GB, gravador DVD, monitor 17", teclado e mouse.
	01	Impressora HP F 4180
	01	Impressora laser Jet HP 2200
	01	IMPRESSORA LASER JET 1200
Projeto AFROUNEB	01	Microcomputador pentium D, 3.4 GHZ, 2GB RAM, HD 520 GB, gravador de DVD, monitor 17", teclado e mouse óptico
	01	Microcomputador pentium 4, 3.0 GHZ, 512 MB RAM, HD 80 GB, gravador de DVD, monitor 15", teclado e mouse óptico
	01	Microcomputador pentium D, 3.04 GHZ, 512 MB RAM, HD 160 GB, gravador de DVD, monitor 17", teclado e mouse óptico
	01	Microcomputador core 2 duo, 2.39 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 250 GB, gravador DVD, monitor LCD 17", teclado mouse, caixas de som
	01	Microcomputador AMD, 2.7 GHZ, 960MB GB DDR 2, HD 30 GB, leitor DVD, monitor LCD 17". teclado mouse, caixas de som
	01	Microcomputador core 2 duo, 2.3 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 160 GB, gravador DVD, monitor 17", teclado mouse, caixas de som
	01	Microcomputador pentium dual core, 2.5 GHZ, 3GB RAM, HD 500 GB, gravador de DVD, monitor 17", teclado e mouse óptico, caixas de som.
01	Microcomputador pentium 4, 2.26GHZ, 256 MB RAM, HD 40 GB, monitor color 14", teclado e mouse óptico	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Dependência	Quantidade	Especificação
Projeto AFROUNEB	01	Notebook login pentium dual core 1.7 GHZ 2GB 160GB DVD-RW webcam 1.3MP e saída HDMI LED 14", Windows Vista
	01	Notebook Ace pentium dual core T4400 2.2GHz 2GB 160GB DVD-RW webcam 1.3MP e saída HDMI LED 14" Windows Vista.
	01	Câmera fotográfica digital GE 7 mega pixel
	01	Notebook HP pentium dual core 2.2GHZ 2GB 160GB DVD-RW webcam 1.3MP e saída HDMI LED 14" Windows 7.
	01	Projektor multimídia LG 2.000 L
	01	Impressora HP Laser Jet 1005
	01	Impressora HP Office Jet Laser Jet 1005
	01	Impressora HP Photosmart C 4280
	01	Matricial FX 2170
	01	Rádio Portátil MP3
	01	Gravador de áudio digital Sony
	01	Gravador de DVD Samsung
Curso Administração – EAD	01	Microcomputador core 2 duo, 1.8 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 160 GB, Gravador DVD, monitor LCD 15", teclado mouse, caixas de som
	01	Impressora multifuncional HP 4280
Recursos Humanos	01	Computador: Pentium 4, 2.8GHz, 512Mb de RAM, 80Gb de HD. Sistema: Windows XP Professional, Versão 2002, Service Pack 2, Office 2003
	01	Impressora HP Desk Jet 3845
Sala de Aula 1	01	Microcomputador core 2 duo, 2.39 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 250 GB, gravador DVD
	01	Caixa de som amplificada 50 W
	01	Projektor multimídia 2000 Lumes
	01	TV 29"
Sala de Aula 2	01	Microcomputador core 2 duo, 2.39 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 250 GB, gravador DVD
	01	Caixa de som amplificada 50 W
	01	Projektor multimídia 2000 Lumes
	01	TV 29"
Sala de Aula 3	01	Microcomputador core 2 duo, 2.39 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 250 GB, gravador DVD
	01	Caixa de som amplificada 50 W
	01	Projektor multimídia 2000 Lumes
	01	TV 29"
Sala de Aula 4	01	Microcomputador core 2 duo, 2.39 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 250 GB, gravador DVD



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
 COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
 CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Dependência	Quantidade	Especificação
Sala de Aula 4	01	Caixa de som amplificada 50 W
	01	Projektor multimídia 2000 Lumes
	01	TV 29"
Sala de Aula 5	01	MICROCOMPUTADOR DUAL CORE 2.0 GHZ, 1 GB, 160 GB, CDR-W, MONITOR COLOR 14", TECLADO E MOUSE
	01	Caixa de som amplificada 50 W
	01	Projektor multimídia 2000 Lumes
Sala de Aula 6	01	MICROCOMPUTADOR DUAL CORE 2.0 GHZ, 1 GB, 160 GB, CDR-W, monitor COLOR 14", teclado e mouse
	01	Caixa de som amplificada 50 W
	01	Projektor multimídia 2000 Lumes
Sala de Aula 7	01	MICROCOMPUTADOR DUAL CORE 2.0 GHZ, 1 GB, 160 GB, CDR-W, MONITOR COLOR 14", TECLADO E MOUSE
	01	Caixa de som amplificada 50 W
	01	Projektor multimídia 2000 Lumes
Sala de Aula 8	01	MICROCOMPUTADOR DUAL CORE 2.0 GHZ, 1 GB, 160 GB, CDR-W, MONITOR COLOR 14", TECLADO E MOUSE
	01	Caixa de som amplificada 50 W
	01	Projektor multimídia 2000 Lumes
Sala de Aula 9	01	MICROCOMPUTADOR DUAL CORE 2.0 GHZ, 1 GB, 160 GB, CDR-W, MONITOR COLOR 14", TECLADO E MOUSE
	01	Caixa de som amplificada 50 W
	01	Projektor multimídia 2000 Lumes
Sala de Aula 10	01	MICROCOMPUTADOR DUAL CORE 2.0 GHZ, 1 GB, 160 GB, CDR-W, MONITOR COLOR 14", TECLADO E MOUSE
	01	Caixa de som amplificada 50 W
	01	Projektor multimídia 2000 Lumes
Sala de Aula 11	01	MICROCOMPUTADOR DUAL CORE 2.0 GHZ, 1 GB, 160 GB, CDR-W, MONITOR COLOR 14", TECLADO E MOUSE
	01	Caixa de som amplificada 50 W
	01	Projektor multimídia 2000 Lumes
Sala de Aula 12	01	MICROCOMPUTADOR DUAL CORE 2.0 GHZ, 1 GB, 160 GB, CDR-W, MONITOR COLOR 14", TECLADO E MOUSE
	01	Caixa de som amplificada 50 W
	01	Projektor multimídia 2000 Lumes
Projeto Recôncavo	01	Microcomputador core 2 duo, 1.8 GHZ, 1 GB DDR 2, HD 160 GB, gravador DVD, monitor LCD 15", teclado mouse
	01	Nootebook HP, Turion X2, 4 GB RAM, HD 160, Windows Vista
	01	Impressora Samsung ML 2010
Projeto NIEMBA	01	Câmera fotográfica digital Olympus 12 megapixel



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Dependência	Quantidade	Especificação
Projeto NIEMBA (Núcleo Interdisciplinar de Estudo e Memória da Bahia)	01	Microcomputador core I7, 2.2 GHZ, 4 GB RAM, HD 500 GB, gravador DVD, monitor LCD 19", teclado mouse
	01	Notebook LG R480L-3400 C/ Intel® pentium dual core T4400 2.2GHZ 2GB 160GB DVD-RW webcam 1.3MP e saída HDMI LED 14", Windows Vista



4.2 Biblioteca, Bibliografia e estratégia de acesso

A Biblioteca Prof. Raimundo Nonato da Silva Fonseca do Departamento de Ciências Humanas do *Campus V* (DCH-V) é uma unidade setorial vinculada tecnicamente à Biblioteca Central do *Campus I* da UNEB, e administrativamente à direção do Departamento.

Atualmente, a Biblioteca está localizada no pavilhão I, no andar térreo numa área de aproximadamente 217,55m², distribuída em sala de leitura e pesquisa, acervo, sala de coordenação, guarda-volumes, sala de periódicos e sala de estudo em grupo, atendendo assim aos requisitos estabelecidos pelo Ministério da Educação. Funciona de segunda a sexta-feira das 08:00 às 22:00 horas e aos sábados das 08:00 às 12:00 horas.

O acervo bibliográfico do curso de história é constituído por exemplares de livros, além de periódicos, folhetos, obras de referência, dicionários, enciclopédias, teses, monografias, jornais, anuários, cd-rooms, dvds, entre outros tipos de documentos, compreendendo as áreas do conhecimento e encontra-se no anexo ii a esse projeto.

A UNEB também é credenciada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo desempenho de seus cursos de pós-graduação, desta forma, possibilita à comunidade acadêmica o acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Virtual da Saúde – BVS, que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil um acervo de cerca de 15 mil títulos com texto completo, 126 bases referenciais, 6 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual, em diversas áreas do conhecimento - como subsídio para o desenvolvimento de pesquisas e investigações científicas.

O acervo vem sendo atualizado constantemente e tem atendido satisfatoriamente às exigências do currículo.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

O acesso das pessoas é controlado por uma catraca, porém há um portão lateral que garante o acesso para pessoas Portadoras de Necessidades Especiais e os trajetos para as diversas estantes estão livres de obstáculos, permitindo assim o trânsito das pessoas que utilizam cadeira de rodas.

Regida pelo Regulamento do Sistema de Bibliotecas (SISB) da UNEB, a Biblioteca dispõe de 01 bibliotecário e 07 auxiliares, entre funcionários, prestadores de serviços e estagiários. A equipe da biblioteca é composta por um técnico universitário estatutário que tem nível superior, um servidor que é cargo comissionado de nível médio, um prestador de serviço de nível médio e quatro estagiários de nível superior.

A aquisição dos títulos e volumes é feita periodicamente através de compras efetuadas pelo próprio Departamento, buscando atender as indicações dos professores e sugestões dos alunos da graduação e da pós-graduação, considerando as prioridades da bibliografia básica de cada curso.

Embora os principais usuários da Biblioteca sejam alunos, professores e funcionários técnico-administrativos do Departamento, qualquer pessoa, devidamente identificada, que respeite as normas existentes, poderá consultar o material bibliográfico no recinto da biblioteca. Somente terão direito ao empréstimo domiciliar os usuários devidamente matriculados na Universidade. Esse usuário poderá ter acesso também ao material bibliográfico da Biblioteca Central e de outras setoriais pelo sistema de empréstimo inter-bibliotecário, que funciona regularmente via malote interligando todos os 24 departamentos da UNEB.

O acervo é informatizado através do Sistema PERGAMUM, com o objetivo de disponibilizar as informações com maior rapidez. Os livros estão disponíveis para empréstimo no prazo de 08 (oito) dias para os alunos e funcionários, 15 (quinze) dias para alunos da pós-graduação e professores da comunidade acadêmica e ainda para consulta *in loco* a todo e qualquer usuário.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

As características gerais de acesso e o detalhamento do acervo da biblioteca podem ser melhor observados nas tabelas a seguir. Atualmente, o acervo conta com 9.519 títulos e 24.151 exemplares.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Acervo bibliográfico por área de conhecimento

Área de conhecimento	Quantidade	
	Títulos	Exemplares
Generalidades	214	638
Filosofia e Afins	446	1.143
Religião	128	257
Ciências Sociais	3.673	9.279
Línguas	924	2.502
Ciências exatas	360	1.055
Tecnologia	608	1.870
Artes	251	548
Literatura	1.381	2.678
Geografia e História	1.534	4.181
Outras áreas	0	0
Total	9.519	24.151

Fonte: Biblioteca do DCH – Campus V, 2013

Toda equipe discente e docente da Universidade têm acesso ao Portal de Periódicos da CAPES. Entretanto, temos alguns títulos de periódicos. A quantidade de periódico por área: Administração 546 títulos; Educação 553 títulos; Geografia 546 títulos; História 618 títulos e Letras 247 títulos.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Relação de Periódicos do Curso de História

Nº	TÍTULOS	EX.
1.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 17.	1
2.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 19-20.	1
3.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 21-22.	1
4.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 23.	2
5.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 24.	1
6.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 25-26.	2
7.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 27.	1
8.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 28.	2
9.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 29-30.	1
10.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 31.	2
11.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 32.	1
12.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 33.	1
13.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 34.	1
14.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 35	1
15.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 36.	1
16.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 37.	1
17.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 38.	1
18.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 39.	1
19.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 40.	2
20.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 41.	2
21.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 42.	2
22.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 43.	1
23.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 44.	1
24.	AFRO-ÁSIA, Salvador (BA), Universidade Federal da Bahia, UFBA, Nº 45.	1
25.	ÁGORA, Santa Cruz do Sul (RS) UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, V.1, Nº1, mar/1995.	1
26.	ÁGORA, Santa Cruz do Sul (RS) UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, V.1, Nº2, out/1995.	1
27.	ÁGORA, Santa Cruz do Sul (RS) UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, V.3, Nº1, Jan/Jun/1996.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

28.	ÁGORA, Santa Cruz do Sul (RS) UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, V.2, N°1, mar/1996.	1
29.	ÁGORA, Santa Cruz do Sul (RS) UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, V.2, N°2, out/1996.	1
30.	ÁGORA, Santa Cruz do Sul (RS) UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, V.3, N°1, jan/jun/1997.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
31.	ÁGORA, Santa Cruz do Sul (RS) UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, V.3, Nº2, jul/dez/1997	1
32.	ÁGORA, Santa Cruz do Sul (RS) UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, V.4, Nº1/2, jan/dez/1998.	1
33.	ÁGORA, Santa Cruz do Sul (RS) UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, V.5, Nº1, jan/jun/1999.	1
34.	ÁGORA, Santa Cruz do Sul (RS) UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, V.5, Nº2, jul/dez/1999.	1
35.	ÁGORA, Santa Cruz do Sul (RS) UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, V.6, Nº1, jan/jun/2000.	1
36.	ÁGORA, Santa Cruz do Sul (RS) UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, V.6, Nº2, jul/dez/2000.	1
37.	ÁGORA, Santa Cruz do Sul (RS) UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, V.7, Nº1, jan/jun/2001.	1
38.	ÁGORA, Santa Cruz do Sul (RS) UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL, V.7, Nº2, jul/dez/2001.	1
39.	ÁGORA, - UNIVERSIDADE DO CONTESTADO UnC Caçador (SC), UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UnC. V.2, Nº.1, JAN/JUN 1995.	1
40.	ANAIS DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, V. 39, /1970.	1
41.	ANAIS DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, V. 40, /1971.	2
42.	ANAIS DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, V. 41, /1973.	1
43.	ANAIS DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, V. 42, /1976.	1
44.	ANAIS DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, V. 43, /1977.	1
45.	ANAIS DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, V. 44, /1979.	1
46.	ANAIS DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, V. 49, /1992.	1
47.	ANAIS DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, V. 50, /1992.	1
48.	ANAIS DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, V. 51, /1994.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

49.	ANAIS DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, V. 52, /1995.	2
50.	ANAIS DO IX SIMPÓSIO EM HISTÓRIA I SIMPÓSIO NACIONAL EM HISTÓRIA TRABALHO, CULTURA E PODER. 18 a 21 de agosto de 2008 UNIOESTE Campus de Marechal Cândido Rondon	1
51.	ANAIS DO I SIMPÓSIO DE PESQUISA ESTADO E PODER 20 a 22 de agosto de 2007 UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon / PR	1
52.	ANÁLISE & SÍNTESE - Ano 3 – nº 6 / 2004	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
53.	ANOS 90: Revista de Pós-Graduação em História – Dossiê História Indígena na América; Porto Alegre (RS): PPGH/UFRGS. Vol. 18 – Nº 34 – Dezembro – 2011.	1
54.	AVENTURAS NA HISTÓRIA, São Paulo (SP), Editora Abril S.A., Edição 36, Agosto/2006.	1
55.	AS MULHERES NA REVOLUÇÃO FRANCESA, bibliografia, Nº 33, Janeiro de 1991.	1
56.	AMOR CULTURAL, Curitiba-PR, Nº 01 – Bimestre – Set/Out/1999.	1
57.	ANUÁRIO DE PESQUISA, Salvador (BA), ADUNEB, 2009, Nº 1	2
58.	A PRESENÇA INDÍGENA NO PLANALTO DA CONQUISTA, Vitória da Conquista (BA), UESB, 2000.	1
59.	A GUERRA DO PARAGUÁÍ, Editora Ática, 7º edição.	1
60.	BOLETIM DE HISTÓRIASanta Fé de Bogotá (DC) Colombia, Pontificia Universidad Javieriana. VOL. 10, Nº19-20. JAN/DEZ/1993.	1
61.	BOLETIM DE CIÊNCIAS HUMANAS, Boletim do Museu Paranaense, Emilio Goeldi, Belém, Vol. 5, Nº 1, JAN/ABRIL, 2010.	1
62.	BOLETIM DE CIÊNCIAS HUMANAS, Boletim do Museu Paranaense, Emilio Goeldi, Belém, Vol.6, Nº 2, MAIO/AGOSTO, 2011.	1
63.	BOLETIM DE CIÊNCIAS HUMANAS, Boletim do Museu Paranaense, Emilio Goeldi, Belém, Vol.7, Nº 1, JANEIRO/ABRIL, 2012.	1
64.	BOLETIM DE CIÊNCIAS HUMANAS, Boletim do Museu Paranaense, Emilio Goeldi, Belém, Vol.7, Nº 2, MAIO/AGOSTO, 2012.	1
65.	BOLETIM DE CIÊNCIAS HUMANAS, Boletim do Museu Paranaense, Emilio Goeldi, Belém, Vol.7, Nº 3, Setembro/Dezembro, 2012.	
66.	BOLETIM TEMPO E MEMÓRIA DA UFV – Arquivo Central e Histórico Viçosa-UFV, Vol.1, Nº 1, JANEIRO./JUNHO,1996.	1
67.	CADERNO UNIABC DE HISTÓRIA São Caetano do Sul (SP), Universidade do Grande ABC, ANO.1, Nº.10. 1999.	1
68.	CADERNO UNIABC DE HISTÓRIA, São Caetano do Sul (SP), Universidade do Grande ABC, ANO. 2, Nº.28. 2000.	1
69.	CADERNO UNIABC DE HISTÓRIA, São Caetano do Sul (SP), Universidade do Grande ABC, ANO. 3, Nº.2. 2001.	1
70.	CADERNOS DE HISTÓRIA,Belo Horizonte (MG), Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais PUCMG. VOL.6, Nº7, JUL/2001.	1
71.	CADERNOS DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO, São Paulo (SP): MP/USP, Nº 5, JANEIRO/DEZEMBRO, 1996	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

72.	CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, ARTE E HISTÓRIA DA CULTURA, São Paulo (SP) Universidade Presbiterana Mackenzie. V1. Nº1. 2001.	1
73.	CADERNOS DO CEDOC, Ilhéus - (BA) Editora da UESC, v. 02 / 2004.	2
74.	CADERNOS DO CEDOC, Ilhéus - (BA) Editora da UESC, v. 03 / 2004.	2
75.	CADERNOS DO CEDOC, Ilhéus - (BA) Editora da UESC, v. 04 / 2004.	2
76.	CADERNOS DO CEDOC, Ilhéus - (BA) Editora da UESC, v. 05 / 2005.	2
77.	CADERNOS DO CEDOC, Ilhéus - (BA) Editora da UESC, v. 06 / 2006.	2



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
78.	CADERNOS DO CEDOC, Ilhéus - (BA) Editora da UESC, v. 07 / 2006.	2
79.	CADERNOS DO CEDOC, Ilhéus - (BA) Editora da UESC, v. 08 / 2007.	2
80.	CADERNOS DO CEDOC, Ilhéus - (BA) Editora da UESC, v. 09 / 2007.	2
81.	CADERNOS DO CEDOC, Ilhéus - (BA) Editora da UESC, v.10 / 2008.	2
82.	CADERNOS DO CEDOC, Ilhéus - (BA) Editora da UESC, v.11 / 2008.	2
83.	CADERNOS DO ISER, Rio de Janeiro (RJ) Instituto Superior de de Estudos da Religião. Nº1, 1989.	1
84.	CADERNOS DO ISER, Rio de Janeiro (RJ) Instituto Superior de de Estudos da Religião. Nº11, 1979.	1
85.	CARTA, Brasília (DF) Centro Gráfico do Senado Nacional. VOL. 2. Nº11. 1994.	1
86.	CARTA, Brasília (DF) Centro Gráfico do Senado Nacional. VOL. 2. Nº15. 1995.	1
87.	CLIO, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Nº II, / 1978.	1
88.	CLIO, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Nº III, / 1980.	1
89.	CLIO, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Nº IV, / 1981.	1
90.	CLIO, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Nº 5, / 1982.	1
91.	CLIO, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Nº 7, / 1985.	1
92.	CLIO, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Nº 12, / 1989.	1
93.	CLIO, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, V.1, Nº 13, / 1990.	1
94.	CLIO, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, V.1, Nº 14, / 1993.	1
95.	CLIO, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Nº 15, / 1994.	1
96.	CLIO, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Nº 16, / 1996.	1
97.	CLIO, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Vol.1, Nº 17, / 1998.	1
98.	CLIO, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Vol.1, Nº 18, / 1998.	1
99.	CLIO, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Nº 20, / 2002.	2
100.	CLIO, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Nº 21, / 2003.	1
101.	CLIO, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Vol.1, Nº 22, / 2004.	1
102.	CLIO, Universidade Federal de Pernambuco UFPE, Nº 25.1 / 2007.	1
103.	COLEÇÃO DE IDEIAS, Santo Antônio de Jesus (BA), Vol. 02. Nº 03 JUL/DEZ 2004.	2
104.	COLEÇÃO DE IDEIAS, Santo Antônio de Jesus (BA), Vol.01, Nº 1, Publicação semestral.	2
105.	COLEÇÃO DE IDEIAS, Santo Antônio de Jesus (BA), Vol. 02, Nº 2, Publicação Semestral.	2



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

106.	CONTRAPONTO, Salvador (BA) Universidade Católica de Salvador - UCSAL. ANO I, Nº1. NOV/1998.	2
107.	CADERNOS DE CIÊNCIAS HUMANAS, Feira de Santana (BA), Nº 2, Maio / 1996.	2
108.	CULTURA, O ÍNDIO NA BAHIA, Salvador (BA), Nº 1, Ano 1, 1988.	1
109.	CULTURA, Brasília (DF), Ano 7, Nº 25, Abril/Junho, 1977.	1
110.	CADERNOS DA OFICINA SOCIAL, Ano 1, Nº 2, Dezembro/1999.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
111.	CADERNOS UFS, HISTÓRIA, Sergipe (SE), UFS, Ano 1997/2008, JAN/DEZ.	1
112.	CADERNOS TEMÁTICOS, Ciência e Tecnologia, PFL, Nº 9.	2
113.	CIÊNCIA E TRÓPICO, Recife (PE), Vol. 12, Nº 1, JAN/JUN, 1984.	1
114.	CIÊNCIA E TRÓPICO, Recife (PE), Vol. 32, Nº 1, JAN/JUN, 2008.	1
115.	CIÊNCIA E TRÓPICO, Recife (PE), Vol. 32, Nº 2, JUL/DEZ, 2008.	1
116.	COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO, Mato Grosso (MT), UFMT, Vol. 07, Nº 08, Ano VII / 2008.	1
117.	CATÁLOGO DA DOCUMENTAÇÃO DA COMARCA DE ARACAJÚ, Sergipe, Vol. 1, 2007.	1
118.	CADERNOS DE ESTUDOS SEFARDITAS, Lisboa, Nº 3, 2003.	1
119.	CANOA DO TEMPO, Manaus (AM), EDUA, Vol. 1, Nº 1, JAN/DEZ, 2007.	1
120.	CULTURA E FÉ, Nº 53, Abril/Junho, 1991.	1
121.	CADERNO DE EDUCAÇÃO DO ILÊ AIYÊ, MOÇAMBIQUE VUTLARI, Salvador (BA), Vol. XIII, 2005.	1
122.	CADERNO DE CULTURA DO ESTUDANTE, Feira de Santana (BA), UFS, Ano VI, Nº 6, 1989.	1
123.	COSTA DO SAUIPE, Sauípe (BA) Grupo Sauípe Hotels & Resorts. ANO I, Nº3, JAN/2000.	1
124.	CIÊNCIA E CULTURA, Vol. 40, Nº 1, Janeiro de 1988.	1
125.	CIÊNCIA E CULTURA, Vol. 40, Nº 2, Fevereiro de 1988.	1
126.	CIÊNCIA E CULTURA, Vol. 40, Nº 3, Março de 1988.	1
127.	CIÊNCIA E CULTURA, Vol. 40, Nº 4, Abril de 1988.	1
128.	CIÊNCIA E CULTURA, Vol. 40, Nº 5, Maio de 1988.	1
129.	CIÊNCIA E CULTURA, Vol. 40, Nº 6, Junho de 1988.	1
130.	CIÊNCIA E CULTURA, Vol. 39, Nº 5/6, Maio e Junho de 1987.	1
131.	CIÊNCIA E CULTURA, Vol. 39, Nº 7, Julho de 1987.	1
132.	CIÊNCIA E CULTURA, Vol. 39, Nº 9, Setembro de 1987.	1
133.	CIÊNCIA E CULTURA, Vol. 39, Nº 11, Novembro de 1987.	1
134.	CIÊNCIA E CULTURA, Vol. 39, Nº 12, Dezembro de 1987.	1
135.	CIÊNCIAS HUMANAS, Vol. V, Nº 16, Janeiro/Março, 1981.	1
136.	CIÊNCIAS HUMANAS, Ano IV, Nº 17, Abril/Junho, 1981.	1
137.	CANINDÉ, Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, Sergipe, Universidade de Sergipe, Nº 9, Junho/2007.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

138.	CANINDÉ, Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, Sergipe, Universidade de Sergipe, Nº 7, Junho/2006.	1
139.	CADERNO MULTIDISCIPLINAR- Educação e Contexto do Semi-Árido Brasileiro, Juazeiro (BA), RESAB, Ano 02, Nº 03, Maio/2007.	1
140.	DIMENSÃO, HISTÓRICO-CULTURAL, Chapada Diamantina (BA), 1997.	1
141.	DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ARQUIVO MUNICIPAL, Vol. 8, 1718/1731.	1
142.	DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ARQUIVO MUNICIPAL, CARTAS DO SENADO, Vol. 6, 1710/1730.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
143.	DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ARQUIVO MUNICIPAL, CARTAS DO SENADO, Vol. 4, 1693/1698.	1
144.	DIÁLOGOS – REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA PÓS – GRADUAÇÃO, Vol. 12, Nº 1, 2008.	1
145.	DIÁLOGOS – REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA PÓS – GRADUAÇÃO, Vol. 11, Nº 3, 2007.	1
146.	DIÁLOGOS – REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA PÓS – GRADUAÇÃO, Vol. 10, Nº 1, 2006.	1
147.	DIMENSÕES REVISTA DE HISTÓRIA DA UFES, Vitória (ES), Nº 22, JAN/JUN, 2006.	1
148.	DIMENSÕES REVISTA DE HISTÓRIA DA UFES, Vitória (ES), Nº 23, JUL/DEZ, 2009.	1
149.	DOMÍNIOS DA IMAGEM, Revista do LEDI, Londrina (PR), Ano II, Nº 4, Maio/2009.	2
150.	DOMÍNIOS DA IMAGEM, Revista do LEDI, Londrina (PR), Ano II, Nº 5, Novembro/2009.	2
151.	DOMÍNIOS DA IMAGEM, Revista do LEDI, Londrina (PR), Ano III, Nº 6, Maio/2010.	1
152.	DOSSIÊ INTÉRPRETES DO BRASIL - ANOS 30, São Paulo (SP), Revista USP, Nº 38, Junho, Julho, Agosto/1998.	1
153.	DEBATE E CRÍTICA, São Paulo (SP), Nº 3, Julho de 1974.	2
154.	DEBATE E CRÍTICA, São Paulo (SP), Nº 6, Julho de 1975.	1
155.	DEBATES, Salvador (BA), Cenes, Ano 2, Nº 3, 1985.	1
156.	DEBATES, Salvador (BA), Cenes, Ano 2, Nº 5, Julho/1985.	1
157.	DEBATES, Salvador (BA), Cenes, Ano 1 Nº 2, 1984.	1
158.	DEBATES, Salvador (BA), Cenes, Ano 2 Nº 4, Março/1985.	1
159.	DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO, Itália, 1976.	1
160.	D.O LEITURA, A OUSADIA DE TRADUZIR JOYCE, São paulo (SP), Ano 17, Nº 4 de Agosto/1999.	1
161.	D.O LEITURA, São Paulo (SP), Ano 18, Nº 6 de Junho/2000.	1
162.	D.O LEITURA, São Paulo (SP), Ano 18, Nº 9 de Setembro/2000.	1
163.	ESTUDOS HISTÓRICOS, Rio de Janeiro (RJ) Fundação Getúlio Vargas. VOL. 9, Nº17, JAN/1996.	1
164.	EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA BAHIA, O DIÁLOGO COMO PRINCÍPIO NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

165.	ESTUDOS DE SOCIOLOGIA, Recife (PE), UFPE, Vol. 16, Nº 1, Janeiro á Junho/2010.	1
166.	EM TEMPO DE HISTÓRIAS, Brasília (DF), UNB, Nº 5, Ano 5, 2001.	1
167.	ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, Rio de Janeiro (RJ), UCAM, Nº 6-7, 1982.	1
168.	ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, Rio de Janeiro (RJ), UCAM, Nº 2, Ano 24, 2002.	1
169.	ESTUDOS FEMINISTAS – EFSC – Vol. 17 – nº 3 / 2009 (CIÊNCIAS SOCIAIS)	1
170.	ESTUDOS BAIANOS: OS KARIRIS DE MIRANDELA: UM GRUPO INDÍGENA INTEGRADO –, Universidade Federal da Bahia / Nº 6, 1972.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
171.	ESTUDOS BAIANOS: PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES DA FICÇÃO NA BAHIA – Universidade Federal da Bahia / Nº 7, 1973.	1
172.	ESTUDOS BAIANOS: EVOLUÇÃO FÍSICA DE SALVADOR I – , Universidade Federal da Bahia / Nº12, 1980.	1
173.	ESTUDOS BAIANOS: EVOLUÇÃO FÍSICA DE SALVADOR II – Universidade Federal da Bahia / Nº 13, 1980.	1
174.	GRANDES IMPÉRIOS E CIVILIZAÇÕES, GRANDE ATLAS DA HISTÓRIA, Edição 4, Fascículo 1.	1
175.	GRANDES IMPÉRIOS E CIVILIZAÇÕES, GRANDE ATLAS DA HISTÓRIA, Edição 7, Fascículo 2.	1
176.	GRANDES IMPÉRIOS E CIVILIZAÇÕES, GRANDE ATLAS DA HISTÓRIA, Edição 10, Fascículo 3.	1
177.	GRANDES IMPÉRIOS E CIVILIZAÇÕES, GRANDE ATLAS DA HISTÓRIA, Edição 16, Fascículo 5.	1
178.	GRANDES IMPÉRIOS E CIVILIZAÇÕES, GRANDE ATLAS DA HISTÓRIA, Edição 19, Fascículo 6.	1
179.	GRANDES IMPÉRIOS E CIVILIZAÇÕES, GRANDE ATLAS DA HISTÓRIA, Edição 22, Fascículo 7.	1
180.	GRANDES IMPÉRIOS E CIVILIZAÇÕES, GRANDE ATLAS DA HISTÓRIA, Edição 25, Fascículo 8.	1
181.	HISTÓRIA, Universidade Estadual Paulista UNESP, V. 1 /1982.	1
182.	HISTÓRIA, Universidade Estadual Paulista UNESP, V. 2 / 1983.	1
183.	HISTÓRIA, Universidade Estadual Paulista UNESP, V. 7 / 1988.	1
184.	HISTÓRIA, Universidade Estadual Paulista UNESP, V. 12 / 1993.	1
185.	HISTÓRIA, Universidade Estadual Paulista UNESP, V. 13 / 1994.	1
186.	HISTÓRIA, Universidade Estadual Paulista UNESP, V. 14 / 1995.	1
187.	HISTÓRIA, Universidade Estadual Paulista UNESP, V. 15 / 1996.	1
188.	HISTÓRIA, Universidade Estadual Paulista UNESP, V. 16 / 1997.	1
189.	HISTÓRIA, Universidade Estadual Paulista UNESP, V. 19 / 2000.	1
190.	HISTÓRIA, Universidade Estadual Paulista UNESP, V. 21 / 2002.	1
191.	HISTÓRIA, Universidade Estadual Paulista UNESP, V. 22, Nº1 / 2003.	1
192.	HISTÓRIA, Universidade Estadual Paulista UNESP, V. 23, Nº1-2 / 2004.	1
193.	HISTÓRIA & ENERGIA São Paulo (SP), Eletricidade de São Paulo S.A ELETROPAULO, Nº01. MAI/1986.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

194.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL I. 2001.	1
195.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL II. 2001.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
196.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL III. 2001	1
197.	HISTÓIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL IV. 2001.	1
198.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL V. 2001	1
199.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL VI. 2001.	1
200.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL VII. 2001.	1
201.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL VIII. 2001.	1
202.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL IX. 2002.	1
203.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL X. 2002.	1
204.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XI. 2001.	1
205.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XIII. 2002.	1
206.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XIV. 2002.	1
207.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XV. 2002.	1
208.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XVI. 2002.	1
209.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XVII. 2002.	1
210.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XVIII. 2002.	1
211.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XIX. 2002.	1
212.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XX. 2002.	1
213.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XXI. 2002.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

214.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XXII. 2002.	1
215.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XXIII. 2002.	1
216.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XXIV. 2002.	1
217.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XXV. 2002.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
218.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XXVI. 2003.	1
219.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XXVII. 2003.	1
220.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XXVIII. 2003.	1
221.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XXIX. 2003.	1
222.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XXX. 2003, TOMO 1.	1
223.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XXX. 2003, TOMO 2.	1
224.	HISTÓRIA DO BRASIL - CORREIO BRAZILIENSE São Paulo (SP) Imprensa Oficial do Estado VOL XXXI. 2003.	1
225.	HISTÓRIA ORAL NORDESTESão Luis (MA) Associação Nacional de HISTÓRIA Oral (ABHO) Nordeste. Set/2005.	1
226.	HISTÓRIA: QUESTOES E DEBATES Curitiba (PR) Associação Paranaense de História. ANO9, Nº17. DEZ/1988.	1
227.	HISTÓRIA ORAL, Revista da associação Brasileira de História, Vol.11, Nº 1-2, Jan/Dez, 2008.	1
228.	HISTÓRIA ORAL, Revista da associação Brasileira de História, Vol. 12, Nº 1-2, Jan/Dez, 2009.	1
229.	HISTÓRIA DO BRASIL I, São Paulo (SP), EAD, Versão 1, Fevereiro/2009.	1
230.	HISTÓRIA DO MEDIEVAL I, São Paulo (SP), EAD, Versão 1, Abril/2008.	1
231.	HISTÓRIA DO MEDIEVAL II, São Paulo (SP), EAD, Versão 1, Julho/2008.	1
232.	HISTÓRIA DA AMÉRICA I, São Paulo (SP), EAD, Versão 1, Fevereiro/2009.	1
233.	HISTÓRIA E PERSPECTIVAS, Uberlândia (MG), EDUFU, Nº 39, Jul/Dez. 2008.	1
234.	HISTÓRIA E PERSPECTIVAS, Uberlândia (MG), História, Memória e Natureza, EDUFU, Nº 41, Vol. 22, Jul/Dez. 2009.	1
235.	HISTÓRIA E PERSPECTIVAS, Uberlândia (MG), História, Memória e Natureza, EDUFU, Nº 42, Vol. 23, Jan/Jun. 2010.	1
236.	HISTÓRIA SOCIAL, Madrid, Nº 22, 1995 (II).	1
237.	HISTÓRIA E COTIDIANO NO PLANALTO DA CONQUISTA, UESB, 1998.	1
238.	HISTÓRIA UNISINOS, Programa de Pós-Graduação de história, Vol.8, Nº 10, Nº 10, Jul/Dez. 2004.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

239.	HISTÓRIA E GEOGRAFIA, UNIJUÍ, 2ª Edição, 1986.	1
240.	IMAGINARIO, São Paulo (SP) Universidade de São Paulo. Nº2. JAN. 1995.	1
241.	IMAGINARIO, São Paulo (SP) Universidade de São Paulo. Nº3. AGO. 1996.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
242.	IMAGINARIO, São Paulo (SP) Universidade de São Paulo. Nº 4, junho/1998.	1
243.	IMAGINARIO, São Paulo (SP) Universidade de São Paulo. Ano XII, Nº 13, JUL/DEZ, 2006.	1
244.	INVENTARIO SUMARIO DO ACERVO HISTORICO DA CURIA DIOCESANA DE FEIRA DE SANTANA Feira de Santana (BA), Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS, 1995.	1
245.	IDEAÇÃO, NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS EM FILOSOFIA, Nº 10, Julho/2002.	1
246.	IDEAÇÃO, NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS EM FILOSOFIA, Nº 13, Junho/2004.	1
247.	INDÍGENAS DA AMÉRICA DO SUL NA ÓTICA AUDIOVISUAL, UFBA, Bahia, Setembro/2005.	1
248.	IMAGENS ANARQUISTAS, Análises e Debates, Londrina, Vol. 2, 2009.	1
249.	INTERFACES BRASIL/CANADÁ, Revista da ABECAN, Rio Grande, Nº 7, 2007.	1
250.	KAWÉ, Ilhéus (BA) Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Nº1. MAR/MAI. 1997.	1
251.	KAWÉ, Ilhéus (BA) Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Nº2. JUN/AGO. 1997.	1
252.	LOCUS REVISTA DE HISTÓRIA, Campus Universitário da UFJF (MG) EDUFJF, V.2, Nº2 / 1996.	1
253.	LOCUS REVISTA DE HISTÓRIA, Campus Universitário da UFJF (MG) EDUFJF, V.3, Nº1 / 1997.	1
254.	LOCUS REVISTA DE HISTÓRIA, Campus Universitário da UFJF (MG) EDUFJF, V.3, Nº2 / 1997.	1
255.	LOCUS REVISTA DE HISTÓRIA, Campus Universitário da UFJF (MG) EDUFJF, V.4, Nº1 / 1998.	1
256.	LOCUS REVISTA DE HISTÓRIA, Campus Universitário da UFJF (MG) EDUFJF, V.4, Nº2 / 1998.	1
257.	LOCUS REVISTA DE HISTÓRIA, Campus Universitário da UFJF (MG) EDUFJF, V.5, Nº1 / 1999.	1
258.	LOCUS REVISTA DE HISTÓRIA, Campus Universitário da UFJF (MG) EDUFJF, V.5, Nº2 / 1999.	1
259.	LOCUS REVISTA DE HISTÓRIA, Campus Universitário da UFJF (MG) EDUFJF, V.6, Nº1 / 2000.	1
260.	LOCUS, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA, CETEBA, 1993 -1994	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

261.	LOCUS, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA, CETEBA, Vol. 2, 1995.	1
262.	LOCUS, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA, CETEBA, Vol. 3, 1997.	1
263.	MEMÓRIA & HISTÓRIA, São Paulo - (SP) Instituto Astrojildo Pereira, nº.2, 1982.	1
264.	MÉTIS, Caxias do Sul (RS) Universidade de Caxias do Sul - UCS. VOL. 4, Nº7, JAN/JUN. 2005.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
265.	MORAL DA HISTÓRIA, Correio do livro da UNB, Ano 4, Nº 8, Jan/ Mar. 2004	1
266.	MEMÓRIA CONQUISTENSE, Museu Regional, UESB, Nº 7-8, 2003/2004.	1
267.	MEMÓRIA CONQUISTENSE, Museu Regional, UESB, Nº 9, Vol. 8, 2005.	1
268.	MEMORIALIDADES, Ilhéus (BA), UESC, Ano 1, Nº 2, Jul/Dez, 2004.	1
269.	MEMORIALIDADES, Ilhéus (BA), UESC, Ano 2, Nº 3 e 4, Jan/Dez, 2005.	1
270.	MEMORIALIDADES, Ilhéus (BA), UESC, Ano 3, Nº 5, 6 Jan/Dez, 2006.	1
271.	MEMORIALIDADES, Ilhéus (BA), UESC, Ano 4, Nº 7, Jan/Dez, 2007. DOSSIÊ: Velhice e Corporalidade	1
272.	MEMORIALIDADES, Ilhéus (BA), UESC, Ano 5, Nº 9, Jan/Dez, 2008. DOSSIÊ: Socialidades na velhice	1
273.	MEMORIALIDADES, Ilhéus (BA), UESC, Ano 6, Nº 11, Jan/Jun, 2009. DOSSIÊ: Saúde e qualidade de vida na velhice	1
274.	MEMORIALIDADES, Ilhéus (BA), UESC, Ano 6, Nº 12, Jul/Dez, 2009. DOSSIÊ: Velhice e doença de Alzheimer	1
275.	MEMORIALIDADES, Ilhéus (BA), UESC, Ano 7, Nº 13, Jan/Jun, 2010. DOSSIÊ: Velhice e finitude humana	1
276.	MEMORIALIDADES, Ilhéus (BA), UESC, Ano 7, Nº 14, Jul/Dez, 2010. DOSSIÊ: A velhice na (i) legalidade.	1
277.	MEMORIALIDADES, Ilhéus (BA), UESC, Ano 8, Nº 15, Jan/Jun, 2011. DOSSIÊ: Experiências de Educação para a velhice – Universidades abertas a terceira idade	1
278.	MEMORIALIDADES, Ilhéus (BA), UESC, Ano 8, Nº 15, Jul/Dez, 2011. DOSSIÊ: Velhice nas cidades	1
279.	MEMORIALIDADES, Ilhéus (BA), UESC, Ano 9, Nº 17, Jan/Jun, 2012. DOSSIÊ: Velhice nas cidades.	1
280.	NUNTIUS ANTIQUUS – Revista de Estudos Antigos e Mesievais; Belo Horizonte (MG): NEAM/Faculdade de Letras da UFMG. Vol. VIII – Nº 01 – Janeiro/Junho – 2012.	1
281.	O OLHO DA HISTÓRIA, Salvador (BA) Universidade Federal da Bahia UFBA, V.1, Nº1, NOV. 1995.	1
282.	O OLHO DA HISTÓRIA, Salvador (BA) Universidade Federal da Bahia UFBA, V.2, Nº3, DEZ. 1996.	1
283.	O OLHO DA HISTÓRIA, Salvador (BA) Universidade Federal da Bahia UFBA, V.1, Nº5, SET. 1998	1
284.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 3, Agosto/1995.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

285.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 4, Março/1996.	1
286.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 5, Março/1996.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
287.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 6, Outubro/1995.	1
288.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 7, Dezembro/1995.	1
289.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 8, Outubro/1995.	1
290.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 11, Outubro/1995.	1
291.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 14, Novembro/1995.	1
292.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 17, Dezembro/1995.	1
293.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 18, Dezembro/1995.	1
294.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 19, Janeiro/1996.	1
295.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 20, Janeiro/1996.	1
296.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 21, Dezembro/1995.	1
297.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 22, Fevereiro/1996.	1
298.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 23, Fevereiro/1996.	1
299.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 24, Abril/1996.	1
300.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 26, Maio/1996.	1
301.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 31, Junho/1996.	1
302.	OS GRANDES CLÁSSICOS, HISTÓRIA DA MÚSICA CLÁSSICA, Nº 33, Junho/1996.	1
303.	OS GRANDES LIDERES, HITLER, Nova Cultural, 1987.	1
304.	OS GRANDES LIDERES, DE GAULLE, Nova Cultural, 1987.	2
305.	OS GRANDES LIDERES, KADAFI, Nova Cultural, 1987.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

306.	OS GRANDES LIDERES, EISENHOWER, Nova Cultural,	1
307.	OS GRANDES LIDERES, INDIRA GANDHI, Nova Cultural, 1987.	1
308.	OS GRANDES LIDERES, GOLDA MEIR, Nova Cultural, 1987.	1
309.	OS GRANDES LIDERES, LINCOLN, Nova Cultural, 1987.	1
310.	OS GRANDES LIDERES, GORBACHEV, Nova Cultural, 1987.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
311.	OS GRANDES LIDERES, KENNEDY, Nova Cultural, 1988.	1
312.	OS GRANDES LIDERES, REI ARTUR, Nova Cultural, 1987.	1
313.	OS GRANDES LIDERES, CLEÓPATRA, Nova Cultural, 1987.	1
314.	OS GRANDES LIDERES, JOÃO XXIII, Nova Cultural, 1988.	1
315.	OS GRANDES LIDERES, FRANKLIN ROOSEVELT, Nova Cultural, 1987.	1
316.	OS GRANDES LIDERES, STÁLIN, Nova Cultural, 1987.	1
317.	OS GRANDES LIDERES, ADENAUER, Nova Cultural, 1989.	1
318.	OS GRANDES LIDERES, CORAZÓN AQUINO, Nova Cultural, 1988.	1
319.	OS GRANDES LIDERES, KRUSCHEV, Nova Cultural, 1987.	1
320.	OS GRANDES LIDERES, BREZHNEV, Nova Cultural, 1988.	1
321.	ORALIDADES, Revista de História Oral, São Paulo (SP), Ano 1, Nº 2, JUL/DEZ. 2007.	1
322.	OUTUBRO, Revista do instituto de Estudos Socialistas, São Paulo (SP), Nº 17, 2008.	1
323.	OS SAMBAS, AS RODAS, OS BUMBAS, OS MEUS E OS BOIS, Brasília (DF), Maio, 1936/2006.	1
324.	O NEGRO NA UNIVERSIDADE, Salvador (BA), UFBA, Novos Toques, Nº 5, 2002.	1
325.	PLUG – CULTURA, Salvador (BA) Secretaria de Cultura ANO 1. Nº2. JUN-DEZ. 2007.	1
326.	POLITEIA HISTÓRIA E SOCIEDADE, Vitória da Conquista (BA) UESB, V.1, Nº1 /2001.	2
327.	POLITEIA HISTÓRIA E SOCIEDADE, Vitória da Conquista (BA) UESB, V.2, Nº1 /2002.	1
328.	POLITEIA HISTÓRIA E SOCIEDADE, Vitória da Conquista (BA) UESB, V.3, Nº1 /2003.	2
329.	POLITEIA HISTÓRIA E SOCIEDADE, Vitória da Conquista (BA) UESB, V.5, Nº1 /2005.	2
330.	POLITEIA HISTÓRIA E SOCIEDADE, Vitória da Conquista (BA) UESB, V.6, Nº1 /2006.	2
331.	POLITEIA HISTÓRIA E SOCIEDADE, Vitória da Conquista (BA) UESB, V. 7, Nº 1, 2007.	2
332.	POLITEIA HISTÓRIA E SOCIEDADE, Vitória da Conquista (BA) UESB, V. 8, Nº 1, 2008.	2



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

333.	POLITEIA HISTÓRIA E SOCIEDADE, Vitória da Conquista (BA) UESB, V. 4, Nº 1, 2004.	1
334.	POLITEIA HISTÓRIA E SOCIEDADE, Vitória da Conquista (BA) UESB, V. 9, Nº 1, 2009.	2



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
335.	POLITEIA HISTÓRIA E SOCIEDADE, Vitória da Conquista (BA) UESB, V. 10, Nº 1, 2010.	2
336.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº.20, ABR. 2000.	1
337.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº.21, NOV. 2000.	1
338.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº.22, JUN. 2001.	1
339.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº.23, NOV. 2001.	1
340.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº.24, JUN. 2002.	1
341.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº.25, DEZ. 2002.	1
342.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº.26, JUN. 2003.	1
343.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº.27, JUL/DEZ. 2003.	1
344.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº.28, JUN. 2004.	1
345.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº.30, JUN. 2005.	1
346.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº 10, DEZ. 1993.	1
347.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº.11, NOV. 1994.	1
348.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº.13, JUN. 1996.	1
349.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº.16, FEV. 1998.	2
350.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº.18, MAI. 1999.	2
351.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº.19, NOV. 1999.	1
352.	PROJETO HISTÓRIA, São Paulo, (SP) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nº 17, Novembro/1998.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

353.	PROJETO DE EXTENSÃO PEDAGÓGICA, ABIDJAN, ABUJA, Salvador (BA), Vol. XV, 2007.	1
354.	PACOTE DA CIDADANIA, INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TERRAS QUILOMBAS.	1
355.	PROGRAMA BRASIL QUILOMBA, Brasília (DF), 2005.	1
356.	PROJETO DE EXTENSÃO PEDAGÓGICA, MOÇAMBIQUE VUTLARI, Salvador (BA), Vol. XIII, 2005.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
357.	POLÍTICA: O PODER EM DISPUTA, UESB, Nº 4, 1999.	1
358.	POR UMA POLÍTICA DE CULTURA, Salvador (BA), Edivaldo, 1971.	1
359.	PENSAMENTO E CULTURA II, Revista das Faculdades Franciscanas, 1984.	1
360.	PERCURSO: SOCIEDADE, NATUREZA E CULTURA, Ano VIII, Nº 9, 2009.	1
361.	REVISTA ADVIR, Rio de Janeiro (RJ) Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio -ASDUERJ. Nº. 19, SET. 2005.	1
362.	PROGRAMAS DE INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL – Guia Informal, Brasília (DF), 2008.	1
363.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, ANPUH, Humanitas publicações, Vol. 9, Nº17, SET/FEV. 1988/1989.	1
364.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, ANPUH, Humanitas publicações, Vol. 17, Nº34, / 1997.	1
365.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, ANPUH, Humanitas publicações, Vol. 18, Nº36, / 1998.	1
366.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, ANPUH, Humanitas publicações, Vol. 20, Nº39, / 1999.	1
367.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, ANPUH, Humanitas publicações, Vol. 21, Nº40, / 2001.	1
368.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, ANPUH, Humanitas publicações, Vol. 21, Nº41, / 2001.	1
369.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, ANPUH, Humanitas publicações, Vol. 21, Nº42, / 2001.	1
370.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, ANPUH, Humanitas publicações, Vol. 25, Nº50, JUL/DEZ. 2005.	1
371.	REVISTA CANUDOS, Salvador (BA) Universidade do Estado da Bahia UNEB, Vol. 1, Nº.1, JUL/DEZ. 1996	1
372.	REVISTA CANUDOS, Salvador (BA) Universidade do Estado da Bahia UNEB, Vol.1, Nº.1, JUL/DEZ. 1997.	1
373.	REVISTA CANUDOS, Salvador (BA) Universidade do Estado da Bahia UNEB, Vol. 2, Nº.2, OUT. 1997.	1
374.	REVISTA CANUDOS, Salvador (BA) Universidade do Estado da Bahia UNEB, Vol. 3, Nº.1, JUN. 1999.	1
375.	REVISTA CANUDOS, Salvador (BA) Universidade do Estado da Bahia UNEB, Vol. 4, Nº.1/2, DEZ. 2000.	1
376.	REVISTA CANUDOS – Os Sertões (1902 – 2002); Salvador (BA) Universidade do	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

	Estado da Bahia UNEB/ Centro de Estudos Euclides da Cunha CEEC. ANO 7, Nº.6/7, JAN/DEZ. 2002.	
377.	REVISTA CEPAIA - REALIDADES AFRO INDIGENAS, Salvador, (BA) Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Nº 2/3, ANO. 2. JAN/DEZ. 2002.	2
378.	REVISTA CEPAIA - REALIDADES AFRO INDIGENAS, Salvador, (BA) Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Nº 4, ANO. 3. JAN/DEZ. 2006.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
379.	REVISTA DA BAHIA, Salvador (BA) Empresa Gráfica da Bahia EGBA. N°8, VOL 28. MAR/MAI 1989.	1
380.	REVISTA DA BAHIA, Salvador (BA) Empresa Gráfica da Bahia EGBA. N°13, VOL 29. JUN/AGO 1989.	1
381.	REVISTA DA BAHIA, Salvador (BA) Empresa Gráfica da Bahia EGBA. N°14, VOL 30. SET/NOV 1989.	1
382.	REVISTA DA BAHIA, Salvador (BA) Empresa Gráfica da Bahia EGBA. N°15, VOL 30. DEZ/FEV. 1989/90	1
383.	REVISTA DA BAHIA, Salvador (BA) Empresa Gráfica da Bahia EGBA. N°16, VOL 31. MAR/MAI. 1990.	1
384.	REVISTA DA BAHIA, Salvador (BA) Empresa Gráfica da Bahia EGBA. N°17, VOL 32. JUN/AGO. 1990.	1
385.	REVISTA DA BAHIA, Salvador (BA) Empresa Gráfica da Bahia EGBA. N°21, VOL 32. JUL. 1997.	1
386.	REVISTA DA BAHIA, Salvador (BA) Empresa Gráfica da Bahia EGBA. N°22, VOL 32. SET. 1997.	1
387.	REVISTA DA BAHIA, Salvador (BA) Empresa Gráfica da Bahia EGBA. N°24, VOL 32. SET. 1997.	1
388.	REVISTA DA BAHIA, Salvador (BA) Empresa Gráfica da Bahia EGBA. N°27, VOL 32. SET. 1998.	1
389.	REVISTA DA BAHIA, Salvador (BA) Empresa Gráfica da Bahia EGBA. N°39, VOL 32. NOV. 2004.	1
390.	REVISTA DA BAHIA, Salvador (BA) Empresa Gráfica da Bahia EGBA. N°40, ABR. 2005.	1
391.	REVISTA DA BAHIA, Salvador (BA) Empresa Gráfica da Bahia EGBA. N°41, NOV. 2005.	1
392.	REVISTA DA BAHIA, Salvador (BA) Empresa Gráfica da Bahia EGBA. N°42, JAN/JUN. 2006.	1
393.	REVISTA DA FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, Salvador (BA) Fundação Pedro Calmon - Centro de memória da Bahia ANO.II, N°.2, 1997.	2
394.	REVISTA DA FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, Salvador (BA) Fundação Pedro Calmon - Centro de memória da Bahia ANO.III, N°.3, 1998.	1
395.	REVISTA DE ANTROPOLOGIA, São Paulo (SP) Universidade de São Paulo VOL. 41 N°1. 1998.	1
396.	REVISTA DE ANTROPOLOGIA, São Paulo (SP) Universidade de São Paulo VOL. 30/31/32. 1987/88/89.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

397.	REVISTA DE HISTÓRIA, São Paulo (SP) Universidade de São Paulo. ANO XXV. VOL L. Nº100. 1974.	1
398.	REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL, Ponta Grossa (PR) Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG, V.1,Nº.1, INVERNO. 1996.	1
399.	REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL, Ponta Grossa (PR) Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG, V.5, Nº1, VERÃO. 2000.	1
400.	REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL, Ponta Grossa (PR) Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG, V.5, Nº2, INVERNO. 2000.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
401.	REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, São João Del Rei (MG), Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Nº5, DEZ/1987.	1
402.	REVISTA DO MESTRADO DE HISTÓRIA, Vassouras (RJ) Universidade Serverino Sombra. Nº2. 1999.	1
403.	REVISTA PALMARES, Brasília (DF) Fundação Cultural Palmares. ANO II. Nº3, DEZ/2006	1
404.	REVISTA UNIFIEO, Osasco (SP) UNIFIEO, ANO 1, Nº.1. JUN. 1999.	1
405.	REVISTA UNIFIEO, Osasco (SP) UNIFIEO, ANO 1, Nº.2. DEZ. 1999.	1
406.	REVISTA UNIFIEO, Osasco (SP) UNIFIEO, ANO 2, Nº.3. JUN. 2000.	1
407.	REVISTA UNIFIEO, Osasco (SP) UNIFIEO, ANO 2, Nº.4. JAN. 2001.	1
408.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo (SP), ANPUH, Vol. 22, Nº 43.	1
409.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo (SP), ANPUH, Vol. 22, Nº 44.	1
410.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo (SP), ANPUH, Vol. 23, Nº 45.	1
411.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo (SP), ANPUH, Vol. 23, Nº 46.	1
412.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo (SP), ANPUH, Vol. 24, Nº 47.	1
413.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo (SP), ANPUH, Vol. 24, Nº 48.	1
414.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo (SP), ANPUH, Vol. 27, Nº 53.	1
415.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo (SP), ANPUH, Vol. 28, Nº 56.	1
416.	REVISTA PALMARES, Brasília (DF), Cultura Palmares, Ano VI, Edição Especial, Novembro de 2010.	1
417.	REVISTA DE HISTÓRIA, Biblioteca Nacional, Ano 4, Nº 47, Agosto/2009.	1
418.	REVISTA DE HISTÓRIA, Biblioteca Nacional, Ano 3, Nº 29, Fevereiro /2008.	1
419.	REVISTA DE HISTÓRIA, Biblioteca Nacional, Ano 3, Nº 30, Março/2008.	1
420.	REVISTA DE HISTÓRIA, Biblioteca Nacional, Ano 3, Nº 31, Abril/2008.	1
421.	REVISTA DE HISTÓRIA, Biblioteca Nacional, Ano 3, Nº 33, Junho/2008.	1
422.	REVISTA DE HISTÓRIA, Biblioteca Nacional, Ano 3, Nº 34, Julho/2008.	1
423.	REVISTA DE HISTÓRIA, Biblioteca Nacional, Ano 3, Nº 35, Agosto/2008.	1
424.	REVISTA DE HISTÓRIA, Biblioteca Nacional, Ano 6, Nº 66, Março/2011.	1
425.	REVISTA DE HISTÓRIA, Biblioteca Nacional, Ano 4, Nº 41, Fevereiro /2009.	1
426.	REVISTA HISTÓRIA E LUTA DE CLASSES, REVOLUÇÃO E CONTRA-REVOLUÇÃO, Ano 7, Nº 12, Setembro/2011.	1
427.	REVISTA HISTÓRIA E LUTA DE CLASSES, QUESTÃO AGRÁRIA E REFORMA	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

	AGRÁRIA, Ano 5, Nº 8, Novembro/2009.	
--	--------------------------------------	--



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
428.	REVISTA MOSAICUM, FASB, Teixeira de Freitas (BA), Vol. 1, Nº 5, 2007.	1
429.	REVISTA UNIARA, Araraquara, São Paulo (SP), Vol. 12, Nº 2, Dez/2009.	1
430.	REVISTA UNIARA, Araraquara, São Paulo (SP), Vol. 21/22, 2008/2009.	1
431.	REVISTA UNIARA, Araraquara, São Paulo (SP), Vol. 13, Nº 1, Jul/2010.	1
432.	REVISTA UNIARA, Araraquara, São Paulo (SP), Vol. 13, Nº 2, Dez/2010.	1
433.	REVISTA UNIARA, Araraquara, São Paulo (SP), Vol. 14, Nº 2, Dez/2011.	1
434.	REVISTA MÚLTIPLA, Brasília (DF), Ano VII, Vol. 9, Nº 13, Dezembro/2002.	1
435.	REVISTA MÚLTIPLA, Brasília (DF), Ano IX, Vol. 10, Nº 16, Junho/2004.	1
436.	REVISTA MÚLTIPLA, Brasília (DF), Ano IX, Vol. 11, Nº 17, Dezembro/2004.	1
437.	REVISTA MÚLTIPLA, Brasília (DF), Ano X, Vol. 13, Nº 19, Dezembro/2005.	1
438.	REVISTA MÚLTIPLA, Brasília (DF), Ano XI, Vol. 14, Nº 20, Junho/2006.	1
439.	REVISTA MÚLTIPLA, Brasília (DF), Ano XI, Vol. 15, Nº 21, Dezembro/2006.	1
440.	REVISTA MÚLTIPLA, Brasília (DF), Ano XII, Vol. 16, Nº 22, Junho/2007.	1
441.	REVISTA MÚLTIPLA, Brasília (DF), Ano V, Nº 8, Julho/2000.	1
442.	REVISTA MARACANAN, Rio de Janeiro (RJ), UERJ, Ano I, Nº 1, 1999/2000.	1
443.	REVISTA MARACANAN, Rio de Janeiro (RJ), UERJ, Ano III, Nº 1, JAN/2005, MAR/2007.	1
444.	REVISTA MARACANAN, Rio de Janeiro (RJ), UERJ, Vol. IV, Nº 4, ABR/2007, DEZ/2008.	1
445.	REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL, Ponta Grossa (PR), UEPG, Vol. 13, Nº 2, Inverno/2008.	2
446.	REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL, Ponta Grossa (PR), UEPG, Vol. 15, Nº 1, 2010.	1
447.	REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL, Ponta Grossa (PR), UEPG, Vol. 15, Nº 2, 2010.	1
448.	REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL, Ponta Grossa (PR), UEPG, Vol. 14, Nº 1, 2009.	2
449.	REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL, Ponta Grossa (PR), UEPG, Vol. 14, Nº 2, 2009.	1
450.	RECORTES DE MEMÓRIA, Vitória da Conquista (BA), UESB, Vol. 6, 2002.	1
451.	REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, Brasília (DF), ENAP, Ano 54, Nº 3, JUL/SET, 2003.	1
452.	REVISTA DE CULTURA DA BAHIA, Salvador (BA), Nº 16, 1998.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

453.	REVISTA DE CULTURA DA BAHIA, Salvador (BA), Nº 17, 1998.	1
------	--	---



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
454.	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, ANPUH, Nº 29, Vol. 15.	1
455.	REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO, Nº 63, 2009.	1
456.	REVISTA ESTUDOS AMAZÔNICOS, Açai, Vol. III, Nº 1, 2008.	1
457.	REVISTA DE HISTÓRIA, São Paulo (SP), USP, Nº 156, 1º Semestre de 2007.	1
458.	REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA, Nº 99, 2004.	1
459.	REVISTA DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, EDIUPF, Ano 13, Nº 1-2, JAN/DEZ, 1997.	1
460.	RELAÇÕES DE ENSINO, Cadernos CEDES 50, 1º Edição, 2000.	1
461.	REVISTA DE HISTÓRIA DE ARTE E ARQUEOLOGIA, UNICAMP, Nº 4, Agosto/2000.	1
462.	RHR – Revista de História Regional; Ponta Grossa (PR): UEPG. Vol. 16 – Nº 02 – 2011.	1
463.	SÆCULUM Revista de História, João Pessoa (PB) Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Nº.12, JAN/JUN. 2005.	1
464.	SÆCULUM Revista de História, João Pessoa (PB) Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Nº.15, JUL/DEZ. 2006.	1
465.	SÆCULUM Revista de História, João Pessoa (PB) Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Nº.16, JAN/JUN. 2007.	1
466.	SÆCULUM Revista de História, João Pessoa (PB) Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Nº 11, JUL/DEZ, 2004.	1
467.	SÆCULUM Revista de História, João Pessoa (PB) Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Nº 22, JAN/JUN, 2010.	1
468.	SÆCULUM Revista de História, João Pessoa (PB) Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Nº 13, JUL/DEZ, 2005.	1
469.	SÆCULUM Revista de História, João Pessoa (PB) Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Nº 14, JAN/JUN, 2006.	1
470.	SÆCULUM Revista de História, João Pessoa (PB) Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Nº 17, JUL/DEZ, 2007.	1
471.	SÆCULUM Revista de História, João Pessoa (PB) Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Nº 18, JAN/JUN, 2008.	1
472.	SÆCULUM Revista de História, João Pessoa (PB) Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Nº 19, JUL/DEZ, 2008.	1
473.	SÆCULUM Revista de História, João Pessoa (PB) Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Nº 20, JAN/JUN, 2009.	2



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

474.	SÆCULUM Revista de História, João Pessoa (PB) Universidade Federal da Paraíba - UFPB, N° 21, JUL/DEZ, 2009.	1
475.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 3, N° 1, JAN/MAR, 2005.	1
476.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 3, N° 2, ABR/JUN, 2005.	1
477.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 3, N° 3, JUL/SET, 2005.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
478.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 3, Nº 4, OUT/DEZ,2005.	1
479.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 2, Nº 1, JAN/MAR, 2004.	1
480.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 2, Nº 2, ABR/JUN, 2004.	1
481.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 2, Nº 3, JUL/SET, 2004.	1
482.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 2, Nº 4, OUT/DEZ, 2004.	1
483.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 4, Nº 1, JAN/MAR, 2006.	1
484.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 4, Nº 2, ABR/JUN, 2006.	1
485.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 4, Nº 3, JUL/SET, 2006.	1
486.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 4, Nº 4, OUT/DEZ, 2006.	1
487.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 5, Nº 1, JAN/MAR, 2007.	1
488.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 5, Nº 2, ABR/JUN, 2007.	1
489.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 5, Nº 3, JUL/SET, 2007.	1
490.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 5, Nº 4, OUT/DEZ, 2007.	1
491.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 6, Nº 1, JAN/MAR, 2008.	1
492.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 6, Nº 2, ABR/JUN, 2008.	1
493.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 6, Nº 3, JUL/SET, 2008.	1
494.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 6, Nº 4, OUT/DEZ, 2008.	1
495.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 7, Nº 1, JAN/MAR, 2009.	1
496.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 7, Nº 2, ABR/JUN, 2009.	1
497.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 7, Nº 3, JUL/SET, 2009.	1
498.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 7, Nº 4, OUT/DEZ, 2009.	1
499.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 8, Nº 1, JAN/MAR, 2010.	1
500.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 8, Nº 2, ABR/JUN, 2010.	1
501.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 8, Nº 3, JUL/SET, 2010.	1
502.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 8, Nº 4, OUT/DEZ, 2010.	1
503.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 9, Nº 1, JAN/MAR, 2011.	1
504.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 9, Nº 2, ABR/JUN, 2011.	1
505.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 9, Nº 3, JUL/SET, 2011.	1
506.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 9, Nº 4, OUT/DEZ, 2011.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
507.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 10, Nº 1, JAN/MAR, 2012.	1
508.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 10, Nº 2, JAN/MAR, 2012.	1
509.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 10, Nº 3, JUL/SET, 2012.	1
510.	SCIENTIÆ STUDIA, São Paulo (SP), Vol. 10, Nº 4, OUT/DEZ, 2012.	1
511.	SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS INQUISITORIAIS, Bahia, 10 á 14 de agosto/2011.	1
512.	SEGMENTOS, Teixeira de Freitas (BA), FACTEF, Ano 1, Nº 1, DEZ/2007.	1
513.	SEGMENTOS, Teixeira de Freitas (BA), FACTEF, Ano 1, Nº 2, JUL/2008.	1
514.	SÉRIE HISTÓRIA, Estudos Leopoldenses, Vol. 3, Nº 1, JAN/JUN, 1999.	1
515.	SOCIEDADE CULTURAL, Caballeros de Santiago, Salvador (BA).	1
516.	TENSÕES MUNDIAIS - Vol. 3 – nº 5 – Jul/dez. 2007.	2
517.	TENSÕES MUNDIAIS - Vol. 4 – nº 7 – Jul/dez. 2008.	1
518.	TENSÕES MUNDIAIS - Vol. 5 – nº 8 – Jan/jun. 2009.	1
519.	TENSÕES MUNDIAIS - Vol. 5 – nº 9– Jul/dez. 2009.	1
520.	TENSÕES MUNDIAIS - Vol. 6 – nº10– Jan/jun. 2010.	1
521.	TENSÕES MUNDIAIS - Vol. 7 – nº12– Jan/jun. 2011.	1
522.	TEMPO,Rio de Janeiro, VIVEIROS DE CASTRO EDITORA LTDA, Vol. 4, Nº8, dez/1999.	1
523.	TEMPO,Rio de Janeiro, VIVEIROS DE CASTRO EDITORA LTDA, Vol. 9, Nº18, jan/jun. 2005.	1
524.	TEMPO,Rio de Janeiro, VIVEIROS DE CASTRO EDITORA LTDA, Vol. 10, Nº19, jul/dez. 2005.	1
525.	TEMPO,Rio de Janeiro, VIVEIROS DE CASTRO EDITORA LTDA, Vol. 12, Nº 23, JUL/DEZ, 2007.	1
526.	TEMPO,Rio de Janeiro, VIVEIROS DE CASTRO EDITORA LTDA, Vol. 14, Nº 27, JUL/DEZ, 2009.	1
527.	TEMPO,Rio de Janeiro, VIVEIROS DE CASTRO EDITORA LTDA, Vol. 14, Nº 28, JAN/JUN, 2010.	2
528.	TEMPO,Rio de Janeiro, VIVEIROS DE CASTRO EDITORA LTDA, Vol. 15, Nº 30, JAN/JUN, 2011.	1
529.	TEMPO,Rio de Janeiro, VIVEIROS DE CASTRO EDITORA LTDA, Vol. 9, Nº 17, JUL/DEZ, 2004.	1
530.	TEMPO,Rio de Janeiro, VIVEIROS DE CASTRO EDITORA LTDA, Vol. 9, nº 18,	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

	JAN/JUN, 2005.	
531.	TEMPO, Rio de Janeiro, VIVEIROS DE CASTRO EDITORA LTDA, Vol. 10, Nº 20, JAN/JUN, 2006.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
532.	TEMPO, Rio de Janeiro, VIVEIROS DE CASTRO EDITORA LTDA, Vol. 13, Nº 25, JUL/DEZ, 2008.	1
533.	TESES PROGRAMÁTICAS PARA A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA, Desafio, 2 de Agosto de 1994.	1
534.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 1, Nº 1, Maio/1993.	1
535.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 2, Nº 4, 1994.	1
536.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 3, Nº 1, 1995.	1
537.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 3, Nº 2, 1995.	1
538.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 4, Nº 1, 1996.	1
539.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 4, Nº 2, 1996.	1
540.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 5, Nº 1, 1997.	1
541.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 5, Nº 2, 1997.	1
542.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 6, Nº 1-2, 1998.	1
543.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 7, Nº 1-2, 1999.	1
544.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 9, Nº 1-2, 2001.	1
545.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 10, Nº 1-2, 2002.	1
546.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 11, Nº 1-2, 2003.	1
547.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 12, Nº 1-2, 2004.	1
548.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 13, Nº 1-2, 2005.	1
549.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 14, Nº 1-2, 2006.	1
550.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 15, Nº 1-2, 2007.	2
551.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 16, Nº 1, 2008.	1
552.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 16, Nº 2, 2008.	1
553.	TEXTOS DE HISTÓRIA, Revista da Pós-Graduação da UNB, Vol. 17, Nº 1, 2009.	1
554.	TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS, Pós Graduação de História – ICHS, Vol. 7, Nº 1, JAN/JUN, 2006.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

555.	TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS, Pós Graduação de História – ICHS, Vol. 6, Nº 2, JUL/DEZ, 2005.	1
556.	TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS, Pós Graduação de História – ICHS, Vol. 6, Nº 1, JAN/JUN, 2005.	1



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Nº	TÍTULOS	EX.
557.	TEMPOS HISTÓRICOS, UNIOESTE, Vol. 13, Nº 1, Ano XI, 1º Semestre/2009.	1
558.	TEMPOS HISTÓRICOS, UNIOESTE, Vol. 14, Nº 2, Ano XIII, 2º Semestre/2010.	1
559.	TEMPOS HISTÓRICOS, UNIOESTE, Vol. 14, Nº 1, Ano XII, 1º Semestre/2010.	1
560.	TEMAS E MATIZES, Paraná, UNIOESTE, Ano IX, Nº 15, Vol. 9, 1º Semestre/2009.	1
561.	TEMAS E MATIZES, Paraná, UNIOESTE, Ano IX, Nº 16, Vol. 9, 2º Semestre/2009.	1
562.	TEMÁTICAS – Ano 4 – nº 8 – 2º semestre /1996	1
563.	TEMÁTICAS – Ano 7 – nº 13/14, 1999	1
564.	TRAJETOS, Revista de História UFC, Fortaleza (CE), Vol. 3, Nº 5, 2004.	1
565.	TRAJETOS, Revista de História UFC, Fortaleza (CE), Vol. 3, Nº 6, 2005.	1
566.	TRAJETOS, Revista de História UFC, Fortaleza (CE), Vol. 2, Nº 3, 2002.	1
567.	ZUMBI, 300 anos, Projeto de Extensão Pedagógica, Vol. III.	1
568.	ZUMBI, Apareceu na Coroa Vermelha, Porto Seguro/Santa Cruz, Abril/2000.	1
569.	2 DE JULHO, A Bahia na Independência Nacional, Pedro Calmom.	1
570.	2º ENCONTRO, Perspectivas do Ensino de História, São Paulo (SP), 1996.	1
TOTAL		618



5. GESTÃO ACADÊMICA

5.1. COORDENAÇÃO DO COLEGIADO

O Colegiado de Curso é órgão setorial da administração responsável pela coordenação didático-pedagógica do curso, conforme estabelece o Regimento Geral da UNEB.

O colegiado é constituído por professores representantes de cada área de conhecimento, esses são eleitos por seus pares dentre os docentes que compõe o Colegiado do Curso, da representação dos discentes na proporção de 1/5 do total de membros, este eleito pelo corpo discente, de acordo Regimento Geral da UNEB.

O coordenador tem carga horária semanal de 20 horas dedicadas às atividades de coordenação do Curso de História, gerenciando o curso, promovendo o atendimento e acompanhamento do corpo docente e discente, planejamento das atividades extra-curriculares, participação nas instâncias diretivas da instituição, dentre outras.

No Colegiado também existe a colaboração de dois técnicos administrativos com nível superior: o primeiro é licenciado em História, com carga horária semanal de 40 horas; e o Licenciado em Língua Inglesa, com carga horária semanal 40 horas. Eles apoiam o coordenador na gestão das atividades administrativas e acadêmicas do curso.

Cabe ainda destacar que o Coordenador de Curso é membro do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), e participa de reuniões Administrativas no Campus V, do Conselho Departamental e preside a reunião de Colegiado de Curso.

A Coordenação do Curso atua como órgão executivo e de gestão acadêmica sendo apoiada pelos pares que compõem o Colegiado do Curso nas questões relativas à organização didático-pedagógica e à avaliação constante da adequação da proposta de formação aos objetivos do Projeto Pedagógico. As responsabilidades da



coordenação encontram-se norteadas pelas seguintes dimensões:

a) Dimensão Política

O coordenador representa o curso interna e externamente e tem o papel de acompanhar o desenvolvimento da área de conhecimento na sociedade, verificando as tendências e avaliando as necessidades de alterações na proposta didático-pedagógica implantada pelo curso. A coordenação entende que ações de articulação com o mundo do trabalho e com as iniciativas no âmbito da pesquisa são de suma importância para o desenvolvimento do projeto pedagógico e para inserção dos egressos no mercado. As atividades de ensino, pesquisa e extensão devem estar em sintonia com o Projeto Pedagógico do Curso.

b) Dimensão Gerencial

Das diversas atividades de cunho administrativo destacam-se a supervisão da adequação das instalações físicas, laboratórios e equipamentos para as atividades previstas no curso; a indicação constante de aquisição de livros, materiais especiais e assinatura de periódicos necessários ao desenvolvimento do curso; o acompanhamento das atividades exercidas pelo corpo docente, estimulando e verificando sistematicamente a frequência docente; e, ainda, todo o trâmite necessário quando da nomeação de professores (efetivo ou substituto) a fim de suprir carências presentes no curso e tudo respaldado pelas reuniões de Colegiado. Nessa esfera, também estão incluídos o acompanhamento dos processos administrativos dos alunos e a deliberação sobre os mesmos, quando for de sua competência; o acompanhamento da evasão; o fazer cumprir o calendário letivo; o incentivo e acompanhamento da participação dos alunos nas atividades acadêmicas.

c) Dimensão Acadêmica

O coordenador atua na (re)elaboração continuada da prática didático-pedagógica, com o apoio do Colegiado e da Direção do Departamento, visando o desenvolvimento motivador das atividades escolares; o apoio às atividades didáticas dos professores; o acompanhamento e avaliação da qualidade e regularidade das avaliações desenvolvidas no curso; o cumprimento dos prazos de entrega de resultados; a



discussão da concepção de avaliação adequada aos objetivos gerais do projeto e específicos dos componentes curriculares; a orientação quanto ao compromisso com a comunidade na qual está inserida a Instituição.

Também compete à esfera da coordenação, estímulo a projetos de iniciação científica e pesquisa entre professores e alunos; a observância do Projeto Político-Pedagógico do Curso em relação ao projeto institucional e às Diretrizes Curriculares; enfim, todo o seu processo de acompanhamento e gestão.

À Coordenação do colegiado – professor (a) ministrante de componentes curriculares do curso de História, eleito para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período – cabe administrar o colegiado, sempre referendado por sua plenária, de maneira a garantir, como prevê o Regimento Geral da UNEB, as seguintes ações:

“Art.68 [...]

I – elaborar o Plano de Trabalho Anual do Colegiado;

I – elaborar o projeto pedagógico do curso;

III – orientar, coordenar e supervisionar as atividades didático-pedagógicas, bem como, propor e recomendar modificações nas diretrizes gerais dos programas didáticos do curso;

IV – propor ao CONSEPE, através da PROGRAD, reformulações curriculares;

V – acompanhar e avaliar a execução do currículo do curso;

VI – estimular atividades docentes e discentes, de interesse do curso;

VII – identificar e aplicar estratégias de melhoria da qualidade do curso;

VIII – otimizar o fluxo curricular com vistas a uma orientação adequada do corpo discente;

IX – estabelecer a política de oferta de disciplinas adequada à realização do estágio, em comum acordo com a coordenação setorial de estágio;

X – indicar os docentes para compor Bancas de Concurso e Seleção Docente, na forma prevista na Lei e nas normas da Universidade;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- XI – propor intercâmbio, substituição ou treinamento de professores ou providências de outra natureza, necessárias à melhoria da qualidade do ensino ministrado;
- XII – organizar e divulgar a relação da oferta de matérias/disciplinas ou componentes curriculares do curso, correspondente a cada semestre letivo;
- XIII – acompanhar e avaliar a execução do Plano de Trabalho Anual do Colegiado;
- XIV – acompanhar o cumprimento do tempo de integralização do curso por parte do estudante;
- XV – propor a oferta de matérias/disciplinas ou componentes curriculares em situações especiais, desde que haja demanda justificável, disponibilidade docente e tempo hábil para oferecimento dentro do Calendário Acadêmico.”



5.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante se configura como um agente na estrutura de gestão acadêmica de cada Curso de Graduação e possui uma natureza de atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre a elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico de Curso.

Núcleo Docente Estruturante (NDE) é composto por um conjunto de docentes de cursos superiores que analisa o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem, realizando um acompanhamento didático-pedagógico, assessoramento e redimensionamento a partir dos marcos legais que orientam políticas no campo da formação de professores, além de contribuir com a dimensão curricular e a relação ensino/pesquisa/extensão e aprendizagem com o intuito de:

“I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo; III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação” (Brasil, CONAES, 2010).

De acordo com a Resolução 1818/201 5 da UNEB compreende-se o NDE - Núcleo Docente Estruturante como instância vocacionada a contribuir na permanente potencialização da qualidade acadêmica do mesmo. O **Art. 2º** explicita que são atribuições próprias do Núcleo Docente Estruturante, em consenso com o Colegiado de Curso, entre outras:

I- implementar, desenvolver e propor o redimensionamento, caso necessário, do PPC, podendo atuar, quando possível e necessário, na concepção das novas propostas de cursos;

II- responder sobre o PPC perante comissões de avaliação e reconhecimento de curso;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

III- acompanhar e avaliar periodicamente a execução do PPC, observando-se a articulação da teoria com a prática e assessorando o corpo docente no desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas;

IV- cooperar, com outras instâncias acadêmicas, na proposição e efetivação de medidas voltadas à melhoria dos indicadores da qualidade do curso e elevação do sucesso acadêmico;

V- acompanhar sistematicamente o fluxo acadêmico discente ao longo do curso, identificando pontos de entrave e apresentando alternativas favoráveis a sua superação;

VI- contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

VII- atuar como articulador na integração das atividades pedagógicas relacionadas ao currículo e ao processo formativo do curso;

VIII- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IX- zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais e de outros dispositivos legais, no âmbito do Curso de Graduação.

A Composição do Núcleo Docente Estruturante deve ser constituído pelo Coordenador de Curso e pelo menos mais 04 (quatro) docentes atuantes no curso de graduação, sendo decidido em reunião de Colegiado 04 (quatro) docentes atuantes mediante a votação e aprovação desse órgão.

De acordo com o Art. 6º da Resolução CONSEPE 1818/2016 o mandato dos membros integrantes do NDE será de 02 (dois) anos, permitida a recondução, buscando assegurar estratégias de renovação parcial de seus membros. Desse modo, a partir do prazo de tempo estabelecido pela legislação deverá ser feita uma nova eleição para garantir a renovação parcial ou total dos seus membros.

Desde então o NDE tem cumprido com regularidade as atribuições que são da sua competência. Mantém calendário de encontros ordinários uma vez ao mês, recorre a reuniões extraordinárias com freqüência em face das múltiplas demandas emergentes



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

e fomenta constantes encontros “paralelos” para trato das questões relacionadas ao curso.

Entre as agendas mais relevantes, registra-se a participação no processo de redimensionamento curricular, visando contemplar a Dimensão Pedagógica, Curricularização da Extensão, a consolidação das coordenações de áreas e os investimentos em torno do processo da avaliação interna. Além disso, o núcleo vem dedicando substancial atenção ao promover um conjunto de ações que objetiva a escuta e a interlocução com o segmento discente, entre outras agendas permanentes relacionadas ao cotidiano do curso. Tais ações buscam um melhor desenvolvimento curricular e alternativas que indiquem a elevação contínua e constante da qualidade do processo formativo como um todo.

Depreende-se assim que o processo de instalação do NDE e sua gradual consolidação, como instância colaborativa na condução administrativa-pedagógica do curso, vem de modo significativo corroborando para a gestão e a qualificação acadêmica do curso de História.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

autorização Decreto nº 92.179/96, DOI 18/07/96; Reconhecimento Portaria 009/95, DOI 03/08/95

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CAMPUS V - SANTO ANTÔNIO DE JESUS

DCH - CAMPUS V
Departamento
de Ciências Humanas



UNEB

UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

Ato Administrativo nº 029/2016

Nomeia os membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE do Colegiado de História.

A Diretora em Exercício do Departamento de Ciências Humanas – Campus V, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

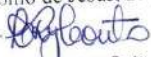
Art. Nº 01. Nomear os membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE do Colegiado de História do Departamento de Ciências Humanas, conforme Resolução nº. 1.818/2015 e Certidão de Ata das reuniões do referido Colegiado.

Art. Nº 02. Constituem este Núcleo Docente Estruturante os professores:

1. Aline Daiane Nunes Mascarenhas, mat. Nº. 74.556.246-8 – Coordenadora;
2. Augusto César Machado Moutinho, mat. Nº. 74.553.995-2 – membro;
3. Cristiana Ferreira Lyrio Ximenes, mat. Nº. 74.417.563-2 - membro;
3. Denilson Lessa dos Santos, mat. Nº. 74.425.899-3 – membro;
5. Edinaldo Antônio Oliveira Souza, mat. Nº. 74.476.405-9 – membro.

Art. Nº 03. Este Ato entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Santo Antônio de Jesus, 29 de março de 2016.


Lêda Regina de Jesus Couto
Diretora em Exercício da UNEB-DCH-Campus V
Mat. nº 74.443.810-3
Portaria nº _____



RESOLUÇÃO Nº 1.818/2015

Publicada no D.O.E. de 15-10-2015, p. 20

Institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) para os Cursos de Graduação – presencial, de oferta contínua no âmbito da UNEB, e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no uso de suas competências legais e regimentais, com fundamento no Artigo 5º, Inciso I, Alínea “f” do Regimento Interno deste mesmo Conselho, e ainda o quanto deliberado pela sua **Câmara de Ensino de Graduação e Sequencial, em reunião ordinária realizada no dia 01-09-2015** e, tendo em vista o que consta do Processo nº 0603120230405, em sessão desta data, **RESOLVE:**

Art. 1º. Instituir o Núcleo Docente Estruturante para os Cursos de Graduação – presencial, de oferta contínua, no âmbito da Universidade do Estado da Bahia, conforme Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões, 02 de setembro de 2015.

José Bites de Carvalho

Presidente do CONSEPE

**OBSERVAÇÃO: O Anexo Único desta Resolução – Núcleo Docente Estruturante (NDE) para os Cursos de Graduação – presencial, de oferta contínua no âmbito da UNEB, encontra-se disponível no site da UNEB <www.uneb.br>, para conhecimento de todos.*

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 1.818/2015

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto na Resolução Nº01 de 17 de junho de 2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e, no reconhecimento da importância do Núcleo Docente Estruturante (NDE) como elemento diferenciador e fomentador da qualidade dos cursos de graduação,

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE) em todos os cursos de graduação presencial com oferta contínua, da Universidade do Estado da Bahia.

§ 1º. O NDE de um curso de graduação é uma instância vocacionada a contribuir na permanente potencialização da qualidade acadêmica do mesmo e se constitui de um grupo de docentes atuantes no processo de concepção, consolidação, acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

§ 2º. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente com atuação no curso, preferencialmente com vínculo efetivo e com produção de conhecimento na área do curso, no desenvolvimento das atividades do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração universitária.

Art. 2º. São atribuições próprias do Núcleo Docente Estruturante, em consenso com o Colegiado de Curso, entre outras:

I- implementar, desenvolver e propor o redimensionamento, caso necessário, do PPC, podendo atuar, quando possível e necessário, na concepção das novas propostas de cursos;



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

- II- responder sobre o PPC perante comissões de avaliação e reconhecimento de curso;
- III- acompanhar e avaliar periodicamente a execução do PPC, observando-se a articulação da teoria com a prática e assessorando o corpo docente no desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas;
- IV- cooperar, com outras instâncias acadêmicas, na proposição e efetivação de medidas voltadas à melhoria dos indicadores da qualidade do curso e elevação do sucesso acadêmico;
- V- acompanhar sistematicamente o fluxo acadêmico discente ao longo do curso, identificando pontos de entrave e apresentando alternativas favoráveis a sua superação;
- VI- contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- VII- atuar como articulador na integração das atividades pedagógicas relacionadas ao currículo e ao processo formativo do curso;
- VIII- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas das necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; e,
- IX- zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais e de outros dispositivos legais, no âmbito do Curso de Graduação.

Art. 3º. O NDE nos Cursos de graduação presencial de oferta contínua da UNEB deverá atender aos seguintes critérios:

- I- ser constituído por um mínimo de 05 (cinco) professores/professoras integrantes do corpo docente do curso;
- II- ater-se à recomendação de que pelo menos 60% de seus membros tenham titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; e,
- III- ter pelo menos 20% dos seus membros em Regime de Trabalho de 40 horas e/ou de tempo integral com Dedicção Exclusiva (DE);

Parágrafo Único. considerando a necessidade de constituição do NDE e diante da diversa realidade da multicampia, considera-se a hipótese de atendimento parcial, das condições anteriormente dispostas, desde que devidamente justificada e em caráter excepcional e provisório.

Art. 4º. Os membros do NDE serão escolhidos, indicados ou eleitos por seus pares, nas formas definidas pelo próprio Colegiado, dentre os docentes que desenvolvam componentes curriculares no respectivo curso.

Parágrafo Único. O/a coordenador/a do NDE será escolhido/a entre os membros que o compõe.

Art. 5º. O NDE reunir-se-á obrigatória e ordinariamente, no mínimo, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado e justificado por seu coordenador ou a requerimento de um terço de seus membros.

Parágrafo Único. O Departamento / Colegiado devem viabilizar as condições físicas e materiais ao desenvolvimento dos trabalhos do NDE.

Art. 6º. O mandato dos membros integrantes do NDE será de 02 (dois) anos, permitida a recondução, buscando assegurar estratégias de renovação parcial de seus membros.

Art. 7º. O/a professor/professora em Regime de Trabalho de 40 (quarenta) horas ou de tempo integral com Dedicção Exclusiva, membro do NDE, poderá ter reduzida até o mínimo de 08 (oito) horas/aula de sua carga horária de ensino, por recomendação do Colegiado de Curso e aprovação do Conselho de Departamento.

Parágrafo Único. A concessão da redução temporária de carga horária só se



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

dará, quando não houver comprometimentos ao funcionamento do curso e a partir da análise da proposta e cronograma de trabalho, além da apresentação de relatório semestral pelo (a) pleiteante.

Art. 8º. A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD) deverá constituir, no âmbito da sua estrutura administrativa um grupo de trabalho destinado a prestar assessoria e dar suporte na estruturação e no fomento das ações dos NDE's na UNEB.

Art. 9º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo os Departamentos/Colegiados de Curso tomarem as providências cabíveis para a criação dos seus respectivos NDE's.



5.3 CORPO DOCENTE

O Curso de História do Departamento de Ciências Humanas Campus V conta atualmente com 28 docentes em seu quadro, sendo 01 Pós-doutorado, 12 Doutores 14 Mestres e 01 Mestrando, dentre estes, 08 professores que possuem titulação de mestre encontram-se em estudos do Doutorado. Em relação ao vínculo e regime de trabalho, os professores do Curso estão assim distribuídos: 25 professores efetivos e 03 professores contratados por seleção, no qual, 16 trabalham em regime de Dedicção Exclusiva e 12 professores, com regime de 40 horas semanais.

Docente	Componente Curricular que leciona	Qualificação		Regime de trabalho			Forma de ingresso	
		Graduação (Curso / Instituição/Ano de conclusão)	Pós-graduação (Curso / Instituição/Ano de conclusão)	20 H	40 H	D. E.	C	S
Aline Daiane Nunes Mascarenhas	Libras Aprendizagem e Inclusão Avaliação e Planejamento Epistemologia e Didática Aprendizagem e Conhecimento Políticas Públicas de Educação e Organização do Ensino	Pedagogia UEFS/2006	Doutorado em Educação/ UFB A /2015 Mestrado em Educação. UFBA /2011 Especialização em Educação Especial (UEFS, 2008)		X		x	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
 COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
 CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Alaize Conceição dos Santos	Estágio Supervisionado I: Observação Estágio Supervisionado II: Regência II Estágio Supervisionado IV: Regência II Laboratório de Ensino de História – LEH VII Pesquisa Histórica: Orientação de TCC III e IV	Licenciatura em História UNEB/ 2007	Mestre em História Social / UFBA/2011 Especialização em Docência no Ensino Superior. Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação, FACITE / 2012. Especialização em História Social e Cultura Afro-Brasileira e Indígenas Associação Classista de Educação do Estado da Bahia, ACEB/2012	X			X	
Andrea Ribeiro da Silva Lessa	Laboratório de Ensino de História	Licenciatura em História UNEB/1998	Mestrado em História Regional e Local/	X			X	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
 COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
 CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

<p>Ana Rita Araújo Machado</p>	<p>História Antiga I História Medieval II EU: Grécia e Roma no Mundo Antigo EU: Mudanças e Permanências na Europa Ocidental Pesquisa Histórica: Orientação de TCC I, II, III e IV Tópicos Especiais de História</p>	<p>HISTORIA UEFS/1997</p>	<p>Mestrado em História CEAO/UFBA/2009</p>			<p>X</p>	<p>X</p>	
<p>Angela Cristina Guimarães Santos</p>	<p>Sociologia e História FM: Técnica do Trabalho Científico Pesquisa Histórica: Orientação de TCC III e IV</p>	<p>Ciências Sociais / Sociologia / UFBA 1992</p>	<p>Doutorado em Saúde Coletiva/UFBA/2018 Mestrado em Saúde Comunitária UFBA/1998</p>			<p>X</p>	<p>X</p>	
<p>Augusto César Machado Moutinho</p>	<p>Teoria da História Laboratório de Ensino de História Pesquisa Histórica: Orientação de TCC I, II, III e IV</p>	<p>Licenciatura em História UNEB/1998</p>	<p>Mestrado em História / UFBA 2005</p>		<p>X</p>		<p>X</p>	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Cristiana Ferreira Lyrio Ximenes	Estágio Supervisionado em História Laboratório de ensino de História	Bacharelado em Turismo / 1988 Licenciatura em História UFBA/1994	Doutorado em História Social UFF / 2012			X	X	
Cristina Monteiro de Andrada Luna	BR: Reppublica, sociedade, Cultura e Política (1889 – 1930) Historiografia Pesquisa Histórica: Orientação de TCC III e IV	Licenciatura em História UERJ / 2004	Doutorado em História Social UERJ / 2011			X	X	
Denílson Lessa dos Santos	Estudos Históricos e Cultura Africana África no Período Pré-colonial Tópicos Especiais de História da África Passado Tradicional Africano Laboratório de ensino de História	Licenciatura em História UNEB / 1997	Mestrado em História Social UFBA / 2005			X	X	
Edinaldo Antônio Oliveira Souza	Pesquisa Histórica: Orientação de TCC I, II, III e IV BRASIL: Povos Indígenas e Colonização BR: Sociedade, Cultura e Política (1930 – 1964)	Licenciatura em História UNEB / 1995	Doutorado em História Social UFBA / 2015 Mestrado em História UFBA / 2008 Especialização em História UEFS / 1998		X		X	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
 COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
 CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Fernanda de Souza Lima	América	Licenciatura em História UNEB /	Mestrado em História Regional e Local UNEB / 2014		X			X
Jacimara Souza Santana	África Pesquisa Histórica: Orientação de TCC III e IV	Graduação em História. / UCSAL/2002	Doutorado em História Social da África / UNICAMP/2014. Mestrado em História / UFBA /2006. Especialização em Educação e Desigualdades Raciais. / UFBA / 2002.			X	X	
Johny Guimarães da Silva	ÁSIA: O cinema enquanto Rep. da Revolução Chinesa e do imperialismo na Índia EU: Guerra Civil Espanhola e o Cinema História Contemporânea II Pesquisa Histórica: Orientação de TCC III e IV	Estudos Sociais UEFS / 1980	Mestrado em História Social PUC – SP/ 1999			X	X	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Luciana de Castro Nunes Novaes	Europa /Teoria da História		Doutorado em Arqueologia/ UFS/2017 Mestre em estudos Étnicos e Africanos/UFBA/ 2013 Graduação em História/UFBA/2008		X			X
Maria das Graças de Andrade Leal	Brasil colônia Bahia Império Cultura Documental e Patrimonial Documentação, Patrimônio e Memória Pesquisa Histórica: Orientação de TCC III e IV	Licenciatura e Bacharelado em História UFBA / 1992 Licenciatura em Filosofia UCSAL / 1983	Pós Doutorado em História Social / universidade de Portugal / 2011 Doutorado em História Social PUC-SP / 2004			X	X	
Marluse Arapiraca dos Santos Cordeiro	Laboratório de Ensino de História Epistemologia e Didática Políticas Públicas de Educação e Organização do Ensino	Bacharelado em História UCSAL / 1998 Licenciatura em pedagogia UNEB / 1999 Direito UNEB / 2014	Mestrado em Educação e Contemporaneidade UNEB / 2009 Especialização em Metodologia e Didática do Ensino Superior /FEBA / 1998 Especialização em Educação à Distância UNEB / 2004		X		X	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
 COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
 CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Miranice Moreira da Silva	Estágio Supervisionado em História Laboratório de Ensino de História	Licenciatura em História	Mestrado em História		X			X
Nancy Rita Sento de Assis	BRASIL: Cultura, Poder e Sociedade Inscritos na Longa Duração Pesquisa Histórica: Orientação de TCC I II, III e IV	Licenciatura em História UCSAL / 1986	Doutorado em História UFF / 2006			X	X	
Nora de Cassia Gomes de Oliveira	Estágio Supervisionado Laboratório de Ensino de História	Licenciatura em História UEFS / 1991	Doutorado em História UFF / 2017 Mestrado em História UFPB / 2009		X		X	
Rui D'Almeida Lima	FTM: Filosofia e História FTM: Técnicas do Trabalho Científico	Pedagogia UNEB / 2004	Mestrado em Ciências Humanas / Teologia / FERS / 2009			X	X	
Sara Oliveira Farias	Relações de Poder, Memória e Patrimônio Cultural Documento, Patrimônio e Memória	Graduada em História UFBA / 1992	Doutorado em História UFPE / 2008 Mestrado em História UFBA / 1997			X	X	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Silene Franco	Arcanja	Estágio Supervisionado em História	Graduação em Licenciatura em História / UCSAL/1993.	Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional /UNEB /2009. Especialização em História Social e Educação / UCSAL/2006.			X		X	
Suzana Sousa Severs	Maria de Santos	BRASIL: Povos Indígenas e Colonização BRASIL: A Capitania da Bahia no império Colonial Portugues Pesquisa Histórica: Orientação de TCC III e IV	Bacharelado em História UFBA / 1990 Licenciatura em História UCSAL / 1986	Doutorado em História Social USP / 2002				X	X	
Tânia Mara Vasconcelos	Pereira	História Moderna II	Licenciatura em História UNEB / 1995	Doutorado em História UFF / 2018 Mestrado em História Social USP / 2009				X	X	
Vânia Nara Vasconcelos	Pereira	Estágio Supervisionado em História FTM: Gênero e História	Licenciatura em História UNEB / 1995	Doutorado em História Social UFF / 2011 Mestrado em História UFBA / 2006				X	X	



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Wilson Roberto de Mattos	Historiografia Historiografia Brasileira Pesquisa Histórica: Orientação de TCC III e IV	História PUC – SP / 1990	Pós Doutorado em História Comparada UFRJ / 2014 Doutorado PUC – SP / 2000				X	X	
--------------------------	--	-----------------------------	--	--	--	--	---	---	--

Salienta-se aqui o compromisso do corpo docente com a qualidade do ensino. São colaboradores possuidores de larga experiência profissional e acadêmica que os habilitam a trazer para a sala de aula, modernas práticas profissionais embasadas nas mais sólidas e inovadoras teorias da área específica e outras correlatas.

Os docentes são incentivados a realizar aprimoramentos profissionais, com isso o Departamento defere o afastamento dos docentes para realizar cursos de pós-graduação, contribuindo para melhorar cada vez mais a qualificação do seu corpo docente.

A política de capacitação e formação docente, na UNEB, encontra-se consolidada e institucionalizada, através da Resolução CONSU Nº 462/2007 que fixa critérios e condições para acompanhamento e controle de afastamento de docente para cursos de pós-graduação em mestrado, doutorado e pós-doutorado; da Resolução CONSU nº 368/2006 que estabelece critérios e procedimentos para avaliação de desempenho acadêmico dos docentes para fins de promoção e progressão na carreira do magistério superior.

O trabalho docente da Universidade do Estado da Bahia é regido pela Lei nº 8.352/02 e pelo Estatuto do Magistério, Cap. V, Art. 16 a 21. Pela citada lei, o professor pode ter sua carga horária de trabalho, assim distribuída:

- Professor de 20 horas: tempo mínimo e máximo em sala de aula, oito e dez horas semanais, respectivamente.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

-Professor de 40 horas: tempo mínimo e máximo em sala de aula, doze e dezesseis horas semanais, respectivamente.

-Professor D.E.: cumprimento da mesma carga horária do professor de 40 horas, caso não esteja desenvolvendo atividades de projetos de pesquisa. Esta carga horária ainda poderá ser reduzida para o mínimo de oito horas semanais, se comprovado a realização de pesquisa ou extensão, liberação a critério do Departamento que o professor está vinculado.

Abaixo, segue o quadro de produção intelectual dos docentes:



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

DOCENTE	TIPO DE PRODUÇÃO	PUBLICAÇÃO
Ana Rita Araújo Machado	Apresentações de Trabalho	<p>MACHADO, Ana Rita Araújo. A memória Social como possibilidade de construção de projeto antirracista: A Historiografia e as tradições constituídas no pensamento brasileiro. Apresentação (comunicação). Seminário Santo Amaro afro, 2017.</p> <p>MACHADO, Ana Rita Araújo. “ O protagonismo dos homens e mulheres das populações de terreiro em Santo Amaro O paraninfo das filhas de Eva”: um juiz negro em defesa das mulheres sertanejas. Apresentação (comunicação). Fórum do Bembé do Mercado, 2017.</p> <p>MACHADO, Ana Rita Araújo. “Uma tradição construída a duras penas”: transgressões e territorialidades na periferia de Santo Amaro (1920-1970). Apresentação (comunicação). IV seminário santo amaro afro. 2018.</p> <p>MACHADO, Ana Rita Araújo. O Axé que nunca morre: solidariedades, disputas e conflitos nos candomblés de Santo Amaro (1920-1970)”, durante o Seminário “Patrimônios e Memórias Africanas e Afro-Brasileiras: Abordagens e Metodologias”, realizado de 9 a 11 de outubro de 2019, no Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia.</p>
	Artigos publicados	<p>MACHADO, Ana Rita Araújo. “41. O BEMBÉ E SUAS ESPECIFICIDADES. Bembé do Mercado. / Coordenação de Antônio Roberto Pellegrino Filho; textos de Ana Rita Machado et. al. – Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2014. 164 p.: il. – (Cadernos do IPAC, 7)</p>
Angela Cristina Guimarães Santos	Apresentações de Trabalho	<p>SANTOS, A. C. G.; NORONHA, C. V.; PAES-MACHADO, E. Violência e Vitimização entre Adolescentes do Ensino Fundamental em Salvador/Bahia/Brasil. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 19, jul. 2019, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. (Apresentação de Trabalho).</p> <p>SANTOS, A. C. G. Perspectivas sobre a Governança da Segurança. In: Seminário Intermediário SBS, 2, jun. 2019, Salvador, Bahia, Brasil. (Palestra).</p> <p>SANTOS, A. C. G. Governança da Segurança Escolar: as práticas dos agentes em três colégios estaduais de Salvador-Bahia. In: Seminário 10 anos do LASSOS – Laboratório de Estudos sobre Crime e Sociedade, mar. 2019, Salvador, Bahia, Brasil.</p>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

		<p>(Apresentação de Trabalho).</p> <p>SANTOS, A. C. G.; NORONHA, C. V.; PAES-MACHADO, E. Práticas de governança para redução da violência escolar em Salvador/Bahia/Brasil: um estudo qualitativo. <i>In: Congresso Iberoamericano de Investigación Cualitativa en Salud</i>, 8, 2018, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. (Apresentação de Trabalho).</p> <p>SANTOS, A. C. G.; NORONHA, C. V.; PAES-MACHADO, E. Governança no ambiente escolar: estratégias para minimizar situações de indisciplina e violência em colégios estaduais de Salvador/Bahia/Brasil. <i>In: Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología</i>. XXXI, dez. 2017, Montevideo-Uruguay. (Apresentação de Trabalho).</p>
	Capítulo de livro publicados	<p>SANTOS, A. C. G.; PAES-MACHADO, E.; NORONHA, C. V. Vulnerabilidade no ambiente de trabalho: relatos de experiências vivenciadas por professores de escolas estaduais de Salvador. <i>In: NORONHA, Ceci Vilar; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza; FROTA, Mirna Albuquerque: Bruna Caroline Rodrigues Tamboril. (Org.). Escolas em tempo de crise: estudos e pesquisas sobre conflitos e violências interpessoais. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2017. p. 61-79.</i></p>
Denilson Lessa dos Santos	Apresentações de Trabalho	<p>SANTOS, D L. "Igrejas Negras em Moçambique": Ordem colonial, moral católica e preocupações subversivas na primeira metade do século XX. Recife: 30 Simpósio Nacional de História. ANPUH. UFPE, julho 2019.</p> <p>SANTOS, D. L.. A África, os africanos e o Pan-Africanismo. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).</p> <p>SANTOS, D. L.. Mesa Redonda - Educação e Relações Étnico-Raciais. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).</p> <p>SANTOS, D. L.. Mesa Redonda - África, Africanos e Afro-brasileiros: sujeitos, produção de conhecimento e saberes locais. 2015. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).</p> <p>SANTOS, D. L.. Estudos Africanos. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).</p>
	Publicados em anais e capítulos de livros	<p>SANTOS, D. L.. Conhecer para conquistar e dominar: Colonialismo, visões sobre o outro e missões católicas, Moçambique (1885- 1940). <i>In: XXIX Simpósio de História Nacional- Contra os preconceitos: História e Democracia</i>, 2017, Brasília: XXIX Simpósio de História Nacional.2017. v. 01.</p> <p>SANTOS, D. L.. Moçambique: colonialismo, cristianismo e cobiça (1885-1940). <i>In: VI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA</i>, 2012, ILHEUS - BAHIA. VI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH/BAHIA, 2012. v. 1.</p> <p>SANTOS, D. L.. Curandeiros, Benzedeiras, Rezadeiras: tradição e cultura em Santo Antônio de Jesus (1940-1980). <i>In: Cleide de Lima Chaves. (Org.). História da Saúde e Doença no Interior da Bahia. 1ed.Vitória da Conquista: UESB, 2013, v. 1, p. 1-204.</i></p> <p>SANTOS, D. L.. CRENÇAS, SABERES E PRÁTICAS DE CURA CONTRA O "MAU-OLHADO". Santo Antônio de Jesus. Recôncavo Sul. Bahia 1940-1980. <i>In: Suely Santos Santana; Wilson Roberto de Mattos. (Org.). TRILHOS DO TEMPO TRILHAS DA HISTÓRIA - trabalho, cultura e sociedade em Santo Antônio de Jesus - BA. 01ed.Santo Antônio de Jesus - Bahia: União Artes Gráfica Editora Ltda, 2012, v. 1, p. 119-132.</i></p>
Edinaldo A. Oliveira Souza	Apresentações de Trabalho	<p>SOUZA, E. A. O. "Questões de classe, cor, etnia, gênero e trabalho em Salvador e no Recôncavo baiano no pós-Segunda Guerra". 2015. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).</p>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

		<p>SOUZA, E. A. O. “O processo trabalhista de Argentina Oliveira e outras (212) contra Carl Leoni Ltda. Operárias fumageiras do Recôncavo Baiano na Justiça do Trabalho no contexto do golpe civil-militar de 1964”. 2019. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).</p> <p>SOUZA, E. A. O.. Trabalhadores urbanos, sindicalismo e política: o PCB e o PTB nas eleições estaduais e municipais de 1947 na Bahia.. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação)</p>
	Capítulos de livros publicados	<p>NEGRO, A. L. ; SOUZA, E. A. O. . QUE 'FOSSE PROCURAR OS SEUS DIREITOS' - JUSTIÇA DO TRABALHO E PODER DISCIPLINAR NA BAHIA: INSUBORDINAÇÃO OPERÁRIA, AUTORIDADE PATRONAL E MEDIAÇÃO JUDICIAL (1943 - 1948). In: Ângela de Castro Gomes, Fernando T. Silva. (Org.). A JUSTIÇA DO TRABALHO E SUA HISTÓRIA. 1ªed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, v. 1, p. 123-156.</p> <p>SOUZA, E. A. O.. Movimentação operária, ativismo sindical e a questão jurídica no pós-Segunda Guerra na Bahia. In: ROCHA, Paulo Henrique Borges; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; FERREIRA, Marcelo de Mesquita. (Org.). História e Direito: uma perspectiva histórica dos Direitos Sociais. 1ed. Raleigh, Carolina do Norte, USA: Lulu Publishing, 2019, v. 1, p. 70-89.</p> <p>SOUZA, E. A. O.. Movimentação operária, ativismo sindical e a questão jurídica no pós-Segunda Guerra na Bahia. In: ROCHA, Paulo Henrique Borges; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; FERREIRA, Marcelo de Mesquita. (Org.). História e Direito: uma perspectiva histórica dos Direitos Sociais. 1ed. Raleigh, Carolina do Norte, USA: Lulu Publishing, 2019, v. 1, p. 70-89.</p>
	Livros publicados/organizados ou edições	<p>SOUZA, E. A. O.. Lei e Costume: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Ba, 1940-1960). 1ª. ed. Salvador: EDUFBA, 2012. v. 1. 195p .</p>
Fernanda de Souza Lima	Apresentações de Trabalho	<p>LIMA, F. S.. QUESTÕES JURÍDICAS E SOCIAIS: As consequências do rompimento dos laços conjugais. 2019. (Apresentação de Trabalho/Comunicação)</p> <p>LIMA, F. S.. RELAÇÕES DE FAMÍLIA: AFETOS, LEMBRANÇAS E DISSABORES. 2017. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).</p>
Jacimara Souza Santana	Apresentações de Trabalho	<p>Religiosidades e saúde. Conexões Pan-africanas: perspectivas de saúde e cura, através da Cultura e das religiões de matriz africana, A Healing Paradigm. Salvador, 2019.</p> <p>Medicina Africana e produção do conhecimento. Curso de Extensao: Feminismo Negro, Religiosidade e Saúde, UFBA, Salvador, 2019.</p>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

		Médicas-sacerdotisas. Religiosidades ancestrais e contestação ao sul de Moçambique (c 1927-1988). Encontro às Quintas. Programa de Pós -graduação da Fio Cruz, 2019.
	Capítulos de livros publicados	<p>SANTANA, Jacimara Souza; Mulheres negras da África e da diáspora, mulheres de Wakanda? In: Pacheco, Ana Cláudia Lemos; Nunez, Joana Maria Leoncio; Reis, Larissa de Souza (org). Gênero, raca, Cultura e sociedade. Construindo redes na diáspora africana..1ª ed.Salvador: Eduneb, 2019.</p> <p>SANTANA, Jacimara Souza. A Saúde da População Africana ao Sul de Moçambique no Tempo Colonial: saberes e modos de cura ocidental e africano (C.1927-1970) In: História, Saúde e Culturas em África e Brasil.1 ed.Recife: UFPE, 2016.</p> <p>SANTANA, Jacimara Souza.: Eco Popular do Movimento Nacionalista e Pan-africano no Sul de Moçambique: a intervenção da medicina tradicional e das religiões evangélicas africanas. In: SANTOS, Patrícia Teixeira. Reflexões em torno da sexualidade, gênero e dos sentidos culturais e políticos da doença1ª ed.Curitiba: Positivo, 2015, v.3, p. 112-139.</p>
	Livros publicados/organizados ou edições	<p>SANTANA, Jacimara Souza. Médicas-sacerdotisas: religiosidades ancestrais e contestação ao sul de Moçambique (1927-1988). Campinas-São Paulo: EDUNICAMP, 2018, v.1. p.384.</p> <p>SANTANA, Jacimara Souza (org). História, Saúde e Culturas em África e Brasil.1 ed.Recife: UFPE, 2016. (ebook) p. 297.</p> <p>SANTANA, Jacimara Souza. Mulheres Africanas de Moçambique na Revista Tempo (1975-1985). Santa Catarina/Rio de Janeiro: Casa Aberta/Biblioteca Nacional, 2014, v.01. p.232.</p>
Luciana de Castro Nunes Novaes	Apresentações de Trabalho	<p>NOVAES, L. C. N.; CAMARGO, P. F. B.; SANTOS, L. F. F. D Arqueologia de Ambientes Aquáticos, 2019. (Mesa Local: UERJ; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: V Semana de Arqueologia.</p> <p>NOVAES, L. C. N. Arqueologia do Axé: Diáspora e Maritimidade, 2019. (Conferência) Local: UERJ; Cidade: Rio de Janeiro; Evento: V Semana de Arqueologia.</p> <p>NOVAES, L. C. N. A virada etnográfica na Arqueologia: Práxis arqueológica e autoridade da escrita, 2018. (Comunicação). Local: UFBA; Cidade: SALVADOR; Evento: V Reunião da SAB NORDESTE; Inst.promotora/financiadora: SAB.</p> <p>RAMBELLI, Gilson; NOVAES, L. C. N. Antropologia e Arqueologia: Um mergulho na Etnografia, 2018.</p>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

		<p>(Conferência) Local: São Cristovão; Cidade: São Cristovão; Evento: II Semana de Antropologia; Inst.promotora/financiadora: UFS</p> <p>NOVAES, L. C. N. As águas de Aratu: História e Antropologia Marítima no município de Candeias, Bahia, 2018. (Conferência) Local: Formação de Professores; Cidade: Candeias; Evento: II Seminário Candeias, Territórios e Identidades; Inst.promotora/financiadora: Prefeitura de Candeias</p> <p>NOVAES, L. C. N. O Exu Submerso: Uma Arqueologia da Religião e da Diáspora no Brasil, 2018. (Palestra) Local: Centro de Estudos Afro Orientais; Cidade: Salvador; Evento: Palestra e Lançamento de Livro; Inst.promotora/financiadora: Centro de Estudos Afro Orientais</p> <p>NOVAES, L. C. N. Quando o solo antigo do cemitério é território étnico-religioso: As terras da Caiçara e a religião do Ouricuri com o povo Xokó, Porto da Folha, Sergipe, 2018. (Apresentação de Trabalho) Local: UFBA; Cidade: SALVADOR; Evento: V Reunião da SAB NORDESTE; Inst.promotora/financiadora: SAB.</p>
	Livros publicados/organizados ou edições	NOVAES, L. C. N. O Exu submerso: uma arqueologia da religião e da diáspora no Brasil. Paraná: Prisma, 2017, v.1. p.130.
Maria das Graças de Andrade Leal	Apresentações de Trabalho	LEAL, Maria das Graças de Andrade. Viagens, viajantes e o porto da Salvador colonial. 30° Simpósio Nacional de História, 2019 (Apresentação de Comunicação).
	Capítulos de livros publicados	<p>LEAL, Maria das Graças de Andrade. História e fotografia: uma experiência interdisciplinar de educação histórica e patrimonial IN: ALVES, Luís Alberto Marques (Coord.) — Cruzar Fronteiras sobre o Ensino da História. II Oficinas Luso-Afro-Brasileiras. Porto: CITCEM, 2018. ISBN:978-989-8970-01-5.</p> <p>LEAL, Maria das Graças de Andrade. Trapiches e trapicheiros na dinâmica portuária da Salvador colonial. In: ALVES, Luís Alberto Marques; PEREIRA, Gaspar Martins. Cruzar Histórias: I Oficinas Luso-Afro-Brasileiras. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar, 2017. E-book Disponível em: http://www.citcem.org/documents/publications/I_Officinas_v4.pdf</p> <p>LEAL, Maria das Graças de Andrade. Artífices baianos, mutualismo e liberalismo no Brasil independente. In: LEAL, Maria das Graças de Andrade; SOUSA, Avanete Pereira (Orgs.). Capítulos de História da Bahia: Independência. Salvador: Editora da Universidade do Estado da Bahia (EDUNEB); Assembleia Legislativa da Bahia, 2017. (Livro impresso)</p>
	Livros publicados/organizados ou	LEAL, Maria das Graças de Andrade; SOUSA, Avanete Pereira (Orgs.). Capítulos de História da Bahia: Independência. Salvador: Editora da Universidade do Estado da Bahia (EDUNEB); Assembleia Legislativa da



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

	edições	Bahia, 2017. (Livro impresso).
Marluse Arapiraca dos Santos Cordeiro	Apresentações de Trabalho	SANTOS, Marluse Arapiraca dos. UM OLHAR SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A LEI MARIA DA PENHA E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E EDUCATIVOS ,2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
	Capítulos de livros publicados	SANTOS, Marluse Arapiraca dos. A EDUCAÇÃO DA MULHER E SUA VINCULAÇÃO AO MAGISTÉRIO In: Ensaios sobre gênero e Educação.UFBA em campo,Salvador,2001,v.01,171p.. In: Tereza Cristina P.C. Fagundes. (Org.). Ensaios sobre gênero e Educação. : , 2001, v. , p.
Miranice Moreira da Silva	Apresentações de Trabalho	SILVA, M. M.. Os Jornais e a construção da Notícia da Micareta de Feira de Santana. 2019 (Apresentação de Trabalho/Simpósio)
		SILVA, M. M.. Os sons da cidade. 2018. (Apresentação de Trabalho/Simpósio) SILVA, M. M.. A festa na Getúlio Vargas: a micareta inventa a cidade, 2017. (Apresentação de Trabalho/Simpósio) SILVA, M. M.. Uma cidade, múltiplas interpretações: do silêncio e melancolia de Boaventura à excitação e euforia em Juarez Bahia. 2017. (Apresentação de Trabalho/Simpósio)
	Capítulo de livro	SILVA, M. M. Festas: Antes da Micareta. In: LIMA, Carlos Alberto Aves; CAMPUS, Juliano Mota . (Org.). Caminhos da Princesa: patrimônio, festas e artes. 1ed.Feira de Santana: Na carona, 2018, v. 1, p. 49-62.
Nancy Rita Sento Sé de Assis	Artigos publicados	ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. “Contra a pena de açoites: de como instruir os ricos e persuadir o trono.” In Passagens, Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro, Vol.9,nº 1, janeiro-abril, 2017.
Nora de Cassia Gomes de Oliveira	Capítulos de livros publicados	OLIVEIRA, Nora de Cassia Gomes de. A elite política da Bahia no século XIX: os membros do Conselho Geral de Província. IN: PEREIRA, Denise e JOHANSEN, Elizabethe (orgs). História: espaço fecundo para diálogos. Paraná> Editora Atena, 2019 (Livro digital).
Ruy D'Oliveira Lima	Apresentação de Trabalho	LIMA, Ruy D. Políticas Públicas e Desigualdades Sociais: desafios à educação na contemporaneidade. Primer Encuentro Latinoamericano de Investigación Educativa y del Saber Pedagógico. IPN UPDCE – CGFIE Ciudad de México, 2019. (Apresentação de trabalho/ Artigo científico)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

		LIMA, Ruy D. Políticas públicas para os ensinos médio e secundário no Brasil e na Argentina: desafios e perspectivas na contemporaneidade. VI Colóquio Internacional Sobre Educação Profissional e Evasão Escolar, IFBA, Salvador, 2019. (Pôster)
	Artigos publicados	LIMA, Ruy D. Prescrições para autonomia universitária no contexto da reestruturação do capital: conquista ou concessão. Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia. IFRS, 2019.
Sara Oliveira Farias	Apresentações de Trabalho	FARIAS, Sara Oliveira. 'O MEB e as Cartilhas didáticas: como ler, como ver o mundo -trabalho e cultura no Brasil contemporâneo'. Apresentação (comunicação) XIV Encontro Nacional de História Oral. 2018.
		FARIAS, Sara Oliveira. Catolicismo e leitura sobre a vida: os livros do Movimento de Educação de Base (1961-1966). Apresentação (comunicação). ANPUH-Nacional, 2019.
	Capítulos de livros publicados	FARIAS, Sara Oliveira. "Historia, Memória e Patrimônios Luso-Afro Brasileiros" in ALVES Luis Alberto Marques ; PEREIRA, Gaspar in CRUZAR HISTÓRIAS. Porto, Portugal, Ed. Porto, CITCEM, 2017, p.53-61. FARIAS, Sara Oliveira. Memória, Mineração: riscos e perigos in RIOS, Kenia (org) História Oral e Natureza: Resistência e cultura. São Paulo, Letra e Voz, 2019, p.57-76.
	Artigos publicados	FARIAS, Sara Oliveira. "Um Roteiro de Pesquisa: algumas considerações sobre o Movimento de Educação de Base." Cadernos do tempo Presente, UFS, 2018, p.42-51.
SILENE ARCANJA FRANCO	Livros publicados/organizados ou edições	FRANCO, Silene Arcanja. " Experiências Religiosas e africanidade: um olhar sobre as práticas de curas das parteiras em Salvador e Lauro de Freitas. In: SANTANA, José Valdir Jesus. (Org.). Relações etnicorraciais e educação escolar indígena: relatos de pesquisa. Vitória da conquista: Edições UESB, 2017. FRANCO, Silene Arcanja Franco. " De Boca a Ouvido: Aprendizagens, práticas de curas e religiosidades entre as parteiras da Bahia". In: SANTANA, Jacimara Souza. História , Saúde e Cultura em África e Brasil (recurso eletrônico). Recife: Editora UFPE, 2017.
Suzana Maria de Sousa Santos Severs	Apresentações de Trabalho	SEVERS, S. M. S. S Construções identitárias cristãs-novas nos cárceres da Inquisição lusa. II Sinacripto - Simpósio Nacional de Estudos Criptojudáicos: criptojudáismo tardio e identidade judaica, (UFS, 2017) SEVERS, S. M. S. S. Poder local e ação inquisitorial na Capitania da Bahia (Apresentação Trabalho/Comunicação. Colóquio Internacional de Estudos Inquisitoriais. UNEB/UFRB. 2017) SEVERS, S. M. S. S. O Atlântico em fontes inquisitoriais portuguesas. (Palestra - UFPE. não publicada. 2018) SEVERS, S. M. S. S Mesa-redonda Inquisição: relações de poder eclesiástico e político (Mesa-redonda. VI Colóquio de História Colonial. Uneb/Eunápolis. 2018) SEVERS, S. M. S. S Pelos meandros da máquina inquisitorial (Palestra. Simpósio baiano de jovens



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

		pesquisadores em Inquisição. UFRB. 2019)
	Capítulos de livros publicados	SEVERS, S. M. S. Cristãos-novos na Bahia colonial. In: LEITE, Edgar. História dos Cristãos-novos no Brasil. Rio de Janeiro: Jaquaticara, 2017
	Livros publicados/organizados ou edições	SEVERS, S. M. S.; BORGES, Eduardo; FLEXOR, Ma. Helena (org). Poderes, identidades e sociedade na América portuguesa (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Alameda, 2017 SEVERS, S. M. S; SILVA, Marco Antonio Nunes da. Estudos Inquisitoriais: história e historiografia. Cruz das Almas, Ba: UFRB, 2019.
	Apresentações de Trabalho	VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. À flor da pele: paixão, desejo e rebeldia em cartas de amor contidas em processos de sedução no sertão baiano (1942-1959). Apresentação (comunicação). I Seminário Nacional de História Social dos Sertões, 2018. VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. “O paraninfo das filhas de Eva”: um juiz negro em defesa das mulheres sertanejas. Apresentação (comunicação). III Encontro Nacional Estudos de Gênero, 2018. VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. “Um despuonor jamais visto”: insubordinações femininas ao modelo normativo de feminilidade em processos de crimes contra os costumes em Jacobina (1942-1959). Apresentação (comunicação). IX Encontro Estadual de História da ANPUH -BA. 2018. VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. A construção social da virilidade e a (re)produção do ódio às mulheres em sociedades hiperconectadas. Apresentação (comunicação). ANPUH-Nacional, 2019.
Tânia Mara Pereira Vasconcelos	Artigos publicados	VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. “Moça virgem / mulher honesta” versus “prostituta”: A importância da virgindade feminina e a centralidade do corpo na construção dos binarismos de gênero em processos. In Revista Feminismos. v. 6, n. 3. Set – Dez 2018, p. 119-131.
Vânia Nara Pereira Vasconcelos	Apresentações de Trabalho	VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. “Parece que eu era macho”: representações de sexualidade nas narrativas de uma casamenteira do sertão. Apresentação (comunicação). I Seminário Nacional de História Social dos Sertões, 2018. VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Invenções de feminismos: práticas sutis de rebeldia nas narrativas de uma



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

		<p>mulher do sertão baiano. Apresentação (comunicação). III Encontro Nacional Estudos de Gênero, 2018.</p> <p>VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. “Casamentos de contrato”: norma e rebeldia entre populares. Apresentação (comunicação). IX Encontro Estadual de História da ANPUH –BA, 2018.</p> <p>VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. A casamenteira e o artista: por outras representações do feminino e do masculino no sertão. Apresentação (comunicação). XIV ENECULT, 2018.</p> <p>VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Feminismos populares: rebeldia sutil entre mulheres. Apresentação (comunicação). XX Encontro Internacional da REDOR, 2018.</p> <p>VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Entre a norma e a transgressão: rastros de feminismos no sertão baiano. Apresentação (comunicação). ANPUH-Nacional, 2019.</p>
	Artigos publicados	VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. “A casamenteira e o artista: por outras representações de gênero no sertão”. In Revista Feminismos. v. 6, n. 3. Set – Dez 2018, p. 132-142.
	Capítulo de livro	VASCONCELOS, Vânia; VASCONCELOS, Cláudia. "Mulher séria e 'cabra macho': por outras representações de gênero no sertão" In RIOS, Pedro Paulo; MENDES, Alane Martins. Educação, gênero e diversidade sexual : fabricação das diferenças no espaço escolar. Curitiba: CRV, 2018.
Wilson Roberto de Mattos	Trabalhos publicados em Anais de Congressos	MATTOS, Wilson Roberto de. UBUNTU: Por um conceito de ações afirmativas como justiça restaurativa. In: XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro - CONLAB / 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa., 2015, Lisboa. Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. Lisboa: Leading Congressos, 2015. v. 1. p. 1729-1737.
	Capítulos de livros publicados	<p>MATTOS, Wilson R. <i>UBUNTU – Por uma interpretação das Ações Afirmativas na Universidade</i>. In: COSTA, Joaze Bernardino & Grosfoguel, Ramón (orgs). Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2018</p> <p>MATTOS, Wilson R. <i>UBUNTU e Ações Afirmativas: reflexões em torno de um princípio ético</i>. In: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. (org.) HISTÓRIA DA ÁFRICA : balanços, desaios e perspectivas. Itajaí: Casa Aberta, 2017</p> <p>MATTOS, Wilson Roberto de. <i>O CEPAIA e as ações afirmativas na UNEB: seguindo rastros e compondo os caminhos</i>. In: Eugenia Portela de Siqueira Marques; Wilker Solidade da Silva. (Org.). O CEPAIA e as ações afirmativas na UNEB: seguindo rastros e compondo caminhos. 1ed. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.</p> <p>MATTOS, Wilson Roberto de.;MENEZES, J. M. ; SANTOS, E. O. P. . Estratégias para propor mudanças no sistema educativo: Anísio Teixeira, Secretário de Educação, Cultura e Saúde de Octávio mangabeira. In: Wilson Roberto de Mattos;</p>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

		Jaci Maria Ferraz de Menezes; Edinei Otávio da Purificação Santos. (Org.). Uma pesquisa sobre a vida social no estado da Bahia. 2ªed.Salvador: Edufba, 2016
--	--	---



5.4.ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

A Avaliação do Curso História é coordenada pelo NDE e realizada a cada dois anos com os seguintes instrumentos avaliativos: questionário com questões objetivas com escala de 0 a 5 em relação a áreas de conhecimentos que compõe o curso, a gestão administrativa do departamento, a gestão do colegiado, infra estrutura do campus; além de questões subjetivas em torno das aspectos positivos e negativos do currículo; representantes de cada semestre a partir de indicadores elaborados pelo NDE para gestão do currículo.

Serve como um instrumento de acompanhamento e análise do desempenho acadêmico e administrativo da instituição que visa à melhoria da qualidade do ensino e dos processos de gestão e que interessa a toda a comunidade – corpo docente, discente, funcionários, gestores e a própria sociedade – e, portanto, deve ser encarado como prioritário e envolver todos os interessados de forma consequente e relevante.

Nesse sentido, o papel do NDE se constitui como um importante agente que coleta, sistematiza e divulga as informações relativas às questões acadêmicas e administrativas do curso, a partir de gráficos e tabelas com as questões subjetivas. Já foram realizadas três avaliações internas do curso, no semestre 2013.2, 2015.2 e 2017.2 que serviram como instrumento balizador em conjunto com as legislações específicas para reestruturar o atual projeto curricular.

Algumas mudanças curriculares emergiram das reivindicações dos discentes nas últimas três avaliações, a saber: introdução da disciplina de Leitura e produção de Texto, ampliação da carga horária da área de África com o intuito de minimizar um currículo eurocêntrico, a antecipação no currículo das disciplinas que compõe a área de Patrimônio Cultural, afim de possibilitar um contato dos discentes com o campo teórico e se constituir como tema de pesquisa histórica.

Avaliação Externa: A avaliação externa é composta pelos mecanismos de avaliação do MEC, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes



(ENADE) previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e, indiretamente, pela sociedade onde estarão atuando os profissionais formados pela Instituição.

Resultados Obtidos no ENADE nos anos de 2008 e 2011 9 FALTA COMPLEMENTAR INFORMAÇÕES)

Ano	Média da Formação Geral		Média do Componente Específico		Média Geral		ENADE Conceito (1 A 5)	IDD Índice (-3 A 3)	IDD Conceito (1 A 5)	Conceito do Curso (1 A 5)
	Ing.	Conc.	Ing.	Conc.	Ing.	Conc.				
2008	-	58,0	-	58,2	-	58,1	5	-	SC	-
2011	-	22,8	-	17,1	-	-	2	-	-	-

Fonte: www.inep.gov.br

Os objetivos básicos do ENADE, realizado pelo INEP/MEC, são: contribuir para a avaliação dos cursos de graduação por meio da verificação das competências, habilidades e conhecimentos desenvolvidos pelos estudantes em sua formação, em consonância com características do perfil do egresso da área; aferir o desempenho dos estudantes no que se refere ao uso, síntese e integração de conhecimentos adquiridos ao longo do curso; possibilitar aos cursos o acompanhamento dos resultados de suas ações pedagógicas; e avaliar comparativamente a formação oferecida pelas IES aos estudantes das respectivas áreas avaliadas (INEP, 2013).

De acordo com o que é preconizado nos objetivos básicos dessa avaliação e nos resultados alcançados pelos discentes do curso de Licenciatura em História do Campus V os últimos resultados sinalizaram a necessidade de repensar práticas pedagógicas, bem como a condução do currículo do curso, através da realização de seminários de avaliação interna, com o objetivo de mapear as oportunidades de melhorias e assim mudar esse cenário para o próximo ENADE.

Contrapondo as notas recebidas pelo curso de História do Campus V com as notas alcançadas por outros cursos de Licenciatura em História, de universidades



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA
CAMPUS V – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

reconhecidas como UESC, UFBA e UFRB, pode-se inferir comparativamente a posição do curso.

**Comparativo de Resultados obtidos no
ENADE, 2008 a 2017**

Instituição de Ensino	ENADE 2008	ENADE 2011	ENADE 2014	ENADE 2017
UNEB	5	2	3	2
UESC	4	4	3	3
UFBA	3	3	4	3
UFRB	SC	4	2	2

Fonte: www.inep.gov.br/enade

Observa-se que o curso de História do DCH – Campus V/UNEB sofreu uma oscilação significativa entre os resultados apresentados em 2008 e 2017, conforme avaliação do ENADE. Em 2008, o resultado foi superior aos cursos de História da UESC e UFBA; entretanto, em 2011, 2013 e 2017 houve uma inversão no resultado, ou seja, esse foi inferior aos cursos das universidades citadas e, também ao curso de História da UFRB, em sua primeira avaliação.

Diante desse cenário, é urgente a condução de momentos reflexivos com a o colegiado, discente e docentes do curso, a fim de estabelecer estratégias que possam melhorar esse índice.